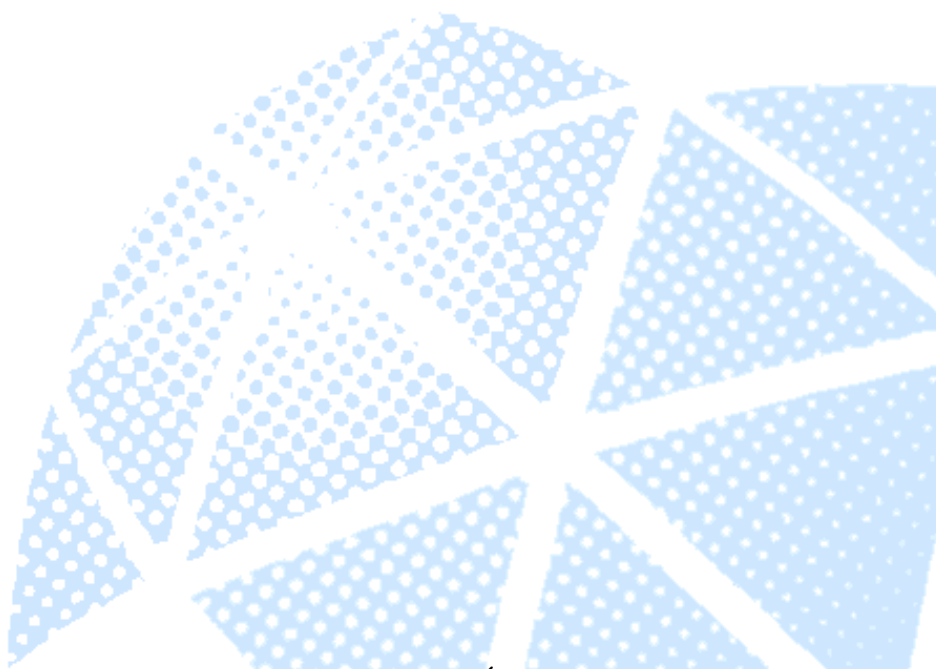


TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

A LIGA DA DEFESA NACIONAL
ENTRE UM PROJETO DE NAÇÃO A UMA AGENDA DE COMBATE AO
COMUNISMO.



MARÍLIA – SP
2016

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

A LIGA DA DEFESA NACIONAL
ENTRE UM PROJETO DE NAÇÃO A UMA AGENDA DE COMBATE AO
COMUNISMO.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha: Determinações do mundo do trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

MARÍLIA – SP
2016

Oliveira, Tiago Siqueira de.
O48L A Liga da Defesa Nacional : entre um projeto de nação a uma agenda de combate ao comunismo / Tiago Siqueira de Oliveira. – Marília, 2016.
276 f. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha.
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 228-244.

1. Liga da Defesa Nacional. 2. Comunismo - Brasil. 3. Movimentos anticomunistas. 4. Brasil – Força Armadas – Atividades políticas – 1930-1964. I. Título.

CDD 355.033081

TIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA

A LIGA DA DEFESA NACIONAL
ENTRE UM PROJETO DE NAÇÃO A UMA AGENDA DE COMBATE AO
COMUNISMO.

Texto de defesa de Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha – FFC - UNESP – Câmpus Marília

2º Examinador: _____
Dr. Fernando da Silva Rodrigues – Escola Superior de Guerra – ESG

3º Examinador: _____
Dr. Francisco César Alves Ferraz – Universidade Estadual de Londrina – UEL

4º Examinador: _____
Dr. Paulo Eduardo Teixeira – FFC - UNESP – Câmpus Marília

5º Examinador: _____
Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa – FFC - UNESP – Câmpus Marília

Marília, 4 de agosto de 2016.

*Dedico esta Tese à memória de meu pai,
Francisco da Silva Oliveira, porque as
contingências da vida são inexoráveis.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo sempre parcial, pois durante a trajetória desta pesquisa foram inúmeras as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento e resultado final deste trabalho. Sou muito grato por conquistar este objetivo, pois invariavelmente, o produto ora apresentado é resultado do trabalho coletivo, além de muito suor, sangue e lágrimas. Porém, sou único responsável pelas omissões ou mesmo erros. Portanto, por dever de justiça agradeço de coração:

Ao Prof^o Dr^o Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, meu orientador e amigo, a presença segura, competente. Exemplo de profissional responsável e comprometido com o progresso das Ciências Sociais.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP – Câmpus de Marília que, direta ou indiretamente, influenciaram neste trabalho, principalmente, o Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa e o Dr. Paulo Eduardo Teixeira, presentes na Banca do Exame de Qualificação, os quais contribuíram em definitivo nas reflexões teóricas, fazendo com que este trabalho pudesse se tornar uma realidade. Agradeço ao Dr. Francisco César Alves Ferraz, da Universidade Estadual de Londrina e ao Dr. Fernando da Silva Rodrigues, da Escola Superior de Guerra, por aceitarem o convite para participar da Banca de Defesa da Tese, bem como contribuírem com sugestões de fontes de pesquisa relevantes. Cabe destacar a generosidade do professor e amigo Fernando, pois sempre está disponível para aconselhar e fornecer informações de pesquisa. Aos demais membros da Banca de defesa por terem se colocado à disposição para estabelecer diálogo de pesquisa e na indicação de fontes, bem como sugestões ao texto de defesa.

A todos os servidores e gestores da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, que muito me apoiaram e estimularam a perseverar no caminho desta conquista. Em especial agradeço à Direção da Unidade e ao Departamento de Fonoaudiologia por proporcionar a viabilidade administrativa funcional, autorizando meu afastamento, bem como compreenderem minhas ausências. Não posso furtar-me de agradecer meus amigos de Assessoria dos Departamentos de Ensino do Campus de Marília, pois a convivência diária e companheirismo fortalece nossos passos na caminhada.

Quero, também, registrar meu agradecimento e companhia fraterna dos queridos amigos Guilherme Pigozzi Bravo, Halley de Oliveira Matias, Leandro Cruz Alves Teixeira, Ricardo Santos, André Scantimburgo, Carlos Sobrinho, Israel dos Santos Batista, Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires, Dr. Lourenço Chacon Jurado Filho, Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes, Dr. Luiz Roberto Vasconcellos Boselli, Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar, Dr. Edvaldo Soares e Dra. Valéria Barbosa Veríssimo.

A todos os integrantes do Arquivo Histórico do Exército, da Biblioteca do Exército, da Biblioteca Nacional, do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, de São Paulo, ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas que me receberam e me auxiliaram na bibliografia e na coleta de fontes primárias que subsidiaram a escrita da Tese.

Ao Tenente Coronel de Infantaria Alexandre dos Santos Gallera, meu ex-comandante na 2ª Companhia de Fuzileiros do 37º Batalhão de Infantaria Leve, na oportunidade em que era o responsável pela Biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras, disponibilizando-me o acervo daquela Unidade, particularmente todas as edições da Revista *A Defesa Nacional*, desde a primeira publicação, em 1913.

Tenho, também, o dever e a sabedoria de abrir espaço para agradecer, de maneira especial, ao Coronel José Carvalho Filho (*in memoriam*), à época Vice-Presidente Executivo do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, em Brasília-DF, que me recebeu e abriu as portas da Entidade para que este trabalho pudesse ser realizado. Foi ele, também, que possibilitou minha apresentação à Mirian Perolla, Presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional no Rio de Janeiro, pessoa atenciosa, prestativa e generosa que me disponibilizou todos os documentos pertinentes à Entidade, relativos ao período pesquisado. Quero aproveitar, para externar meus agradecimentos, também, a todos os membros da Liga da Defesa Nacional, particularmente do Diretório Regional do Rio de Janeiro, que me receberam com muito carinho, quando de minha estada na cidade Rio de Janeiro.

Aos meus Tios Francisco Carlos Beretta e José Carlos Beretta os quais me orientaram em toda minha adolescência e fase adulta, direcionando-me no caminho da retidão e responsabilidade como pessoa humana. Ratifico que sempre foram e serão meus guias e incentivadores, diante das atribuições que uma pessoa se depara na vida, elucidando-me com sabedoria as consequências das ações e omissões durante os momentos de incertezas.

Aos meus queridos e amados mãe Rosicléa Bereta Siqueira e irmão Victor Siqueira de Oliveira quero destacar que soubemos superar com serenidade todos os momentos difíceis de nossas vidas, sem nunca deixar de acreditar na retidão de comportamento e de atitude.

À minha esposa Fabiana Belmiro Rodrigues de Oliveira por compreender as minhas ausências e os momentos difíceis em nosso percurso. O nosso maior ato de rebeldia foi o estudo e a disciplina. Agradeço a generosidade em relevar meus defeitos e superar as exigências que minha dupla jornada lhe compromete. Finalmente, “por ordem” dela (Fabiana), não posso deixar de agradecer a companhia de meus três cachorros “salsichas” (Pingo, Kelly e Mike), os quais estiveram 100% presentes durante a escrita da Tese, oferecendo-me o suporte “psicológico” necessário em meus momentos de crise e frustração.

“Quanto mais sábia uma pessoa se torna, menos estará inclinada a se submeter mansamente à imposição de grilhões ou canga, seja sobre sua consciência ou sobre sua pessoa. Isto porque, com o crescer da sabedoria, ela não só conhecerá melhor seus direitos, mas também os valorizará mais, e estará mais consciente de seu valor e dignidade”.

(Albert Pike)

OLIVEIRA. Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional**: entre um projeto de nação a uma agenda de combate ao comunismo. Marília, 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2016.

RESUMO

Esta Tese identifica as nuances da agenda política da Liga de Defesa Nacional, no período entre 1930 até 1964, quando a Entidade operou uma mudança em seu projeto de modernização conservadora para uma intervenção contra o comunismo. Esta abordagem tem como ponto de partida o movimento político de 3 de outubro de 1930, momento de ajustamento ideológico da Entidade aos interesses de Estado capitaneado pelos líderes da Entidade. A posterior ação intitulada de “Intentona Comunista”, em 1935, foi a suposta justificativa para o fechamento do regime, construindo o “perigo vermelho”. Assim, nossa análise terá este panorama inicial, culminando na II Guerra Mundial, ocasião em que o Brasil inicia seu alinhamento à política externa Estadunidense, completando a análise no golpe civil-militar em 1964. Esta abordagem tem como objetivo central verificar a hipótese da participação da Instituição no cenário político, a partir dos anos 1930, e a construção de um discurso político anticomunista, sucedendo possíveis contradições no discurso e na ação política da Entidade, mas que se manteve em sua agenda política, até o golpe, de forma inalterada. Em suma, avaliamos a interação da Liga de Defesa Nacional na política brasileira, traçando como hipótese que a Entidade, supostamente, se reconfigurou enquanto expressão de um Partido Militar, por meio de uma agenda modernizadora paralelamente ao combate ao Comunismo no Brasil.

Palavras-chave: Liga da Defesa Nacional. anticomunismo. Partido Militar.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **The League of National Defence**: between a national project to an anti-communist agenda. Marília, 2016. Thesis (Doutorate) – Program of Graduate Studies in Social Sciences - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2016.

ABSTRACT

This thesis identifies the nuances of the political agenda of National Defence League, in the period between 1930 until 1964, when the entity operated a change in his conservative modernization project for intervention against communism. This approach takes as its starting point the political movement of October 3, 1930, ideological adjustment time of entity to state interests captained by entity leaders. Further action titled "Communist Conspiracy" in 1935, was the supposed justification for the closure of the scheme due to the "red danger". So our analysis will have this initial overview, culminating in World War II, the occasion when Brazil begins its alignment with US foreign policy, completing the analysis in the civil-military coup in 1964. This approach is mainly aimed to verify the hypothesis of participation (or not) of the institution on the political scene from the 1930s and the construction of an anti-political discourse, succeeding possible contradictions in speech and political activity of the Entity, but remained in their political agenda to the coup unchanged. In summary, we will seek to evaluate the interaction of National Defense League in Brazilian politics, tracing the hypothesis that the entity is supposed to be reconfigured as an expression of a military party, by means of a modernizing agenda in parallel with the fight against Communism in Brazil.

Keywords: Defence National of League. Anticommunism. Military party.

OLIVEIRA. Tiago Siqueira de. A Liga da Defesa Nacional: entre um projeto de nação a uma agenda de combate ao comunismo. Marília, 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2016.

RIASSUNTO

Questa tesi si propone di individuare le sfumature della Lega dell'agenda politica della difesa nazionale, nel periodo tra il 1930 fino al 1964, quando l'organizzazione operò un cambiamento nel loro progetto di modernizzazione conservatrice per un intervento contro il comunismo. Questo approccio prende come punto di partenza il 1930 rivoluzione, tempo di regolazione ideologica del soggetto agli interessi statali capitanati dai leader entità. L'azione successiva dal titolo "Cospirazione Comunista" nel 1935, è stata la presunta giustificazione per la chiusura del sistema, costruendo il "pericolo rosso". Così, la nostra analisi avrà questa panoramica iniziale, si conclude con la seconda guerra mondiale, durante la quale il Brasile inizia il suo allineamento con la politica estera degli Stati Uniti, completando l'analisi di colpo di stato civile-militare nel 1964. Questo approccio è stato volto a verificare l'ipotesi di partecipazione (o meno) della istituzione sulla scena politica dal 1930 e la costruzione di un discorso anti-politica, riuscendo possibili contraddizioni nel discorso e l'azione politica del corpo, ma è rimasto nella loro agenda politica per il colpo di stato invariato. In breve, si cercherà di valutare l'interazione della Difesa Lega nazionale nella politica brasiliana, tracciando l'ipotesi che il corpo dovrebbe essere riconfigurato come espressione di un partito militare, da un ordine del giorno di modernizzazione in parallelo con la lotta contro il comunismo in Brasile.

Parole chiave: Lega di Difesa Nazionale. Anticomunismo. Partito Militare.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
ABED	Associação Brasileira de Estudos sobre Defesa
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
EB	Exército Brasileiro
EN	Escola Naval
ESG	Escola Superior de Guerra
LDN	Liga da Defesa Nacional
LDN-CE	Liga da Defesa Nacional – Comissão Executiva
LN	Liga Nacionalista
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista do Brasil
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista
PRM	Partido Republicano Mineiro
SMO	Serviço Militar Obrigatório
TG	Tiro de Guerra
UDN	União Democrática Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasão da LDN: Fonte: Liga da Defesa Nacional.....	63
Figura 2 – Olavo Bilac: Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	63
Figura 3 – Reunião de fundação da Revista a Defesa Nacional: Fonte: Arquivo Histórico do Exército.....	64
Figura 4 – Exemplar nº 1, da Revista A Defesa Nacional publicado em 10/10/1913: Fonte: Biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN – Resende-RJ.....	64
Figura 5 – Contos Pátrios de 1939: Fonte: Arquivo Histórico do Exército.....	75
Figura 6 – Capa da 1ª ed. da publicação dos Discursos sobre a Defesa Nacional. Fonte: Biblioteca Nacional.....	75
Figura 7 – Reunião da Liga da Defesa Nacional em São Paulo. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.....	84
Figura 8 – Getúlio assumindo o poder em 31 de outubro de 1930 no Rio de Janeiro. Fonte: Biblioteca Nacional.....	99
Figura 9 – Getúlio com sua comitiva em Itararé-SP. Fonte: Biblioteca Nacional.....	99
Figura 10 – O Comunista e a República. Fonte: (MOTTA, 2002, p. 104).....	109
Figura 11 – Militares presos após levante da ALN. Fonte: (VIANNA, 2002, p. 104).....	116
Figura 12 – Líder Integralista: Plínio Salgado. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo....	116
Figura 13 – Término da caçada de Filinto Muller ao Prestes. Fonte: Blog História Crítica.	116
Figura 14 – Embarque da FEB. Fonte: Site tokdehistória.com.br.....	137
Figura 15 – Maguire, Dutra e Hayes. Fonte: Site tokdehistória.com.br.....	137
Figura 16 – Distintivo da FEB. Fonte: CPDOC-FGV.....	137
Figura 17 – Jornal “O Cruzeiro” de 23/02/1945. Fonte: Site do Jornal “O Globo”.....	151
Figura 18 – Generais Zenóbio da Costa, Mascarenhas de Moraes e Cordeiro de Farias. Fonte: Blog “O Dia”.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. EXÉRCITO E POLÍTICA NO BRASIL: TEORIAS PARA UMA INTERPRETAÇÃO	29
1.1. Leituras Institucional-Organizacional e Instrumental.....	41
1.2. O Partido Militar.....	50
1.3. Cisões e características especificamente militares.....	54
1.4. Construção do anticomunismo no Brasil.....	56
2. PRIMÓRDIOS DA DEFESA NACIONAL	63
2.1. A Revista “A Defesa Nacional” e a proposta de modernização do Exército e do Brasil.....	64
2.2. A modernização do Exército no Contexto Internacional.....	73
2.3. Surgimento da Liga da Defesa Nacional.....	75
2.4. O contraponto paulista na construção do nacionalismo proposto pela LDN.....	84
3. PRIMEIRA ERA VARGAS E O REAJUSTANDO O FOCO DA LIGA: NOVA AGENDA	98
3.1. Revolução de 1930 e o reajustamento de foco da LDN.....	99
3.2. A construção do anticomunismo na Liga da Defesa Nacional.....	109
3.3. Aparelho Privado de Hegemonia na instauração do golpe de 1937.....	117
3.4. Consolidação da Estado Novo e a eclosão da II Guerra Mundial.....	129

4. II GUERRA MUNDIAL E O FIM DO ESTADO NOVO: URSS E O

ANTICOMUNISMO	137
4.1. Apoio da Entidade na construção do aparelho hegemônico de Estado para legitimar atuação no Teatro de Operações: a cobra vai fumar!.....	139
4.2. A logística de guerra e a desmobilização da F.E.B. no pós-guerra.....	151
4.3. Fim da era Vargas e a conciliação política.....	164
5. SITUAÇÃO ESTRATÉGICA OU RETORNO DO PERIGO VERMELHO?	169
5.1. Campanha em favor do petróleo e ostracismo político.....	170
5.2. Década de 1950, mais do mesmo?.....	188
5.3. O retorno do “Perigo Vermelho” para consolidação do golpe civil-militar de 1964.....	196
CONSIDERAÇÕES	224
REFERÊNCIAS	228
ANEXOS	245

INTRODUÇÃO

Esta Tese tem como objetivo identificar as nuances da agenda política da Liga de Defesa Nacional, no período entre 1930 até 1964, quando a Entidade operou uma mudança em seu projeto de modernização conservadora¹ para uma intervenção contra o comunismo. Esta abordagem tem como ponto de partida a Revolução de 1930, momento de ajustamento ideológico da Entidade aos interesses do governo revolucionário. Nossa análise terá como panorama inicial, a ação intitulada de “Intentona Comunista”, em 1935, sendo a suposta justificativa para o fechamento do regime, devido ao “perigo vermelho”. Posteriormente, analisaremos o período concernente à II Guerra Mundial, particularmente quando o Brasil se alinha à política externa Estadunidense. Concluiremos, analisando a Entidade durante a eclosão do golpe civil-militar, em 1964.

Assim, esta abordagem tem como objetivo central verificar a hipótese da participação (ou não) da Instituição no cenário político a partir dos anos 1930 e a construção de um discurso político anticomunista, sucedendo possíveis contradições do discurso e a ação política da Entidade. Entretanto, sugerimos que sua agenda política se manteve de forma inalterada até o golpe. Em suma, buscaremos avaliar a interação da Liga da Defesa Nacional na política brasileira, traçando como hipótese que a Entidade, supostamente, se reconfigurou enquanto expressão de um Partido Militar, por meio de uma agenda modernizadora com o objetivo de combate ao Comunismo no Brasil.

A proposta desta Tese teve origem na pesquisa realizada sobre os discursos do poeta Olavo Bilac, acerca da Defesa Nacional, realizados a partir de 1915². Aprofundamos os estudos sobre Defesa Nacional por meio da participação no grupo de Estudos “Militares e Esquerda Militar no Brasil”, fórum em que discutimos e analisamos diversas obras literárias e acadêmicas que versavam sobre a participação dos militares na política, em diversos momentos da História, notadamente no século XX. Concomitantemente ao grupo de pesquisa

¹ O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Barrington Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nesses países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários. No Brasil, entretanto, é importante registrar que, mesmo utilizando um termo cunhado por Barrington Moore Junior para compreender o processo de modernização das sociedades alemã e japonesa, países considerados desenvolvidos desde o fim da II Guerra Mundial, os autores nacionais destacaram como traço marcante no caso brasileiro a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente, nas médias e grandes unidades de exploração agrícolas. (PIRES, 2009, p. 412-420).

² Realizamos o primeiro contato com a Liga da Defesa Nacional durante as pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em 2008, com a finalidade de cumprir os objetivos relativos ao bacharelado em Ciências Sociais.

e à elaboração do TCC, surgiu a proposta de analisarmos a ação da Liga da Defesa Nacional, no período de 1916 a 1930. Desenvolvemos essa análise na Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNESP, Câmpus de Marília³. Como resultado parcial da Dissertação, identificamos um possível reajustamento de foco da Liga no projeto nacional proposto pela Entidade e a hipótese de a mesma ter contribuído para o Golpe civil-militar de 1964. Diante do exposto e da possibilidade de realizar esta Tese, participamos de Congressos acadêmicos sobre Defesa Nacional, promovidos pelo Ministério da Defesa⁴, os quais tinham o objetivo de estreitar diálogo entre pesquisadores civis e militares, na área pertinente ao estudo que ora apresentamos. Todos esses eventos contribuíram para a reflexão deste trabalho, realizando intercâmbio de pesquisas e de pesquisadores.

A partir da perspectiva inicial relativa aos discursos do poeta, aprofundamos os estudos sobre o conceito de Defesa Nacional construído historicamente no Brasil, a partir do início do século XX. Ao abordar tal conceito, verificamos a influência da doutrina das Forças Armadas em vários períodos da historiografia brasileira. Nesse sentido, ressaltamos a relevância do papel da Defesa Nacional na construção do conceito de nação proposto pelos membros da Entidade.

O primeiro momento desta interferência política, como já afirmamos, ocorreu no período de 1916 a 1930, com a fundação da Liga da Defesa Nacional. Tal iniciativa teve como consequência a proposta de um projeto de nação que congregou civis e militares a pensarem as deficiências e as necessidades estruturais para o desenvolvimento nacional. Olavo Bilac, Rui Barbosa, Cordeiro de Faria, entre outras figuras de relevo criaram dentro da conjuntura da I Guerra Mundial o ambiente que favoreceu pensar a possibilidade de efetivação do Serviço Militar Obrigatório. A partir dos discursos de Bilac criou-se outras demandas como o estímulo de combate ao analfabetismo, a criação do conceito de nação

³ OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Marília, 2012, 206 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus Marília, 2012.

⁴ O Grupo de Estudos Liderado pelo Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha realizou um intensivo intercâmbio em eventos proporcionados pelo Ministério da Defesa, os quais tinham como objetivo aproximar as academias militares dos universitários, propondo estudos sobre Defesa Nacional. Nesta oportunidade o grupo liderado pelo Dr. Paulo R. R. Cunha visitou, em 2006 (Academia da Força Aérea), 2007 (Escola Naval – EN), 2008 (Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN), bem como de outros eventos diretamente relacionados com o tema, como o 1º Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira (UFRJ – Rio de Janeiro/2009), dos Encontros Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED (III ENABED - Londrina-PR/2009), (IV ENABED - Brasília/2010), (VI ENABED – São Paulo/2012), (VII ENABED - Brasília/2013), (VIII ENABED - Brasília/2014), 90 anos do comunismo (2012), Golpe Militar: 50 anos (2014), IX Seminário do Trabalho: trabalho, educação e neodesenvolvimento (2014), VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo: Lênin 90 anos depois – política, filosofia e revolução (2014), I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (2015) e VII Congresso Internacional de História (2015) entre outros.

brasileira e o desenvolvimento da integração nacional, inserindo os estudantes dos principais centros urbanos no debate sobre a Questão Nacional. Dessa forma, dialogando com Antônio Gramsci (2012, p. 257) a Entidade viria a ser constituir num aparelho hegemônico sobre o resto da sociedade civil, base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo. O poeta Olavo Bilac concitou e organizou as classes dirigentes para construir uma proposta de modernização do país, privilegiando também, a defesa dos interesses das Forças Armadas.

A intervenção da Liga da Defesa Nacional deu resultados e a partir dos anos 1930, a dialética dessa atuação gerou consequências que a própria Entidade não dimensionava. A geração de membros da Entidade, naqueles anos, criou novas demandas, relativas à superação da política dos governadores e da falta de representatividade política. Dessa forma, grupos dissidentes da classe política tradicional questionaram o *status quo*, pleiteando sua parcela de influência nos destinos políticos do país. Como não poderia ser diferente, os militares possuíam suas próprias demandas, as quais foram lapidadas nestes anos, com a interação das lideranças civis e militares neste processo. Esse foi o período em que a Liga da Defesa Nacional operou o seu primeiro reajustamento de foco, influenciada pela conjuntura política.

Acreditamos que a Entidade, em vários momentos pós anos 1930, travestida de aparente imparcialidade, passou a gestar um novo inimigo. Isto foi possível devido à criação dos conceitos aludidos acima, dentre eles o de nação brasileira e de cidadania. Agora, o novo inimigo interno era a influência comunista. Os movimentos operários e o surgimento do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, alertaram as lideranças políticas civis, mas particularmente os militares, sobre o perigo da infiltração comunista no movimento operário. Assim, propomos a Tese de que a Liga da Defesa Nacional se transformou em um aparelho privado de hegemonia para construir e divulgar o anticomunismo⁵, por meio de seu projeto de nação e de culto ao nacionalismo. Diante dessa tese central, surgiram algumas indagações:

⁵ Um resumo conceitual está descrito da seguinte forma: “Se se quisesse oferecer uma definição vocabular, o **Anticomunismo** deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também as há anticomunistas. Na realidade, após a Revolução de Outubro [de 1917], o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o **Anticomunismo** assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional.

Do lado comunista, o **Anticomunismo** foi definido por alguns como uma "ideologia negativa" (chamado, em termos polêmicos, **Anticomunismo visceral**, ou seja, baseado numa oposição global ao comunismo e não na adesão positiva a valores autonomamente escolhidos); foi definido por outros como "ideologia da burguesia em crise" (isto é, como *fórmula política* de saída, quando as fórmulas tradicionais se revelaram ineficazes no controle das tensões sociais). (BOBBIO, 1998, p. 34, grifos nossos)

qual era o Projeto Nacional da Entidade? Como surgiu o anticomunismo na Liga da Defesa Nacional? Em quais períodos a Entidade construiu o inimigo interno, e qual a forma de atuação contra ele?

Para fundamentarmos nossa exposição, faz-se necessário identificar uma das características marcantes da História do Brasil Republicano, que é a participação dos militares na vida política. Cabe destacar que as Forças Armadas foram decisivas em vários momentos, impondo, em certa medida, seus interesses e perspectiva de mundo. Essa constatação, por si só, não apenas justifica como recomenda a realização de estudos sobre as Forças Armadas. Tais estudos, além de possibilitarem o conhecimento dos principais aspectos da atividade política dos militares - motivação, objetivos, alcance, consequências, contribuem para proporcionar uma visão pertinente e detalhada do contexto em que as intervenções militares ocorreram, identificando condições que as viabilizaram, sobretudo como fator de conquista da sociedade civil para a causa dos militares.

Dentro desse cenário de muitas lacunas, nosso trabalho foi concebido como tentativa de contribuir para esse esforço de pesquisa sobre as Forças Armadas Brasileiras, ou, mais especificamente, a integração de civis e militares dentro de um projeto único particularmente associado à Liga da Defesa Nacional. Para tanto, metodologicamente nosso período de abordagem irá contemplar dos anos 1930 até o golpe civil-militar de 1964. A premissa básica que orientou a elaboração deste trabalho baseia-se na necessidade de se considerar alguns atores da instituição militar como partes integrantes da totalidade social, sem, contudo, ignorar suas características e interesses específicos. É o que procuramos justificar, principalmente no que diz respeito à participação de vários intelectuais e políticos, tanto civis quanto militares, na formulação do projeto nacional proposto pela Entidade.

Assim, o outro o objetivo específico deste trabalho é analisar o pensamento militar como pressuposto de Projeto Nacional, dentro da LDN, caracterizado pelo combate ao comunismo, alicerçado no nacionalismo, por parte de uma fração de civis e militares que se propunham a tal ação. Portanto, sugerimos que esta fração de civis e militares que quer se hegemonizar no cenário político, demonstra que tal pensamento anticomunista seria o pensamento do todo, o que, em realidade, não corresponde à totalidade social dos militares.

Isto posto, a dialética da modernização conservadora brasileira é um problema recorrente para os cientistas sociais, consistindo num tema formativo para a própria sociologia política. Além dos clássicos, Marx, Weber e Durkheim, no Brasil há vasta literatura sobre o tema, sendo esta fundamental para a construção da identidade do país. Dentre eles alguns intelectuais se destacam como, Alberto Torres, Caio Prado Júnior, Sergio Buarque de

Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Raymundo Faoro que são exemplos sem desconsiderar outros, pois refletiram sobre nosso passado colonial e pós-independência, buscando identificar aqueles elementos que acabariam por moldar nossa passagem para a República.

No tocante ao pensamento militar, este extrai, sobretudo, da ação política, o elemento para sua reelaboração e, ao longo do processo, vai, por sua vez, influenciando os novos rumos da ação política. Assim, um estudo considerando as Forças Armadas Brasileiras, em perspectiva histórica, deve ter em vista a compreensão da dinâmica dessas relações entre pensamento e ação política, a partir da interação entre civis e militares. Esta nossa proposta supera a visão dualista do século XIX, na qual se identifica a contradição das relações apenas no âmbito do indivíduo e da sociedade (DOMINGUES, 2004, p. 17). Para contrapor o progresso incipiente do movimento operário brasileiro nos anos 1930, a ação da Liga foi uma medida para evitar a consciência da classe trabalhadora, a qual foi inserida estrategicamente no seio do Estado. A oposição entre “classe em si” e “classe para si” que, originalmente, aparece em Karl Marx, em 1847 (MARX, 1985, p. 155-160), inserindo o problema em relevo: enquanto a “classe em si” constitui meramente um padrão estrutural da sociedade amorfa e inerte como o campesinato francês, em *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (Marx, 2011, p. 174), a “classe para si”, como seria o proletariado ao cabo de seu desenvolvimento sociopolítico, possuiria clareza a respeito de si mesma e da sociedade, sendo capaz, assim, de derrotar a burguesia e construir o socialismo. Concordamos com José Maurício Domingues (2004, p. 18) quando afirma que Marx e Engels delinearam a organização da classe operária, a partir de coalizões locais para a defesa de seus interesses materiais imediatos até sua constituição, enquanto força política em âmbito nacional e demonstraram, em certas passagens, percepção dos problemas que, sobretudo por meio de pressões materiais sobre os membros da classe trabalhadora e da ideologia burguesa individualista, criavam obstáculos à unificação, à concentração, portanto, do proletariado enquanto sujeito coletivo.

Dentro de nossa perspectiva, a primeira dificuldade será o estabelecimento dos episódios temporais, para o início do acompanhamento do processo de atuação dos militares, como resultante da conjuntura política. Trata-se, pois, de identificar o momento histórico a partir do qual a dinâmica das relações entre o pensamento e a ação política dos militares brasileiros se torna efetivamente relevante para a compreensão de suas intervenções na vida política contemporânea.

Sendo assim, sugerimos, como exemplo, para efetuar este exercício, os esforços para a concepção de Defesa Nacional e da construção da Liga da Defesa Nacional. Neste sentido,

propomos que a Entidade agirá no cenário conturbado da década de 1930, balizado pelo anticomunismo que, posteriormente, rearticular-se-á a partir destas mesmas premissas para subsidiar o golpe civil-militar em 1964. Para cumprir este objetivo, construiremos o conceito de Partido Militar a partir do “estado da arte” da participação dos militares na política, sob a análise da interação política de civis e militares nesse processo.

Nossa leitura se firmará contrária à concepção organizacional/Institucional, pois em nosso trabalho afirmaremos que a Liga da Defesa Nacional, por meio de suas reflexões nas diversas evoluções sociais, participa da política, porém sem conseguir controlar os resultados das intervenções propostas, em parte, pelos militares. Os discursos de Olavo Bilac foram o parâmetro, dirigido ao sabor das conjunturas, ocasionando choques entre o que a Entidade propunha e a realidade social da época. Citamos, como exemplo, que a Revolução de 1930 não resolveu as contradições políticas e sociais, culminando com o fechamento do regime em 1937, sob o argumento criado por meio da construção da intitulada “Intentona Comunista”. Isto posto, com agravamento da conjuntura política derivado do Estado Novo e o fim da II Guerra Mundial trarão um curto período liberal-democrático. Entretanto, as contradições e os debates sobre os modelos de desenvolvimento capitalista que o Brasil deveria adotar, baseado no financiamento nacionalista ou estrangeiro, culminarão com o Golpe Civil-Militar de 1964, como discutiremos no quarto e quinto Capítulos.

Em síntese, julgamos necessário analisar como uma fração de militares do Exército integrada ao processo de desenvolvimento histórico-social em curso, por meio da LDN, intervieram na realidade da época. Sendo assim, as relações internacionais, a estrutura socioeconômica do país, a vida cultural e a atividade política representam mais do que meras influências. Cabe ratificar que, nesse complexo, não podemos nos furtar de inserir neste processo a análise do componente militar. Assim, a origem social dos oficiais, sua socialização no sistema social-militar, a função do Exército como instituição do Estado e seus interesses organizacionais específicos integram esse todo.

Como bem sinaliza José Maurício Domingues (2004, p. 76) “sobre a ação, narrativa e subjetividades coletivas, é no desdobramento e impacto mútuo – não no tempo e no espaço, mas na constituição da dimensão espaço-temporal que os sistemas sociais exercem na sua causalidade coletiva”. Segundo ele, autores marxistas, por meio do conceito de classe social, e Talcott Parsons, com o conceito de ator coletivo, trataram das subjetividades coletivas, mas todos eles reproduziram as ideias da ilustração sobre o sujeito. O autor complementa a análise esboçando a interação social por meio das subjetividades coletivas, incluindo toda a gama de sistemas sociais. Portanto, defenderemos que a Liga da Defesa Nacional, por meio da ação

dos civis e militares que se hegemonzaram num projeto de modernização conservadora se inserem nesta leitura, pois a Entidade se integra num sistema complexo, onde civis e militares criaram movimentos na vida social, propondo estabilidade, porém engatinhando mudanças, segundo um posicionamento político específico:

[...] toda a gama de sistemas sociais, ou seja, redes de amizade, organizações, cidades, civilização, times de futebol etc. [...] Com sua própria causalidade, elas criam *movimento* na vida social, produzindo estabilidade e engatinhando mudanças. O imbricamento de indivíduos em *interação*, isto é, em influência casual recíproca, desafia noções de ação discreta e causalidade atomista, destarte demandando uma nova perspectiva do espaço-tempo. Isso ganha ainda mais importância ao introduzirmos as subjetividades coletivas, uma vez que seu movimento não deve ser misturado com a ação individual (DOMINGUES, 2004, p. 76).

Essa é uma primeira abordagem conceitual da ação da Entidade. Dessa forma precisamos delimitar esta interação da Liga da Defesa Nacional, dentro da perspectiva da participação dos militares na política. Diante desse esboço, nosso método de pesquisa pautou-se na leitura de fontes primárias e secundárias sobre o objeto de estudo em questão. Na leitura das fontes, a relação documento/monumento pontuada por Jacques Le Goff permeou nosso olhar para ele: “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando lhe o seu significado aparente. O documento é monumento” (LE GOFF, 1996, p. 547-548). O documento, assim, é uma construção consciente ou não da sociedade, permeado pelo espaço-tempo e pela cultura daqueles que o produziram, como também, por aqueles que o conservam. Dessa maneira, é por meio da desestruturação crítica do documento que podemos compreendê-lo como monumento de poder institucional. Os registros da Entidade, as legislações e documentos institucionais analisados são, antes de tudo, monumentos históricos, os quais exigem a normalização, a produção e a organização da memória. De forma que a produção dos documentos é, na maioria das vezes, afinada com a vontade institucional.

O registro documental, dessa forma se posta como monumento da ordem institucional. Para auxiliar o procedimento metodológico, adotamos também a pesquisa histórica dedutiva, empreendendo uma busca qualitativa, por meio de algumas ferramentas da análise de discurso e conteúdo em Laurence Bardin (1995) e Eni P. Orlandi (2001), quanto ao tempo histórico, escrita, organização da análise, codificação, categorização, inferência, etc. Portanto, o discurso é em si uma rica fonte de análise sobre a vida social e política da Entidade, por meio das Atas, pois sua importância cresce ainda mais se observarmos os

efeitos e funções que são construídos a partir delas em paralelo com o cotejamento das fontes secundárias que contextualizam o período.

Nesse ponto, temos que confessar que tivemos muita dificuldade para ter acesso às fontes documentais sobre a Entidade. Apesar da Liga da Defesa Nacional ser ativa até os dias atuais, a documentação disponível pertinente a ela é restrita, tanto decorrente da falha de política de arquivo da Entidade quanto deliberadamente. Causou-nos estranheza que pontos específicos e importantes da história política da Liga que apresentaremos no decorrer da exposição, não constam nos arquivos por extravio ou por omissão “seletiva”. Em nota de rodapé, incluímos as análises no decorrer do texto, onde ocorreram as interrupções dos registros das Atas, tanto do Diretório Central, quanto da Comissão Executiva, bem como da não localização de documentos referenciados em Ata. Nosso trabalho, foi uma reconstrução histórica parcial da Liga da Defesa Nacional, fundamentada na análise políticas dos documentos que nos foi disponibilizado pelo Diretório Central em Brasília e no Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro.

Por conseguinte, a documentação pesquisada, de maneira geral, restringiu-se às seguintes fontes primárias e secundárias:

a) **fontes Primárias** são as Atas do Diretório Central e da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional, do período de 1916 a 1964; livros publicados por integrantes da Liga da Defesa Nacional e pela Liga Nacionalista, como a obra sob o título “*O que todo cidadão deve saber*”, publicada em 1919, por Antônio Sampaio Doria, “*O voto secreto*”, de Mario Pinto Serva, publicado em 1923, “*Breviário Cívico*”, publicado em 1921 por Coelho Netto, “*Conflitos Ideológicos: aspectos doutrinários e conjunturais do atual conflito ideológico*”, publicado da Liga da Defesa Nacional, dentre outros títulos raros constantes das referências. Neste sentido cotejamos também, Relatórios do Ministério da Guerra e Boletins publicados em jornais, todos da época, bem como a Revista *A Defesa Nacional*, publicada desde 1913.

b) **fontes Secundárias** utilizamos para contextualizar o período, nesse sentido, fundamentamos nossa tese com obras de historiadores e cientistas sociais, como por exemplo, Alain Rouquieu, Alfred Stepan, Angela Maria de Castro Gomes, Antonio Carlos Peixoto, Bandecchi Brasil, Décio Saes, Edgard Carone, Edmundo Campos Coelho, Eric Hobsbawn, Fernando da Silva Rodrigues, Frank D. McCann, Hélio Silva, Jeferson Rodrigues Barbosa, José Murilo de Carvalho, Hélio Silva, Marina Gusmão de Mendonça, Nelson Werneck Sodré, Oliveiros Ferreira, Paulo Ribeiro R. da Cunha, Samuel Huntington, Thomas E. Skidmore entre outros. Esses autores, de uma forma ou de outra, contribuíram para refletirmos sobre a

conjuntura política e o papel das Forças Armadas no Brasil, os quais, embora conflitantes entre si, proporcionam uma possibilidade de análise rica, devido ao rigor teórico de seus trabalhos.

d) para construção do referencial teórico-metodológico, em relação à participação dos militares na política como Partido Militar, a tese foi fundamentada em Antonio Carlos Peixoto quanto aos aspectos da interpretação da participação dos militares na política, além de Alain Rouquié, no tocante a formação do conceito de Partido Militar; a interpretação da ação política foi baseada em Karl Marx, Antonio Gramsci, João Quartim de Moraes, Marcos Tadeu Del Roio, Nelson Werneck Sodré, Paulo Ribeiro da Rodrigues da Cunha, contemplando as expressões e conceitos sobre Partido, Aparelho Privado de Hegemonia, Aparelho Hegemônico de Estado, Jornal, intelectual orgânico dentre outros que serão ponderados em momento oportuno.

e) o levantamento bibliográfico e a coleta de fontes primárias e secundárias pesquisas foram realizadas em diversas instituições: na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Exército, na Biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras, no Arquivo do Estado de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, na Sede da Liga da Defesa Nacional no Rio de Janeiro, na Sede da Liga da Defesa Nacional em Brasília, na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na Biblioteca da Universidade de São Paulo, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e de São Paulo, no Arquivo Nacional, no CPDOC/FGV/RJ e no Arquivo Histórico do Exército, bem como arquivos pessoais, bases de dados presenciais e online.

f) com a finalidade de estabelecer diálogo com outros trabalhos, realizamos leituras de artigos, teses e dissertações que estão especificadas nas referências deste trabalho, que apesar de não serem estritamente vinculadas ao objetivo desta Tese, possibilitaram o diálogo, tendo em vista o recorte histórico estar intimamente relacionado ao nosso objeto de pesquisa.

Para operacionalizar o nosso trabalho realizamos a discussão nos fundamentando no exame das Atas do Diretório Central e da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional, contextualizando-as por meio do cotejamento das fontes secundárias que delineiam o cenário da época ou discutem a Entidade especificamente. Nesse sentido, o resultado deste trabalho está disposto da seguinte forma:

No primeiro capítulo, realizaremos a discussão teórica, alicerçada em nossas reflexões sobre a participação dos militares na política. Nesse sentido, apresentaremos o “estado da arte” sobre os tipos de abordagens em relação a participação dos militares na política. De modo geral, nortearemos a interpretação sobre o mapa conceitual defendido por

Antonio Carlos Peixoto, no tocante as vertentes da participação dos militares na política, enquanto duas linhas gerais, sendo elas a leitura Instrumental e a Organizacional/Institucional. Isto posto, criar-se-á a base para fundamentar a construção conceitual de nossa tese central, de que a Liga da Defesa Nacional seria uma expressão de Partido Militar. Nessa linha interpretativa, apresentaremos as possíveis cisões e características especificamente militares. Diante desse cenário, discutiremos o conceito de anticomunismo, particularmente no Brasil, com o objetivo de demonstrar o surgimento dele, em geral nas Forças Armadas, mas particularmente na Liga da Defesa Nacional. A partir das premissas expostas acima, fundamentaremos nossa tese na hipótese de que a Liga se configurou enquanto aparelho privado de hegemonia, para a construção do ideário anticomunista. Portanto, defenderemos que a Liga operou um reajustamento de foco, transformando a Entidade em instrumento de divulgação do ideário anticomunista produzido pelos intelectuais orgânicos, tanto civis, quanto militar, como expressão de um Partido Militar. Sugerimos que a Liga foi uma organização de divulgação do ideário nacionalista, travestido de anticomunismo, no período de 1930-1964.

Para dar início à defesa desta Tese, no segundo capítulo, discorreremos sobre a origem da evolução da doutrina de guerra do Exército Brasileiro, a partir da década de 1910. Como ponto de partida, discutiremos as consequências da missão militar do Brasil à Alemanha, com o objetivo de modernizar o Exército. Defenderemos que esta iniciativa do Ministro Barão Rio Branco irá desencadear uma revolução no grupo de militares que participaram do Estágio na Alemanha. Tal formação desenvolverá a necessidade de constante modernização das Forças Armadas, tanto de Doutrina quanto de tecnologia. Suscintamente, demonstraremos que as reflexões desses militares realizadas, particularmente na Revista “*A Defesa Nacional*”, estarão presentes nas premissas dos discursos feitos por Olavo Bilac sobre Defesa Nacional e que fundamentarão os conceitos de Estado Nacional e de Nação para o conjunto do país. Estabeleceremos os pontos de contato entre civis e militares no apoio da campanha para a efetivação do Sorteio Militar, norteadas por uma concepção de Interesse Nacional.

Diante do exposto, mergulharemos nos discursos do poeta Olavo Bilac sobre a Defesa Nacional que deram alicerce para a construção e para a consolidação da Liga da Defesa Nacional. Demonstraremos como as ações para a implementação do serviço militar obrigatório, a defesa da instrução primária e o nacionalismo transformaram a Entidade em

aparelho hegemônico de Estado⁶. Diante do exposto, defenderemos que o objetivo era transformá-la num órgão de representação nacional, no tocante ao desenvolvimento do nacionalismo e da cidadania. Assim, apresentaremos como estas ações foram realizadas pelo Diretório Central, localizado, à época, no Rio de Janeiro. Portanto, esse será o momento em que a Entidade postula um projeto de modernização conservadora, o qual se desenvolveu no período de 1916 a 1930.

No terceiro capítulo, analisaremos o reajuste de foco da Entidade, de modernização conservadora para uma agenda de combate ao comunismo. Apresentaremos como ocorreu a articulação política da Entidade, no decorrer da eclosão do movimento de 3 de outubro de 1930. Assim, derivado do posicionamento da Entidade, devido as consequências da Revolução de 1930, demonstraremos como iniciou o anticomunismo, segundo as manifestações dos membros da Liga da Defesa Nacional. Naquele momento de tensão, demonstraremos em que medida a construção do anticomunismo auxiliou para o golpe de 10 de novembro de 1937. Portanto, concluiremos que o levante militar realizado pela Aliança Nacional Libertadora serviu como justificativa para criar “o perigo vermelho”, subsidiado pela disseminação anterior e posterior ao evento de um ideário anticomunista inerente à parcela de militares e civis que compunham a Entidade.

Na sequência, o quarto capítulo, analisaremos o contexto da II Guerra Mundial dentro da perspectiva da Liga da Defesa Nacional. Esse será o momento de declínio do Estado Novo, sendo o envio da Força Expedicionária Brasileira para o teatro de operações italiano uma última tentativa de sustentação do regime. Nesse sentido, analisaremos como a Liga absorveu o alinhamento político brasileiro à política externa americana e como se inseriu o combate ideológico contra a União Soviética que, em tese, ainda era aliada. Dessa forma, demonstraremos que apesar do fim do Estado Novo e o pequeno arroubo de democracia a Entidade operou a manutenção do combate ao novo inimigo interno.

No quinto capítulo, confirmaremos nossa hipótese, articulando a influência da construção do anticomunismo na década de 1930 dentro da Entidade, com o movimento civil-militar deflagrado em 31 de março de 1964. Particularmente, abordaremos a interação dos

⁶ Antonio Gramsci (2012, p. 257) descreve diversas as características concernentes ao aparelho hegemônico de Estado. Assim, estritamente entendemos nosso objeto que em alguns momentos operou como aparelho coercitivo, [...] “fazendo com que seus membros (neste caso enquanto aparelho privado de hegemonia), encontrem neste único partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, isto é, romper todos os fios que ligam estes membros a organismos culturais estranhos”; o nacionalismo seria portador de uma nova cultura que servia como veículo de divulgação ideológico. Dentre as diversas concepções de Ideologia, postulamos no sentido asseverado por Karl Marx, no qual denota “ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência” (BOBBIO, 1998, p. 595)

militares que participaram da II Guerra Mundial e que se hegemonizaram no Exército e na contribuíram na Liga da Defesa Nacional. Dessa forma, apresentaremos os pontos de contato da influência da Guerra Fria, nos rumos político- brasileiro. Todavia, apesar de um pequeno período de ostracismo político, pós Estado Novo, a Entidade retorna à cena nas vésperas do Golpe-civil Militar de 1964, ajustando seu discurso ao cenário político, com características mais refinadas. Destarte, defenderemos a tese que o anticomunismo, gerado em 1930, travestido do nacionalismo bilaquiano, do final da década de 1920, reapareceu na década de 1960 como meio de conscientização da população para um Projeto Nacional, este ideologicamente norteado à direita do processo. Portanto, defenderemos a tese de que a Liga operou um reajustamento de foco, transformando a Entidade em instrumento de divulgação do ideário anticomunista produzido pelos intelectuais orgânicos, tanto civis, quanto militares, como expressão de um Partido Militar. Sugerimos, como hipótese, que a Liga foi uma organização de divulgação do ideário nacionalista, travestido de anticomunismo, no período de 1930-1964.

CAPÍTULO 1

EXÉRCITO E POLÍTICA NO BRASIL: TEORIAS PARA UMA INTERPRETAÇÃO

Para analisarmos a participação dos militares na política, é necessário realizar um adendo sobre o conceito de Estado, quanto ao debate teórico. Escolhemos trabalhar com o verbete “Estado Contemporâneo” do “*dicionário de Política*”, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, que analisa a função do Estado tanto nas sociedades capitalistas desenvolvidas quanto nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, notadamente quanto a sua importância nos aspectos políticos, econômicos, ideológicos e como força legal - polícia e Forças Armadas, no contexto de uma sociedade.

Para Norberto Bobbio (1998, p. 402), a relação Estado-economia modificada com a constituição do capital financeiro. O paradigma mudou: a política econômica do Estado interfere agora diretamente, não só por meio de medidas protecionistas em relação ao capital monopólico, mas também das manobras monetárias do Banco Central e, pouco a pouco, mediante a criação de condições de infraestrutura favoráveis à valorização do capital industrial. Com a inserção da classe trabalhadora nos partidos, essas poderiam impor um controle “democrático” da economia, sendo que os partidos que defendera tradicionalmente os interesses do capital contra o trabalho se mobilizaram. Do ponto de vista teórico, isto implica a passagem da economia política à análise e crítica da política econômica do Estado.

Se A. Smith e D. Ricardo limitavam as funções do Estado à manutenção das instituições militares, policiais, educativas e judiciárias, deixando o resto ao “natural” desenrolar da lógica do mercado, as funções acima delineadas expressam, ao invés, claramente a presença do Estado no processo de acumulação.

Do ponto de vista marxista, este processo se explica pelo progressivo aumento da complexidade do processo de produção: o desenvolvimento capitalista se tornou mais dependente da ciência e da técnica, a divisão do trabalho se acentuou ainda mais e os serviços laborais se tornaram mais especializados (BOBBIO, 1998, p. 404-405)

Norberto Bobbio (1998, p. 418), fundamentado em N. Luhmann, afirma que há duas categorias de pensamento político, sendo elas complexidade e contingência. Complexidade é o conjunto das possibilidades de ação que se abrem ao indivíduo numa sociedade de capitalismo maduro; contingência é o âmbito das possibilidades de ação “limitadas” ou permitidas ao indivíduo. O sistema político tenta diminuir a complexidade do sistema social, com o fim de garantir a própria “estabilidade”. Segundo o autor é o “político”, por exemplo, que define os “temas” sobre os quais se deverá formar a opinião pública; mas é sobretudo o poder político que orienta a ação social, controlando e transmitindo as informações

necessárias para agir de um extremo a outro do sistema social. Bobbio ao dialogar com os clássicos do contrato social assevera que:

[...] o contrato social que assinala simbolicamente a passagem do Estado de natureza ao Estado civil, não é mais do que a tomada de consciência por parte do homem dos condicionamentos naturais a que está sujeita sua vida em sociedade e das capacidades de que dispõe para controlar, organizar, gerir e utilizar esses condicionamentos para sua sobrevivência e para seu crescente bem-estar. Mas desde o momento em que tudo isto pressupõe a instauração da ordem "política" que visa a eliminação preventiva dos conflitos sociais, surge imediatamente o problema do lugar ocupado nessa estrutura pelos grupos sociais tradicionais e pelos grupos em vias de formação (camadas, classes), na sua pretensão de exercício de uma função de hegemonia sobre toda a comunidade. A partir do sucesso diferente e dos vários graus de domínio que tiveram as velhas e novas forças sociais, surgiram as diferenças verificadas em diversos países e em diversos momentos históricos em torno do modo geral de organização das relações sociais, como variantes do mesmo modelo geral de Estado, detentor do monopólio da força legítima (BOBBIO, 1998, p. 438).

Sobre a função política das armas, elas propriamente são instrumentos que desenvolvem a força necessária para conduzir e vencer a guerra. Não há dúvida de que, para uma análise do papel político que podem desempenhar, é mister considerá-las, antes de mais nada, dentro dos limites da sua função defensiva, de instrumentos da manutenção da ordem e, portanto, da paz, tanto em relação aos perigos externos provocados pela agressividade de outros Estados (guerra internacional), quanto em relação aos perigos internos que podem ser causados por tentativas de insurreição de determinados grupos políticos (guerra civil). Tendo presente que o poder político nasce, de algum modo, da força física e que a sua conservação depende, em última instância, da possibilidade do recurso à violência, compreender-se-á que os armamentos possam também ser definidos como o instrumento mais comum de repressão da vontade alheia. Desse modo, “o poder é a possibilidade de contar com a obediência a ordens específicas por parte de um determinado número de pessoas. Todo poder carece do aparelho administrativo para a execução das suas determinações” (BOBBIO, 1998, p. 402).

As teorias que se propunham analisar o quadro da economia local, notadamente fundamentada na Modernização Conservadora⁷ e nas Revoluções passivas⁸, tiveram como

⁷ No Brasil não houve uma revolução industrial e burguesa clássica como nos países capitalistas. Como salientou Barrington Moore Júnior (1975, p. 13 e 14) que há “três caminhos históricos principais, desde o mundo pré-industrial ao contemporâneo. O primeiro caminho levou à construção de sociedades capitalistas e democráticas na Inglaterra, França e Estados Unidos. Já no segundo caminho também era capitalista, mas na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar com o fascismo”. E, por fim, o terceiro caminho foi o comunismo, que se desenvolveu na Rússia e na China.

⁸ Floresta Fernandes (1991, p. 144) considera que a obliquidade da burguesia nacional se estabelece porque a revolução burguesa no Brasil, nos anos 1930, dirigiu o país pelos caminhos de um capitalismo dependente, cujos traços centrais estabeleceram-se numa dominação burguesa. Assim, no tocante a análise que Florestan Fernandes fundamenta sobre o Brasil, é interessante destacar a interpretação acertada de Carlos Nelson Coutinho sobre

característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais. Neste caso, o resultado foi um pacto político entre a classe dos proprietários de terra e a burguesia. Como afirma Murilo José de Souza Pires (2009, p. 414) as relações políticas no seio do Estado Nacional foram construídas com a permanência dos interesses entre o moderno e o tradicional arraigados, com maior ou menor intensidade, no centro de decisão política dentro do Estado. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista.

No bojo do desenvolvimento capitalista a partir do Estado Nacional Brasileiro, surgira na década de 1940, a Teoria da Dependência. Esta análise foi decorrente da situação econômica da América Latina pós-segunda Guerra Mundial. Segundo Pedro Duarte e Edilson Graciolli (2007, p. 1) “surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940”. Em termos de corrente teórica, a Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Dentro dessa perspectiva, no final da década de 1940 foi criada, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe. A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Seu principal objetivo era a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma. Instrumentalizada a partir da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, a agenda de reflexão inaugurada pela CEPAL compunha-se do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas: tratava-se da passagem de um modelo de crescimento primário-exportador

Fernandes, particularmente na obra “A Revolução burguesa no Brasil”. Carlos Coutinho compara a análise de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior afirmando que o primeiro, na tradição marxista, fundamenta em pelo menos dois conceitos elaborados para apreender processos de transição “não clássica” para o capitalismo, ou seja, processos que não seguiram o paradigma das revoluções inglesas do século XVII ou da Grande Revolução Francesa do século XVIII. Carlos Nelson Coutinho se refere à noção de “via prussiana”, elaborada por Lenin, e à de “revolução passiva”, cunhada por Gramsci. Em Lenin, o autor afirma que a noção serve sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo. Porém, em nosso caso particular a “via prussiana”, conservam-se na nova ordem fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extra econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais. Portanto, em Gramsci, o conceito é usado para definir os processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista. COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv54.htm>. Acesso em: 20/04/2015.

ao modelo de “desenvolvimento para dentro” (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 2)

O Estado, no Terceiro Mundo, desenvolveu-se em condições diferentes dos países avançados, principalmente devido à ação do capital estrangeiro nos países periféricos e ao resultante enfraquecimento da burguesia local. Esse enfraquecimento dificulta o estabelecimento da hegemonia local e cria condições para o surgimento de regimes autoritários, altamente coercitivos e burocráticos. A versão weberiana da dependência, também conhecida como versão da interdependência, ou ainda como versão do capitalismo dependente-associado nasce, assim com as outras vertentes, da crítica estabelecida às teorias do desenvolvimento, anteriormente expostas.

O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, idéia essa defendida pela CEPAL nos idos das décadas de 1940 e 1950 (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 4)

Segundo os autores, a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, notadamente a resultante da periferia do sistema. Na determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, a integração destes com a contraditória estrutura social interna, composta por classes dominantes e uma sociedade dotada de autonomia política e econômica. Duarte e Graciolli (2007, p. 5) afirmam que segundo essa concepção, “as sociedades latino-americanas eram compostas por formações sociais “tradicionais”, mas que lentamente caminhavam sentido a um outro tipo de sociedade, chamada “moderna”; durante esse processo, formava-se um padrão intermediário, característico dos países em desenvolvimento”. Entretanto, os autores advertem que existe um outro viés, baseado a versão marxista da dependência.

[...] é só com Ruy Mauro Marini, e sua obra político-teórica “Dialética da Dependência” que se conforma efetivamente a Teoria Marxista da Dependência. O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades que impedem que o capitalismo aqui se desenvolva da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 6)

Tal importância se dá na medida em que a classe trabalhadora desempregada que forma esse exército pressiona constantemente a parte dessa mesma classe que está empregada,

deixando estes em uma situação de instabilidade e incerteza. Como a parte desempregada está disposta a trabalhar a salários inferiores aos vigentes (já que querem de toda forma se ver livres do desemprego), os que se encontram empregados ficam sujeitos a trabalho excessivo, de modo que a exploração a que são submetidos é a fonte de enriquecimento da classe capitalista como um todo. Assim, a classe dirigente irá compor para pressionar a classe trabalhadora diante do contexto internacional. Esta relação de força entre estes atores sociais irá pressionar a economia e criar grupos de pressão.

Nesse sentido, dominar as instâncias de poder é fundamental. Como existem diversos grupos que querem se propor dirigentes, devido à complexidade das relações sociais, a hegemonia de poder e de direção é imprescindível. Qualquer definição de *hegemonia* é complicada pelo uso da palavra em dois sentidos diametralmente opostos: primeiro, significando domínio; segundo, significando liderança, tendo implícita alguma noção de consentimento. Em Gramsci (2004, p. 15-52), no Caderno 12, a categoria hegemonia significa o predomínio ideológico das classes dominante (valores e normas burguesas) sobre a classe subalterna, na sociedade civil, sendo o próprio Estado encarregado de legitimar a hegemonia da burguesia no poder. Essa textura de hegemonia, segundo Gramsci, é construída pelos intelectuais, os quais têm papel organizativo na sociedade.

[...] O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. [...] Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente. (GRAMSCI, 2006, p. 63).

Essa textura de hegemonia é construída pelos intelectuais (orgânicos), que são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade. Logo, o Estado é, ao mesmo tempo, um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante (dentro da sociedade civil), por meio de instrumentos de poder e força repressiva (sociedade política), que mantêm os grupos subordinados fracos e desorganizados. No entanto, após a crise econômica capitalista mundial, em 1929, o Estado, nessas regiões subdesenvolvidas, interveio para estipular tarifas protecionistas, a fim de transferir a renda do setor de exportação para o setor

doméstico, e para criar a infraestrutura necessária na intenção de manter uma indústria de substituição de produtos importados.⁹

Logo, o problema de hegemonia, que a interação política foi incapaz de resolver, é solucionado por meio do recurso ao autoritarismo, notadamente, frente à crise de acumulação, quando as formas democráticas e outras formas de Estado burguês não são mais adequadas para satisfazerem as necessidades do capital doméstico estrangeiro, e quando uma coalizão capitalista atua para substituir essas formas por regimes autoritários. Sendo assim, foi necessária uma opção teórico-metodológica definida, embora não dogmática. Das referências que consideramos particularmente relevantes, tomamos essas concepções por base.

Inicialmente, na obra “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, Karl Marx¹⁰ analisa uma sucessão de crises que culmina com um golpe de Estado. Esta obra proporciona valioso instrumental, especialmente para acompanhar o desenvolvimento de articulações entre o plano econômico e político, e o progressivo envolvimento dos militares na política.

Em paralelo ao caso em tela, havia intenção, não muito clara, de se construir a democracia, por meio do voto e da criação de Partidos Políticos no Brasil. Entretanto, no que tange à Liga da Defesa Nacional, os grupos que integravam a entidade não tinham posição definida sobre o assunto. Desse modo, dialogando com o Marxista Sardo, acertadamente, realiza uma análise sobre o tipo de intelectual orgânico da América do Sul e Central em geral. Ele afirma que inexistia, nos primórdios do século XX, uma ampla categoria de intelectuais tradicionais. Assim, consideramos que, devido ao caso particular do Brasil de ter sido colonizado por portugueses, houve uma predominância caracterizada pela Contrarreforma e pelo militarismo. A base industrial era muito restrita e não havia, ainda, desenvolvida superestruturas complexas.

[...] a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são

⁹ Martim Carnoy (2004) analisa que após 1930, o Estado se caracterizou por uma divisão de poder entre a nova burguesia nacional e a velha oligarquia. Em alguns Estados subdesenvolvidos, o aparelho burocrático foi usado para formar um grupo industrial que, posteriormente, dividiu as funções empresariais entre as empresas pertencentes ao Estado. O processo de industrialização, por sua vez, criou os deslocamentos populacionais do campo para as cidades, bem como as sociedades urbanas de massa, compostas de um operariado assalariado e uma população de não assalariados, centro de revoltas sociais. Por outro lado, o aparecimento do autoritarismo é explicado como tendência lógica de uma burguesia financeira e monopolista regional frágil, em resposta a uma crise econômica capitalista mundial derivada da acumulação capitalista internacional. E ainda, havia pressões provenientes das burguesias e dos Estados metropolitanos, os quais queriam expandir a acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido, forçando novas medidas como o militarismo, cujo objetivo é extrair o excedente, por uma fração crescente dos benefícios provenientes da produção. Observamos que o militarismo é acionado pelas burguesias como forma de estabelecer a ordem e aumentar a acumulação capitalista (CARNOY, 2004, p. 242).

¹⁰ MARX, Karl. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição Nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos [...] o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação dos interesses e da influência clerical e militarista à política laica do Estado moderno. Ocorre assim que, por oposição ao jesuitismo, tenham ainda grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a “Igreja positivista”. Os eventos dos últimos tempos (novembro de 1930) – do *Kulturkampf* de Calles, no México, às insurreições militar-populares na Argentina, no Brasil, no Peru, no Chile, na Bolívia – demonstram precisamente a exatidão destas observações (GRAMSCI, 2004, p. 31)

Infelizmente, a questão dos intelectuais no Brasil não está vinculada à análise progressista estabelecida por Gramsci, no tocante ao “moderno príncipe”, ou seja, o Partido, fundamentado nos escritos do pensador florentino, “*Nas breves notas sobre política de Maquiavel*”, no caderno 13:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenho tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o **partido político**, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2012, p. 16, grifo nosso).

Gramsci (2012, p. 36) afirma que Maquiavel jamais diz que pensa em, ou se propõe ele mesmo, mudar a realidade, mas visa apenas e concretamente mostrar como deveriam operar as forças históricas para se tornarem eficientes. Porém, acreditamos que, antes de tudo, para criarmos o partido, ou melhor, o aparelho privado de hegemonia, é necessário possuir intelectuais que pensem o sentido da ação política. Dessa forma, Antônio Gramsci é contundente ao estabelecer a mais típica classe dos intelectuais.

[...] A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que é parcialmente durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária [...] (GRAMSCI, 2004, p. 16)

O autor discorre que esta classe de intelectuais era juridicamente comparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos “(disso nasceu a aceção geral de “intelectual”, ou de “especialista”, da palavra “clérigo”, em muitas línguas de origem neolatinas ou fortemente influenciadas, através do latim eclesiástico, pelas línguas neolatinas, com seu correlativo de “laico” no sentido profano,

de não especialista)” (GRAMSCI, 2004, p. 17) não foi exercido sem combate e sem restrições. Por isso, afirma o autor, nasceram sob várias formas, outras categorias de intelectuais, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, no caso em tela da análise do cientista político sardo. Assim, formou-se a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos e por que não, pensadores militares.

Nesse contexto, alguns leitores de Gramsci tendiam a se sobrepor à leitura de um Gramsci “maduro”, abraçando o pensamento da socialdemocracia, ou mesmo o liberalismo, destacando-o, entre outros autores, como Norberto Bobbio. Essas interpretações possibilitaram, a alguns, aplicar a Gramsci a suposta classificação de teórico da superestrutura. Esta qualificação, poderá em tese, vinculá-lo à defesa da democracia participativa, retirando o perfil revolucionário do autor. Apesar da consideração acima, Marcos Tadeu Del Roio (2005, p. 18) adverte que o elemento fundamental a ser observado, para explicar esse novo “encarceramento” de Gramsci, é a força e a eficácia da ofensiva do Capital, na produção e na cultura, contra o mundo do trabalho, suas instituições e representações culturais. Consideramos que este novo encarceramento defendido por Del Roio (2005), em nosso caso particular, pode ser entendido como uma conformação e acomodação dos trabalhadores dentro da lógica do Estado, sem superar a estrutura capitalista, proposta nos escritos do comunista sardo.

Aqui propomos nosso diálogo com Gramsci, a partir do Projeto Nacional encetado por Olavo Bilac, via Liga da Defesa Nacional. A Liga da Defesa Nacional seria um aparelho privado de hegemonia, a qual desenvolveria o Projeto de Nação e os pressupostos de nacionalismo a serem disseminados por toda a sociedade.

[...] ‘A desconstrução’ da classe operária e de seu movimento político-cultural pela ação de uma massa de intelectuais orgânicos do capital postados na organização da produção e nos meios de difusão da informação, com a generalização do ideário pós-moderno, torna incompreensíveis e sem sentido as questões postas por Gramsci. Para um mundo no qual predomina a fragmentação dos sujeitos e no qual não há sentido qualquer a noção de totalidade contraditória do real, não é possível perscrutar a emancipação humana da alienação do trabalho imposta pelo capital, rumo a um humanismo integral. (DEL ROIO, 2005, p. 18).

Além de Partido¹¹, pois concentrava intelectuais orgânicos com um projeto delimitado. Inicialmente a Revista “A Defesa Nacional tinha o potencial organizativo de um

¹¹ Antonio Gramsci conceitua partido político “é todo o conjunto e de modos de existência através dos quais uma massa de partido manifesta sua vontade. [...] Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do

Partido Político, pois reunia militares com interesses comuns para a modernização do Exército. Em decorrência, sob influência teórica destes militares, poderíamos classificar a Liga da Defesa Nacional, também como Jornal¹², configurando-se num aparelho privado de hegemonia para, em um segundo momento, transformar-se em aparelho hegemônico de Estado. Como discorre Antonio Gramsci (2004, p. 218) “Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos. Por analogia, o exemplo italiano citado pelo autor, se encaixa com as propostas tanto da Revista “A Defesa Nacional”, quanto da criação e da forma de atuação da Liga da Defesa Nacional. Em nossa abordagem, defenderemos, a partir dos capítulos seguintes que a entidade pode ser delimitada em ambas as categorias Gramsciana, tanto de Jornal, quanto de Partido, organizando a interação e atuação dos intelectuais orgânicos civis e militares da entidade.

As categorias de Antônio Gramsci possibilitam esta análise, pois a Entidade, além de reunir militares e civis num mesmo plano ideológico, realizava reflexões e intervenções segundo deliberação interna (Partido), mas divulgava seus postulados, em estrito diálogo com os demais meios de comunicação. Nesse sentido Gramsci (2012) atribuiu ao grupo que estabelece a Hegemonia por meio do Estado a construção do “conformismo social”:

[...] Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2012, p. 23)

A educação tem caráter central na perspectiva de Gramsci. Os jovens eram os que consolidariam a formação para a superação de sua situação de exploração. Por outro lado, a Liga da Defesa Nacional, por meio de uma proposta diametralmente oposta, estabelecia as bases para uma formação de “cidadania cívica” peculiar. Ela propunha justamente o caráter

qual o partido é expressão e a parte avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido” (GRAMSCI, 2012, p. 88).

¹² [...] Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2004, p. 21).

tradicional de Estado que Antônio Gramsci (2012) combatia. O cientista político Sardo afirma acertadamente, quando analisa a América do Sul e Central, mais particularmente o movimento de 1930 no Brasil, que a questão dos intelectuais deve ser examinada no sentido de que inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais. Gramsci (2004, p. 31) afirma que “a composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quantidade de índios, que em alguns países formam a maioria da população”. Dessa forma, o autor considera que o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação dos interesses e da influência clerical e militarista à política laica do Estado moderno.

O conceito comum de Estado é unilateral e conduz a erros colossais [...] da história francesa, de 1870 até hoje, não se devem a iniciativas de organismos políticos derivados do sufrágio universal, mas ou de organismos privados (empresas capitalistas, Estado-Maior, etc.), ou de grandes funcionários desconhecidos do país, etc. Mas, isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de Hegemonia ou sociedade civil. Deve-se notar que, desta crítica ao “Estado” que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos, etc., nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do Executivo, etc. (GRAMSCI, 2012, p. 258).

Esta fundamentação do cientista político sardo sobre Estado é fundamental para entendermos a formação de hegemonia e a possibilidade de gestação de golpes, orquestrada pela manipulação “velada” da democracia, pois a massa se deixa levar nas ondas da opinião pública construída. No caso particular do Brasil, a classe operária mobilizava-se, como os movimentos ocorridos em 1917, 1918 e 1919, conquistando direitos trabalhistas inéditos para o Brasil, que vinha duma recém abolição da escravidão. As lideranças políticas do Rio de Janeiro e dos Estados, onde a produção industrial estava iniciando, temiam o reflexo dos acontecimentos da Europa, principalmente pela revolução ocorrida em outubro de 1917, na Rússia.

Havia uma interpretação própria de uma parcela dos militares sobre o problema de desenvolvimento brasileiro. Sérgio M. Pinto (2005) destaca que mentalidade, ideologia, espírito ou pensamento militar não são suficientes para definir os militares. Seria necessário atribuir sentido mais preciso às denominações empregadas por diferentes autores para se referirem ao que, até aqui, chamamos de “*modo de pensar próprio dos militares*”. Evidenciam essa necessidade devido à polissemia desses termos e à ausência de maior rigor no seu emprego, variando a abrangência dos significados desde o mais estrito de identidade profissional, ao mais amplo de uma concepção de mundo. Por outro lado, evitar a rigidez

semântica torna-se, nesse caso, desejável, pois o modo de pensar próprio de um grupo sócio profissional é um conceito cuja formulação precisa é problemática, como se observa na tentativa de Cardoso e Brignoli (1983, p. 394-401), ao tratarem das mentalidades coletivas.

Optamos por *pensamento*, principalmente por ser o termo que remete, ou melhor, adapta-se à categoria gramsciana de *concepção de mundo*, um importante fundamento na estrutura deste trabalho. Gramsci adverte que, em toda atividade intelectual, em todo pensar, está contida uma concepção de mundo, e que essa própria concepção de mundo vincula o indivíduo a um grupo, "precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir". (GRAMSCI, 1981, p. 11-12). Essa expressão, ademais, é de uso frequente e bem aceito no campo das ideias, inclusive em relação às instituições militares¹³.

Empregamos o conceito de *pensamento militar* como um conjunto de concepções, crenças, valores e atitudes que se formam no exercício da atividade militar e que pautam a inserção das Forças Armadas e de seus membros na sociedade inclusiva. Entendido como categoria histórica, encerra as "estruturas mentais" do grupo, elementos derivados da conjuntura e mesmo dos acontecimentos, que se enredam naquela "dialética da duração" de que fala Braudel¹⁴ (1982, p. 9). Assim, explicitar o pensamento militar implica reconstruí-lo, resgatar seu processo de formação, captar seu movimento, acompanhar as transformações por que passa, de acordo com cada momento histórico, o qual reflete uma característica peculiar da conjuntura social e política. Assim, após a Revolução de 1930, a evolução da doutrina de Guerra do Exército e o amadurecimento ideológico dentro da Liga da Defesa Nacional criara uma mentalidade própria do grupo que se hegemonizava na Entidade.

A epígrafe do Capítulo "Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil", presente na obra "Os Partidos Militares do Brasil", coordenada por Alain Rouquié, faz-nos refletir sobre a expressão *Partido Militar*, pois, em relação a ela, o General Hugo de Abreu afirma não ter compreendido bem por que a partida do presidente Castello Branco e a transmissão da presidência ao General Costa e Silva era encarada "[...] como a chegada ao poder de um partido adverso". Tal frase demonstra a complexidade da análise da participação dos militares na política. Inclusive, atualmente, há na comunidade acadêmica, uma profunda insatisfação diante dos métodos mais difundidos de abordagem do poder militar, no cenário político.

¹³ Ver, por exemplo, OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987. O próprio título dessa coletânea de artigos deve ter contribuído para difundir o uso do termo.

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. 4.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 9

Em geral, o estudo do papel político dos militares circunscreve-se na busca das causas ou do sentido das intervenções armadas, em política. O caso brasileiro foi emblemático, pois os militares atuaram na vida política desde a República, de maneira pontual e, em diversos momentos, apoderando-se, inclusive, do governo como o período de 1964 até 1985. Não obstante, para certos autores, como, por exemplo, Alain Rouquié, o Exército brasileiro costumava atribuir-se, no sistema político, como um “poder moderador”¹⁵ análogo ao do soberano no tempo do Império.

[...] Foi o velho Exército de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto que instaurou a República em 1889, antes de entregar a direção da coisa pública aos civis. E foi ele também que deu fim à República oligárquica, em 1930. Foi ele igualmente que permitiu em 1937 a instauração, pela força da ditadura centralizadora, do Estado Novo de Getúlio Vargas. E o Exército, que sustentou essa experiência autoritária, chegando o momento, em 1945, depôs Vargas e estabeleceu um sistema democrático (ROUQUIÉ, 1980, p. 11).

De acordo com o referido autor, os militares foram “[...] Vigilantes, mas aparentemente inconsequentes, os fiadores ‘da ordem e do progresso’ se opuseram em 1945 e 1961 às autoridades legitimamente eleitas, mas em 1955 voaram em socorro da Constituição” (ROUQUIÉ, 1980, p. 11). O ano de 1964 marca o momento político em que os militares puseram de lado a sua atuação moderadora vigente, para ocupar o Poder. Em se tratando da realidade brasileira, independentemente de posição política

Todos os brasileiros [...], parecem de acordo em que o 1º de abril de 1964 foi um divisor de águas na história brasileira do pós-guerra. Os acontecimentos posteriores só têm servido para fortalecer esta impressão. Estou convencido de que a derrubada de Goulart pôs termo à era de política democrática que começou em 1945. Não importa o que a política brasileira possa trazer depois disso: o processo político será fundamentalmente diferente do que era, entre 1945 e 1964. (SKIDMORE, 1976, p. 17).

Por isso, o autor baseia-se no pressuposto de que é viável compreender o poder militar sob outra perspectiva que não contemple, somente, a sua proximidade ou afastamento do poder e que seria, também, legítimo, apreender os exércitos enquanto atores políticos. Em outras palavras, o autor considera que não seria “[...] metodologicamente salutar, nem operacional, interpretar o aparelho militar, quando ele se acha no centro do poder, como uma ‘caixa preta’, cujos mecanismos fossem indecifráveis ou indiferentes” (ROUQUIÉ, 1980, p.

¹⁵ José Murilo de Carvalho é um dos autores que utilizam essa alcunha para definir a participação dos militares na política.

12). A partir de então, surgem os seguintes questionamentos: como operam os exércitos, no campo da política? De que modo os militares se posicionam quanto à política? São questionamentos que merecem maior atenção posto que podem elucidar as “[...] mais diversas hipóteses ensejadas pela dominação militar” (ROUQUIÉ, 1980, p. 12).

No estágio atual da pesquisa, as interpretações apresentadas cobrem uma ampla gama de problemas e de questões e contêm os elementos-chave da problemática desenvolvida pela Sociologia Militar. Nas obras citadas, o eixo em torno do que se desenvolveu a reflexão reside no esforço para determinar a dependência das Forças Armadas em relação à sociedade e/ou ao Estado. A partir da identificação dessa variável, articulam-se as duas concepções fundamentais que orientaram a pesquisa sobre os militares do Brasil: a concepção instrumental¹⁶ e a abordagem institucional-organizacional, apesar das diferenças, por vezes importantes, existentes na maneira pela qual essas concepções foram empregadas. Variáveis bem significativas, origem social do quadro de oficiais, dimensão e distribuição territorial dos efetivos militares, desempenham, aliás, papel de importância inegável, enquanto os quadros ideológicos das Forças Armadas aparecem como uma variável central, no conjunto do trabalho de pesquisa. Finalmente, foram feitas tentativas para estabelecer relações e conexões entre forças armadas e grupos sociais ou forças políticas. Inversamente, o último dos trabalhos, em ordem cronológica¹⁷, tentou avaliar o nível de autonomia das Forças Armadas em suas manifestações políticas e em seu funcionamento interno.

Seria inútil estabelecer uma classificação dos modelos e das interpretações disponíveis a partir de simples oposições dicotômicas, salvo, é claro, a separação mais geral, entre a concepção instrumental e a abordagem organizacional/institucional. Contudo, ressaltamos que essa dupla demarcação fica menos nítida, sempre que o emprego e a importância das variáveis não correspondam a cada uma das concepções destacadas. Além disso, há importantes diferenças entre modelos que se inserem em uma mesma concepção.

1.1. Leituras Institucional-Organizacional e Instrumental

Há um certo número de modelos de interpretação com aspectos contraditórios e caracteres exclusivos que tentaram apresentar quadros analíticos e explicativos globais do fenômeno militar no Brasil. Houve avanços, porém, estão longe de compreender a

¹⁶ A concepção instrumental foi criada, sobretudo por Nelson Werneck Sodré. É difícil discutir o trabalho de Jaguaribe nesse contexto; se bem que tenha apresentado reflexões acerca das Forças Armadas, elas estão longe de constituir um modelo, e o conjunto de sua obra não se propõe a analisar o fenômeno militar.

¹⁷ Coelho, Edmundo Campos. Em busca de IdEntidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

problemática referente ao papel político-brasileiro dos militares. A análise de cada estudo revela muitas lacunas, ao mesmo tempo em que certas questões de primeira ordem foram deixadas de fora do conjunto da reflexão e do quadro analítico proposto. O poder explicativo é desigual e, sob muitos aspectos, insuficiente. Nenhum deles reuniu elementos suficientes para esclarecer, simultaneamente, a natureza e as características intrínsecas da instituição militar brasileira, de seu desenvolvimento histórico e de suas manifestações políticas. Todos os trabalhos abordados por Antônio Carlos Peixoto (1980) ressaltam a necessidade de maior abrangência nesse tipo de pesquisa, por meio do aprofundamento dos esquemas explicativos referentes a situações históricas concretas em que a intervenção militar, qualquer que tenha sido seu nível, apareça de forma nítida.

Observa-se, portanto, que há necessidade de realização de estudos históricos capazes de servir à elaboração de modelos mais consistentes, como os trabalhos publicados pelos historiadores Frank D. Mccann e José Murilo de Carvalho¹⁸. Isso aponta, evidentemente, para a necessidade de desenvolver a pesquisa histórica, ainda que limitada a momentos e aspectos circunstanciais e parciais do fenômeno militar, com a finalidade de observarmos o objeto em diferentes eixos. Analogamente, concordando com Antônio Carlos Peixoto (1980, p. 28) que a construção de alguns modelos restritos a períodos históricos mais curtos poderá também revelar-se instrumento útil para o desenvolvimento da reflexão.

Diante desse panorama, em linhas gerais, há dois modelos teórico-analíticos de interpretação sobre a ação das Forças Armadas na política: a concepção Instrumental e a Institucional-Organizacional. De acordo com Antônio Carlos Peixoto (1982, p. 29-30), a concepção instrumental concebe as ações militares a partir de motivações externas à corporação, ou seja, é na sociedade civil que residem as razões impulsionadoras das intervenções das Forças Armadas. De acordo com esta vertente analítica, as organizações militares são permeáveis à influência de civis, partidos políticos, associações, clubes, sindicatos, intelectuais, lideranças políticas, Governos Federal e Estaduais, empresários, etc.

[...] A concepção instrumental busca nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação. Elas são acionadas por grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas identificam-se sempre com um ou outro desses grupos. O mais comum inclusive é encontrar, no âmbito da organização, representantes de

¹⁸ Ver: MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 e CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

cada um deles, pois a instituição armada deixa-se penetrar pelas tensões que atravessam a sociedade civil e a esfera política. E os confrontos existem e se desenvolvem no seio da corporação militar são meros reflexos dos confrontos mais globais que marcam o processo político (PEIXOTO, 1980, p. 29-30).

Um adendo a esta fundamentação, é que a concepção instrumental permeia ambos os lados, ou seja, os civis influenciam os militares e vice-versa. Temos que deixar claro, que os militares, para esta concepção não são um grupo monolítico, mas sim, frações de militares que dentro da instituição tentam se tornar hegemônicos. Estas frações podem ter origem ideológica ou mesmo de “famílias militares”, que diante de sua tradição familiar tentam traçar os rumos da instituição, de acordo com seus interesses pessoais de angariar poder e influência, notadamente em cargos de Comando. Estes grupos realizam aliança ou mesmo se digladiam para a obtenção de benesses da carreira ou para legitimar sua ideologia ou visão de mundo.

Por outro lado, a concepção institucional-organizacional explica o comportamento dos militares enquanto pertencentes a uma organização cujos valores institucionais norteiam as ações destes. Assim, “o aparelho militar” é visto como um sistema monolítico, autônomo em relação à sociedade civil e que obedece a um comando hierárquico.

A concepção institucional-organizacional, por sua vez, enfatiza a autonomia da instituição militar face à sociedade global. Segunda essa abordagem, as Forças Armadas se convertem na matriz dos *inputs* e dos *outputs* militares; o fenômeno militar é, em última análise, auto-expiável. Os traços mais salientes da lógica organizacional-burocrática – espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões – são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica, e seu *output* político é o resultado de processos e de decisões que se prendem à lógica e à percepção próprias da instituição e de seu funcionamento vertical. Os papéis extramilitares das Forças Armadas são definidos unicamente pelo sistema de valores institucional e por uma percepção da realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe aos centros de decisão do aparelho, isto é, às estruturas hierárquicas de comando (PEIXOTO, 1980, p. 30).

É importante ressaltar, também, que as duas concepções estão presentes, conjuntamente, ou, de maneira separada, nas diversas interpretações acerca do comportamento político das Forças Armadas e das formas que a intervenção militar assumiu no cenário político-social nacional. Virgílio Santa Rosa (1976), por exemplo, ao estabelecer uma íntima ligação entre o movimento tenentista e, adota, pioneiramente, um viés interpretativo sobre as manifestações dos jovens militares que enfatiza, enquanto fator preponderante para explicar o comportamento destes militares, as suas raízes sociais. Outros

autores, dentre os quais se destacam Nelson Werneck Sodré (2010) e Edgard Carone (1976), adotam a mesma linha interpretativa de Virgílio Santa Rosa.

Paralelamente a esta linha interpretativa calcada nas origens sociais dos militares, há outra que, diferentemente dela, compreende a atuação política das Forças Armadas enquanto fenômeno estritamente militar, ou seja, explica o comportamento de praças e oficiais a partir da lógica institucional, enfatizando aspectos internos ao Exército. Edmundo Campos Coelho (1985), José Augusto Drummond (1986), Alain Rouquié (1980) e José Murilo de Carvalho (1978), por exemplo, adotam tal perspectiva. Há, ainda, um terceiro ponto de vista interpretativo em relação aos militares que, ao estabelecer uma junção entre os aspectos “institucionais” e de classe, atribui ao movimento dos tenentes, por exemplo, caráter militar e, ao mesmo tempo, social, como é o caso de Maria Cecília Spina Forjaz (1988), Décio Saes (1975)¹⁹ e Boris Fausto (1997)²⁰.

De acordo com Mário Cléber Lanna Júnior (2003, p. 344) há, ainda, uma corrente interpretativa que enxerga nas ações e comportamento dos militares um reflexo, ainda que indireto, pelo fato de fazerem parte da burocracia estatal, das crises sociais e disputas políticas que irromperam no país ao longo dos anos. Assim, no entender de Anita Prestes, o Exército exerceria a função de “caixa de ressonância de amplos setores populacionais urbanos” (PRESTES, 1993, p. 15 e 41 apud JÚNIOR, 2003, p. 345). Tal interpretação, segundo aquele autor, não estabelece um vínculo direto entre os militares e uma classe específica. Contudo, enquanto “camada social”, os quadros do Exército possuem “interesses sociais”.

Entendemos que, consideradas isoladamente, as leituras instrumental e institucional-organizacional apresentam limitações. Assim, mediante o exposto, concordamos com Antônio Carlos Peixoto quando este ressalta o fato de que “[...] a análise do processo político brasileiro comporta elementos vinculados às duas concepções” (1980, p. 30). Em nosso entender, as intervenções dos militares, na vida pública nacional, configurar-se-iam movimentos que

¹⁹ De acordo com Décio Saes (1975, p. 87), a intervenção dos militares na política, durante a Primeira República, deve ser compreendida a partir de duas variáveis explicativas: o “status” profissional, ou seja, a posição dos militares no aparelho burocrático do Estado, e a sua origem social, enquanto pertencentes aos setores médios urbanos. Enquanto a primeira estabeleceu a “forma” da atuação política, a segunda delimitou ideologicamente a ação política, dando-lhe “sentido” e “conteúdo”: “Podemos, assim, dizer que a situação especificamente profissional do grupo militar determinou a forma dos movimentos políticos por ele liderados, enquanto a sua condição de integrante das camadas médias urbanas, [...], estabeleceu os limites do seu conteúdo.” (SAES, 1975, p.88). Contudo, vale ressaltar que o referido autor não atribui, aos militares, o papel de representantes políticos dos setores médios.

²⁰ Para Boris Fausto (1997, p. 106), “As origens sociais são uma variável importante para se explicar o fenômeno tenentista. Não se pode ignorar, porém, tanto a posição intermediária dos ‘tenentes’ na hierarquia das Forças Armadas como o dado fundamental de que eles são ressocializados pelo Exército, instituição que guarda certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade”.

ganharam contornos políticos e sociais, não podendo ser reduzidos, unicamente, a componente militar.

A combinação das duas variáveis explicativas, Instrumental e institucional-organizacional, ajuda-nos, também, a melhor compreender e explicar os conflitos e contradições existentes no interior das organizações militares, ressaltando, assim, o fato de que as Forças Armadas não constituem um todo coeso e homogêneo. As cisões e rupturas internas, que levaram à formação de correntes de opinião e grupos de interesses divergentes no seio das instituições castrenses, exerceu significativa influência, tanto na forma e sentido da atuação política dos militares ao longo do período republicano, quanto em suas relações com o Poder político e com a sociedade civil. Dos conflitos, emergiram frações que, apoiando-se nos valores hierárquicos e disciplinares, conseguiam conquistar hegemonia e fazer valer seus interesses e concepções ideológicas.

É importante considerar, também, o fato de que essas crises e rompimentos e, conseqüentemente, a formação de blocos antagônicos, no interior das Forças Armadas, estavam associados às vicissitudes e contradições presentes no cenário político, econômico, social e cultural do país no referido período, destacando-se, como exemplo, o episódio do golpe civil-militar, em 1964²¹, e o processo de abertura política do regime militar, conhecido pelo nome de “distensão”, iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1973-1979)²².

Não cremos que é possível reduzir as Forças Armadas ao mero papel de agente de interesses que se encontram, por definição, fora dos quadros corporativos. Torna-se difícil aceitar a versão mais atenuada dessa concepção, que confirma a existência de cisões no aparelho militar, reduzindo-as, porém, a reflexos das cisões sociais e políticas. Em ambos os casos, negam-se a especificidade militar e a existência de um comportamento institucional, pelo menos em parte, determinado por valores institucionais e por percepções corporativas daí decorrentes, que se articulam no âmbito das Forças Armadas. Antônio Carlos Peixoto (1980, p. 30) ressalta que é ainda muito mais difícil aceitar um “racha” radical entre as Forças Armadas e o resto da sociedade e que o fenômeno militar possa ser percebido como manifestação puramente imanente.

Acreditamos que a leitura instrumental, em momento algum, sugere tal “racha”, pois segundo nossas leituras, entendemos que a fração de militares que se propõe hegemônica, postula uma proposta de ação pautada em suas convicções diante da conjuntura político-social

²¹ De acordo com Marsílea Gombata (2014), “Contrários à ditadura, cerca de 7,5 mil membros das Forças Armadas e bombeiros foram perseguidos, presos e torturados pelo regime”.

²² Ver: OLIVEIRA, 1980.

e os interesses desta fração perante a totalidade da sociedade. Inclusive, de acordo com o que afirma Peixoto (1980), as Forças Armadas não são um agente político “como os outros” partidos, grupos de interesses e de pressão, correntes de opinião, dadas as características de seu funcionamento interno e de sua finalidade. Entretanto, como afirma o autor, a instituição faz parte de um conjunto mais vasto, o aparelho do Estado, e, não se acham desvinculadas da sociedade global. A história confirma que, de modo algum, se pode considerar a organização militar como refratária aos processos e aos mecanismos que atuam no conjunto da vida social e política. Os quadros corporativos não bastam para imunizar a instituição contra o movimento dos grupos sociais e das forças políticas externas e internas a elas. Esses quadros, no caso de Antônio Carlos Peixoto (1980), e, a fração hegemônica, em nossa leitura, pode, como o faz com frequência, transformar o sentido do movimento social, adaptando-o aos valores e à ótica institucional, de tal forma que as manifestações corporativas não sejam meras decorrências de processos externos. Mas, este grupo tem como impedir que as Forças Armadas sejam permeáveis, em graus e segundo ritmos que variam com as diferentes conjunturas, aos processos macrosociais.

Diante do exposto, o fenômeno militar é, na quase totalidade dos casos, o resultado da articulação das pressões exercidas pela sociedade global com um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes (institucionais e partidários) do cenário político. O conjunto dessas características permanece recoberto por sua historicidade, isto é, segundo Peixoto (1980, p. 31) “pela forma como esses traços se formaram historicamente, o que pressupõe, para cada uma dessas variáveis, um quadro permanente de relações com a sociedade civil”. O autor considera que é na interação²³ das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os pontos-chave que possibilitam sua compreensão.

Como situar os modelos explicativos do comportamento das Forças Armadas diante dessas considerações gerais? Concordando com Antônio Carlos Peixoto (1980) é evidente que a ideia de interação, em sua expressão mais simples ou mais requintada, está presente em

²³ Entendemos o conceito, apesar das divergências das várias interpretações, que a ideia-base assenta no princípio de que a interação é possível porque os indivíduos presumem que têm em comum um determinado conjunto de conhecimentos que usam para se orientarem a si próprios, no tempo e no espaço, determinando o significado dos gestos, categorizando os objetos e as pessoas e, desse modo, definindo a forma mais apropriada para, eles próprios, emitirem sinais. Portanto a interação é, pois, uma maneira de testar continuamente a concepção que cada um tem do papel do outro (Turner, 2005); (Domingues, 2004).

tudo. A questão é saber como tal interação é concebida e tratada nos livros sobre o assunto, preservando a especificidade militar ou pelo contrário, despojando-a de seu conteúdo.

[...] Na concepção instrumental, a interação é assegurada a partir do momento em que os grupos sociais se dirigem às Forças Armadas, determinam e fixam os limites da ação. Na abordagem institucional-organizacional, a interação assume a forma de estratégias que se opõem, ou convergem, em um mesmo plano de ação. Mas e é talvez nesse momento que se toca no ponto central de nossa problemática, a elaboração dessas estratégias (sobretudo no concernente às Forças Armadas) não é o resultado do conjunto de relações entre os agentes em confronto. Pelo contrário, a estratégia aparece como função apenas das percepções e decisões institucionais e não se deixa influenciar por outras variáveis que não as específicas da organização (PEIXOTO, 1980, p. 31-32).

Discordamos em parte da afirmação acima, pois acreditamos que a interação não está apenas no sentido dos grupos sociais a que se dirigirem às Forças Armadas, mas no oposto também. O conflito é imanente à sociabilidade e o choque de pontos de vista divergentes são componentes importantes a serem considerados. Não obstante, não cremos que a abordagem organizacional privilegie a interação tão fechada conforme um plano de ação pré-determinado e fixo construído pelas Forças Armadas ou por civis que se dirigem a elas. A construção institucional de uma postura homogênea seria pouco provável, segundo estudos realizados. Todas as tomadas de posição foram realizadas perante o conflito interno, gerado pela possibilidade da tomada de posição da fração de militares que se projetava como hegemônica dentro das Forças Armadas. Os grupos minoritários são sufocados e o consenso, mesmo que forçado, acaba projetando-se no posicionamento hegemônico da instituição.

Afirmar que a noção de interação, aplicada ao jogo político do qual participam as Forças Armadas, supõe assim a capacidade do aparelho militar-institucional para produzir mudanças nas estratégias dos grupos aliados ou adversários, independentemente do fato de as Forças Armadas se encontrarem em situação de competição (1945-64) ou de hegemonia (1964-85). Segundo Antônio Carlos Peixoto (1980) essa noção de interação permite que o jogo político das Forças Armadas seja percebido como resultado de convergências estabelecidas entre as elites militares e as frações das elites civis. Acrescentamos nesta análise do autor que, de fato, isto ocorre, mas também não podemos deixar de citar, que a fração hegemônica das próprias elites militares atuam politicamente, após terem superado a oposição interna à instituição militar. A partir daqui, concordamos com o autor, após este adendo, que os sistemas de alianças entre civis e militares concorrem para um projeto comum de projeção de poder. Isto pode ser visto em análises atuais da ação políticas dos militares, realizadas por

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha²⁴, o qual afirma que o golpe de 1964 foi um golpe civil-militar e não estritamente militar.

A análise institucional-organizacional como resultado de uma percepção e de uma lógica corporativas, deixa quase sempre escapar as tensões e as cisões internas do aparelho militar, bem como a influência que possam ter essas tensões e cisões na formação da opinião militar e no *output* final das Forças Armadas. O fato de o *output* final pertencer, na maioria dos casos, ao conjunto da corporação não pode esconder a evidência de que a estratégia é o resultado de conflitos internos. A partir de uma visão monolítica, corre-se o risco de interpretar que o resultado desse processo deriva de um posicionamento único sobre a postura das Forças Armadas, no cenário político.

[...] É justamente esta dinâmica, dupla, que parece faltar na abordagem institucional-organizacional: de um lado, a articulação dos fatores internos (características institucionais) e externos (pressões e exigências da sociedade global), do outro, a evolução das tensões no aparelho militar e sua capacidade para determinar o comportamento e a ação das Forças Armadas em cada momento do processo político (PEIXOTO, 1980, p. 34).

O autor conclui que o fenômeno da interação intervém em todos os níveis da evolução das tensões e dos conflitos militares. Com a incorporação dos fatores macrossociais e a atuação dos agentes civis que se encontram na confluência de interesses gerados pelo conflito, podemos afirmar, segundo nossas leituras, que a expressão partido militar, quando analisado por meio da fração de militares na instituição torna-se hegemônica, assumindo o papel *output* da instituição. Esta fração de militares projeta sua perspectiva e opinião como se fosse a opinião de toda a categoria dos militares, pois representa a versão “oficial” do posicionamento político da instituição.

Portanto, a inserção das Forças Armadas no processo político e seu comportamento se inscrevem em uma configuração triangular onde coexistem, em um quadro de relações constantes, três agentes: os civis (partidos, grupos de pressão, entre outros), as correntes militares, e as estruturas do comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar). Porém, atualizando o texto para os dias atuais, acreditamos que, em 1964, as relações civis eram condicionadas pela relação de força existente no interior das Forças Armadas; contudo, no período pré-1964 e pós-1985, esta via era de mão dupla, pois os grupos militares, para atingir seus fins, buscavam apoio das elites civis, internas e externas ao Brasil (leia-se multinacionais) ou mesmo de nações estrangeiras.

²⁴ CUNHA, P. R. R. da. PENNA, Lincoln (Org.). **Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo**. Editora: E-Papers. São Paulo, 2008.

Não podemos desconsiderar a questão da hierarquia que possui papel central dentro das Forças Armadas, na medida em que determina uma instituição que funciona em sentido vertical e extremamente centralizada. A hierarquia legitima as pressões e as exigências. Como afirma Antônio Carlos Peixoto (1980, p. 35) “[...] a hierarquia se reserva a de ‘filtragem’, ou seja, ela afasta as solicitações consideradas não-legítimas e aceita outras”. Entretanto, a hierarquia não é um instrumento tão absoluto como alguns julgam ser. Ela tenta impor sua determinação, mas, às vezes, é obrigada a ceder para levar em consideração o estado de seu relacionamento com os grupos civis e as tensões internas que podem existir nas Forças Armadas, produzidas pelos grupos e correntes militares. Mas, como ressalta o autor, desde que isso não ameace a unidade institucional, pois o Regulamento Disciplinar é a vara que rege este ponto basilar da Hierarquia. O que deve ficar claro é que os grupos civis não intervêm nesta questão, tendo em vista que é uma situação peculiar da instituição, pois os conflitos podem estar em mesmo nível de hierarquia, onde o regulamento disciplinar não atua e os grupos resolveram suas tensões de acordo com a força e alianças que detém para sustentar sua posição. Aqui a decisão do conjunto da corporação é definida.

[...] O jogo político, que precede a decisão, ou decisões, privilegia antes a noção de corrente militar ou de fração de elite cujos pontos de vista convergem com as das frações civis. Não obstante, fica evidente que os quadros hierárquicos de comando continuam a desempenhar um papel: exercem influência indiscutível sobre as definições políticas dos membros das correntes que ocupam posições-chave na hierarquia (PEIXOTO, 1980, p. 37).

É, pois, a partir da noção mais geral do movimento da sociedade global e do impacto desse movimento sobre as Forças Armadas que se devem situar os quadros analíticos que permitem a compreensão do fenômeno militar. Deve-se considerar que a própria construção da especificidade institucional, forjada ao longo da história, pelas múltiplas relações multidirecionais que possibilitam a análise. Segundo o autor, a leitura de Alfred Stepan é o que mais incorpora, ainda que insuficientemente, as noções de interação e de convergência, além de reconhecer mais explicitamente a heterogeneidade militar.

[...] As exigências e as pressões com vistas a uma intervenção das Forças Armadas eram sempre contrariadas por outras pressões e outras exigências em favor da manutenção do *status quo*. Essa visão do movimento de reação, que faz com que tais normas sejam mais ou menos constrangedoras, parece escapar ao modelo moderador (PEIXOTO, 1980, p. 39).

Há, ainda, outras leituras referentes ao comportamento político dos militares que, em nosso entender, derivam das duas vertentes analíticas discutidas acima, ou seja, a Instrumental

e a Organizacional/institucional: a concepção de *Poder Moderador*, notadamente defendida por Alfred Stepan, já citada acima, contempla tal interação. Enquanto, também, o conceito de *Partido Fardado*, defendido por Oliveiros Ferreiros estabelece uma analogia em relação à ação unificada da Instituição Militar; a *Esquerda Militar* e o próprio conceito de *Partido Militar*.

1.2. O Partido Militar

Para construir nossa Tese, em relação à Liga da Defesa Nacional, fundamentamos no conceito de “Partido Militar”, que segundo Alain Rouquié (1980) não pretende obliterar as particularidades pertinentes às organizações castrenses, confundindo-as, em suas estruturas e mecanismos próprios, com as organizações político-partidárias. Assim sendo,

[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo, que conhecem em seu seio, tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica, processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. (ROUQUIÉ, 1980, p. 12).

A expressão “Partido Militar” permite o questionamento da ideia simplificadora, largamente difundida, até mesmo nos círculos militares, de que as Forças Armadas se constituam em um organismo coeso e homogêneo, cuja unidade estaria preservada pela escala hierárquica que o compõe. Assim, por outro lado, há que se considerar que a expressão “partido militar” evidencia as ocasiões nas quais há uma intersecção entre Exército e política e vice-versa. Iremos, neste trabalho, utilizar a concepção de Partido Militar, no sentido de situar os conflitos existentes dentro dos grupos que se propunham hegemônicos dentro do Exército.

Neste sentido, alterando a proposta original de Alan Rouquié (1980), entendemos que a Liga da Defesa Nacional se configurou como um “partido militar”, exterior às organizações castrenses, mas que tinham eminentes militares que objetivavam agir tanto externamente à corporação quanto em seu interior visando, assim, à conquista de maior influência, quando não, à hegemonia:

O caráter bastante “militar” ou “estatizado” das instituições militares brasileiras (termo que opomos a “societal”, para designar a maior ou menor permeabilidade social da instituição²⁵) e sua tradição antipolítica, isto é, antipartidária explicam esse quase alheamento. Entretanto, convém assinalar

²⁵ A discussão teórica dessas diferenças em Alain Rouquié et al. *La Politique de Mars, Introduction à l'Étude des Partis Militaires*, Paris, Le Sycomore, 1980, Cap I: Definições e dinâmicas,

a criação do Clube 3 de Outubro (referenciando a data da sublevação vitoriosa que levou Vargas à presidência) pelos tenentes, jovens oficiais exaltados, e que se afigura bastante como um embrião de partido revolucionário *sui generis*. O general Góes Monteiro, chefe militar da sublevação e fundador do Clube disse mais tarde de maneira bem sugestiva: “O objetivo que tive com a fundação desse Club foi impedir que os tenentes levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Club, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade de uma reconciliação entre militares revolucionários e seus antagonistas”. (ROUQUIÉ, 1980, p. 13).

As organizações representativo-corporativas das Forças Armadas converteram-se em férteis terrenos de disputas e embates em torno de interesses, quando se decidiu pela eleição dos membros que comporiam as suas diretorias que, até então, eram escolhidos por meio de indicações hierárquicas. Em uma sociedade, na qual os militares exercem significativa influência, como a brasileira, de 1930 a 1964, os pleitos como os do Clube militar ganharam importância vital para a manutenção do Poder político. As disputas no interior do Clube ganham destaque nos meios de comunicação, nos quais as tendências e interesses conflitantes tornaram-se públicos, sob status de embates partidários. Já, posteriormente a 1964,

Menos transparente, já que menos público e, sobretudo menos vinculado a organizações políticas civis, aparece sob o regime propriamente militar após 1964, o Alto Comando, onde se enfrentam os clãs segundo uma lógica e meios codificados. [...] tocamos aí em uma das características do sistema de predomínio militar, no qual as “Forças Armadas se politiza enquanto a política se militariza”, lembrando ainda que nenhuma instância militar – sobretudo as que têm contato com a sociedade civil – escapa evidentemente a esse fenômeno (ROUQUIÉ, 1980, p. 14).

Segundo Alain Rouquié, a expressão de uma vertente militar de origem política pode manifestar-se de diferentes maneiras. O ativismo, por exemplo, por si só, não dá conta de definir um partido militar e os levantes tenentistas, simbolizam, de acordo com o autor, um descontentamento que não suscitou atos operacionais internos. Resulta, daí a inconsistência das interpretações que, por deduções, concluem que esses movimentos traduziriam os anseios e aspirações políticas das classes médias ou que são reveladoras de unidade e uniformidade no seio do movimento tenentista. Entretanto, o lançamento de uma revista que se posicionava em favor de uma orientação precisa e coerente no interior do Exército, como A Defesa Nacional, acabou atribuindo uma face política e partidária às questões que, inicialmente, tinha caráter, unicamente, profissionais e que culminaram, segundo nossas leituras, na concepção da Liga da Defesa Nacional, congregando civis e militares.

Noutro período, como o posterior a 1964, um agrupamento político, no instante em que alcançou o poder hegemônico sobre a sociedade civil, conquistou-o, também, internamente. A partir de então, os pleitos à Presidência passavam pelo crivo dos altos oficiais para, em seguida, ser submetido à votação, entre os oficiais gerais, o nome do candidato militar à Presidência. Tal situação teria perdurado até o governo do general Ernesto Geisel, quando este promoveu o rompimento dessa prática, ocasionando uma situação de conflito político-militar, haja vista que “O Exército (na acepção de forças armadas) não estava disposto a renunciar à sua condição de partido, ou seja, ao seu direito de controle e veto sobre o Executivo dele emanado e ao qual propiciava sua legitimidade” (ROUQUIÉ, 1980, p. 15).

Um dos princípios basilares que norteiam nossa análise, que também está presente na obra de Alain Rouquié, é a constante “tensão” entre o partido militar e os partidos militares, ou, dito de outra forma, das crises permanentes entre os interesses políticos gestados no interior do Exército e a organização em si. Contra o desejo de garantir a sobrevivência da homogeneidade do Exército enquanto “poder moderador” fundamental, competente na manutenção do equilíbrio entre “autoridade de fato” e “autoridade de direito”, chocam-se as discordâncias provenientes dos grupos e instituições civis, não apenas motivada pela “[...] cooptação ‘legítima’ dos militares por todos os atores, mas também como consequência da ausência de consenso nacional acerca dos problemas mais importantes do desenvolvimento e do Estado.” (ROUQUIÉ, 1980, p. 16).

O ímpeto profissionalizante dos “jovens turcos” e daqueles que os sucederam, por exemplo, não implica uma abstenção total dos organismos militares em relação aos assuntos de natureza política. Na verdade, objetivava estabelecer um papel político às instituições castrenses, resguardando tais instituições das disputas político-partidárias e suas influências desagregadoras (ROUQUIÉ, 1980, p. 16). Os ideais propostos pelos “jovens turcos”, presentes no editorial do primeiro número de “A Defesa Nacional”, lançam as bases para o desenvolvimento de um novo “modelo” ou padrão de intervenção militar na política: a “intervenção moderadora” (CARVALHO, 1978).

Antônio Carlos Peixoto (1980) afirma que a ação dos militares como Partido se apresenta enquanto processo histórico. Tal estudo apresenta, como primeira dificuldade, o estabelecimento dos episódios temporais para o início do acompanhamento do processo de atuação dos militares, como resultante da conjuntura política. Trata-se, pois, de identificar o momento histórico a partir do qual a dinâmica das relações entre o pensamento e a ação política dos militares brasileiros se torna efetivamente relevante para a compreensão de suas intervenções na vida política contemporânea.

Para situarmos historicamente, como decorrência desse processo, aconteceu a fundação, no apagar das luzes do império, do Clube Militar, instituição que estará presente, indiretamente, em nosso debate e que será decisiva para várias manifestações militares ao longo do século XX. A Revista “A Defesa Nacional”, que é publicada até os dias atuais, pela Biblioteca do Exército, agrupou a primeira versão de intelectuais politicamente consistentes da direita militar, no Brasil. Esta revista publicou seu primeiro número em outubro de 1913. Diferentemente do que difundiu Edmundo Campos Coelho, como ressalta Moraes (2005, p. 138), que a Revista era apolítica, vejamos seu primeiro editorial, desconstruindo argumento de Edmundo Campos Coelho:

[...] nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social. (A DEFESA NACIONAL, 1913: p. 1)

Tão convencidos estavam os “jovens turcos” (como logo serão reconhecidos os oficiais ligados à Revista A Defesa Nacional) de que a reforma do Exército tinha na reforma da nação seu desdobramento lógico, é interessante destacar que esses militares, sempre no editorial de lançamento, criticam os “espíritos liberais” por se insurgirem “contra as intervenções militares na evolução social dos povos”. Segundo eles, as sociedades nascentes “tem necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento”. Moraes (2005, p. 139). Com uma pitada de escárnio, afirma que tal franqueza esteve ausente, meio século depois, aos militares agrupados na autointitulada “Sorbonne” (que em 1964 deu o golpe civil-militar).

Os “Jovens Turcos” propunham-se a exercer a função de tutores de uma nação ainda infantil, ainda muito distante do grau de elevação das sociedades ditas “civilizadas”. É de notar, neste sentido, que, de um ponto de vista diametralmente oposto ao de Edmundo Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré tenha classificado os “Jovens Turcos” como idealistas que não compreendiam a impossibilidade de criar um Exército organizado, eficaz e moderno, numa sociedade onde predominavam relações de produção arcaicas, articuladas em torno do sistema latifundiário (SODRÉ, 2010, p. 256). Em todas as edições do ano de 1914 a 1915, verificamos artigos escritos por editores e militares colaboradores da referida revista, propondo a necessidade do cumprimento da Lei do Sorteio Militar, de 1908. Era peculiar a aflição dos militares, em relação à vulnerabilidade geográfica e social do Brasil.

[...] já temos perdido muito tempo e urge enfrentar o problema com intenção firme de resolvê-lo; faça-se mesmo concessões, diminuindo o tempo de serviço nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa aos contingentes que se mostrarem instruídos; ensaia-se os serviços nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa [...] o serviço de um ano para os conscritos na Infantaria, e de dezoito meses na Cavalaria [...] (A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4, p. 107)

Inclusive na citação acima, podemos verificar as discussões sobre as possíveis mudanças de metodologia no ensino militar para facilitar a disseminação do conhecimento. Temos aqui a impressão de que a preocupação destes militares era apenas de formar Soldados não Cidadãos. Neste sentido, defendiam a necessidade da consciência sobre a defesa nacional por toda a população. Segundo Capella, “a disciplina apresentava-se como a alma do Exército, tendo em vista que lhe permitia cumprir o seu papel, a saber, apurar o físico e educar o caráter, além de desenvolver os sentimentos” (CAPELLA, 1985, p. 188-189). Essa era a função que os Jovens Turcos destinavam aos Exércitos, ou seja, uma função educadora e disciplinadora.

[...] a questão da defesa nacional era uma discussão que emergia dentro da própria instituição e que, dos círculos restritos dos militares, evoluiu para as lideranças civis. Essa ideia estava ligada a questões de ordem institucional e geopolítica; institucional, porque o Exército nacional lutava primeiramente pela própria sobrevivência como Instituição, e geopolítica, tendo em vista que os Exércitos da Argentina e Chile passavam por remodelações completas por meio de contratação de missões estrangeiras (alemãs), o que, a princípio, foi visto como ameaça. Posteriormente, a ocorrência de Canudos, da Guerra do Contestado e, finalmente, a Primeira Guerra Mundial trouxeram ênfase e munição para a discussão da necessidade de Forças Armadas profissionais e organizadas no plano nacional. (MORAES, 2004, p. 13-14)

Diante do exposto acima, guardada seu grau de resumo, é possível inferir que os militares estavam preocupados com a questão profissional endógena ao Exército; ficava exposto o interesse primário, na modernização do Exército, no cerne desses discursos. O desenvolvimento da profissionalização dos militares gerou a pretensão de eles pensarem a possibilidade de influenciar os rumos da Nação.

1.3. Cisões e características especificamente militares

Embora, no Brasil, o Exército consiga sustentar um considerável grau de harmonia interna, tal fato não o torna impermeável às injunções e conflitos políticos existentes na sociedade civil e, em consequência de tais disputas e influências, às cisões e rupturas entre os

seus quadros. Nesse sentido, “Segundo a lógica de uma *pretorian polity*²⁶, todos os grupos esforçam-se por obter o apoio dos militares para aumentar o próprio poder”. Entretanto, é importante ressaltar que a tentativa de instrumentalização das instituições castrenses pelas elites políticas civis, “[...] não significa que o Exército seja um instrumento passivo, reagindo mecanicamente a impulsos exteriores”. Assim, torna-se verdadeiro o fato de que “[...] os partidos batem às portas dos quartéis e que o favor obtido pelo adversário não arrefece o ardor “militarista” dos perdedores²⁷” (ROUQUIÉ, 1980, p. 17).

No período anterior a 1964, os presidentes recém-eleitos buscavam, como forma de garantir a manutenção do Poder político, organizar um “dispositivo militar”. Além disso, o Exército convertia-se em fértil terreno para a ação política empreendida pelos partidos.

O referido autor ressalta, ainda, a ação da União Democrática Nacional (UDN), em apoio à Cruzada Democrática. A UDN constituiu um dos principais personagens envolvidas no golpe civil-militar de 1964 e ocupou as pastas ministeriais civis no governo do general Castello Branco. Do mesmo modo, Rouquié (1980, p. 18) diz que a formação, durante os anos 1960, de órgãos responsáveis pela elaboração de propaganda de cunho contrário ao governo de João Goulart, patrocinados por setores da elite empresarial brasileira e, também, estrangeira, encontrou, no âmbito militar, espaço vantajoso às suas ações. Organismos como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)²⁸ testemunham, por meio de suas atividades exitosas, o valor e a amplitude do que se encontrava em disputa.

Rouquié (1980, p. 18) desenvolve o embate entre UDN e PSD no campo político, durante as eleições do período entre 1945-1964. No contexto destas disputas, o Exército não se configura como um ator isolado, e se, agora, as vertentes de cunho político presentes em seu interior, na maioria das vezes, resultam de conchavos entre civis e militares, outrora era diferente. Contudo, existem “[...] alguns dos mais destacados chefes militares são difíceis de classificar, segundo uma correspondência civil. O general Lott, antes de se tornar líder dos setores nacionalistas não pertencia a qualquer clã” (ROUQUIÉ, 1980, p. 19).

²⁶ Samuel Huntington, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1968, p. 80.

²⁷ De acordo com Alain Rouquié (1980, p. 17), “como o testemunham em duas épocas diferentes, o infeliz adversário de Vargas em 1937 e, trinta anos mais tarde, o historiador militar e marxista Werneck Sodré. Salles Oliveira, candidato liberal   presidência, no exílio, apelou para os militares no início do Estado Novo, no sentido de que fosse restabelecida a democracia e, longe de atacar o Exército que acabava de instaurar a ditadura, declarou: “Fora do Exército, não há soluço para a crise brasileira” (Thomas Skidmore, p. 58). Werneck Sodré, por sua parte, expõe em sua História Militar do Brasil, sua tocante e cega fé na fibra democrática e popular do Exército e refuta os que denunciam a cumplicidade dos militares com os interesses da “rea o social” ou do capital estrangeiro”.

²⁸ Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1978, p. 66-67.

Segundo o autor, a construção de consenso em torno de temas políticos, na maior parte das vezes, nascia do corporativismo e se conformava às normas da organização. O papel do Exército nos acontecimentos revolucionários de 1930, e a instituição do Estado Novo objetivaram o fortalecimento do Poder Central e conceder ao Exército a exclusividade do uso da violência legal em oposição às policiais estaduais, sob domínio dos grupos oligárquicos locais. A desastrosa atitude de João Goulart de apoiar a manifestação dos sargentos, ação esta vista como subversiva à ordem hierárquica disciplinar, favoreceu a aproximação dos oficiais legalistas em relação aos “facciosos” (ROUQUIÉ, 1980, p. 19-20).

Em síntese, julgamos necessário considerar o Exército integrado ao processo de desenvolvimento histórico-social em curso, como parte de uma realidade que é um todo estruturado, dialético (KOSÍK, 1969, p. 33-37). Sendo assim, as relações internacionais, a estrutura socioeconômica do país, a vida cultural e a atividade política representam mais do que meras influências, assim como a origem social dos oficiais, sua socialização no sistema social-militar, a função do Exército como instituição do Estado e seus interesses organizacionais específicos integram esse todo. Os militares brasileiros estão suscetíveis a pressões políticas vinculadas às civis, “[...] as divisões propriamente organizacionais (Armas e Serviços, postos e graduações, serviço, experiência, idade entre outros) e seus papéis institucionais”. (ROUQUIÉ, 1980, p. 21). Portanto, estamos longe das explicações singulares e das tranquilizadoras interpretações reducionistas, pois cada cenário histórico traz em seu bojo conflitos e contradições que precisam ser cotejadas.

1.4. Construção do anticomunismo no Brasil

A definição de anticomunismo é, em princípio, relativamente elementar. Mas, segundo Rodrigo P. S. Motta (2002, p. 19) “a aparente simplicidade recobre uma realidade bastante complexa. O autor conceitua que anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”²⁹. A base da atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista. Sublinha-se, comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético.

Dessa forma, se a convergência entre os diversos grupos anticomunistas era plena na postura negativa em relação ao adversário comum, o mesmo não ocorria quando se tratava de atitudes positivas: no interior do amplo arco que compõe o anticomunismo podem ser

²⁹ BERSTEIN, Serge & BECKER, Jean-Jacques. *Histoire de l'anticommunisme*. Paris: Olivier Orban, 1987.

encontrados projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático, ou como catolicismo e liberalismo. As diferenças não se restringiam às formas diferentes de conceber a organização social, mas também se faziam presentes na elaboração de estratégias de combate ao comunismo. Considerada esta heterogeneidade, característica inerente a um movimento e ideário que se constituía em ser contra, não a favor de algo, não se deve estranhar, segundo Rodrigo (2002), o fato de que a união e atuação conjunta ocorressem, não raramente, em momentos críticos. E mais, tal cooperação envolvendo diversas facetas do anticomunismo, verdadeiras “frentes anticomunistas”, tendia a ser efêmera, durando enquanto o “perigo comunista” fosse considerado grave.

Mas, em que pese a heterogeneidade, ou talvez por causa dela, o fato é que o anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser, o comunismo (MOTTA, 2002, p. 20)

Rodrigo P. S. Motta postula, como imaginara Karl Marx, que o comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista. No entanto, o autor considera que embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século XX, quando o “fantasma” adquiriu um poder, sem precedentes, de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade. Durante os cerca de setenta anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real, ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro. A ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia causou um impacto muito forte: o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. O entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal no contexto pós-primeira guerra, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas.

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunistas, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando ao combate do projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária (MOTTA, 2002, p. 20)

Durante o século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, colocando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas

relações internacionais. Segundo Rodrigo P. S. Motta (2002) não é possível compreender os acontecimentos mundiais dos últimos decênios sem levar em consideração os embates em torno da utopia comunista. Tal centralidade ficou ainda mais evidente no cenário pós-segunda guerra mundial, momento, a partir do qual, o comunismo tornou-se, de fato, uma força planetária, na medida em que Estados da Ásia, América e África (além da Europa oriental) começaram a aderir aos ideais de Marx, rompendo o isolamento da União Soviética.

Portanto, para o autor, os Estados Unidos se propuseram a desempenhar o papel principal de fortaleza anticomunistas, ocupando posição de coordenação na guerra contra o “perigo vermelho”, postura que derivava tanto de compromissos ideológicos quanto de interesses geoestratégicos e econômicos. Os Estados Unidos passaram a reunir em torno de si os países do “mundo livre”, mesmo a contragosto de alguns deles. A guerra fria produziu a intensificação do anticomunismo, pois o Estado norte-americano empenhou o peso de seu poder e riqueza na sustentação aos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” comunista, oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material.

Concordando com o autor, no tocante ao Brasil, que o anticomunismo teve papel marcante na história política brasileira, das últimas décadas. No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa, e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos hegemônicos. No entanto, segundo o autor, a “questão social” e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados, de maneira predominante, ao comunismo, inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política, no Brasil, do que os seguidores de Lênin.

Com o crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos de 1930, fato sem dúvida ligado, entre outras coisas, à adesão do popular líder “tenentista” Luiz Carlos Prestes e à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), tal quadro começa a se alterar. O anticomunismo começou a ganhar maior substância, na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista. Decorrente da transformação do comunismo em “perigo” real, seus adversários ganharam ânimo e começaram a organizar-se.

Entretanto, foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora. Não foi uma rebelião comum; tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas, especialmente entre os militares, de tomarem o poder. Essa tentativa, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira.

A comoção tornou-se ainda maior, quando a imprensa começou a divulgar indícios, encontrados pela polícia, da participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista (*Komintern*) na frustrada tentativa revolucionária. Na insurreição, estariam presentes elementos clássicos da ação comunista, tal como a representavam e denunciavam os anticomunistas: práticas conspiratórias e envolvimento de agentes estrangeiros guiados por Moscou.

Estes fatos criaram fundamentos para legitimar uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo de décadas seguintes, por meio da ação do Estado, de instituições e de organizações sociais ou mesmo individuais, cuja orientação ideológica militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, que se transformou em um verdadeiro imaginário anticomunista. Esta tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade. Em determinados períodos, a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual. Contudo, houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas, sempre ligadas às fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral.

O autor sustenta, no que se refere às fases de anticomunismo agudo, três momentos que se destacam: primeiro, o período entre 1935-1937, já mencionado; depois, o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, quando, após breve interregno legal, o PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar. Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que, em 1937 e 1964, a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como, para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.

Rodrigo P. S. Motta (2002, p. 22) utiliza, como exemplo da força e da longevidade da argumentação e do imaginário anticomunista, um episódio ocorrido em 1984: quando Tancredo Neves articulava sua candidatura para presidente, um grupo político de extrema direita imprimiu e fez circular material de propaganda, acusando o então governador mineiro de possuir vínculos com os comunistas. O objetivo, obviamente, era desqualificar o candidato ante a população, tentando despertar e jogar contra ele a força da tradição anticomunista, a qual, em momentos anteriores, demonstrara notável capacidade de influir no jogo político.

Portanto, considerando a importância do movimento anticomunista, acreditamos que, em ambos os períodos citados pelo autor, a Liga da Defesa Nacional contribuiu para a construção desse ideário anticomunista, por meio da divulgação de um “Projeto Nacional” e,

posteriormente, “Projeto Nacional de Segurança”, construindo o mito do “perigo comunista” e marcando posição de vanguarda no combate aos comunistas. De modo geral, tanto no Brasil como no exterior, a historiografia e as ciências sociais demonstraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda do que seus adversários. Nisto, concordamos com Rodrigo P. S. Motta (2002), pois ficaram em segundo plano os estudos ligados à defesa da ordem. Os conservadores são frequentemente tratados de forma esquemática e superficial, quando não maniqueísta. Muitas vezes, como defende o autor, o empenho em compreender e explicar é suplantado pela ânsia de denunciar.

Concordando com o autor, identificamos que, nos dias atuais, transcorridos mais de 30 anos do término do regime militar, estabeleceu-se um quadro propício para avaliações mais imparciais da história, mas considerando que a objetividade pura continue sendo meta inatingível, assim como um interesse renovado pelo estudo do conservadorismo³⁰. No intuito de realizar um esforço de pesquisar estes grupos, propomos cotejar esta experiência e sua influência no período histórico proposto no objeto de pesquisa, para compreender em que medida sua influência impactou nos rumos políticos brasileiros.

Consideramos que o anticomunismo é um objeto de pesquisa arenoso, pois possui complexidade analítica, sendo ora apresentado como mera conspiração imperialista, ora como simples “fantasma” manipulado pela burguesia dominante, ou como manifestação de irracionalismo e fanatismo. Como destaca Rodrigo P. S. Motta (2002, p. 23), tais elementos, de fato, são importantes para a compreensão do fenômeno anticomunista e não podem ser esquecidos. Mas, como adverte o autor, são facetas de uma realidade complexa, que demanda um olhar mais cuidadoso. Com efeito, a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares e para garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*

Queremos, aqui, entender como o anticomunismo foi forjado dentro da Liga da Defesa Nacional, além da dimensão oportunista da ação, pois corre-se o risco de se colocar nas sombras outras motivações igualmente significativas. Concordando com Rodrigo P. S. Motta (2002) acreditamos que a motivação anticomunista resultou da interação entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinaram em medidas diferentes

³⁰ Cabe sublinhar, que a rigor, conforme fundamenta Rodrigo P. S. Motta (2002, p. 23), não é apropriado resumir o anticomunismo a uma pura expressão do conservadorismo, pois existia uma esquerda anticomunista, ainda que as forças conservadoras geralmente ocupassem o lugar principal no combate aos comunistas, especialmente no Brasil. Para uma conceituação acerca de conservadorismo ver: Mannheim, Karl. *Conservative thought: Essays on Sociology and Social Psychology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1953.

ao longo da história. Para compreender como se deu tal processo, iremos analisar as conjunturas históricas específicas, dentro da Liga, de acordo com o caso singular da instituição, cotejando as discussões sobre o anticomunismo realizadas no período de 1930 a 1964, conforme as atas da Entidade.

Fundamentamos que a Liga da Defesa Nacional, enquanto uma expressão de partido militar, constituída por civis e militares, construiu uma representação³¹ anticomunista, por meio de seus intelectuais orgânicos. Este ideário era difundido por meio de ações, as quais eram elaboradas pelos integrantes da Entidade.

Ressalva-se, representações e ações não devem ser entendidas num viés dicotômico, ao contrário, são interdependentes: representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, frequentemente têm correspondência com interesses sociais [...]; e as ações e práticas sobre influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais (MOTTA, 2002, p 25).

Não devemos simplificar no que se refere às relações entre representações e realidade. Se, de um lado, não é factível acreditar que as representações apresentam uma imagem perfeita da realidade, por outro não se pode supor a inexistência total de correspondência entre os dois fatores. Segundo Rodrigo P. S. Motta (2002), representações são construções embasadas na realidade, ainda que, muitas vezes, produzam versões caricaturais e mesmo deformadas do “real”. Portanto, no caso do anticomunismo, o caráter complexo dos vínculos entre realidade e representações é particularmente marcante, principalmente nos momentos em que se configuram na Entidade.

[...] Agindo sob o influxo de paixões políticas e religiosas, os anticomunistas, com frequência, representaram as ações e ideias de seus adversários de maneira deturpada, não raro raiando ao grotesco. Mas, ainda assim, parte das características atribuídas ao comunismo tinha algo de verdade, em outras palavras, possuía alguma correspondência com o real (MOTTA, 2002, p. 25).

³¹ O conceito “representações” está sendo utilizado de maneira abrangente, entendendo-se que dele fazem parte o imaginário, a iconografia e as próprias formas mais elaboradas de pensamento - chamemo-las “ideias” ou “doutrinas”. Naturalmente, estamos falando de representações mentais, ou seja, do processo de construção de ideias, signos ou imagens, por meio dos quais os homens interpretam e conferem sentido à realidade. Em essência, trata-se de perceber a visão dos anticomunistas sobre seus inimigos revolucionários: como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os comunistas e o comunismo; em uma palavra, como os representavam (MOTTA, 2002, p. 25). Para nortear e delimitar nossa fundamentação, baseamos o conceito em Roger Chartier, o qual compreende representações como “[...] às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p. 17). Ver: CHARTIER, R. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

Por fim, no que diz respeito ao recorte teórico, uma das facetas do objeto em questão é verificar o que se reproduziu e permaneceu da Liga da Defesa Nacional, ao longo do tempo. O trabalho se desenvolverá avaliando em que momentos históricos a Entidade se configurou em agente de combate ao comunismo e quais foram suas preocupações nesse período histórico ora delimitado. Assim, iremos apresentar como a Entidade se configurou em um aparelho privado de hegemonia, por meio de seu principal intelectual orgânico: Olavo Bilac.

CAPÍTULO 2 PRIMÓRDIO DA DEFESA NACIONAL NO BRASIL



Figura 1. Brasão da LDN.



Figura 2. Poeta Olavo Bilac.

"Se todos os cidadãos
usufruem das benesses
da pátria, nada
mais justo que todos
participem da sua defesa"

(Olavo Bilac)

Neste capítulo, realizaremos a exposição de como a Liga da Defesa Nacional surgiu e seus pressupostos ideológicos e de ação política no Brasil, durante o período de 1916 a 1930. Esta apresentação é o primeiro momento, segundo nossa interpretação, quando a Liga da Defesa Nacional interviu na política, como expressão de um partido militar.

Para atingirmos este objetivo, partiremos das formulações propostas pelos militares brasileiros que realizaram a Missão Militar na Alemanha, a partir de 1905³², os quais, ao retornarem ao Brasil, fundaram a revista "A Defesa Nacional", com a finalidade de discutir assuntos militares que teriam implicações para todo o país. Desta forma, apresentaremos o início das formulações sobre Defesa Nacional e Interesse Nacional, pautadas em um modelo de modernização das Forças Armadas, constituindo um projeto que contempla, também, a possibilidade de modernização de toda a Nação. Estabeleceremos, inicialmente, a composição do primeiro grupo de intelectuais orgânicos militares, que darão substância à formulação do conceito de Defesa Nacional.

Neste processo, demonstraremos que a modernização das Forças Armadas, mas particularmente a do Exército, evoluiu influenciada pela conjuntura histórica. Assim, para melhor elucidar o processo de evolução da doutrina de guerra, apontaremos que o desfecho da I Guerra Mundial gerou uma simbiose de apreensão de doutrina militar, tanto alemã, quanto francesa, no pós-guerra. Este adendo é necessário, pois ratificamos que, independentemente

³² Em 1905, o Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo (1902-1906) designou seis oficiais de infantaria, cavalaria e artilharia para servirem durante um período de dois anos no Exército Alemão. O objetivo do Ministro Argolo era formar no exterior instrutores perfeitamente habilitados para lecionar nas escolas militares. O segundo grupo de oficiais brasileiros enviados à Alemanha foi também formado por seis militares, que de outubro de 1908 a setembro de 1910 ficaram arregimentados em diferentes unidades do Exército alemão. A última turma foi enviada em 1910, contando com um efetivo de 21 oficiais, os quais chegaram à Alemanha em julho, os quais retornaram ao Brasil em outubro de 1912. CPDOC-FGV Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 10/04/2015.

da vinda de outras missões militares para modernizar o Exército, a missão à Alemanha foi a que causou maior impacto na formação da geração de militares, no contexto que abordaremos.

Assim, a proposta de criação da Liga da Defesa Nacional é feita estabelecendo-se a integração entre civis e militares, que se propunham hegemônicos naquele período. As discussões sobre o conceito de Nação, Cidadania e Defesa Nacional irão criar um produto inicial, o qual será a base para legitimar a atuação da Entidade nos diversos cenários que apresentaremos a seguir. A proposta desses intelectuais orgânicos civis e militares que compuseram a LDN criará o conceito de consciência de Nação Brasileira “ideal”, identificando as deficiências no que tange à Defesa Nacional. Portanto, no processo de intervenção social, serão definidos os critérios e as necessidades de correção da linha de ação da Entidade.

Cabe destacar que este processo não seu deu sem conflito, momento em que apresentaremos o contraponto paulista, ou seja a Liga Nacionalista, em relação à Liga da Defesa Nacional. Essa primeira Entidade, além de conter em seu projeto aspectos gerais da LDN, abordará temas sobre a forma de exercício da cidadania expresso pelo voto secreto. Em suma, apresentaremos como as discussões sobre Defesa Nacional se articularam politicamente no cenário nacional, e a forma como se procedeu a intervenção política dessas Entidades até 1930.

Portanto, discutiremos como os pressupostos dos militares brasileiros que participaram da Missão Militar na Alemanha, e que fundaram a revista “A Defesa Nacional”, em 10 de outubro de 1913, impactaram na intervenção da LDN, como referencial teórico inserido na proposta de Nação divulgada pelo poeta Olavo Bilac.

2.1. A Revista “A Defesa Nacional” e a proposta de modernização do Exército e do Brasil.



Figura 3. Reunião de fundação da revista “A Defesa Nacional”



Figura 4. Exemplar nº 1, da revista A Defesa Nacional - 10/10/1913

Os discursos sobre a Defesa Nacional, feitos pelo poeta Olavo Bilac, não saíram apenas de sua convicção pessoal. Houve uma articulação política entre civis e militares, quanto à criação de um fórum para os debates sobre a Defesa Nacional. Nesse sentido, o grupo de militares que pensava a questão nacional militava em torno da Revista “A Defesa Nacional”, no período capitaneado pelo Ministro da Guerra, General Caetano de Farias. O General, apoiado por alguns intelectuais da época, tinha, como objetivo, apaziguar as massas, a fim de se manter a harmonia e o *status quo*, com a finalidade de promover o projeto de modernização das Forças Armadas. Assim, a criação da Liga da Defesa Nacional, divulgada por Bilac, tinha, como objetivo, congregar os líderes da sociedade em um mesmo Projeto de Nação. Podemos nos arriscar a considerar, observando-se as propostas contidas na revista naquele período, que aquela publicação se tornaria a expressão de um Partido Nacional³³. Como exemplo da interação de civis e militares, cabe destacar que a Lei do Serviço Militar (Lei nº 1860, de 4/01/1908) só entrou em vigor em 1916, quando houve o primeiro sorteio militar, decorrente da atuação do poeta (RODRIGUES, 2008, p. 88).

Para os editores da Revista, era de suma importância a adoção do Serviço Militar Obrigatório. A solução para a organização do País estava nas mãos dos cidadãos em armas. Diante do exposto, o Exército, notadamente, teria um papel crucial na organização nacional.

Para uma nação forte, havia a necessidade de um Exército forte [...] Um Exército forte e organizado incutiria princípios de civismo, patriotismo e nacionalismo nesses “soldados” e, dessa forma, o Exército funcionaria, como o grupo de reformadores se determinou chamar de “malhas de aço do tecido social”. (MORAES, 2004, p. 12).

Os militares, Jovens Turcos³⁴, formulavam suas teses, segundo um possível teatro de operações; concepção essa de estratégia, baseada no cenário de um conflito real e iminente em

³³ Seguimos interpretação de Antonio Carlos Peixoto, na Obra “Os partidos Militares no Brasil”, sendo que a Fração hegemônica das Forças Armadas, neste período, atuou como expressão de um Partido. Assim, propomos que a Liga da Defesa Nacional poderia ser considerada um partido, com participação de civis e militares, pois contemplavam demandas tanto militares quanto civis, considerando-se questões de abrangência Nacional, no caso da Liga da Defesa Nacional.

³⁴ Em referência aos oficiais de Mustafa Kemal, de forte influência positivista, que também estagiara na Alemanha. Os militares turcos, através da formação prussiana, reformaram o império Otomano, o qual encontrava-se em decadência. Cabe deixar claro que o Exército Turco era forte e, nessa época em questão, teve grande papel na transformação de seu país; inclusive, as propostas implementadas por eles foram tão profundas que conseguiram mudar o alfabeto nacional, em 9 meses. Fazendo analogia com o Brasil, nós tínhamos proclamado a República, tínhamos um país, mas não uma Nação. A população, em sua maioria, era analfabeta. Quase a totalidade dos latifundiários não se preocupava com os rumos do país. A proposta de Hermes da Fonseca era transformar o Exército em uma instituição forte, para contribuir com o desenvolvimento do Brasil. Os militares vindos do estágio da Alemanha debruçaram-se sobre os problemas do Exército, mas, principalmente, sobre os problemas estratégicos do Brasil. Quando Hermes da Fonseca chegou à Alemanha, ficou impressionado com o que presenciou.

que o Brasil poderia se envolver. Para tanto, analisava-se a geografia e a configuração das fronteiras, dissertando-se sobre a vulnerabilidade dos Estados mais afastados, como, por exemplo, o Estado de Mato Grosso. Defendiam a necessidade da presença de cidadãos naquela região, com o objetivo de garantir a soberania brasileira na área em questão. Propunham a criação de uma estrutura básica para acomodar instituições de defesa nos mais longínquos locais do país.

Nossa preocupação, pois, não deve ser diminuir o total de despesas militares, e sim aplicá-las de modo a obter os melhores para o fim a que elas são destinadas – a defesa nacional. Para isso é preciso remodelar as nossas instituições militares; e a base dessa remodelação é a execução do serviço militar obrigatório. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 107).

Na maioria das edições da Revista, entre os anos de 1914 a 1916, verificamos artigos escritos por militares colaboradores, propondo a necessidade do cumprimento da Lei do Sorteio Militar de 1908. Era peculiar a aflição dos militares em relação à vulnerabilidade geográfica e social do Brasil. Nos textos escritos, pode-se verificar a evidente indignação quanto à existência da Lei e o descaso em seu cumprimento³⁵.

[...] já temos perdido muito tempo e urge enfrentar o problema com intenção firme de resolvê-lo; faça-se mesmo concessões, diminuindo o tempo de serviço nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa aos contingentes que se mostrarem instruídos; ensaie-se os serviços nas armas em que isso é possível, e facilitando a antecipação da baixa [...] o serviço de um ano para os conscritos na Infantaria, e de dezoito meses na Cavalaria [...] (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 107).

Conforme citação acima, podemos verificar as discussões sobre as possíveis mudanças de metodologia no ensino militar, para facilitar a disseminação do conhecimento. Este discurso estratégico de defesa está evidente nas edições da Revista daquele ano. Eles articulavam os pormenores necessários à execução do Serviço Militar Obrigatório - SMO, no período de 1914 a 1918. Tal processo não se deu do dia para a noite. Esses intelectuais orgânicos militares pensaram nos mínimos detalhes para que houvesse “ordem que possibilitasse o progresso”, lema positivista inserido em nossa bandeira, pois julgavam-no apropriado ao intento da modernização. Poderíamos, inclusive, inverter a frase “Ordem e Progresso”, para “Progresso da Ordem”, pois elucidaria melhor os objetivos daqueles militares. Márcia Moraes (2004, p. 114) ressalta que, para os Jovens Turcos, o Exército

³⁵ Nos relatórios do Ministério da Guerra (1914) havia críticas sobre a execução do serviço militar. A população tinha resistência em cumprir a Lei do Sorteio Militar (RODRIGUES, 2008, p. 91)

possuía uma função específica; “além de potencialmente possuir um inimigo externo, lutava também contra um ‘real’ inimigo interno, ou seja, a ausência de nacionalidade e coesão nacional”. Diante do exposto, o serviço militar, e notadamente as unidades menores - leia-se Tiros de Guerra, eram vistos como unidades sensíveis, que deveriam ter um controle rígido, levando-se em conta sua autonomia. Para esses militares, o caráter sensível deriva da necessidade de se controlar o perfil dos militares que iriam ministrar as instruções, mas, principalmente, o conteúdo que deveria ser aplicado.

[...] tempo de instrução da reserva de recrutamento como determina o Cap. 3º da Lei de 1860 (um ano de serviços prestados), e isso será possível nas sociedades de tiro [...] mas que (eles) ficariam sujeitos a uma fiscalização severa. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 107-108).

A execução da Lei do Sorteio Militar³⁶ tornaria obrigatória, como preceituava o seu artigo 98, a instrução do Tiro de Guerra e evoluções militares até a escala de Companhia, aos alunos maiores de 16 anos, os quais cursavam os estabelecimentos de Ensino Secundário e que, posteriormente, ingressavam nas Escolas Superiores mantidas pela União, pelos Estados e pelos municípios, inclusive pelo Distrito Federal³⁷. Nesse sentido, defendiam a necessidade da consciência da população em relação à Defesa Nacional. Segundo Capella, “a disciplina apresentava-se como a alma do Exército, tendo em vista que lhe permitia cumprir o seu papel, a saber, apurar o físico e educar o caráter, além de desenvolver os sentimentos” (CAPELLA, 1985, p. 188-189). Era essa a função que os Jovens Turcos atribuíam ao Exército, ou seja, a de educador e de disciplinador.

[...] a questão da defesa nacional era uma discussão que emergia dentro da própria instituição e que, dos círculos restritos dos militares, evoluiu para as lideranças civis. Essa ideia estava ligada a questões de ordem institucional e geopolítica; institucional, porque o Exército nacional lutava primeiramente pela própria sobrevivência como Instituição, e geopolítica, tendo em vista que os Exércitos da Argentina e Chile passavam por remodelações completas por meio de contratação de missões estrangeiras (alemãs), o que, a princípio, foi visto como ameaça. Posteriormente, a ocorrência de Canudos, da Guerra do Contestado e, finalmente, a Primeira Guerra Mundial trouxeram ênfase e munção para a discussão da necessidade de Forças Armadas profissionais e organizadas no plano nacional. (MORAES, 2004, p. 13-14).

O intelectual orgânico militar que defendia essa ideia era o General Caetano de Faria, um dos editores da Revista. Na Edição nº 6, de 10 de março de 1914, o General escreveu

³⁶ Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908.

³⁷ Revista A DEFESA NACIONAL, 1914, Edição nº 4, p. 108.

sobre o ensino militar, oportunidade em que, citando o sábio pensador grego Sócrates, afirmou que o verdadeiro chefe é aquele que se preocupa com o seu aluno. “É preciso dar virtude, ou seja, coragem, depois obediência, porém convencendo-o do caminho a ser tomado” (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 175). Isto posto, pressupõe-se a maneira como ele postula a intervenção dos militares no comportamento da sociedade. Os militares deste grupo queriam moldar a sociedade de acordo com as virtudes militares. De certa forma, para a sociedade amorfa, como diziam naquela época, era imperativo que se fizesse algo para convencer a população quanto a um interesse nacional e, principalmente, manter a ordem social. A centralidade “das instruções” e o rigor (leia-se: disciplina) eram fundamentais. Os militares falavam em autonomia, porém, logo refutavam-na, principalmente no que diz respeito aos regulamentos a serem seguidos para a instrução, ou seja, para o ensino. A visão de mundo dos intelectuais orgânicos militares revela a configuração da participação dos militares na Política. Esta fração de militares que se concentravam na Revista estava se qualificando para refinar suas propostas para atuar na sociedade civil, sendo o Serviço Militar Obrigatório o principal ponto de contato entre Exército e Povo.

[...] instrui seus soldados quem quer e cada um cumpre os regulamentos como melhor lhes parece, abandonando aquele assunto ou desenvolvendo este, ao saber de suas inclinações e dos seus desejos. Esta originalidade da instrução militar livre, terá acabado no dia em que os exames ou as inspeções significarem de fato um meio de apurar as responsabilidades dos oficiais que comandam. (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 175).

O cerne da questão estava na construção de uma doutrina de ensino proposta por esses intelectuais. O Major Seidl escreveu o editorial da Edição nº 9, da Revista, de 10 de junho de 1914, em que defendeu que só existiam dois elementos para os militares: o oficial e o soldado. “Enquanto as turmas de cidadãos sucedem-se na aprendizagem do Serviço Militar, um pequeno grupo permanece na caserna para recebê-los e educá-los. Esses seriam os verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico” (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 274-275).

“Uma das primeiras reformas dos jovens turcos foi treinar subordinados – cabos e sargentos – para que estes, por sua vez, pudessem treinar os recrutas. Essa medida técnica, em um Exército onde ela não era tradicional e no qual cabos e sargentos eram figuras marginais, foi revolucionária e provavelmente contribuiu para a posterior agitação entre os subalternos (MCCANN, 2009, p. 218-219)

Podemos, por analogia, comparar esta ação revolucionária no Exército com a “Revolta da Chibata”, na Marinha: os marinheiros, treinados na Inglaterra para receber o novo

encouraçado, conscientizaram-se sobre a condição precária dentro da hierarquia naquela Arma, o que culminou na rebelião. Tudo foi possível por meio do progresso técnico dos subalternos, que não mais se sujeitavam às condições de exploração aviltantes. O teor ufanista dos Jovens Turcos saltava aos olhos. Eles se autodenominavam “sacerdotes da pátria”, conceito incorporado posteriormente aos discursos do eminente intelectual orgânico civil: Olavo Bilac. A doutrina positivista estava tão presente no ideário desses militares, que eles acreditavam serem os melhores indivíduos para guiar a Nação no caminho correto. A educação, segundo publicação daquela Revista, deveria ser alicerçada no nacionalismo. Eles propunham a instrução primária obrigatória. Esta era uma proposta revolucionária, pois 76% da população era analfabeta, segundo anuário estatístico de 1920³⁸. É interessante fazer um paralelo com Bilac, que teve a mesma impressão em relação à realidade brasileira, em suas conferências sobre Defesa Nacional, notadamente as realizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, em 1916.

Repitamos. Todo o brasileiro pode ser um admirável homem, um admirável soldado, um admirável cidadão. O que é preciso é que todos os brasileiros sejam educados. E o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo, quando todos os brasileiros tiverem consciência de ser brasileiros. (BILAC, 1965, p.132).

Acreditamos que o poeta tinha consciência da necessidade de formação da cidadania dentro dos parâmetros definidos pelos militares, mas com observações próprias. Os discursos de Bilac e o cotejamento das publicações da Revista revelam a clareza de objetivo ideológico formulada pela integração das lideranças civis e militares que compuseram esta articulação. No Editorial nº 12 da Revista, o editor demonstrou conhecimento em relação a outras nações, citando a Argentina e o Chile, as quais implantaram o SMO, dizendo que aqueles países deixavam para as Forças Armadas a tarefa de formar a nacionalidade de suas respectivas populações. É muito interessante discorrermos sobre esses artigos publicados, pois, posteriormente, ao analisarmos os discursos de Bilac, verificaremos uma semelhança considerável. Em sua campanha em prol do serviço militar, Bilac qualificava os militares como a classe mais apta para guiar os cidadãos no caminho do civismo.

Se analisarmos mais atentamente as publicações, verificaremos que os militares não pensavam na população em si; ficava visível, no cerne desses discursos, o interesse primário

³⁸ Directoria Central de Estatística. *Anuario estadístico do Brasil (1936)*. Rio de Janeiro: Tip Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. x, 435 p. Neste relatório anual, consta, na p. 43 que, em 1920, 7.493.357 (24,46%) sabiam ler e escrever e 23.142.248 (75,54%) da população não sabiam nem ler nem escrever, perfazendo uma população total de 30.635.605 (100%).

na modernização do Exército. Os militares queriam profissionalizar o Exército e torná-lo representativo. Quando defendiam a necessidade de escolas técnicas, não era para promover o ensino universal, mas, sim, para suprir as deficiências em relação à mão de obra qualificada para a produção de tecnologia. Assim, “[...] para a conservação dos colégios militares, não venham os interessados acenar com as necessidades dos pobres, crianças, pois a defesa da nação não comporta desses sentimentalismos” (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 315).

Nessa citação acima, fica evidente o interesse na modernização da Instituição *Exército*, em detrimento do interesse social na construção de uma Nação soberana. Para os militares, segundo nossa interpretação, a questão educacional era mero instrumento de desenvolvimento das forças produtivas do país, sendo que a população era inserida neste processo como coadjuvante. É necessário entender questões como organização nacional, projeto nacional e desenvolvimento nacional.

[...] projeto nacional não deve ser entendido como projeto de toda a nação, mas como projeto para uma nação; e vinculado à ação de determinadas frações das elites dirigentes e à dominação de classe.

[...] É importante pensar tais problemas de forma objetiva, ou seja, considerando a subjetividade que lhes é inerente; devem, portanto, ser examinados como ideias, interpretações, explicações, que podem dizer muito sobre a realidade social, mas não podem ser confundidos com ela. (SILVA, 2000, p. 13).

A existência dessas premissas remete ao processo de criação de uma consciência nacional que, levada às últimas consequências, pode suscitar sentimentos como ódio, revolta e orgulho, que fazem as pessoas apoiarem conflitos, matar ou morrer pela pátria, conforme ressalta Benedict Anderson (1989). Contudo, vemos, no caso brasileiro, a preocupação em relação à estruturação do país, submetendo a maioria da população ao projeto de industrialização, como mão-de-obra a ser disciplinada para a produção capitalista. Os militares queriam concitar a pequena burguesia para que esta assumisse a direção desse Projeto Nacional. Veremos, posteriormente, que este Projeto seria concluído, eficazmente por Getúlio Vargas.

No leque de opiniões do grupo de “A Defesa Nacional”, sobre a questão educacional no Brasil, cumpre destacar as críticas ferrenhas deste ao autor da obra *Minha Terra, Minha Gente*, Afrânio Peixoto³⁹. As críticas não se deram por acaso. Na ocasião, a obra havia sido

³⁹ Afrânio Peixoto foi Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e membro da Academia Brasileira de Letras. Foi um dos sócios fundadores da Liga da Defesa Nacional (LDN-CE, 1916, p. 15)

adotada nas escolas primárias pela Prefeitura do Distrito Federal⁴⁰, como cartilha de Educação Cívica.

Em nosso número de maio próximo passado combatemos algumas das asserções contidas no livro *Minha Terra Minha Gente*, do Senhor Dr. Afrânio Peixoto, asserções que reputamos nocivas à campanha de civismo que ora preocupa o pensamento e a ação daqueles que como nós não perderam a esperança de ver surgir no Brasil uma organização social digna de ser chamada nação. (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 49).

O que estava em jogo neste debate era o modelo de educação e o conteúdo a ser ministrado nas escolas. Tal debate ocorria porque Afrânio Peixoto havia tecido ácidas críticas aos militares. Nas publicações de *A Defesa Nacional*, eram postulados os parâmetros para a educação, usando, como exemplo a não ser seguido, o livro de Afrânio Peixoto.

Sob pretexto de suscitar ‘problemas’ essenciais de nossa nacionalidade, e dizer às crianças ‘verdades necessárias’, se fornece de roldão aos nossos filhos o que temos de nobre e digno de admiração na história da pátria, e o que nela, porventura, nos lembre dias de amargura e humilhação (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 242).

Segundo a Revista, a nova Cartilha adotada no Rio de Janeiro transmitia, entre outros ensinamentos, princípios que expunham, de forma aberta às crianças, as “mazelas” da miscigenação que deu origem ao povo brasileiro. A questão central para esta fração de militares era o conteúdo a ser ministrado aos alunos. Em crítica aberta à nova cartilha, diziam os Jovens Turcos:

Porque, pois denegrir essa epopéia, esvurmendo origens impuras, que vão apagar nos espíritos infantis, numa comparação difícil e perigosa, o esplendor educativo do passado? [...] Porque expor à candura das crianças a suposta bastardia das origens brasileiras, gerada desses ‘costumes imorais e pecaminosos dos colonos entre si’ contra os quais ‘o elemento moral da colônia, (os jesuítas) da tribuna sagrada ou nas queixas e reclamações constantes ao governo, não cessava de protestar?’ O que há de educativo nisso para a infância? (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 243).

Mas as críticas à cartilha, segundo Márcia Moraes (2004, p. 117) não eram referentes apenas à miscigenação que originou o povo brasileiro. O problema para os Militares dessa Revista era o conteúdo político que a Cartilha continha⁴¹. A concepção de educação dos intelectuais orgânicos militares girava em torno da doutrina positivista, de não

⁴⁰ Na ocasião, Afrânio Peixoto era diretor de Instrução Pública Municipal do Distrito Federal. (CAPELLA, 1985, p. 206)

⁴¹ A pendência entre os Jovens Turcos e Afrânio Peixoto tinha ainda uma outra razão. Afrânio Peixoto, ao enumerar as classes que considerava parasitárias e responsáveis pela imobilidade da República, não poupou os militares. Essa querela fica clara no fragmento reproduzido, com indignação, pela Revista: “As classes parasitárias voracíssimas – o funcionalismo e as classes armadas – oneram dia-a-dia os orçamentos e nos arrastam à ruína” (A DEFESA NACIONAL, 1916, n. 32, ano 4, p. 243)

questionamento da ordem estabelecida. A característica central, para eles, está na acepção de Oliveiros Ferreira (2007) de Partido da Ordem⁴², em que a hierarquia deveria transcender as relações sociais, sendo que cada indivíduo deveria permanecer dentro do seu estrato social, sem conflito, mantendo as engrenagens do “sistema” funcionando perfeitamente. Algo muito similar ao proposto no Projeto de Lei nº 193/2016 de autoria do Senador Magno Malta (PR-ES), que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa “Escola sem Partido”⁴³. Nesse sentido, explica Oliveiros S. Ferreira, Marx definiu o Partido da Ordem sob o lema “Propriedade, Religião, Família e Ordem”. O ensinamento de História, por exemplo, deveria pautar-se apenas nos heróis nacionais e na grandeza do país, sem pormenorizar os aspectos que julgavam depreciativos. Consideramos que esta fração de militares propunha, por meio da Revista como aparelho privado de hegemonia, sendo o conteúdo da proposta de educação, o meio de atuar como aparelho hegemônico de Estado.

Mas, nem só essas impropriedades cotem o novo livro de educação cívica, senão os germes perigosos da indisciplina social e do ódio de classes. Enaltece as crianças os predicados do helenismo, que presidía a uma sociedade “sem senhor nem mandões e lhes ensinam que o socialismo “talvez amanhã domine a sociedade contemporânea. (A DEFESA NACIONAL, 1916, p. 243).

A Revolução Russa só ocorreria em outubro de 1917. A citação acima pode turvar nossa análise, pois os escritores da Revista não tinham nenhuma concepção socialista. A educação, segundo eles, representava agregação social. Nesse sentido, as Entidades - Liga da Defesa Nacional e Liga Nacionalista, norteariam os trabalhos para oferecimento de uma educação nacional, conferindo obediência e disciplina nos cidadãos, e cuja continuidade do processo seria posteriormente completada pelo Exército, via Serviço Militar. Assim, concordando com Márcia Moraes (2004, p. 118), “os Jovens Turcos valorizam a escola e a

⁴² “O Lema do Partido da Ordem”, detalha Oliveiros Ferreira, “recobre um universo social amplo na medida em que traduz aspirações de diferentes camadas sociais. O observador, partindo do princípio de que o conflito social se dá entre o Partido da Ordem e o da Revolução, poderá verificar que no mundo simbólico de cada um deles convivem indivíduos que pertencem a diferentes situações de classe. Propositadamente disse “convivem” e não “se reúnem” porque aquilo que importa na análise política da situação histórica é a adesão espiritual, vital e por isso mesmo plena de paixão nos momentos de crise política que afeta os fundamentos do Estado, as formas sociais em que se expressam os valores em torno dos quais, até aquele momento, os indivíduos decidiram viver e morrer. Convém não esquecer que, na extremidade lógica do conflito social, *não se mata e morre pela Propriedade, mas sim pela conservação das formas sociais que deram origem ao mundo simbólico que representa nossa aspiração de maior autonomia, independência e autoridade, ou poder*, como quer Gramsci, nisto seguindo Hobbes”. [grifos nossos] FERREIRA, Oliveiros S. **Ordem e Revolução como instrumento de análise**. Aula inaugural do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, fevereiro de 2007. Disponível em: [HTTP://www.achegas.net/numero/34/ferreira_34.pdf](http://www.achegas.net/numero/34/ferreira_34.pdf). Acesso em: 05/01/2016.

⁴³ Sobre este assunto ver site do Projeto disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 20/07/2016.

colocam ao lado do Exército na cadeia de instituições disciplinares. Bilac defendia exatamente isto em seus discursos”.

2.2. A modernização do Exército no Contexto Internacional.

Iniciamos diretamente o capítulo com a exposição da missão militar à Alemanha, porque ela é o evento norteador que fundamenta nossa hipótese, no tocante à integração entre militares e civis para a causa do serviço militar. Entretanto, logo após a República das Espadas⁴⁴, o Exército estava em declínio, em decorrência de dois aspectos. O primeiro diz respeito ao desgaste político, por causa da participação política na Proclamação da República, notadamente decorrente pela atuação severa do Marechal Floriano Peixoto. O segundo aspecto diz respeito ao desastre da atuação militar do Exército em conflitos internos, como, por exemplo, a contenção da revolta de Canudos⁴⁵

Como considerou Lima Barreto, em sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*⁴⁶, no Exército existiam dois tipos de militares: os tarimbeiros, pouco afeitos aos estudos, geralmente egressos da guerra contra o Paraguai; e os bacharéis fardados, com formação enciclopédica e afeitos a cargos políticos, os quais não realizavam atualização da carreira propriamente militar. Desta forma, a proposta de modernização do Exército foi algo negociado e conquistado, conforme a atuação política de vários militares e políticos, como o Barão do Rio Branco. A derrota do Exército em Canudos, e o desprestígio político pós-proclamação da República geraram a iniciativa de atualização de doutrina.

No Brasil, no plano interno, também, havia divergência com relação à origem da missão que tinha por finalidade reformar o Exército. Enquanto alguns defendiam a contratação de uma missão francesa para treinar o Exército, o Capitão Bittencourt defendia, a exemplo dos chilenos, a implantação, em nosso Exército do militarismo alemão⁴⁷. (BITTENCOURT, 1904, p. 41).

A contratação da missão alemã gerou críticas e pressões à adoção desta doutrina militar. A disputa, embora fosse mais acirrada entre Alemanha e a França, também se estendia

⁴⁴ Historicamente, foi definido como República das Espadas os Governos do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto, logo após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

⁴⁵Ver: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de canudos**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; publifolha, 2000.

⁴⁶ LIMA BARRETO, Afonso Henrique. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

⁴⁷ Moraes (2005, p. 136). O Capitão Liberato Bittencourt era um dos mais ardorosos defensores da adoção do paradigma alemão no Exército Brasileiro. Publicou em 1904, o livro “*A reforma do Exército*”, no qual defendia esta posição e que posteriormente foi adotado pelo Brasil, com Hermes da Fonseca.

aos EUA⁴⁸. Contudo, ao término da Primeira Guerra Mundial, a derrota da Alemanha para os franceses tornou estas aspirações dos militares germanófilos inviáveis no plano político. Sempre houve críticas em relação a qual das missões militares viria ao Brasil para modernizar o Exército, principalmente por causa de São Paulo ter adotado a doutrina do Exército francês, para sua Polícia Militar.

A Liga da Defesa Nacional, neste particular, seria o meio de perpetuação do ideário desta fração de militares que queriam se propor hegemônicos. Uma nova missão de modernização, em tese, não apagou o impacto da missão militar à Alemanha. Em 1919, o Exército Brasileiro contratou, para a nova reforma, a missão militar francesa, continuando a modernização de doutrina. O novo Ministro da Guerra, Cardoso de Aguiar, venceu questionamentos e resistências, assinando o contrato com o governo francês. A missão francesa veio ao Brasil, em 1920, completando-se, assim, o ciclo de modernização do Exército. Permaneceram 20 anos no país, contribuindo para a elevação do padrão profissional dos oficiais de todos os escalões e da Instituição Militar como um todo. Na realidade, como afirma Bastos Filho (1994, p. 1) “não foi exatamente uma missão militar, mas uma série de contratos firmados entre Brasil e França, durante o período de 1918 a 1940, com o objetivo de “reorganizar e promover a modernização do Exército brasileiro”. Sobre essa Missão, o relato entusiasmado de Jeovah Motta (1976) assegura:

As tarefas dos franceses serão, assim, fundamentalmente, tarefas de ensino, a realizar-se no âmbito das Escolas. Certo elas influíram, também, na orientação geral das reformas orgânicas que então se iniciaram, e os regulamentos que foram sendo elaborados contaram com a colaboração deles. E mais, estiveram presentes ao estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a definir e enquadrar o problema da segurança nacional. Mas é como instrutores, sobretudo, que eles marcam a sua presença no cenário, e é como tal que realizaram obra de incontestável mérito. (JEOVAH MOTTA, 1976, p. 308).

Mas, apesar do entusiasmo com que Jeovah Motta (1976) defende a Missão Francesa, havia, também, opiniões divergentes. Hayes (1991) ressalta que:

Os oficiais superiores viam a Missão Francesa como ameaça ao prestígio e à autoridade deles, já que não tinham condições de acompanhar o padrão de ensino técnico que ela se propõe estabelecer. Quanto aos Jovens Turcos, eles consideravam a Missão como um insulto à capacidade deles de dar cabo ao programa de profissionalização que haviam instituído logo depois de retornarem da Alemanha. (HAYES, 1991, p. 122).

⁴⁸ Para uma discussão pormenorizada das disputas e das possibilidades das diversas missões estrangeiras ver: MORAES, Márcia Cristina de. *Jovens Turcos: militares e nacionalismo*. Uma leitura da revista “A Defesa Nacional” (1913-1918). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFC/UNESP. Marília, 2004.

A grande obra da Missão Francesa foi dar capacitação e valorização ao Estado-Maior, por meio da criação de cursos especiais para a preparação de “Oficiais do Estado-Maior”. O Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada que, efetivamente, planejava e controlava a atividade militar. Tal estratégia eliminou o conflito ocorrido anteriormente, causado pelo fato de os oficiais subalternos serem melhores qualificados, do que seus superiores⁴⁹. Acreditamos que este fato é fruto da própria evolução das gerações de militares que se integravam à carreira militar. No que diz respeito ao Serviço Militar, ao retomar nosso escopo percebemos a forte influência doutrinária alemã no ideário da parcela de oficiais brasileiros, que defendiam o cumprimento da Lei do Sorteio Militar de 1908. Neste sentido, os intelectuais orgânicos militares desta proposta cooptaram o poeta Olavo Bilac para auxiliar a defesa e divulgação do SMO.

2.3. Surgimento da Liga da Defesa Nacional.



Figura 5. Contos Pátrios, de 1939

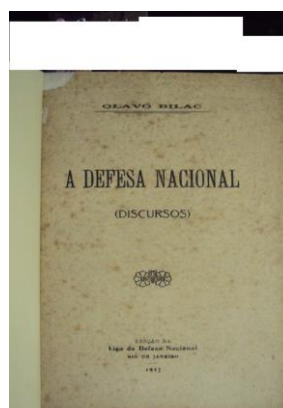


Figura 6. Capa da 1ª ed. da publicação dos Discursos sobre a Defesa Nacional

Neste processo de amadurecimento da doutrina militar, surgiram as questões relevantes sobre Defesa Nacional. O cumprimento da Lei do Sorteio Militar estava na ordem do dia. Os discursos de Olavo Bilac foram a base de propaganda para a defesa do serviço militar obrigatório, culminando com a fundação da Liga da Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916. O Poeta iniciou uma jornada pelo Brasil, com a finalidade de conquistar adeptos para a causa da Defesa Nacional. Essa campanha patriótica não aconteceu naturalmente.

[...] O General Faria e o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, usaram a amizade do ajudante-de-ordens de Bento Ribeiro com Bilac para pedir seu empenho em uma campanha

⁴⁹ SANTOS, Miriam de Oliveira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 88, nº 219, p. 320.

nacional. Mais tarde, quando surgiram crítica contra essa iniciativa, vindas especialmente do deputado federal Maurício de Lacerda, que acusou Bilac de receber secretamente dinheiro do erário, o governo publicou uma nota no Diário Oficial afirmando que o Ministério da Guerra “não despendera nenhuma quantia, direta ou indiretamente, para auxiliá-lo na campanha em favor do serviço militar”. (MCCANN, 2009, p. 230).

O intelectual orgânico civil iniciou a campanha em favor da Defesa Nacional em geral, e em favor do Sorteio Militar, em particular. Seu primeiro discurso foi aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915⁵⁰. O objetivo inicial do poeta era estabelecer a integração dos filhos da pequena burguesia⁵¹ para a campanha em prol do Serviço Militar Obrigatório defendido pelos intelectuais orgânicos militares, correspondente à fração que se hegemonizava nas propostas da Revista *A Defesa Nacional*. O Brasil padecia de uma deficiência moral, na perspectiva do poeta, sendo que a camada da população mais opulenta em São Paulo não tinha consciência da pobreza que assolava o restante do país. Em seus discursos sobre a Defesa Nacional, realizados no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Paraná, o Poeta discorreu sobre a importância da Questão Nacional para a manutenção da Unidade Nacional e do Território Brasileiro. Ele criou o elo entre civis e militares para a questão nacional. Era um mosaico de contribuições de diversas procedências, sendo que estas deveriam ser adaptadas às condições especiais de cada região.

Agora, um reparo. Para que haja Pátria, disse eu, é necessário que haja unidade e coesão. Dentro desta necessidade, é claro, podem entrar todos os credos políticos e religiosos. Só não pode entrar aqui a absoluta e absurda ausência de todo o credo [...] Quando falamos do Brasil, falamos do Brasil superior a todos os partidos: do Brasil só e puro, essencial e íntegro, abstrato e concreto, sagrado e indiviso; o Brasil acima, além, fora das opiniões individuais ou de facções. Pessoalmente sou republicano, fundamentalmente republicano. Mas respeito as opiniões de todos os sinceros. Podem os meus irmãos ser monarquistas, republicanos, conservadores, liberais, radicais, unitários, federalistas, parlamentaristas, católicos, protestantes, positivistas, livres-pensadores, contanto que não quebrem, com a anarquia e a violência, a unidade da família e a indispensável existência da Pátria. (BILAC, 1965, p. 140).

⁵⁰ BILAC, 1965.

⁵¹ Nelson W. Sodré, na obra *Síntese de História da Cultura Brasileira*, fundamenta que a pequena burguesia constitui como peculiaridade do desenvolvimento histórico brasileiro, a precocidade do aparecimento de uma camada intermediária entre a classe dos senhores (de escravos e/ou de servos) e a classe dos escravos e/ou dos servos, isto é, o aparecimento da pequena burguesia antes do aparecimento da Burguesia. O processo que motivou tal resultado, segundo o autor, não foi desenvolvido apenas no Brasil colonial, sendo normal nos países e regiões em que as relações capitalistas chegaram tarde e em que as relações pré-capitalistas, tiveram vigência prolongada (SODRE, 1981, p. 23). Diante deste cenário, utilizaremos o conceito de pequena burguesia, tendo como perspectiva os profissionais liberais e as pessoas que tinham alguma posse no período de objeto de estudo. Refiro-me à elite urbana, a partir da interpretação de Nelson Werneck Sodré. Usamos este conceito para melhor elucidar a população urbana que tinham formação educacional e posses para influenciar a política naquele momento histórico. Bilac tinha a preocupação em convencer esta fração da sociedade, através de seus discursos.

Nestes discursos, inicia-se a base para a fundação da Liga da Defesa Nacional. Esta Entidade seria o aparelho privado de hegemonia para integrar civis e militares na causa para a defesa nacional. Eles se propunham como a classe dirigente no processo de construção da nação imaginada, apropriando-nos do termo cunhado por Benedict Anderson (2008). Ao mesmo tempo em que defende a democracia, Olavo Bilac (1965) é contra a contestação da ordem estabelecida. Ele articulou a Unidade Nacional e o Interesse Nacional, a partir da criação da Entidade denominada “Liga”, com o fim de criar o local de planejamento e discussão de projetos de abrangência nacional, como educação, infraestrutura, saneamento básico, saúde e serviço militar obrigatório, entre outros.

O poeta advertia os estudantes dos vários estados do país de que eles não tinham ideia da miséria nacional. Concitava-os a participar e “dirigir” o país, pautados no exemplo paulista de desenvolvimento. Organizar a produção e inserir os pobres no mercado, por meio da formação para o trabalho, era o objetivo. Para este fim, tornava-se imperativo a construção do sentimento de amor à Pátria e a vontade de transformar o Brasil. Estas afirmações do poeta estavam diretamente integradas nos postulados publicados na Revista *A Defesa Nacional* conforme expusemos no subcapítulo específico.

Não vos deixeis deslumbrados do magnífico progresso desta cidade e deste Estado; São Paulo não é todo o Brasil; e a verdadeira grandeza de um país não é a sua riqueza. Por outro lado, não imagineis que o que me assusta seja o desconforto, a falta de dinheiro, a falta de trabalho organizado e produtivo na maior parte da União, nem o ônus formidável das dívidas oprimindo o nosso futuro. Ainda há muita ventura e dignidade nas casas em que não há muito pão; mas nada há, quando não há amor e orgulho. (BILAC, 1965, p. 24).

Dialogando com os estudantes, Olavo Bilac estabelecia o elo entre civis e militares do Exército. Para o poeta, as Forças Armadas, em geral, e o Exército, em particular, eram o primeiro fator de transformação político-social. Deste modo, articulando a exposição de Bilac com as premissas da Revista *A Defesa Nacional*, a participação do Exército na política seria:

[...] a ação do Exército, na política, deve ser somente aquela que ‘sempre exerceu’, quando, irmanados os seus sentimentos e os da Nação, no mesmo esforço supremo para fazer vingar os mais elevados ideais, tomou por parte salientar nas grandes transformações políticas por que tem passado a sociedade. (A DEFESA NACIONAL, 1915, p. 162).

Segundo ainda a Revista, no Brasil não havia choque de princípios, mas de individualidades. Leila M. C. Capella (1985, p. 239), ao comentar sobre os discursos de Bilac,

define as duas dimensões da política proposta pelos militares, que, nas vicissitudes da trama política se confundem, mas a Liga da Defesa Nacional se propunha a realizar e diferenciar:

Há uma que pode e deve ser aberta à atividade de todos: é aquela que paira acima dos interesses privados e partidários, acima da cobiça do mando e da vaidade, exercitando-se nobremente num plano superior onde imperam a necessidade nacional e o interesse coletivo; nesta já fostes admiráveis políticos, quando fostes políticos nas lutas da independência, na unificação da Pátria, na guarda do território e da nacionalidade, na abolição do cativeiro, na proclamação da República. Mas, há outra, que não é propriamente política e deve ser vedada ao vosso mandato. Como pode um militar, um verdadeiro conhecedor e um bom amigo de sua missão trocar a sua independência pela dependência das transações da politicagem; trocar a linha reta e indivisa que a investidura traça ao soldado pela triste linha tortuosa que as ambições impõem às camarilhas sem programa e aos carrilhos sem bandeira. (CAPELLA, 1985, p. 180-181).

Consideramos que este é o momento em que a Entidade se configura enquanto aparelho privado de hegemonia, sem expressar declaradamente um projeto apenas militar. Assim, se o chamado soldado-cidadão, concebido por Benjamim Constant, expressava uma ideia de cidadania militar, o novo conceito cidadão-soldado, construído por Bilac, era a inversão dessa lógica, pois todo cidadão seria um soldado, que participaria e influenciaria na política, mediante projetos com abrangência nacional, gestados na Liga da Defesa Nacional. Apesar da boa intenção da proposta dos militares, incentivada por Bilac, os integrantes da Liga não poderiam controlar os desdobramentos de tal proposta, diante da miríade de concepções ideológicas e de interesses individuais, travestidos de “interesse nacional”. Cabe ressaltar, ainda, que a segunda concepção, ou seja, a de cidadão-soldado, influenciou as proposições da Liga da Defesa Nacional e as da Liga Nacionalista, como também, segundo nossa leitura, as dos militares do tenentismo de 1922, e as da coluna Prestes-Miguel Costa, os quais pleiteavam uma mudança estrutural da política nacional e a melhoria das condições de vida da população pobre. Estes não seriam os objetos de análise de nosso trabalho, mas constituem-se pistas interessantes para futuras análises, a partir das discussões elencadas destas duas Entidades a que ora nos referimos.

Nesta perspectiva, o Exército tinha uma função educativa e organizativa a exercer na massa geral de cidadãos. Esta fração de militares que se tornaram hegemônicos entendiam que a função de ensinar era mais importante do que o Papel defensivo das Forças Armadas. Nas palavras do poeta, este ideário resumia-se: “O povo sendo o Exército e o Exército sendo o povo, o progresso seria inevitável”. Ele acreditava que os políticos profissionais nada faziam para impedir a dispersão da nação; “esses políticos aproveitavam-se dos conflitos

generalizados para exercer o poder com vaidade e avareza” (BILAC, 1965, p. 25). O Poeta utilizava linguagem emotiva para concitar os jovens para a causa do Serviço Militar. O objetivo era sensibilizar, inicialmente, os estudantes da elite paulista, para a causa da modernização do Exército, por meio do Serviço Militar. A proposta da fração de civis e militares que compunham a Liga era criar um projeto nacional a ser implementado em todo o país. A Entidade, enquanto aparelho privado de hegemonia, transformar-se-ia em aparelho hegemônico de Estado, pois partia do princípio de que o Brasil não tinha uma Nação, imaginada nos termos de sua magnitude geográfica.

Naquela época, a população do Brasil girava em torno de 30 milhões de habitantes⁵². Em 1920, segundo o Anuário Estatístico de 1936⁵³, aproximadamente 76% da população eram analfabetos, e em torno de 24% eram alfabetizados, sendo que apenas 1% da população tinha nível superior. Bilac discursava para uma clientela seleta. Para ele, havia um perigo iminente para o país, porque “[...] pacifistas, sempre queremos e pregaremos a paz; mas, sentindo e medindo os perigos externos e internos, que nos rodeiam, procuraremos dar força armada à nação, dando segurança à sua paz e à sua felicidade [...]” (BILAC, 1965, p.70).

Esta citação foi extraída de um discurso proferido para estudantes mineiros, em 24 de agosto de 1916. Bilac afirmava que era plenamente contra o militarismo, mas a favor do Exército alinhado às demandas da Sociedade. O Poeta acreditava que o escopo dos militares era transmitir as virtudes de um bom exército: disciplina hierárquica e social, o abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso do dever e de sacrifício pela pátria. A Nação seria construída sob os auspícios das virtudes militares, desta fração de militares que formularam o esboço desta proposta, mas delineada em largos traços pelo poeta.

“[...] e que este consorcio (civis e militares) seja proclamado em palavras e atos [...] de modo que, como excelentemente acaba de dizer o vosso interprete, confraternizem todas as classes, desapareça pra sempre o espantinho do militarismo, seja a nação o Exército e o Exército seja a nação” (BILAC, 1965, p. 37).

Como podemos ver na obra de Renato Lemos (1999), “o ideal do soldado-cidadão, de Benjamin Constant, era incompatível com a obediência passiva. Essa obediência passiva torna o militar maleável, e rebaixa-lhe o caráter, aniquilando o estímulo e abatendo o moral”.

⁵² Segundo o IBGE em 1920 no Brasil existiam um total de 30.635.605 habitantes, sendo em torno de 15.443.818 homens e 15.191.787 mulheres fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm

⁵³ Directoria Central de Estatística. **Anuário estatístico do Brasil (1936)**. Rio de Janeiro: Tip Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. x, 435 p. Neste relatório anual, consta na p. 43 que em 1920, 7.493.357 (24,46%) sabiam ler e escrever e 23.142.248 (75,54%) da população não sabiam ler nem escrever, perfazendo uma população total de 30.635.605 (100%).

Tais componentes dessas Entidades (Liga da Defesa Nacional e Liga Nacionalista) viam na educação uma forma de modificação da realidade social brasileira. No tocante à importância da educação para a formação social, a função do ensino, na escola primária, serviria de preparo para a aceitação da obrigatoriedade do SMO, e, posteriormente, à Defesa Nacional.

Cuidemos com sinceridade da instrução e da educação de nosso povo, assim como as grandes nacionalidades nos dão magníficos exemplos. [...] Se queremos ser um povo forte, consciente e digno, e não um país humilhado sob uma alarmante perspectiva, comecemos por impor o serviço, o ensino primário por toda a parte e implantemos, como noto-lo sugestiona a Inglaterra penitenciada, o serviço militar obrigatório. (A DEFESA NACIONAL, 1915, p. 2).

Bilac cumpre muito bem o seu papel de intelectual orgânico do projeto desses militares. A Liga da Defesa Nacional reuniria a *intelligentsia* intelectual, com o objetivo de traçar os rumos do país. Leila M. C. Capella (1985) também explicita essa intenção, ao falar da relação entre a Liga da Defesa Nacional e os Jovens Turcos. Embora a Liga tenha surgido no bojo da campanha pela implantação do Serviço Militar Obrigatório, ela não se esgotava na perseguição desse propósito. Em primeiro lugar, como já vimos, ‘o conceito de defesa nacional era bastante amplo e abarcava toda a vida social; segundo lugar, o que os Estatutos e as palavras de Bilac demonstram, por quem estaria de fato a fazê-lo: as elites tão bem representadas no Diretório Central’ (CAPELLA, 1985, p. 238).

Cabe fazermos uma ponte com a obra de Renato Lemos (1999)⁵⁴, pois, aqui, identificamos um pouco dos objetivos de Benjamin Constant, mas com as estratégias dos projetos elaborados pelos Jovens Turcos inserindo os militares como atores políticos que influenciariam os destinos do país. Como bem ressalta Paulo R. R. Cunha (2011, p. 35), a campanha cívica, com a adesão entusiástica de Olavo Bilac, realiza o sentido inverso da proposição de Constant: de soldado-cidadão para cidadão-soldado, transpondo um sentido nacional de cidadania patriótica que, em tese, é fundamento da formação militar. Podemos inferir, aí, uma simbiose entre o positivismo e a doutrina prussiana. Este adendo é necessário, no que concerne à relação entre civis e militares, e o que está nas entrelinhas da discussão. O poeta tinha, como objetivo, conciliar civis e militares. Ele alertava sobre o perigo do divórcio entre as Forças Armadas e a sociedade⁵⁵. Assim, propunha que o serviço militar traria as

⁵⁴ Para entender como surgiu a concepção de cidadão e soldado que permeou as influências de Olavo Bilac ver: LEMOS, Renato Luiz do Couto Neto e. Benjamin Constant: vida e história. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

⁵⁵ O autor sugere, consoante Bilac advertia em 1916, que a instituição militar deve manter diálogo com a sociedade, pois ao contrário ela se torna pernicioso para o país. Através de categorias da antropologia, o autor percebeu que os alunos começavam a esboçar repulsa pela formação militar. Essa repulsa gerada por reforços simbólicos, através de pré-conceitos atribuídos aos civis, os quais possuíam, segundo esse viés de interpretação

virtudes militares aos civis, conciliando a pequena burguesia com o projeto de nação, a exemplo do proposto pelos Jovens Turcos. Aqui, é possível sugerir que Bilac fundamenta a necessidade de intervenção militar na sociedade, para que não haja desagregação do país.

O autor propunha a integração das classes, mas, com a sistematização do serviço militar, separou-as hierarquicamente, com as diversas formas de prestação desse serviço.⁵⁶ O discurso do poeta em relação ao nivelamento de todas as classes com o Serviço Militar não aconteceu conforme proposto, pois a pequena burguesia não se submeteu ao serviço militar, como soldados. Foram criados, naquela época, os Batalhões de Alunos da Faculdade de Direito, Medicina e Escola Politécnica, não ocorrendo a inclusão dos demais “cidadãos” nesta fração de classe privilegiada, como bem sinaliza, em seu texto, Brasil Bandecchi (1980)⁵⁷. Aqui, identificamos elementos das características conceituais conservadoras propostas por Antonio C. Peixoto (2001), em relação à pequena burguesia. Esta fração não se alinhava com as demandas populares, inclusive reivindicando privilégios no SMO. Há duas realidades nesta análise: a primeira, que esta fração de classe não queria submeter-se aos militares (CPOR e NPOR); e a segunda, que não queria, também, se colocar em posição de igualdade com os pobres, durante o serviço militar (os Tiros de Guerra e os Batalhões Patrióticos de Estudantes eram expressões dessas demandas).

Em 1917, ainda o Exército era visto como lugar de castigo, prisão de marginais e de vagabundos. Bilac (1965) tentava demonstrar que esse paradigma estava mudando. O autor estava entusiasmado com o Serviço Militar Obrigatório. Contudo, não era tudo perfeito, como defendia. Os Generais tentavam contornar problemas estruturais, requisitando aumento de verbas, com a finalidade de melhorar a logística do Exército. A Primeira Guerra Mundial servira de mote para sensibilizar os responsáveis pelos cofres públicos e a opinião pública quanto ao financiamento do SMO. Porém, a criação da Liga da Defesa Nacional, localizada no Rio de Janeiro, e a Liga Nacionalista, em São Paulo (esta última, abordaremos em subcapítulo específico) foi possível por causa do contexto interno (discursos de conciliação de

militar, defeitos morais. Neste sentido, o “paisano” não possuía as mesmas virtudes morais que os militares desenvolviam em sua carreira.

⁵⁶ O Serviço Militar constituía-se não só do serviço nos Quartéis, sendo soldado, pois os cidadãos que tinham escolaridade podiam servir em CPOR e NPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, Centros e Núcleos estes que privilegiavam e ainda, de certa forma, privilegia os filhos das pessoas mais abastadas ou de notória influência política. Outra forma de prestar o Serviço Militar são os Tiros de Guerra, os quais são financiados pelas prefeituras de cada município, onde o Exército, particularmente, cede alguns militares para realizar a instrução dos Atiradores (designação dada aos jovens destas Organizações Militares, considerados Soldados de 2ª Classe), segundo consta na Lei e no Regulamento do Serviço Militar.

⁵⁷ BANDECCHI, Pedro Brasil. **Liga Nacionalista**. Caderno 14. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Parma, 1980. p. 51.

Bilac e os conflitos internos - Canudos, Revolta de Sargentos, Revolta da Chibata) e do contexto internacional (I Guerra Mundial). Olavo Bilac não militou sozinho nessa causa; Rui Barbosa também colaborou intensamente para a propositura das referidas Ligas no Rio e em São Paulo, fazendo contato com seus companheiros advogados e com os irmãos da Loja do Grão Oriente do Brasil (Maçonaria). Rui Barbosa foi grande colaborador de Bilac, para costurar alianças entre os diversos segmentos da elite (MORAES, 2004, p. 88)⁵⁸. Os oficiais souberam usar o contexto geopolítico para trazer a sociedade à causa nacional, sendo o Poeta a personalidade social eminente. Contudo, a autora não destaca a importância de Alberto Torres, importante interlocutor de Bilac. Não inseriremos as considerações de Alberto Torres, com a finalidade de não desviarmos o foco deste trabalho⁵⁹. Alberto Torres era o grande opositor aos escritos de Olavo Bilac sobre a Defesa Nacional. Suas duas obras publicadas em 1914, “Organização Nacional” e “O Problema Nacional” foram utilizadas por diversas lideranças civis e militares para discutir o binômio segurança e defesa, a partir de 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra.

Segundo nossas leituras e vasta bibliografia, Bilac era o representante civil do projeto dos militares. Os oficiais do Exército souberam aproveitar essa oportunidade, não desconsiderando a participação dos Oficiais da Marinha no processo político. O contexto da Guerra foi bem utilizado pelos militares. Podemos nos arriscar a fazer analogia à obra de Maquiavel, cujos ensinamentos, presentes na obra “*O Príncipe*”, afirmam que o Soberano precisa considerar o contexto externo e interno para tomar suas decisões. Nesse sentido, a “*Fortú*” era para os militares e para Bilac a I Guerra Mundial e os conflitos internos do país (Contestado, Revolta dos Sargentos, etc.), para que colocassem em operação a “*Virtú*”, ou seja, trazer a opinião pública para a questão da Defesa Nacional e, principalmente, no tocante ao Serviço Militar Obrigatório. O Poeta procurou aparar as arestas do pensamento autoritário dos Jovens Turcos, deixando as proposições dos militares palatáveis para o público, transformando-se em símbolo desse Projeto de Defesa com relevância e abrangência nacional.

[...] numa linguagem singela, os intuítos da Liga da Defesa Nacional, que fundamos, e pretendo definir que [...] A defesa nacional como queremos

⁵⁸ No Capítulo II de sua Dissertação (MORAES, 2004, p. 80), Márcia Moraes ressalta o complexo da relação entre a modernização do Exército, através dos Jovens Turcos e o contexto geopolítico, tendo em vista o choque das duas potências na época: Alemanha e França. Não iremos desenvolver esse tema em nosso trabalho, pois os desdobramentos fugiriam ao escopo aqui pretendido.

⁵⁹ Alberto Torres fora ensaísta, jurista e político, era contemporâneo a Olavo Bilac e seu maior crítico. Ocupou os cargos de presidente do Estado do Rio de Janeiro, foi membro da Câmara Federal dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Na atividade literária suas obras mais importantes foram “A organização Nacional” e “O problema Nacional brasileiro”. Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos alinhavam-se ao pensamento conservador de Torres.

compreender não está organizada. Está claro que, se queremos organiza-la desde já é porque vejamos sobre o nosso país perigos imediatos. Mas a boa e verdadeira defesa deve ser preventiva. Se não há perigos imediatos que nos cerquem, há incontestavelmente sempre perigos latentes, próximos ou remotos, prováveis ou ao menos possíveis, que ameaçam constantemente todas as nacionalidades, ainda as mais sólidas, fortes e armadas; nada é perfeito nem eterno, na contingência da vida humana. (BILAC, 1965, p. 125-126).

Concordamos com José Murilo de Carvalho (1998, p. 370), que, ao final do Império, a elite foi muito eficaz em construir o Estado. Mas a pergunta que ainda permanecia era: e a Nação? A Liga da Defesa Nacional, em nossa hipótese, é expressão de um Partido Militar que integra a fração de civis e militares. Ela foi constituída como o fórum ideal para o debate acerca da construção de um projeto nacional, configurando-se em Partido Militar, ou seja, um aparelho privado de hegemonia, incorporando o Serviço Militar, como também outras demandas de caráter social e político. Porém, os proponentes desse projeto não conseguiram manter o controle dos objetivos propostos, como os desdobramentos, em São Paulo, na Liga Nacionalista⁶⁰. Bilac utilizou uma miríade de conceitos nacionalistas, com o cuidado de não incitar a xenofobia. Podemos analisar que, dentro do conceito de solidariedade orgânica⁶¹, Olavo Bilac identificava a Família como fator de coesão social. Seu objetivo central, em relação ao Serviço militar, era congregar os civis em torno da causa da fragmentação social e territorial temida pelos militares. Frank D. McCann (2009)⁶² acusou Bilac de não levar em

⁶⁰ Traremos da especificidade da Liga Nacionalista no subcapítulo 2.4.

⁶¹ No que se refere à divisão do trabalho, Dürkheim considera que a característica fundamental da sociedade moderna é a divisão social do trabalho, porque suas diferentes esferas se diferenciam entre si e se especializam o que concorre para a integração dos indivíduos na sociedade. Para Dürkheim a existência da divisão social do trabalho determina o grau de coesão entre os indivíduos de uma determinada sociedade. No caso das sociedades tradicionais, como não há uma divisão social do trabalho, os indivíduos estão integrados na coletividade pela tradição e pelo costume, ou seja, por uma consciência coletiva que indicam suas formas padronizadas de pensamento ou conduta. O tipo de solidariedade apresentado nestas sociedades é a solidariedade mecânica. A solidariedade orgânica seria a solidariedade típica da sociedade capitalista moderna. Esta solidariedade decorre da evolução da sociedade, que promove a diferenciação social por meio da divisão do trabalho. Portanto, a função da divisão social do trabalho seria a de criar um sentimento de solidariedade entre os homens. Para Dürkheim, as diferenças sociais criadas pela divisão social do trabalho, unem os indivíduos pela necessidade de troca de serviços e pela sua interdependência: “o ideal de fraternidade humana só pode ser realizado na razão do progresso da divisão do trabalho”. Para Durkheim a solidariedade trás harmonia para a sociedade, ou seja, Bilac procura evitar o conflito, propondo o consenso entre as classes sociais antagônicas expostas acima. Para leitura sobre o conceito de solidariedade mecânica e orgânica ver: Durkheim, E. Da divisão do trabalho social. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁶² McCann, 2009, p. 219-221. McCann (2009) afirma que Bilac poderia estar alheio à realidade do conflito do Contestado e ter visão contraditória em relação ao povo. Porém, segundo os Discursos de Bilac, verificamos que ele viajou para todas as regiões do Brasil, procurando identificar a especificidade de cada região, defendendo a Unidade para construir a Nação respeitando a diversidade. A classe média para o poeta, apesar da imprecisão do conceito de classe média, seria a mais adequada para governar o país. Ele entendia que a corrupção e o coronelismo dominavam o cenário político regional. Mas, Bilac não poderia ser direto na crítica ao sistema político, pois se ele atacasse direto o sistema, não conseguiria plantar a semente que colocaria o povo diante da instrução (leia-se: educação) e muito menos teriam conhecimento dos meandros da constituição (organização) do país.

conta os problemas regionais (Contestado) do Brasil, e de ter opiniões contraditórias sobre o “povo”, assumindo um nacionalismo exacerbado, sem entrar nas discussões pormenorizadas dos problemas. Contudo, este autor não percebeu que Olavo Bilac utilizava-se do entusiasmo para conquistar a pequena burguesia, a qual estava alheia às necessidades da unidade nacional e do desenvolvimento do país, por meio de um projeto unificado de desenvolvimento.

Assim, comprovamos a hipótese de que o Poeta era o intelectual orgânico que concitou a integração da fração de civis e militares para a construção do ideário de nação. Porém, as formulações de Olavo Bilac foram absorvidas de acordo com a subjetividade dos grupos que compunham a Entidade. Neste sentido, a Liga da Defesa Nacional tinha um perfil no Rio de Janeiro; contudo, a irradiação de seus pressupostos foi apreendida nas vicissitudes políticas de cada região do Brasil, desdobrando-se de forma diversa à esperada, como veremos no subcapítulo posterior sobre a Liga Nacionalista em São Paulo. Portanto, o caso de São Paulo foi emblemático e deve ser analisado especificamente. Cabe destacar que não tivemos acesso à documentação dos demais Diretórios Regionais dos diversos Estados do País. Sobretudo, nós nos pautamos no que encontramos e, principalmente no que fora declarado em Ata do Diretório Central e Comissão Executiva.

2.4. O Contraponto paulista na construção do nacionalismo proposto pela LDN.



Figura 7. “Reunião da Liga da Defesa Nacional em São Paulo”⁶³

Tanto a Liga da Defesa Nacional quanto a Liga Nacionalista são filhas do mesmo processo capitaneado pelo poeta Olavo Bilac. Ambas eram adeptas da preparação militar. Todavia, a LN, além combater o analfabetismo, dedicava-se também à reforma política. A Liga Nacionalista foi fundada na Faculdade de Direito e não tinha os mesmos objetivos da Liga da Defesa Nacional. Apesar de seu Estatuto ser similar ao LDN, a Liga Nacionalista possuía outras características, que apresentaremos a seguir.

⁶³ A Cigarra, n. 63, ano III, 23/03/1917. Disponível em: <http://www.arquivodoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19170363.pdf>. Acesso em: 20/04/2016.

A Liga Nacionalista foi fundada, em São Paulo, em 25 de janeiro de 1917, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 21). Esta data foi escolhida em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo, embora as deliberações para a fundação dessa Entidade viessem de ajustes realizados no ano anterior e, seu estatuto datado de 30 de maio de 1917 não faz referência à fundação da Entidade.

O foco dos paulistas era a proposta para o fim da fraude eleitoral. A sugestão era de que o voto deveria ser secreto e obrigatório, segundo a resolução de Waldemar Ferreira, em reunião da Liga Nacionalista, em julho de 1917. A questão também era frequentemente defendida por Mário Pinto Serva, membro da diretoria da Liga, o qual publicou o livro com o título “*O Voto Secreto ou a organização de Partidos Nacionaes*⁶⁴”, sem data de publicação. Como parte de sua campanha pelo voto secreto, que continuou com toda força no início da década de 1920, a LN divulgou muitas publicações, inclusive discursos de Roberto Moreira e de João Sampaio, políticos do PRP (Partido Republicano Paulista). A Liga ainda persuadiu cidadãos a se registrarem para votar nas eleições⁶⁵.

Para estes intelectuais orgânicos paulistas, o ensino de História do Brasil e de Língua Portuguesa eram requisitos fundamentais no ensino das escolas particulares, notadamente, as estrangeiras situadas no Brasil. Nesse sentido, a formação do cidadão era fundamental, de acordo com os pressupostos acima, na construção do sentimento de Nação. A cidadania só seria possível com a instrução popular obrigatória. O povo apenas poderia reivindicar melhorias sociais e políticas por intermédio da educação. Serva, em seu livro, destaca que,

Os povos que não lutam por ideaes estão em phase de decadencia e desintegração. Os Romanos em decadência só pediam pão e espectaculos. Os povos em progresso reclamam reformas sociaes políticas e econômicas. Povos se idealismo activo constituem rebanhos animaes cujo único fim de existência são as necessidades physiologicas. (SERVA, s.d., p. 11).

Mario P. Serva afirma que o Brasil precisava que a sociedade se conscientizasse da sua situação, e que a educação seria o meio pelo qual se atingiria o fim, que era a consciência política, possibilitando a formação de pessoas aptas a votar. O que a pequena burguesia paulista buscava, segundo nossa análise, era uma quantidade maior de pessoas que se interessassem pela política, no intuito de pressionar os governantes, mas principalmente a Oligarquia. Por meio do voto, conquistado via educação, a classe trabalhadora participaria do

⁶⁴ O Anexo “F” consta a capa deste livro publicado por Mario Pinto Serva.

⁶⁵ Brasil Bandecchi (1980, p. 24, 59-68). A respeito do papel de Mario Pinta Serva, ver NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930**. São Paulo: Anhambi, 1958, Cap. I, p. 109-144. O trabalho da Liga Nacionalista é discutido com grandes detalhes em SOARES, José Carlos. **A revolta militar em São Paulo**. Paris: s.n., 1925, p. 58-68.

cenário político, sendo conduzida pelos intelectuais orgânicos que compunham a LN e que controlavam os principais veículos de imprensa. Não vamos pensar aqui em revolução e autonomia dos possíveis novos eleitores. O que se almejava era a possibilidade de participação política, dentro da lógica dos futuros “donos do poder”. Mario P. Serva deixa pistas, nesta obra, de que o objetivo era construir um Partido Político que norteasse as demandas da nova fração de classe que se propunha como classe dirigente. A educação da população seria o passaporte para elevar os analfabetos à classe de eleitores, o que geraria pressão e possibilidade de convencimento, no tocante às demandas do “interesse nacional”, notadamente, com ênfase na solidariedade orgânica possibilitada pelo Serviço Militar e pela instrução popular. A Liga Nacionalista, como aparelho privado de hegemonia, auxiliou na criação do mito nacional, conduzindo a formação escolar paulista ideologicamente norteadas pelos pressupostos destes intelectuais orgânicos. Com a instrução primária, os jornais tornaram-se o meio de construção da hegemonia, direcionando a opinião pública.

Apesar da pobreza, da dispersão territorial e do analfabetismo, somente com a disciplina, possibilitada pelo Serviço Militar, e pela obrigatoriedade do ensino primário, seriam possíveis mudanças a médio e longo prazo. Paralelamente, a LDN e a LN integraram civis e militares na causa da instrução primária, com o objetivo de direcioná-la ao sabor de seus interesses regionais, no caso paulista e nacional, no Diretório Central. Com o crescimento das cidades, a força da opinião pública tornava-se relevante. Percebemos, então, que Edgard Carone (1971) confunde os textos de Bilac com as deliberações da Liga Nacionalista, pois várias das citações usadas pelo autor são propostas colocadas por Bilac, que em nenhum momento questionou o voto e as eleições em seus discursos sobre a Defesa Nacional. Acreditamos que o autor reuniu discursos de Bilac com escritos da Liga Nacionalista como filhos de um mesmo processo. Porém, pela documentação consultada, houve deliberações distintas entre as duas Entidades (LDN e LN).

A Liga Nacionalista foi gestada na Faculdade de Direito, como afirmamos acima; a LDN, no Diretório Regional de São Paulo, era presidida por Altino Arantes (Governador do Estado). Assim, em São Paulo, havia a célula regional da Liga da Defesa Nacional e a Liga Nacionalista. Claro que houve participação de integrantes comuns às duas Entidades, pois quando cotejamos os documentos, identificamos idênticos integrantes em ambas. Exemplos de membros que podem ter contribuído para a confusão e que faziam parte das duas Entidades

são Júlio de Mesquita Filho, Antônio de Sampaio Dória, Frederico Vergueiro Steidel, entre outros⁶⁶.

Assim, o Serviço Militar e a instrução primária eram demandas idênticas de ambas as Entidades, principalmente pelo incentivo de Olavo Bilac, por intermédio de Rui Barbosa. Contudo, no que concerne ao voto, percebemos um silêncio por parte da LDN. Na LN, existiam dissidentes do PRP, os quais questionavam a política nacional, sendo a Liga uma forma de atuação política fora do controle do partido. As reivindicações pelo Voto Secreto eram uma frágil crítica à política, que transformava as propostas da Entidade em um reformismo político, pois o voto seria apenas uma forma de direcionar a população, por meio da grande imprensa, para as intenções deste grupo que queria se tornar hegemônico na política. Cabe destacar, como analisa Guilherme P. Bravo, que Júlio de Mesquita Filho, diretor do Jornal “O Estado de São Paulo”, tinha ideologia liberal e, sendo integrante da Liga Nacionalista, pensava o Brasil desarticulado do predomínio Federal na esfera Estadual⁶⁷.

A instrução popular foi a primeira iniciativa da LN. Ela criou escolas noturnas, nas quais estudantes, como, por exemplo, os da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, lecionavam aos que não possuíam recursos para prover sua própria alfabetização. Estas escolas foram fundadas pelo recém-criado Grêmio Literário Álvares de Azevedo, daquela Faculdade. O projeto educacional foi concebido pelo estudante Paulo Nogueira Filho, fazendo parte importante do programa da Liga Nacionalista. “Este projeto, posteriormente, foi descrito por Pedro Lessa como ‘a mais preciosa joia da Liga Nacionalista’” (DULLES, 1984, p. 41).

Com o objetivo de promover a educação cívica, a Liga Nacionalista publicou, em 1919, um Manual com o seguinte título “O que todo cidadão deve saber”, de Antonio de Sampaio Dória, bucheiro⁶⁸ importante que havia se formado em 1908, na Faculdade de Direito, após ter chegado a São Paulo, vindo do Estado de Alagoas. Sampaio Dória começou a lecionar na Faculdade de Direito em 1919 e, em 1920, foi nomeado Diretor da Instrução Pública do Estado pelo novo governador, o Bucheiro e futuro Presidente Washington Luís

⁶⁶ A lista completa dos membros e sua articulação política, tanto na Liga Nacionalista, quanto na Liga da Defesa Nacional ver: BRASIL BANDECCHI, P. **A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

⁶⁷ Para uma leitura sobre o posicionamento político do Jornal O Estado de São Paulo, na década de 1930 ver: BRAVO, Guilherme Pigozzi. Papel conservador dos liberais: a ANL e os levantes nacional-libertadores de novembro de 1935 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

⁶⁸ São os integrantes da “*Burschenschaft*”, vulgarmente denominados de bucheiros. Era uma sociedade filantrópica, fundada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Esta Entidade é correspondente à Loja Maçônica, conhecidas sociedades discretas que possuem como lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, inspirado na Revolução Francesa. Para uma leitura sobre a Bucha e a Maçonaria no Brasil, ver: BRASIL BANDECCHI, P. **A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

Pereira de Souza. Como Diretor de Instrução pública, Sampaio Dória foi capaz de aumentar consideravelmente o número de estudantes matriculados nas escolas públicas, cumprindo, assim, um dos objetivos da Liga Nacionalista.⁶⁹

O livro foi pensado como um Manual para o desenvolvimento do nacionalismo, por meio da conscientização acerca do sistema constitucional. Arriscamos afirmar que até alguns Universitários não o sabiam.

A realidade entre nós, é que há muito brasileiro, que se presume patriota, mas ainda não leu a nossa Constituição Política, e que ignora idéas rudimentares relativas à soberania, aos poderes políticos e até aos “direitos do homem”. [...] Essa ignorância é a ignorância de si mesmo, do seu valor, da sua força e dos seus direitos. [...] Tenho para mim, e creio que difficilmente se me poderá contestar, que a causa de todos os males políticos que afflige, o Brasil, está nessa ignorancia, a começar pela verdadeira significação do voto nas eleições. Mesmo as classes mais elevadas, nem sempre se encontrará uma noção nitida do jury, do serviço militar, do estado de sitio, dos partidos políticos, etc., sem falar das ideias mais altas da soberania, Estado e Federação. [...] Não conheço livro algum, que, em nosso paiz, se proponha a divulgação popilar dos princípios basicos constitucinaes, pois os compêndios, commentarios e monographias são accessíveis apenas às intelligencias para elles já preparadas, e às bolsas que supportam o seu elevado preço. [...] Foi essa consideração que inspirou ao inexcedível patriotismo do dr. Sampaio Dória a confecção deste livro, com o qual presta ao nosso paiz um serviço, cuja extensão a sua modéstia impede de calcular. (DÓRIA, 1919, s. n. p.).

No prefácio escrito por Frederico Vergueiro Steidel⁷⁰, foi apresentada, em linhas gerais, a abordagem sobre a interpretação constitucional e, principalmente, a reflexão sobre o que é o Brasil e como as pessoas deveriam se posicionar, naquele momento histórico, o que fica em evidência na discussão sobre esta Entidade, pois não temos a intenção de analisar detidamente todas as intervenções dela neste subcapítulo, levando-se em conta o objetivo de nosso trabalho. O que estamos realizando é a identificação das proximidades e os pontos de distanciamento entre a LN e a LDN, com a finalidade de apontar os pontos de proximidade destes intelectuais orgânicos com os rumos tomadas pela intervenção feita por Vargas em 1930. No livro de Dória, a questão central era a divulgação popular dos postulados nacionais,

⁶⁹ BRASIL BANDECCHI, P. **Liga Nacionalista**. 1980. p. 45-47. FERREIRA, Waldemar. **A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na Centúria de 1827 a 1927**, s. l.: s. n., p. 130-131.

⁷⁰ Professor de Direito da faculdade do Largo de São Francisco. Sua projeção política foi derivada do seu pontificado de civismo. Fundou e dirigiu a Liga Nacionalista. Escreveu a respeito WALDEMAR FERREIRA na biografia n. 77 do seu trabalho sobre “A Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na Centúria de 1827 a 1927” na Revista da Faculdade de Direito v. XXIV (1928), p. 125: “Professor assíduo e severo, justiceiro e bom, gozou de um alto prestígio, a que emprestou maior relevância o seu cargo de presidente da Liga Nacionalista de São Paulo, na qual, por muitos anos, dirigiu as mais impressionantes campanhas nacionais destes últimos tempos”. (COSTA, 1967, p. 40). Fonte: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66550/69160>. Acessado em 17/12/2015.

de modo didático e inteligível, da mesma maneira como era feito na Capital Federal. A consciência em relação ao SMO proposto por Bilac, a instrução primária e o Serviço Militar Obrigatório são temas candentes em ambas as Entidades (Liga Nacionalista e Liga da Defesa Nacional), exceto a defesa do voto secreto, que era uma demanda específica da Liga Nacionalista. Não descartamos que poderia haver membros da Liga da Defesa Nacional que defendiam o voto secreto, porém este ideal, de maneira geral, não compunha o projeto da Entidade.

Assim, os pontos de contato de ambas as Entidades estabeleceram as premissas para a construção do Projeto de Nação, o qual contou com a contribuição de intelectuais orgânicos de ambas as Ligas. Defendemos que estes postulados fizeram parte de um esboço de um projeto hegemônico de Estado, que seria utilizado no futuro. Como exemplo disso, o livro de Antônio de Sampaio Dória compõe-se de 30 Capítulos, nos quais se percebe grande proximidade com os 11 temas publicados pela Liga da Defesa Nacional, sendo possível identificar a estrutura do sistema político nacional e a posição da sociedade dentro de cada Capítulo. Para fins didáticos e resumo da obra, o livro está dividido em duas partes: a primeira, dividida em 12 Capítulos, que discutem a estrutura político-administrativa da República⁷¹. A segunda está dividida em 18 Capítulos, nos quais se analisam a Nação Brasileira, seus deveres e a ideia de Pátria definida pela Liga da Defesa Nacional. Portanto, de acordo com o que observamos nas publicações em Boletins e nos livros de Ata da referida Entidade, sustentamos que foram incorporadas por Dória em seu livro⁷².

Há, na obra, disposições importantes para a nossa análise, e as definições temáticas compuseram o conteúdo a ser ministrado nas escolas primárias e secundárias do Estado de São Paulo. O Projeto de Nação proposto pela Liga da Defesa Nacional influenciou

⁷¹ Dos municípios (elementos essenciais, governo local e autonomia municipal); Dos Estados (Antigas províncias, seus elementos essenciais e características do Estado); Da União dos Estados, dividido em 5 capítulos (O que é federação, o governo federal, poder legislativo, governo federal e poder executivo, poder judiciário e regime presidencial); Das relações dos Estados Entre si, e deles com a União, dividido em dois capítulos, (autonomia dos Estados e o poder da União sobre os Estados); Dos fins do Estado (União): ordem e progresso (como se desenvolve os serviços públicos, as leis e a emissão do papel moeda e o controle do câmbio).

⁷² Esta parte inicia-se definindo o que seria Sociedade, subdividida em dois capítulos, na qual trata dos temas a Liberdade; a justiça, o direito, de acordo com o artigo 72, da Constituição de 1891. Posteriormente, o livro aborda a questão da soberania, definindo o que é e a quem pertence; Do voto, o qual é discutido em na da mais nada menos que em 4 capítulos, definindo sobre a seleção do eleitorado, a sua obrigatoriedade, o seu caráter secreto, a representação da maioria e conclusões acerca do eleitor e sua responsabilidade. No capítulo 8, o autor define o que é Política, o que não deve ser, estadistas e caudilhos; No Capítulo 9, discute o que são os Partidos Políticos (seus princípios, a disciplina partidária, o dever dos moços); No capítulo 10, discute os deveres cívicos, subdividido em três capítulos (10,11 e 12), nos quais aborda a necessidade dos impostos, o serviço do Júri, o serviço militar. No capítulo 13, sobressai algo novo para o momento, chamado Estado de Sítio, o qual é apresentado sua definição e o que não é Estado de Sítio (Capítulo 14). No final do livro no Capítulo 15, o autor discorre sobre a garantia do *Habeas Corpus*, e as teses da Liga da Defesa Nacional sobre a ideia de Pátria, a Pátria brasileira e a necessidade de formação cívica da mocidade (Capítulos 16, 17 e 18).

sobremaneira a Liga Nacionalista e a Faculdade de Direito, precursora da colocação em prática dos 11 temas propostos pela LDN. Este livro, notadamente liberal, foi algo avançado para a época, pois a questão central era o voto e a consciência de Nação, respeitando a concepção da Liga Nacionalista, no tocante à Federação. A ação da Liga Nacionalista, naquele momento, era divulgar o sistema democrático. A instrução pública, o Voto e o Serviço Militar constituiriam a tríade necessária para o desenvolvimento nacional. Segundo Carone (1971, p. 240) “nos Estados do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, não havia partidos políticos”. Os que existiam, excetuando-se o recente movimento socialista, a fundação do Partido Comunista, em 1922 e o Partido da Mocidade não passavam de organizações incipientes, sem ideias e sem força para empreender um Projeto Nacional.

A Instrução Pública foi a grande obra da LN, criando escolas e projetos locais como as Escolas Noturnas para as pessoas que trabalhavam. Segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 40) “[...] só no Estado de São Paulo havia 200.000 menores em idade escolar que não se achavam matriculados em nenhuma escola”. O autor compara o Brasil com os Estados Unidos, nos quais, em 1914, as escolas mantidas pelos municípios americanos compreendiam 33% de todos os alunos matriculados em todas as escolas públicas daquele país. Nas escolas públicas municipais dos Estados Unidos, gastavam-se 60% da soma total feita pelas municipalidades americanas. A despesa total das municipalidades totalizou, para fins de comparação, no ano (1914) 313 milhões de dólares, ou cerca de 1.252 (mil, duzentos e cinquenta e dois) Contos de Réis, em moeda brasileira. As municipalidades nas Américas gastavam, em média geral, 20% dos seus orçamentos em instrução pública. No Estado de São Paulo, todas as municipalidades gastavam em torno de 2%. Esse é o contraste apresentado pelo Brasil em relação aos Estados Unidos. A Liga Nacionalista utilizou-se desse argumento para pressionar a Assembleia Legislativa Paulista, no sentido de contingenciar recursos para a instrução pública. Brasil Bandecchi (1980, p. 41) ainda cita que “[...] em Pernambuco, as municipalidades do Estado já estão compreendendo o seu dever no assunto, e, reunidas em Congresso, deliberaram gastar 25% das respectivas rendas com a educação elementar”. O Deputado Estadual Archimedes Pereira Guimarães, para fundamentar sua proposta de aumento dos recursos para a instrução pública, afirma:

Ora, se as nossas municipalidades do Estado de São Paulo, por exemplo, se resolvessem a gastar não apenas 2% mas 20% das suas rendas com a instrução pública seriam certa de 6.8000:000\$0000 que dariam para instruir aproximadamente 80.0000 menores que atualmente vegetam na ignorância, 80.0000 brasileiros que nós abandonamos ao analfabetismo, 80.000 brasileiros que assim se perdem para a vida civilizada e para o trabalho

produtivo, 80.000 brasileiros ignorantes, incultos, que desconhecem a própria noção de Pátria, inúteis para si, para o país, para a humanidade; ao passo que, se lhes dessem instrução necessária, seriam fatores ativos para o bem coletivo e para a prosperidade nacional⁷³. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 41).

A partir da citação do Discurso do Deputado Archimedes Guimarães e da discussão do livro de Sampaio Dória⁷⁴, podemos identificar a necessidade de se priorizar e investir na Instrução Primária. O objetivo central era capacitar as pessoas para o trabalho disciplinado nas fábricas. A Instrução Primária inseriria essas pessoas na campanha em favor do voto, no mais clássico pensamento liberal, para o qual o país precisava de mão-de-obra qualificada no sentido de contribuir para o Desenvolvimento Nacional, gerando cidadãos eleitores, orientados por meio dos jornais nos quais circulavam os debates políticos. Gestava-se, assim, o projeto de desenvolvimento nacional, a partir da concepção de cidadania delineada por Bilac, moldada pela Liga da Defesa Nacional, e que, no caso particular da Liga Nacionalista, em São Paulo, evoluiria dentro do projeto de construção do país. Este projeto de inserção da população na produção organizada do trabalho seria implementado, posteriormente, por Vargas, a partir de 1930, trabalho este iniciado pela ação da Liga Nacionalista, no início da década de 1920.

Nossa hipótese seria de que todo, ou ao menos, boa parte do Projeto de Brasil de Vargas, contempla as formulações do final da década de 1910 e de 1920, particularmente, ao analisarmos os projetos da Liga Nacionalista e da Liga da Defesa Nacional. Ressaltamos que, apesar de não serem a mesma Entidade, ambas trabalhavam com objetivos similares, na perspectiva do desenvolvimento nacional, a partir da Instrução Pública e do Serviço Militar. Dissociaram-se apenas na questão do voto, como algo particular das proposições paulista. O discurso do Deputado está afinado com o projeto nacional proposto pela LDN, exceto quanto à questão do voto secreto. Foi publicada, também, uma circular da Liga Nacionalista, que seria mais um ataque aos governos estaduais e federal, embora endereçada às municipalidades.

No Brasil, segundo o documento, havia cerca de 1200 municípios e se cada município fundasse 3 escolas, seriam mais de 180.000 menores brasileiros a se instruírem e se educarem. Mostra, ainda que, em São Paulo, a população escolar que recebia instrução, era de 213.507 menores ao passo que a que não recebia era de 290.304. No Brasil inteiro a proporção era muito maior:

⁷³ Arquivo Archimedes Pereira Guimarães.

⁷⁴ A Capa do Livro de Antonio Sampaio Dória é sugestiva, como podemos ver visto no Anexo “T”. A figura de uma mulher como símbolo da liberdade e da justiça demonstra uma aparente proximidade com a Revolução Francesa e Americana, que, segundo nossa análise, são os parâmetros destes intelectuais orgânicos.

cerca de 4.000.000 de menores não recebiam instrução alguma. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 41).

Depois de ressaltar esses números expressivos e o que representavam para a Nação, a Liga Nacionalista reivindicava que o Brasil cumprisse o seu dever, para que houvesse possibilidade de garantir o futuro do país. Nessa circular, a LN traçava diretrizes de como as municipalidades deveriam preparar seus cidadãos⁷⁵. A Liga, por sua vez, propunha-dr a ser aparelho hegemônico de Estado, ao dar apoio aos municípios, quanto às reivindicações aos poderes públicos, além da divulgação e publicidade das iniciativas locais no campo do ensino e da cultura. A Liga Nacionalista concorreu diretamente para a fundação de escolas, procurando incentivar as autoridades públicas a acelerar o processo de alfabetização. As escolas noturnas, fundadas pela Entidade no ano de 1919, já em fins de 1923, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 42) “alfabetizaram mais de 10.000 crianças e adultos de ambos os sexos”. Cabe ainda ressaltar, entre outras realizações, a iniciativa de criação de um Conselho Nacional de Educação, conforme projeto apresentado no Congresso Federal, pelo Deputado Sales Júnior, o qual teve inteiro apoio do Dr. Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo, que assim se manifestou, em 20 de dezembro de 1920:

Exmo. Sr. Dr. Frederico Vergueiro Steidel.

D.D. Presidente da “Liga Nacionalista”

Tenho a honra de acusar o recebimento de V. Exa., no qual me comunica que o Deputado Dr. Antonio C. de Sales Júnior apresentou no Congresso Federal, em 19 de novembro último, por incumbência da “Liga Nacionalista”, um projeto sobre a organização do ensino primário no Brasil, propondo a criação do Conselho de Educação.

Tomando na melhor conta o que me diz V. Exa., a respeito desse projeto, tenho o prazer de informar que dou meu pleno apoio às idéias nele contidas, fazendo o que em mim couber para que seja ele convertido em lei com urgência.

Reitero V. Exa. Os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. Washington Luís. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 43)⁷⁶.

Vale destacar que esta iniciativa também foi gestada pela Liga da Defesa Nacional. Quase todos os presidentes de estado telegrafaram a Vergueiro Steidel, apoiando o projeto e prometendo recomendá-lo às respectivas bancadas. Temos de estar atentos, pois, dentro desta

⁷⁵Teor da Circular: a) Ensino primário aos menores, principalmente para os do campo; b) ensino profissional, visando às diferentes espécies de trabalho produtivo; c) escolas noturnas para adultos; d) escolas para imigrantes; e) a criação de bibliotecas facilmente acessíveis, assim como Bibliotecas ambulantes ou portáteis, com livros sobre agricultura e mais conhecimentos úteis; e f) amparo e proteção a todas as instituições patrióticas que visassem a cultura moral, física, intelectual e cívica da população nacional (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 42).

⁷⁶ Telegrama enviado ao presidente da Liga pelo então Presidente do Estado de São Paulo, em 1920, e consequentemente presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional. Este Documento foi extraído do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo.

concepção de educação, existia a intenção de dirigir a Instrução dentro do que pressupunha o conceito de cidadania, moldado pela Liga, de acordo com as deliberações da Entidade e norteada pelo conteúdo do livro “*O que todo cidadão precisa saber*”, de Antônio de Sampaio Dória. Nas escolas da Liga Nacionalista, em São Paulo, eram ministradas noções de moral e civismo, objetivando preparar o cidadão para ser eleitor. Para efetivar a iniciativa, a Entidade organizou a Comissão de Educação Cívica, com os seguintes nomes: Luís Barbosa da Gama Cerqueira, Plínio Barreto, Rui de Paula Sousa, Antônio Sampaio Dória e Spencer Vampré.

Norteando nossa exposição, é necessário lembrar que Olavo Bilac, em seu primeiro discurso, em 9 de outubro de 1915, realizado na Faculdade de Direito, referira-se à necessidade do preparo cívico. Agora, em 1917, essa concepção era divulgada como nunca. Com o Governo Brasileiro declarando o estado de Guerra contra a Alemanha, a Liga Nacionalista, em São Paulo, promoveu o Congresso da Mocidade, realizado no Teatro Municipal, no dia 15 de novembro de 1917. A data e o momento ensejavam falar da República, das conquistas democráticas e da necessidade de se defender o Brasil, em face da guerra declarada. A mesa dos trabalhos de início da “Instrução Cívica” estava liderada por Vergueiro Steidel e constituída também por Altino Arantes, presidente do Estado, Luís Barbedo, General Comandante da Região Militar, Luís Pereira Barreto, médico e intelectual, e dos estudantes Antonio Pereira Lima, Abelardo Vergueiro Cesar, Ciro Freitas Vale, Ernesto de Sousa Campos e Archimedes Pereira Guimarães.

Na referida reunião, formularam uma moção de apoio ao Presidente da República, solicitando que o Professor Antônio de Sampaio Dória escrevesse um manual de educação cívica. Este foi publicado em 1919, com o sugestivo título já mencionado acima. Vale ressaltar que, posteriormente, esta obra foi usada como bandeira em favor do voto secreto e obrigatório, com a posterior publicação do livro de Mario Pinta Serva sobre o voto secreto, o qual se constituiu, em grande parte, da essência do livro de Dória. Interessante para demonstrarmos e valorizarmos a obra de acordo com seu tempo, citaremos a Carta enviada por Oscar Thompson, Diretor da Instrução Cívica, em São Paulo, referindo-se ao livro:

E preparar-se para a vida política do Paiz não é, a meu ver, como muitos pensam, exercer cargo político – acidente na vida do cidadão – mas tomar parte, como cidadão eleitor, consciente dos seus direitos e deveres, em todas as formas de actividade da vida nacional. Ler o seu “Manual” não é somente conhecer a organização política do Brasil, a sua forma de governo, as leis que regem os cidadãos, os seus direitos e deveres – é estudar à luz de uma crítica inspirada num grande amor das cousas pátrias, a nossa Constituição; é conhecer erros da sua applicação; é orientar-se para cumpril-a e fazel-a executar; de tomar, portanto, parte activa na vida política do Paiz; é convencer-se da necessidade da criação de partidos políticos, força

orientadora da opinião pública. Enfim, ler o livro “O que o cidadão deve saber” é o mesmo que frequentar uma escola de alta cultura cívica (DÓRIA, 1919, p.1).

A obra de Dória tinha, como objetivo, proporcionar condições de as pessoas conhecerem, minimamente, o funcionamento das organizações, refletirem sobre a situação do Brasil e tentarem, por meio de mobilizações, modificarem a sua situação e a do País. Não queremos ser ingênuos, em relação aos interesses da fração de classe que compunha a Liga Nacionalista e, posteriormente, do Partido Democrático, fundado de acordo com os princípios propostos por Dória. O que nos possibilita questionar se essas mobilizações não seriam o ponto de partida para as pessoas refletirem sobre o conservadorismo, revelando pistas para a consciência da desigualdade a que a população estava sujeita. Percebemos que estas mobilizações não construíram um produto homogêneo, principalmente do ponto de vista ideológico, pois a classe operária, naquele momento, se mobilizava para reivindicar melhores condições de trabalho, salário e férias remuneradas.

Logo após, em julho de 1922, ocorreu a revolta do Forte de Copacabana, que deu origem ao movimento denominado Tenentismo. Houve, no mesmo ano, a Fundação do Partido Comunista do Brasil. Em São Paulo, posteriormente, ocorreu a Revolta de 1924, ou seja, havia vários conflitos no Brasil. A Liga Nacionalista, naturalmente, teve dificuldades de hegemonizar; entretanto, trouxe contribuições ao debate, no tocante aos problemas nacionais. O projeto paulista estava sendo gestado por uma elite que se propunha dirigente, mas que não refletia e não dialogava com a população em suas formulações. A questão educacional estava colocada como meio de inserir esses trabalhadores apenas como mão-de-obra qualificada, para fazer frente à indústria de substituição de produtos importados.

Por último, mas não menos importante, abordaremos a terceira vertente desta tríade. Fizemos paralelo, até o momento, entre a educação e o voto, mas falta tecermos considerações acerca do Serviço Militar. Como vimos no discurso de 9 de outubro de 1915, Bilac dirigiu-se aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, dando destaque especial ao Serviço Militar. A Liga Nacionalista foi o veículo que constituiu a Comissão de Defesa Nacional, formada pelo General de Divisão Luís Barbedo, por Reinaldo Porchat, por Mário Pinta Serva, por E. T. de Sousa Reis e por João Sampaio. Formou-se o Batalhão Acadêmico, constituído por três Companhias: a da Faculdade de Direito, cujo instrutor era o Tenente José Pessoa Cavalcanti, que inauguraria, em 1944, a Escola Militar de Resende⁷⁷; a Companhia da Escola

⁷⁷ Em 23 de abril de 1952, foi assinado o decreto que transformou a Escola Militar de Resende em Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/informacoes/historico>. Acesso em: 20/07/2016.

Politécnica e da Faculdade de Medicina, que tinham como instrutor o Tenente Aarão Jefferson Ferraz; e a do Mackenzie College, cujo instrutor era o Tenente Pedro Penedo Pedra. Inscreveram-se, segundo Brasil Bandecchi (1980, p. 49) “300 estudantes. De Direito quase 200 alunos”. O Batalhão Acadêmico, já no dia 7 de setembro de 1917, estava em condições de desfilar na Capital Federal⁷⁸. O Serviço Militar despertava, assim, grande entusiasmo, não só com as Companhias dos cursos superiores, mas, também, com as Linhas de Tiro ou Tiro de Guerra. De outro lado, o Escotismo rapidamente se desenvolvia⁷⁹. Podemos dizer que, nas Companhias Universitárias, estavam as raízes do futuro Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva – C.P.O.R. Com base nesta exposição, podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, no tocante ao discurso de Bilac sobre o Serviço Militar Obrigatório a ser adotado, não se contemplou a possibilidade do nivelamento das classes. Os universitários do Largo da São Francisco, da Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e do Mackenzie College transformaram-se em unidades à parte, pois a maioria da população servia nas Linhas de Tiro e nos Batalhões.

A pergunta que podemos fazer é: será que o tratamento dispensado aos alunos do Batalhão Acadêmico foi o mesmo aos dos Tiros de Guerras ou dos Soldados comuns dos Batalhões? O Mackenzie College não era Faculdade, mas sim escola secundária de alunos abastados. Por que então Batalhão Acadêmico? Fica claro para nós que o Serviço Militar não fora o nivelador social como era proposto. Não havia nada de igualdade, o pensamento liberal e a “democracia” estavam engendrados, segundo a lógica das camadas sociais. O C.P.O.R. nada mais fazia do que colocar a pequena burguesia dentro do mesmo patamar dos oficiais. Há certa parcimônia a respeito das formações específicas, em áreas que os militares necessitavam, como medicina, veterinária, farmácia, entre outras. Dentro dessa perspectiva, não havia igualdade de condições e, muito menos, de tratamento. Seria óbvio que considerassem e justificassem, alegando que o nível intelectual era diferente, mas se o Serviço Militar propunha uma formação básica, principalmente partindo do princípio de que a formação básica é a de Soldado, não se justifica tal formação separada. A tradição bacharelesca permeia o C.P.O.R., tendo em vista o que diferencia esses reservistas: estarem cursando nível superior. Finalmente, acreditamos que essa ação seria a condição de apoio da

⁷⁸ Correio Paulistano, de 8 de setembro de 1917.

⁷⁹ Antes da fundação da Liga Nacionalista, o escotismo, em São Paulo, já arregimentara grande número de jovens. Em carta que Bilac escreveu a Henrique Castriciano, em 21 de julho de 1916, incitando-o a criar, no Rio Grande do Norte, Batalhões de Escoteiros, lê-se: “Em São Paulo já temos 8.000 escoteiros; no Rio Grande do Sul, 2.000; na Bahia, em Minas, no Paraná, a organização está encetada”. JORGE, Fernando. Vida e Poesia de Olavo Bilac, São Paulo, s. d. p. 350. O instituidor do escotismo foi Mario Cardim, membro da Liga Nacionalista, o qual fundou a Associação Brasileira de Escoteiros.

elite, não os misturando com os demais conscritos, sendo uma elite à parte. A lógica das castas continua, inclusive no Serviço Militar, até os dias atuais.

Após o fechamento da Liga Nacionalista, várias escolas fundadas por ela também foram fechadas. Contudo, o programa da Entidade deixou sementes que foram encampadas pelo Partido da Mocidade, ao desfaldar as bandeiras da Instrução Popular e do Voto Secreto.

[...] À frente dessa agremiação política de vida efêmera, encontravam-se Eurico Branco Ribeiro, Breno Ferraz do Amaral, Bias Bastos da Silva e Paulo Gonçalves. Estes dois últimos estiveram presentes ao ato de fundação do Partido Democrático, representando o Partido da mocidade. A presença da Liga Nacionalista, porém, vai se sentir, inteira, no Partido Democrático. (BRASIL BANDECCHI, 1980, p. 89).

A partir da citação acima, e dialogando com Dulles (1984), o qual afirma que, com frequência, o Partido Democrático era apontado como o sucessor da Liga Nacionalista, podemos colocar que, sem dúvida, grande parte dos fundadores do PD participava da Liga, inspirados pela causa do voto secreto e a das eleições honestas. Porém, alguns líderes, tais como Antônio Pereira Lima, Abelardo Vergueiro César, Roberto Moreira e João Sampaio permaneceram fieis ao PRP. Também, ainda segundo Dulles (1984), nem todos os fundadores do PD vieram dos círculos da Liga. Paulo Nogueira Filho, mais voltado para o lado dos rebeldes tenentistas do que para o da Liga, afirmou que “o fechamento da Liga Nacionalista [...] não influenciou na ação do nosso grupo”, quando este decidiu participar do PD.⁸⁰ Porém, Brasil Bandecchi afirma que o livro “O Voto Secreto”, editado em 1927, reuniu quase tudo que, a respeito, a Liga já havia publicado em folhetos volantes, como a citada conferência de João Sampaio, a representação dirigida ao Congresso Nacional e ao Congresso do Estado de São Paulo sobre o voto secreto, e outros.

Para tentarmos concluir o objetivo deste subcapítulo, apesar das diversas lacunas, faz-se necessário indicar algumas particularidades em relação ao Partido Democrático. O referido Partido foi fundado em 1926, com a participação de ex-integrantes da Liga Nacionalista, e derivado de outros partidos que surgiram no mesmo período. Waldemar Ferreira, um dos fundadores do Instituto de Advogados de São Paulo, em 1917, e professor substituto de Direito Comercial desde 1920, fundou o Partido Liberal, no início de 1926; aproximadamente na mesma época, José Adriano Marrey Júnior, Deputado Estadual, fundou o Partido Evolucionista, e Antônio Prado formou o Partido Popular. Na casa de Antônio Prado, em fevereiro de 1926, os fundadores dos três novos partidos uniram forças, criando o

⁸⁰ Nogueira Filho, Paulo. **Ideais: o Partido Democrático**. s.d. p. 141.

Partido Democrático. Participaram da fundação, assinando a respectiva Ata, as seguintes personalidades:

[...] professores de Direito: Steidel, Reynaldo Porchat, Francisco Antonio de Lameida Morato, José Joaquim Cardoso de Melo Neto e Luís Barbosa da Gama Cerqueira (sessenta anos, professor de Direito Criminal, que ajudara a fundar o PRP). Dentre os demais que assinaram o documento, estavam Paulo Nogueira Filho, Joaquim Sampaio Vidal [fundador da cidade de Marília], Mário Pinto Serva, Luís Aranha, Paulo de Moraes Barros e Prudente de Moraes Neto (sobrinho de João Sampaio, líder do PRP). (DULLES, 1984, p. 54).

Em setembro de 1927, o PD transformou-se em um partido nacional, com a formação de um novo diretório, que incluía alguns congressistas da oposição vindos do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1928, Waldemar Ferreira e Paulo Nogueira Filho participaram de uma caravana que visitou o Rio Grande do Sul, a fim de estabelecer laços com o Partido Libertador, de oposição, chefiado por Joaquim de Assis Brasil (colega de classe de Júlio Mesquita na Faculdade de Direito). Nogueira Filho foi com Assis Brasil para Buenos Aires, a fim de visitar tenentes exilados, tais como o ex-capitão do Exército Luís Carlos Prestes. Retornando a São Paulo, porém, Nogueira encontrou líderes do PD sem disposição para revoluções. Podemos perceber que Getúlio Vargas estava afinado com o Partido Democrático, e que grande parte de seu apoio ocorreu por meio da conciliação realizada por eles, dentro do contexto político de oposição.

Assim, neste cenário a Liga da Defesa Nacional atuava; porém, com a eclosão do movimento de outubro de 1930, ela precisou se adaptar. A fração de civis e militares paulistas que compuseram a Liga Nacionalista (cabe destacar, como afirmamos anteriormente, que a LN foi fechada em 1924, sendo que a maioria de seus membros fundaram o PD) e o Diretório Regional da LDN em São Paulo, apoiaram a Revolução. Entretanto, o Diretório Central da LDN, na então Capital Federal, afastou-se estrategicamente do conflito, pois, em tese, estava do lado da legalidade.

Portanto, com a consolidação da Revolução de 1930, a Entidade precisou reajustar seu foco, principalmente devido à alteração das prioridades do Governo vigente à época. As formulações sobre Defesa Nacional e Nação não se tornaram obsoletas, mas serviriam como um véu para a nova proposta de intervenção do grupo que se propunha dirigente da Entidade. Enquanto aparelho privado de hegemonia, a LDN teria que compor e conciliar com os novos “donos do poder”, no intuito de se propor como aparelho hegemônico de Estado. Assim, na década de 1930, a Entidade foi o ponto de inflexão das tendências da classe dirigente, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3

PRIMEIRA ERA VARGAS E O REAJUSTAMENTO DE FOCO DA LIGA: NOVA AGENDA

A Revolução de 1930 causou uma mudança dramática no cenário político. A Entidade realizou várias intervenções no país, durante o período de 1916 a 1930, conforme expusemos no capítulo anterior. Contudo a construção do nacionalismo gestado neste período irá ser suporte para a implementação de uma nova estratégia de atuação política.

Fundamentado na instrução primária, no serviço militar e em trabalhos de divulgação dos ideários da Entidade, por meio de palestras, a Liga da Defesa Nacional irá reajustar seu foco no combate ao comunismo. Portanto, a partir deste capítulo, iremos apresentar o reajustamento da atuação política da Entidade, configurando-se no segundo momento em que a Liga da Defesa Nacional atuou como expressão de um partido militar. Assim, a participação de civis e militares que compactuavam com o anticomunismo transformará a Liga em um aparelho privado de hegemonia.

Para desenvolvermos este objetivo, precisamos apresentar, inicialmente, como os desdobramentos da Revolução de 1930 influenciaram e determinaram um novo arranjo de intelectuais orgânicos, os quais se alinharam à política Varguista. Neste sentido, a Liga da Defesa Nacional aproximou-se do poder, novamente, para intervir na política, de acordo com os interesses dos líderes políticos que se hegemonizavam, no intuito de reinseri-la como protagonista de um projeto hegemônico de estado.

A partir deste alinhamento político, a Entidade adaptou o nacionalismo criado na Primeira República às premissas para a identificação e combate a um novo inimigo interno: o comunismo. Em consequência, bem antes da guerra fria, a Liga da Defesa Nacional desenvolveu a divulgação do “perigo vermelho”, notadamente influenciada pelos intelectuais orgânicos militares. A Entidade se hegemonizou com lideranças políticas civis e militares notadamente anticomunistas.

Desta forma, a partir da construção do anticomunismo, a Liga da Defesa Nacional foi precursora da divulgação do ódio militar sobre o movimento de novembro de 1935. Destarte, a ação denominada pelos militares do Exército de “Intentona Comunista” auxiliará na construção do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, implementado por Vargas. Portanto, nosso objetivo, neste capítulo, é confirmar nossa hipótese de que a continuidade do Projeto Político de Nação, com a construção de um inimigo interno, projetará a Liga na participação política até a eclosão da II Guerra Mundial, que alteraria tanto os rumos da Entidade, mas principalmente os do Brasil.

3.1. Revolução de 1930 e o reajustamento de foco da LDN.



Figura 8. "Getúlio assumindo o poder em 31 de outubro de 1930".



Figura 9. "Getúlio com sua comitiva em Itararé-SP"

Até 1930, a Entidade seguia seus projetos em consonância com o Governo Federal. Em tese, não havia descontentamento, a partir da análise dos registros em Atas. Lideraram a LDN, no triênio de 1927 a 1929⁸¹, vários expoentes das bancadas paulista e mineira. Como de praxe, eram indicadas pessoas ilustres, como membros da Entidade e em destaque como vice-presidente⁸², os quais transformavam-se em intelectuais orgânicos para a divulgação dos pressupostos da Liga. Assim, direcionavam as ações políticas da Liga.

Cabe destacar que, de 26 de outubro de 1926 a 18 de junho de 1927, a Liga da Defesa Nacional não se reuniu enquanto Comissão Executiva⁸³. Destarte, o núcleo de ação era o Diretório Central, o qual se reuniu apenas em 15 de outubro de 1927, ou seja, mais de um ano depois da última reunião do Diretório Central, que ocorrera em 27 de maio de 1926. O reflexo do processo eleitoral estava reverberando na Liga da Defesa Nacional. Na reunião

⁸¹ Estavam presentes os seguintes membros do Diretório Central: Ministro Edmundo Muniz Barreto, Antonio Moitinho Doria, Guilherme Azambuja Neves, Laudelino Freire, Ministro Edmundo da Veiga, Dr. Alberto de Faria, Bertha Lutz, Senador Antonio Azevedo, Ministro Pinto da Rocha, Belisário de Souza, Ministro Heitor de Souza, Dr Afrânio A. da Costa e Juvenal Murtinho Nobre. Tomaram lugar a mesa o Ministro Edmundo Muniz Barreto e Antonio Moitinho Doria, respectivamente Presidente e Vice da Comissão Executiva. Não estando presente o Secretario Geral, nem o 1º Secretario e segundo secretario, foi convidado para a função, com aprovação de todos os presentes, Bartha Lutz para servir de secretario geral "ad hoc". O Presidente, Ministro Muniz Barreto participou não a falta à sessão por motivo de força maior de Goulart de Andrade (Secretario Geral), Coronel Gregório da Fonseca (1º Secretario), Dr Guilherme Guinle, Almirante Augusto Carlos de Souza e Silva, Orlando Rangel, Almirante José Maria, Francisco de Oliveira Passos e Oscar da Costa. Iniciando a ordem do dia, foram preenchidas as vagas existentes do Diretório Central, tendo em vista ao falecimento dos senhores, Ministro Augusto Olympio Viveiros de Castro e Dr. João Teixeira Soares. Foram indicados por treze membros da Liga em documento assinado, os Sr. José Matias Sampaio Correia e Humberto Saraiva Antunes, os quais foram aprovados.

⁸² Em 15/10/1927 foram eleitos os Vice-presidentes para o triênio 1927-1929, sendo indicados por vários membros da Liga, os Sr. Ministro Edmundo Muniz Barreto, Dr. Antonio Moitinho Doria, Dr. Alberto Faria, Conde Pereira Carneiro, Conde Afonso Celso, Senador Antonio Azevedo, Marechal Setembrino de Carvalho, Ministro Heitor de Souza, Ministro Edmundo da Veiga, Dr. Laudelino Freire e Dr. José Mathias de Sampaio Correa.

⁸³ A Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional era quem reunia-se mensalmente ou quinzenalmente para deliberar sobre assuntos prioritários. Geralmente figuravam o presidente, vice-presidente e secretários da comissão, os quais eram encarregados de dar andamento ao expediente da Entidade e acompanhar os trabalhos propostos e desenvolvidos.

seguinte da Comissão Executiva (18/06/1927), a grande liderança e elo de ligação com o executivo, Goulart de Andrade, pede exoneração da Liga da Defesa Nacional, afirmando ser por motivo de saúde. Mas, por inferência, a justificativa parece ser falsa, pois integrantes da comissão tentam dissuadi-lo do pedido, sem mesmo desejar melhoras de saúde. Algo que era naturalmente declarado em Ata em outras situações semelhantes.

O ambiente era tão crítico que a próxima reunião da Comissão ocorreu apenas em agosto de 1927. Sugerimos, como hipótese, que o motivo foi político, pois, naquela reunião, o Dr. Goulart de Andrade estava presente, sem, contudo, ser mencionado sua melhora de saúde. Assim, acreditamos que o motivo do afastamento era eminentemente político. Vale destacar que o retorno dessa personalidade à Liga contribuiu para o retorno à normalidade das atividades, com reuniões realizadas mensalmente.

Cabe destacar que as reuniões, se não eram semanais, pelo menos eram quinzenais. Percebemos que, nem no Diretório Central, nem na Comissão Executiva, houve discussões acerca dos trabalhos sobre educação ou mesmo serviço militar, que tanto ocupavam seus intelectuais orgânicos. Depois de setembro de 1927, a próxima reunião da Comissão Executiva ocorreria apenas em abril de 1928, com a realização de uma reunião do Diretório Central em dezembro de 1927, a qual elegeu a nova comissão executiva. Membros históricos, como Guilherme Guinle, General Santa Cruz e Goulart de Andrade se afastaram da Entidade em definitivo, pois não mais foram citados em Atas. Ao se analisar os documentos posteriores a estas datas, vê-se que a Liga ocupa-se apenas em participar de solenidades cívicas. O intervalo de tempo entre as reuniões da Comissão aumentou consideravelmente. Depois da reunião de abril 1928, a reunião seguinte ocorreu em 5 de julho de 1928, discutindo-se assuntos administrativo, como problemas de pensionistas, administração dos fundos da Entidade e participação em comemorações cívicas.

Entre 1927 a 1929, foram estabelecidos Cursos de Alfabetização em diversos bairros do Rio de Janeiro, graças ao empenho do Presidente da Comissão Executiva e à colaboração de Antônio Moitinho Doria. Foi organizado um programa geral de ensino primário e profissional, com o concurso de especialistas como Álvaro Rodrigues, Frota Pessoa, Heitor Ligra, Alberto Moreira, Mario dos Reis Campos, entre outros. A Entidade possuía um patrimônio financeiro considerável para época⁸⁴. Inclusive, o Sr. João Teixeira Soares foi

⁸⁴ O saldo em dinheiro foi convertido em títulos de obrigações ferroviárias, produzindo 140 títulos pertencentes à Caixa das Famílias dos Marinheiros mortos, pertencentes à Liga, na I Guerra Mundial. Havia, também, 350 apólices federais inalienáveis, que constituíam fundo de pagamento de pensões concedidas às famílias dos marinheiros.

elogiado pelo modo como desempenhou suas atividades na tesouraria, sendo que sua morte provocou consternação, traduzindo-se numa falta enorme.

Em 15 de dezembro de 1927, foi realizada Sessão para preenchimento das vagas de Secretário Geral, 1º Secretário e 2º Secretário, da Comissão Executiva, para o Biênio 1928 a 1929⁸⁵. Tomaram assento à mesa o Ministro Muniz Barreto e Antônio Moitinho Doria, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão Executiva, sendo convocado para ser Secretário geral “*ad hoc*” Guilherme Azambuja Neves. O presidente da Comissão declarou que os eleitos se negaram a tomar posse nas funções de Secretário Geral, de 1º e 2º Secretários, tendo em vista motivos justos e de força maior, segundo eles, motivos estes não descritos na Ata. Foram eleitos por aclamação, para Secretário Geral, o Ministro Arthur Pinto da Rocha, para 1º Secretário, o Sr. Belisário A. Soares Sousa e, para 2º Secretário, Dr. Afrânio Costa. Durante aquele período, a Entidade realizou algumas homenagens, que criaram constrangimento aos seus membros⁸⁶. No período de 1928 a 1930, percebemos que a Entidade começou a perder o foco de suas atividades, devido à instabilidade política. Ela procurava visibilidade de todas as formas⁸⁷.

As ações sobre a efetivação da instrução primária no Distrito Federal (Rio de Janeiro) estavam bem adiantadas. A Liga se aproximou do Rotary Clube, principalmente, em decorrência da cruzada contra o analfabetismo. Com a duração dos 4 (quatro) anos de Presidência do Ministro Muniz Barreto, Antonio Moitinho Doria pediu que se realizasse a eleição dos novos membros da Comissão Executiva⁸⁸. Dois meses depois, em 28 de setembro de 1929, foi realizada, em terceira convocação, outra reunião da Liga. A mesa foi constituída sob a presidência do Ministro Muniz Barreto, ladeado pelos 1º e 2º Secretários,

⁸⁵ Estavam presentes Edmundo Muniz Barreto, Dr. Antonio Moitinho Doria, Ministro Arthur Pinto da Rocha, Senador Antonio Neves, Conde Pereira Carneiro, Guilherme Azambuja Neves, Dr. Afrânio Costa, Dr. Oscar da Silva Araújo, Engenheiro Humberto Antunes, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Dr. Laudelino Freire, Senador Joaquim Luiz Osório, Ministro Edmundo da Veiga, Ministro Heitor de Souza, Ministro A. Pires e Albuquerque, Senador Sampaio Correa, Engenheiro Francisco de Oliveira Passos, Ministro Alberto de Faria, desembargador Atanlpho de Paiva, Dr. José Maria Goulart de Andrade, General de Divisão Tasso Fragoso, Vice-almirante José Maria Terrier, Deputado Galerino do Valle Filho, Dr. Alberto Moreira Junior, Coronel Gregório Fonseca (LDN, 1927, p. 37)

⁸⁶ Um desses episódios ocorreu em 3 de dezembro de 1928, quando Santos Dumont desembarcou no Rio, após realizar viagem ao exterior. A Entidade preparou uma recepção calorosa ao eminente viajante. Porém, Dumont ficou indiferente à ação da LDN; inclusive, não respondeu ou mesmo agradeceu à iniciativa da Liga quanto à homenagem. Em fevereiro de 1929, constou em Ata a indignação do Ministro Muniz Barreto quanto à atitude de Santos Dumont (LDN-CE, 1929, p. 77).

⁸⁷ Outro exemplo foi a divulgação de apreço à visita da Miss Brasil a Nova York, nos EUA, não refletindo nenhum objetivo prático válido para a finalidade original da LDN.

⁸⁸ Foram indicados a Dra. Arminda Bastos, Ministro Cardoso Ribeiro, Prof. Rodrigo Otávio, Dr. Mozart Lapa e Luis Hermany Filho, proposta esta aceita. O Ministro Edmundo da Veiga propôs para sócios da Liga o Marechal Feliciano Mendes de Moraes, Almirante Barros Barreto, Dr. João Vicente Bulcão e General Ribeiro da Costa, Ministros do Supremo Tribunal Militar, bem como o Dr. Washington Vaz de Mello.

respectivamente, Arminda Bastos e Guilherme de Azambuja Neves. Foi lido o relatório dos serviços realizados pela Comissão Executiva, pela Secretária Orminda Bastos, sendo o documento dividido nas seguintes partes:

[...] a) culto das grandes datas (cinco comemorações cívicas) b) renovação dos propósitos pacifistas da Liga (o projecto Monumento Internacional da Amizade e a attitude da Liga em face do pacto Kellog); c) cordialidade americana (homenagem aos Estados Unidos); d) cuidado da cultura colectiva (organização da Bibliotheca Brasileira: appello aos governadores dos Estados, pela permanencia de Miguel Couto no exercício activo do magistério, agasalho na sede da Liga a instituições scientificas e sociedades culturaes); e) collaboração na prophylazia da cidade (adesão ao movimento repressivo da febre amarella e patrocínio da Campanha Contra a Lepra, bem como a adopção do sello da tuberculose); f) Homenagens especiaes e de character cívico (recepção de Santos Dumont, manifestação ao Ministro Rodrigo Octavio e consagração de Miguel Couto); g) revivescencia de uma memorável campanha (publicação official das conferencias que sobre o importante problema da instrucção physica e militar realizou o vice-presidente Dr. A. Moitinho Doria); h) ainda pela alphabetização (os cursos gratuitos de ensino); i) em auxilio das famílias dos marinheiros (pagamento de pensões aos parentes dos mortos na Grande Guerra pertencentes à Marinha Brasileira); j) homenagens fúnebres (a Heitor de Sousa e as victimas do desastre do avião Santos Dumont); k) modificações no directorio e na commissão executiva; l) conclusão (acção da Comissão Executiva obedecendo rigorosamente à finalidade da Liga); (LDN, 1929, p. 42).

As ações destes intelectuais orgânicos eram sempre voltadas à atividades de reforço da valorização dos símbolos nacionais, prestígio das personalidades falecidas, além das desenvolvidas sobre a instrução primária e o serviço militar. A Liga de fato atuava como um aparelho hegemônico de Estado, centralizando as ações que, em tese, deveriam ser coordenadas pelos Ministérios de Estado. Mas a Entidade era dirigida por ministros de Estado: o Desembargador Ataulpho de Paiva, membro do Diretório e presidente do Conselho Nacional do Trabalho, que, em nome do governo, agradecia à Liga pela cessão das dependências da sua sede por mais de um ano; o intelectual orgânico e principal agente das atividades da LDN era o Ministro Edmundo Muniz Barreto. O Desembargador Ataulpho de Paiva⁸⁹ ressaltou os trabalhos do Conselho Nacional do Trabalho⁹⁰. A Liga deu guarida aos

⁸⁹ O Desembargador Ataulpho Nápoles de Paiva foi nomeado membro do Conselho Nacional do Trabalho por Artur Bernardes em 1923, o qual estabeleceu as diretrizes que iriam dar origem ao Ministério do Trabalho, criado em 26 de novembro de 1930. O caráter consultivo do órgão facilitou sua aceitação por parte do empresariado. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes, o CNT chegou a constituir uma das instâncias de maior eficácia da atuação dos empresários, que, não conseguindo evitar a votação de leis trabalhistas pelo Congresso, aí manobravam livremente. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSELHO%20NACIONAL%20DO%20TRABALHO%20\(CNT\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSELHO%20NACIONAL%20DO%20TRABALHO%20(CNT).pdf); Acesso em 20/02/2016.

⁹⁰ Havia um Departamento Trabalhista na Entidade. A função deste departamento era realizar o intermédio entre os sindicatos e classe patronal, nas reivindicações trabalhistas. As principais profissões que eram intermediadas pelo departamento eram de padeiro, sapateiro, alfaiates, metalúrgicos, Arsenal da Marinha, Motoristas, produção

trabalhos daquela Comissão, que foi a base para a construção do Ministério do Trabalho. A Comissão trabalhou nas diversas Leis⁹¹ que compuseram a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a qual seria posteriormente atribuída como iniciativa de Getúlio Vargas, mas que se iniciara na Liga da Defesa Nacional. O Desembargador Ataulpho de Paiva, o qual fazia parte da Liga e Presidente da Comissão, debruçava-se sobre as questões trabalhistas. O Ministro Cardoso Ribeiro enalteceu a ação da Comissão Executiva, cujo mandato findava; propôs que fosse a mesma reeleita, por aclamação, para o biênio 1929 a 1931⁹².

Além das questões do trabalho, as mulheres se inseriam politicamente. A Entidade, como aparelho privado de hegemonia, catalisava diversas demandas da sociedade civil. As mulheres eram representadas na Liga da Defesa Nacional. Como fundamento a esta afirmação, consta, em Ata de 26 de agosto de 1930, o enaltecimento do Ministro Muniz Barreto aos trabalhos de Ormindia Bastos, advogada e ativa membro da Liga. Ela, como 1ª Secretária, atuava na Entidade desde 13 de novembro de 1928. A partir de 1930, ela foi alçada à Secretaria Geral, e considerada uma das lideranças femininas na política carioca. Ela representava as mulheres da sociedade civil organizada⁹³.

de gaz, entre outros. Tivemos acesso ao Livro de Atas deste Departamento, relativo ao período de 1º maio de 1944 a 28 de março de 1945.

⁹¹ Dentre as Leis tramitadas nessa comissão podemos citar o decreto nº 17.496, de 30 de outubro de 1926, que aprovou a regulamentação da concessão de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais, bancários e outros. Nesse momento, o CNT foi encarregado de planejar e executar a fiscalização desse regulamento. A reação do empresariado à Lei de Férias foi grande. As associações industriais paulistas protestaram, enviando ao CNT um relatório em que se declaravam prejudicadas: além de desorganizar o trabalho fabril, a nova lei traria um acréscimo de 5% no custo da produção. Além desta Lei, o Decreto nº 5.109, de 20 de dezembro de 1926, o Conselho Nacional do Trabalho – CNT foi encarregado de administrar as caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, podendo ainda aplicar multas e cassar os mandatos dos membros do conselho de administração. Além destas ações, em 19 de fevereiro de 1928, com o Decreto nº 18.078, o CNT foi reorganizado, passando a exercer funções executivas nas questões do trabalho. O conselho foi habilitado a julgar os processos trabalhistas, podendo também propor ao governo as medidas que julgasse convenientes. Cabia-lhe fiscalizar as empresas nas questões do seguro contra acidentes de trabalho e da concessão de férias, com autoridade para aplicar multas. Finalmente, o decreto atribuiu ao CNT a função de mediador para o acordo ou a arbitragem nas questões coletivas entre operários e patrões. Nesse momento, Francisco Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, tornou-se membro do conselho. Assim, em 26 de novembro de 1930, ao ser decretada a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433), o CNT foi absorvido pelo novo órgão. Todas estas discussões estavam permeadas no Diretório Central da LDN. Por fim, em 4 de fevereiro de 1931, o Decreto nº 19.667 veio organizar o Ministério do Trabalho, criando ao mesmo tempo um novo Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Assim, em 11 de fevereiro, o Decreto nº 19.686 transferiu para o DNT as atribuições do CNT no tocante à fiscalização da concessão de férias. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-do-trabalho-cnt>. Acesso em: 20/06/2016.

⁹² Ficou assim constituída para o biênio 1929-1931 a **Comissão Executiva**: Presidente Ministro Muniz Barreto; Vice-presidente Dr. Antonio Moitinho Doria; Secretario Geral Ministro Pinto da Rocha; 1º Secretaria Dra. Ormindia Bastos; 2º Secretario Dr. Guilherme Azambuja Neves; Tesoureiro Dr. Humberto Antunes; **Comissão de Contas**: Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Comendador Oscar Rodrigues da Costa e Coronel Eusébio de Queiróz Mattoso Maia.

⁹³ Em Ata é registrado o histórico de vida da Dra. Ormindia Bastos, a qual cursou Direito na Faculdade de Belém, sendo até 1930 a única mulher bacharel. Como acadêmica, ela seguiu a cadeira de latim, do Ginásio Paes de Carvalho. Ela pertencia ao Instituto dos Advogados, à Federação pelo Progresso Feminino e à União

O advento do conflito começa a ser sentido na Entidade. A partir de 30 de setembro de 1930, o Sr. Ministro Edmundo Muniz Barreto, presidente da Comissão Executiva, somente conseguiu reunir os membros da Entidade, após realizar a terceira convocação. A Revolução de 1930 começa a influenciar a Entidade. Há outro hiato, de exatamente 1 (um) ano, na realização das sessões do Diretório Central da Liga. Entretanto, a Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional continua atuante durante todo este período. O Diretório Central, segundo nossa análise, reunia-se apenas para prestação de contas dos trabalhos que de fato eram realizados pela Comissão Executiva da Entidade. Na reunião realizada em 9 setembro de 1930, o Presidente da sessão, Muniz Barreto congratulou-se pelos serviços da Liga, que, por mais um ano, cumprira seus objetivos. A Secretária Geral leu o relatório, o qual foi dividido em diferentes capítulos, de acordo com os diferentes ramos de atividades da Instituição, seguindo a Entidade sua dupla função, como aparelho privado de hegemonia, no tocante ao nacionalismo e aparelho hegemônico de Estado, pois organizava e centralizava as demandas da sociedade civil. Os capítulos do relatório referiam-se às: Comemorações Cívicas, Educação, Cordialidade Internacional, Saúde e Defesa do Povo, Assistência às Famílias de Marinheiros, Publicações, Defesa Social e Comissão Executiva. Todos estes assuntos eram discutidos e trabalhados diuturnamente. Cabe mencionar, como relevante, a atuação de Miguel Couto para a criação de políticas para a Educação.

O Grande legado da Liga, segundo nossa análise, foi organizar a educação no Brasil. Miguel Couto foi o intelectual orgânico eminente nesta causa. Inclusive, em Sessão realizada em 16 de julho de 1929, Miguel Couto já havia sido homenageado pela dedicação aos assuntos da educação. O Ministro Cardoso Ribeiro propôs um voto de louvor para toda a Comissão Executiva, pelo êxito nos objetivos de ação da Entidade naquele fechamento de década. São quase 15 anos de atuação da Entidade, se situarmos como ponto de referência esta reunião realizada em setembro de 1930⁹⁴. A Liga atuava em diversas frentes, como no combate a situação sanitária e diversas campanhas para auxílio aos leprosos.

Com a eclosão do movimento revolucionário, em 7 outubro de 1930, a LDN se posiciona perante a Revolução:

[...] tomando conhecimento da situação creada pelo movimento revolucionário irrompido no dia 3 do corrente, foi por unanimidade deliberado fazer comugnar na presente acta os seus votos pelo completo

Universitária. Ela realizou diversas conferências em nome da Entidade durante o período de 13 de novembro de 1928 a 26 de agosto de 1930 (LDN-CE, 1930, p. 90).

⁹⁴ Nesta ocasião o Presidente da Liga lamentou a morte do Secretário Geral, Sr. Pinto da Rocha, professor de Direito e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

restabelecimento da ordem e pela confraternização da família brasileira, resolvendo, para a consecução dos objetivos, cooperar em tudo quanto estiver ao seu alcance. (LDN-CE, 1930, p. 94).

Em um primeiro momento, a Entidade não quis posicionar-se, situação que consideramos cautela e prudência, no sentido de aguardar o desfecho do conflito. Em 28 de outubro de 1930, a Comissão Executiva reuniu-se novamente, depois de 21 dias de conflito, afirmando que o Presidente fora deposto, sendo substituído por Junta Revolucionária. Cabe lembrarmos que, 3 dias depois desta reunião, a figura 8 que decora a abertura deste capítulo, ilustra o momento de posse de Getúlio em 31 de outubro de 1930. Em decorrência deste movimento, o Ministro Muniz Barreto afirmou que, visto não ter conseguido número mínimo de participantes nas convocações para reunião, ressaltou em Ata que a Liga vinha cumprindo rigorosamente a finalidade da Entidade em benefício do país. Creditamos nesta passagem a incerteza gerada pelo conflito e a incerteza dos rumos que a Entidade poderia ter.

A LDN demonstrou neutralidade quanto à Revolução. O calor do momento não favorecia aos intelectuais orgânicos da Liga vislumbrar o desfecho dos acontecimentos. Após esta reunião de outubro, aconteceram outras, em 4, 17 e 25 de novembro de 1930. Nesta última, foi publicado um discurso em alusão ao Dia da Bandeira, de autoria do Dr. Moitinho Doria, Vice-Presidente da Comissão Executiva, publicado no *Jornal da Manhã* do Rio de Janeiro. Essa passagem é fundamental, pois demonstra que a Liga passa a apoiar o governo revolucionário, rompendo com Washington Luis, confirmando nossa hipótese de reajustamento de foco da Entidade diante da conjuntura política.

Ao hastear-se a bandeira nacional. Em 19 de novembro de 1930, sente-se uma emoção mais profunda e mais intensa que em outros dias e em outros anos, por ter findado agora uma guerra civil, a calamidade devastadora, e a bandeira desdobra-se no espaço, anunciando a paz e a ordem. O coração sente-se desoprimido e o espírito anima-se para a vida operosa e benéfica. Os historiadores e sociólogos que o Brasil possui notáveis conscienciosos, hão de examinar as causas determinantes e suas consequências inevitáveis, hão de mostrar o nexó lógico dos fatos sociais, sujeitos a regras que, se não são leis absolutas, têm uma relativa precisão, que a experiência demonstra. É um descuido funesto não observá-las nem atende-las, eles reconhecerão que a bandeira se desfraldo, há pouco, para conduzir à luta pelo direito do povo e que a revolução nesse momento, em vez de ser um mal, era um bem; em vez de trazer a anarchia restabeleceu a ordem, há longo tempo perturbada; foi um episódio eficaz na evolução do nosso progresso, uma reivindicação de direitos que a República fundara em 1889 e que vinham sendo usurpados sem resistência. O estandarte da reconquista tornou-se a flamula da vitória (LDN-CE, 1930, p. 96).

Interessante refletirmos, que anteriormente a estas atas, a Entidade não se posicionou, em nenhum momento, contra o governo anterior. Agora, por meio de nota em jornal, busca aproximar-se do governo revolucionário. Afirmou que a revolução fez um bem ao país, sendo que, no início do texto, declara que historiadores e sociólogos analisarão o evento. Creditamos este posicionamento da Entidade a uma possibilidade de avaliação do cenário, por meio de um viés de modernização conservadora, sobretudo para sobrevivência política. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que a Liga, em 1929, tecia vários elogios ao governo, principalmente, pelo apoio às causas políticas da Entidade, no tocante à articulação no Congresso Nacional sobre educação, conforme descrevemos acima, notadamente as defendidas por Miguel Couto, seu principal intelectual orgânico. O final do artigo publicado no Jornal e registrado em Ata é revelador sobre duas forças atuantes naquele cenário político, revelando um reajuste de foco, no intuito de manter a Entidade como um aparelho hegemônico de Estado.

[...] Assistiu-se o espetáculo magnífico da consagração das aspirações nacionais pelas duas forças de maior poder no mundo moderno – a igreja catholica e o Exército. Quando o combate feriu o coração das mães, elas invocaram a proteção divina, orações intimas e preces públicas nos templos foram feitas com fervor e os votos unanimes foram acolhidos. [...] A igreja, de Nobrega e Anchieta, que iniciou a civilização brasileira, de Vieira e Mont' Alverne, que propagou a fé fez a bandeira tornar-se um palio de confraternização e bondade, aberto por D. Sebastião Leme, figura rutilante e angestiva de cardeal do Sacro Colégio. Aceitando a missão de revelar ao governo que sua autoridade tinha desaparecido e que lhe cumpria ceder o posto, o alto representante do catolicismo, entretanto, abnegadamente, não reclamou interferência alguma na reconstrução do Brasil, em 1930, ao contrário do que fizeram os positivistas na fundação da República em 1889. O Exército, com a mesma nobreza, apenas constituiu uma Junta Pacificadora, para entregar o poder ao chefe civil, patenteando que o movimento fora genuinamente civil, os combatentes vitoriosos foram movidos unicamente a voz convincente dos propagandistas liberais, cujo único poder estava no entusiasmo e na fé. Operou-se a transformação pela ação corajosa de brasileiros de todas as classes, de norte a sul, do litoral aos sertões, sem as forças armadas, do Exército e da Marinha, apenas tendo destas o apoio final e tendo a sagração da igreja universal, a força espiritual, incomparável e eterna. A bandeira nacional desdobra-se hoje ao vento, gloriosamente, cantando em nossa alma todo o amor de brasileiros por sua grande terra. Estandarte sugestivo no combate, flamula refulgente na vitória, palio de bondade na paz, é assim que a amamos e a cultuamos [...] (LDN-CE, 1930, p. 96).

A Liga declara que as duas forças atuantes eram o Exército e a Igreja. Dialogando com Edvaldo Soares⁹⁵ (2014, p. 12), com a Proclamação da República, além do Exército, a Igreja Católica ganhou mais liberdade principalmente pela influência das ideias Iluministas, ideário precursor nos seminários⁹⁶. Mas, no que tange ao nosso escopo, Moitinho Doria, deliberadamente, isenta o Exército de qualquer participação na ação. Ele afirma apenas que as Forças Armadas participaram no final do conflito, como um ente moderador do conflito⁹⁷. Assim, a Liga seguia seus trabalhos, porém, sofrendo as imposições do governo provisório, principalmente, no que diz respeito ao financiamento da Entidade, conforme registro de 02 fevereiro de 1931:

[...] foi exposta [...] a actual situação da Liga, sob o ponto de vista econômico, determinada pela suspensão da subvenção que recebia do Ministério do Interior, decorrente das medidas gerais de economia adotadas pelo governo provisório; atendendo, portanto a essa situação, agravada ainda pelo retraimento do pagamento das mensalidades dos sócios, em virtude da crise que assola o país, resolveu a Comissão Executiva fazer uma revisão da receita e da despesa da Liga, em face dos dados estatísticos das anuidades recebidas, chegando as conclusões seguintes: a Liga não pleiteará o pagamento de subvenção, suspensa, e custeará todas as suas despesas, socorrendo-se, para isso, das contribuições dos sócios, dos donativos que porventura receber e da renda da Caixa dos Marinheiros, sendo que esta Caixa, mantida e administrada pela Liga, concorrerá apenas com a quantia necessaria para completar a soma que faltar áquele fim (LDN-CE, 1931, p. 97).

Foi realizada a descrição da situação financeira da Entidade, nesta ocasião. Citaram que a suspensão da subvenção recebida do Ministério do Interior, decorrente de medidas de economia adotadas pelo Governo Provisório, gerou impacto financeiro negativo. Os sócios, inclusive, deixaram de contribuir financeiramente por causa da Revolução. A Instituição passava por momentos difíceis. Acreditamos que a cautela da Entidade em se posicionar durante o início da Revolução tenha contribuído para o bloqueio do financiamento pelo Estado, em um primeiro momento. Interessante destacar que em 9 de fevereiro de 1931, a Liga atualizou os membros do Diretório Central da Liga, excluindo as pessoas desligadas por

⁹⁵ Edvaldo Soares se propões em sua obra “O pensamento católico brasileiro” mapear as mudanças ocorridas no seio do catolicismo desde o período pombalino até o início da década de 1960.

⁹⁶ O autor destaca que a Igreja Católica teve um expressivo crescimento sendo criadas várias circunscrições eclesiásticas entre 1889 a 1930, de 11 para 58 dioceses e 13 prelazias, ou seja, um crescimento da influência e abrangência da ordem de 85,54% (SOARES, 2014, p. 20).

⁹⁷ Como exemplo da proximidade da Liga com o Exército, em Ata de 02 de dezembro de 1930, é registrado que um servidor da Liga foi dispensado do emprego, por ter recebido queixa de um Tenente, o qual era delegado da Junta de Alistamento Militar do 25º Distrito que funcionava na sede da Liga (LDN-CE, 1930, 97).

iniciativa própria ou em débito com a Entidade⁹⁸. Cremos que esta alteração nos quadros da Entidade, recompõe-na como aparelho privado de hegemonia, pois alterará significativamente os intelectuais orgânicos, confirmando nossa hipótese de reajustamento de foco. Foram inseridos novos militares e civis que integrarão a Entidade nesse novo momento.

Após o conflito, a Liga seguiu seus trabalhos, com proximidade de diversas associações e academias de letras, as quais realizavam eventos na sede da Liga. A Entidade não deixava de se articular com a sociedade civil. Funcionava na sede da LDN, a Sociedade dos Lázarus, Sociedade dos Pharmaceuticos, a Escola de Escoteiros e a Academia Carioca de Letras⁹⁹. Todas as comemorações cívicas do período foram realizadas. A Liga não deixava de seguir o seu programa nacionalista, num plano de hegemonia ideológica, no tocante à ideia de Pátria. A Entidade tentava ficar neutra no conflito, para depois angariar influência com o grupo que saísse vitorioso, principalmente no tocante ao financiamento de suas atividades. Portanto, fundamentado no exposto acima, acreditamos que a Entidade, a partir desse momento, iniciava o seu reajustamento de foco, alinhando-se às políticas propostas por Vargas. Os líderes da Liga sofreram imposições do governo para adaptar-se à conjuntura política. As mudanças que se seguiram ditaram a tônica do modo como Getúlio Vargas esperava a atuação política da Liga. Não podemos deixar de registrar a “questão social”. Havia a ascensão da influência do movimento operário, além da revolução. Como citamos acima, as duas principais instituições (Exército e Igreja) se posicionavam para defender seus interesses de controle da massa proletária. Como expõe Edvaldo Soares (2014, p. 39), a Igreja Católica seguia a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, na qual há uma veemente condenação à influência socialista, segundo o Papa, concebida como um dos erros decorrentes do liberalismo. A Igreja defendia a efetivação da legislação trabalhista. Assim, consideramos que o Exército e a Igreja, como expõe Edvaldo Soares (2014), defendem que o movimento socialista começava a tomar força no seio do operariado brasileiro, devido à falta de

⁹⁸ Consta em Ata de 9/02/1931, os seguintes nomes como membro da LDN: Ministro Muniz Barreto, Dr. Antonio Moitinho Doria, Orminda Bastos, Dr. Guilherme Azambuja Neves, Dr. Humberto Antunes, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Dr. Oscar Rodrigues da Costa, Coronel Eusébio de Queiroz Mattoso Maia, Ministros Cardoso Ribeiro (sendo que estes dois últimos faleceriam um pouco mais de um ano depois), Rodrigo Octavio e Edmundo da Veiga, Dr. Antonio Azeredo, Dr. Miguel Calmon, Desembargadores Ataulpho de Paiva, Conde Affonso Celso Affonso Vizeu, Dr. Goulart de Andrade, Professor Sampaio Correa, Professor Manoel Cícero Peregrino, Professor Oscar da Silva Araújo, Professor Juliano Moreira, Dr. Ademar Tavares, Dr. Galdino do Valle Filho, Dr. Augusto de Lima, Almirante Souza e Silva, General Tasso Fragoso, Embaixador Alberto de Faria (que faleceria um pouco mais de um ano depois), Conde Pereira Carneiro, Coronel Gregório da Fonseca, Dr. Raul Pederneiras, Dr. Felix Pacheco, Dr. Coelho Netto, Dra. Bertha Lutz, Dr. Orlando Rangel, Dr. Francisco de Oliveira, Dr. Mozart Lago, Luiz Hernany Filho, Dr. Mello Mattos, Comandante Alvaro Alberto, Dr. Carneiro de Mendonça, Dr. Marques Peixoto, Dr. Pereira Lessa, José Antonio da Rocha e Arthur Lopes (LDN-CE, 1930, p. 98-99).

⁹⁹ Cumpre destacar que atualmente, a Academia Carioca de Letras funciona na sala ao lado da Sede do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro.

organização da produção. Acreditamos que a Liga da Defesa Nacional, ao incorporar as discussões sobre a legislação trabalhista estava, em si, intermediando o conflito entre trabalhadores e patrões para viabilizar o desenvolvimento industrial capitalista. Portanto, a partir desse momento, com o delineamento desse novo cenário, a LDN inicia o reajustamento de foco para o combate ao comunismo.

3.2. A construção do anticomunismo na Liga da Defesa Nacional.



Figura 10. “O Comunista e a República”¹⁰⁰.

A década de 1930 foi um período muito conturbado para o Brasil. Havia a movimentação de vários grupos de contestação do *status quo* baseado na política dos governadores. O Brasil era influenciado pelos ares da conjuntura internacional, com a ascensão dos movimentos fascistas na Europa e a consolidação da Revolução Russa. O movimento tenentista contribuiu para aumentar a insatisfação das dissidências políticas, notadamente pela situação social e o domínio da oligarquia paulista e mineira. Os tenentes que compuseram com Vargas, após romperem com a liderança de Luis Carlos Prestes, auxiliaram na deposição de Washington Luís¹⁰¹. Frank Mccann (2009, p. 470) afirma que “em novembro de 1930 a revista Careta do Rio de Janeiro, publicou uma charge mostrando um revolucionário de 30 marchando entre os braços estendidos do fascismo e do comunismo, com o aviso do cartunista embaixo: Cuidado! Tens de passar intato entre os dois”. O Capitão Luís Carlos Prestes optou pelo comunismo, contribuindo para que uma parcela dos militares estabelecesse contato com a esquerda. Diametralmente oposta, a direita podia apoiar-se no

¹⁰⁰ Imagem aposta na Bandeira Brasileira publicada em 1948, pelo órgão de repressão à delinquência e combate ao comunismo (MOTA, 2002, p. 104).

¹⁰¹ Sobre a conjuntura internacional citamos como exemplo Eric Hobsbawn (1995), o qual na obra a era dos extremos delinea de maneira geral a ascensão do fascismo no século XX. Em relação ao contexto nacional, Maria Cecília Spina Forjaz (1987; 1989) apresenta a emergência do movimento tenentista, o qual foi esteio para o êxito da Revolução de 1930. Há vasta Bibliografia sobre o período, as quais discutem os diversos aspectos do período. Não podemos nos furtar de citar, sem contudo desprezar as demais pesquisas, Hélio Silva, Edgar Carone (1971), Nelson Werneck Sodré (2010; 1981), José Murilo de Carvalho (2003; 1978), entre outros que analisam o período antes e depois da década de 1930.

fascismo ou no nazismo, mas os três “ismos” eram ideologias estrangeiras com atrativos limitados para os brasileiros nacionalistas.

O acontecimento que catalisou a oposição em rebelião armada, foi o assassinato do seu ex-candidato à vice-presidência, João Pessoa, da Paraíba. A 26 de julho, Pessoa saiu sob as balas do filho de um acerbo inimigo local. Sua morte não foi atípica entre as sangrentas lutas dos clãs políticos da região nordestina do país. Contudo, nesse momento tenso Washington Luís havia apoiado o grupo político ao qual estava ligado o assassino. Os conspiradores indecisos no seio da oposição foram engolfados pela onda de indignação levantada pelos radicais, de maneira a criar uma atmosfera revolucionária. Borges de Medeiros agora apoiava a revolução e ajudava ativamente a recrutar comandantes militares para a conspiração. Foi organizado um quartel-general revolucionário, tendo como chefe o Coronel Góes Monteiro. A data da revolta foi marcada para 3 de outubro (SKIDMORE, 1976, p. 23).

O nível de industrialização no país era baixo, naquela década. Porém, nos principais centros como Rio de Janeiro, São Paulo e no porto de Santos, o que incomodava era o movimento operário, notadamente sob influência anarquista. Mas, o movimento operário era atuante, além de ter também, a influência comunista. Os trabalhadores, segundo as lideranças do movimento de 1930, precisavam ser “controlados”. Assim, os intelectuais orgânicos se hegemonizavam na Liga e trabalhavam para apaziguar as massas operárias. Como havia a integração de civis e militares que pensavam da mesma forma, percebemos, aqui, a influência também, da dissidência do movimento tenentista que rompera com Prestes. Como afirma Maria Cecília Forjaz (1989):

Defendendo a propriedade e o caráter social do capital, se o positivismo tem no contexto europeu uma dimensão essencialmente conservadora, no Brasil o simples reconhecimento da questão operária assumiu um caráter inovador. [...]

A mudança de perspectiva frente à “questão social” das elites que ascendem com a Revolução de 30 tem a ver, obviamente, com a expansão do movimento operário. [...]

A perspectiva de incorporar o conflito operário para controlá-lo não era estranha à visão comteana [...] prevenindo iminente desagregação social por ser a única barreira mental que se pudesse eficazmente opôr ao anárquico transbordamento do comunismo (FORJAZ, 1989, p. 50)

Desse modo, Exército e Igreja Católica estavam colaborando para a formação do consenso sobre o nacionalismo, como meio de controle do movimento social. Os conflitos patronais eram inseridos no seio da LDN por meio dos representantes do Conselho Nacional do Trabalho, que atuavam como intelectuais orgânicos do Estado. O movimento de 1930, apesar de romper, em tese, com a velha oligarquia, mantinha a agenda de controle social.

O integralismo, versão brasileira do fascismo, tinha a vantagem de ser nativo. A Ação Integralista Brasileira – AIB foi fundada oficialmente em 1932, como afirma Jefferson Barbosa (2012, p. 37). Na confluência das diversas vertentes políticas que se formavam no início da década de 1930, construía-se neste momento, um novo inimigo interno que deveria ser combatido: o comunismo. Sustentada ideologicamente pelo arcabouço teórico herdado dos pioneiros que a consolidaram, a Liga da Defesa Nacional começava a realinhar a sua participação política, por meio de um novo viés interpretativo. O anticomunismo era adaptado ao nacionalismo da entidade. Em 18 de março de 1930, alguns meses antes da Revolução que derrubaria Washington Luis, deliberou-se, por proposta do Presidente da Diretório Central da Liga, Ministro Muniz Barreto:

[...] que a Liga se constituísse em *leader* do movimento contra a propaganda comunista dentro do território nacional e propugnadora da ordem social vigente, das bases políticas da nacionalidade e das instituições. Essa orientação conservadora da Liga deveria tornar-se efectiva que pela palavra doutrinária, quer pela repulsa decidida oposta a pessoas e opiniões revolucionárias. (LDN-CE, 1930, p 87).

Identificamos a primeira manifestação contra o comunismo antes mesmo do movimento de 1935. A LDN começa a gestar o anticomunismo 5 (cinco) anos antes do movimento deflagrado pela Aliança Nacional Libertadora - ANL. São inseridos na Liga novos integrantes que irão refletir em uma nova abordagem política, transformando a LDN em um aparelho privado de hegemonia, como um meio de contribuir para o combate ao comunismo. A Entidade adaptou o nacionalismo, gestado na década de 1920, inserindo o tema anticomunismo, com a finalidade de centralizar o poder e conquistar o objetivo de desenvolvimento, controlando as massas trabalhadoras. A Liga tornou-se um centro de articulação para além de aparelho privado de hegemonia. Consideramos que ela se configura, também, como aparelho hegemônico do Estado, pois, como contivesse em seu seio membros das diversas esferas da sociedade civil, estes, enquanto intelectuais orgânicos, criavam a atmosfera propícia para a hegemonia de combate ao comunismo.

Antonio Gramsci e Max Weber, trabalhando ambos a partir de diferentes perspectivas teóricas e normativas, entenderam o papel central do aparelho coercitivo no Estado moderno, especialmente autoritário. Gramsci afirma, em várias ocasiões, que a “dominação” é uma função da *hegemonia* e da coerção. Em certo momento ele se refere à hegemonia como “o consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante fundamental (STEPAN, 1986, p. 17)

Os militares e civis que integravam a LDN tinham o objetivo de “dominar” a classe trabalhadora, dirigindo-a nos rumos que julgavam adequados. A preocupação em relação ao comunismo estava na ordem do dia, sendo articulada antes da deflagração do movimento liderado por Luís Carlos Prestes, em 1935, mas intensificado depois do movimento, criando, no seio das forças armadas, a alcunha de traidores da pátria (ARAGÃO, 1973). Em meio à intranquila atmosfera de meados de 1935, as ideologias políticas fizeram sua dramática estreia no palco político-brasileiro (MCCANN, 2009, p. 471). Confirmamos a hipótese de que havia a articulação anticomunista na Liga da Defesa Nacional, sendo seus eminentes intelectuais orgânicos representantes legítimos do discurso, como o exemplo da citação acima do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Muniz Barreto. Houve uma onda de provocações, em todo no país, com inúmeras prisões e distribuições de panfletos contra a ANL. A situação era tão grave que Herculino Cascardo desafiou Roberto Marinho para um duelo (SILVA, 1969, p. 15).

A onda de provocações varria todo o país, com inúmeras prisões e profusão de panfletos contra a ANL; num deles falava-se dos “planos assassinos” dos comunistas, que teriam conseguido ganhar lampião para sua causa. O Globo continuava a afirmar que “a ANL é manobra maquiavélica da internacional Comunista” e exigia que a organização provasse ser o jornal um agente do imperialismo (VIANNA, 2007, p. 174).

Ascendiam ao poder uma perspectiva centralizadora que o momento político possibilitou ao influenciar os novos donos do poder. Por analogia, acreditamos que a Liga da Defesa Nacional se aproximou de grupos chauvinistas¹⁰², tais como os simpatizantes do integralismo os quais defendiam o lema da bandeira brasileira: “Ordem e Progresso”, em conjunto com “Deus, Pátria e Família”, ideias que se propunham hegemônicas, defendidas pelos integrantes da Liga da Defesa Nacional e que, segundo estes, deveria ser premissa dos brasileiros.

Esse é o segundo momento, confirmando nossa hipótese nesta Tese, em que a Entidade se configura como expressão de um Partido Militar que, naquele momento, objetivava o combate ao comunismo. O alinhamento ideológico dá contornos a uma outra agenda, sobretudo, conservadora. Em junho de 1930, foi solicitado que se constasse em Ata,

¹⁰² A definição de autocracia chauvinista regressiva como definição para a caracterização da ideologia integralista, como contribuição ao debate sobre sua entidade, é uma proposição conceitual, uma abstração, mas uma abstração razoável e delimitada, o ponto de partida do método de investigação (BARBOSA, 2012, p. 43). Para uma compreensão do Integralismo e de propostas centralizadoras de direita ver: BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma. 717 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

da Comissão Executiva, o discurso realizado por seu Presidente, Ministro Edmundo Muniz Barreto, numa sessão do Supremo Tribunal Federal:

O comunismo é o maior dos males. Dissolve a família, suprime a liberdade, anula o direito e degrada a alta função do Estado. O Comunismo é o crime organizado. Enfrenta-o e vence-o, sem tardança, eis o principal dever da sociedade. Como elementos de combate, que se alimentem sem vacilações actos abundantes de probidade e philantropia, de justiça e civismo, de trabalho intenso e profícuo para o bem commum. (LDN-CE, 1930, p. 88-89).

Edmundo Muniz Barreto dá o tom de como a Liga da Defesa Nacional irá se posicionar politicamente, a partir de 1930. Qualquer associação de comunistas que começasse se posicionar seria duramente reprimida. Como a maioria das lideranças burguesas faziam parte da Liga, tais como: a Associação Comercial, associações de classe, Conselho Nacional do Trabalho entre outros, facilitaria a centralização das decisões para monitorar a atividade comunista, configurando-se em um aparelho hegemônico do Estado. O serviço de Informações do Estado estava iniciando suas operações. A classe trabalhadora começou a ser monitorada e as lideranças sindicais seriam acompanhadas de perto. A tradição autocrática¹⁰³ brasileira está intimamente articulada com modelos regressivos de ordenamento social, como apontou Florestan Fernandes (2006, p. 34).

Embora nem todos percebessem o avanço totalitário, havia pessoas com referencial democrata que repeliam o totalitarismo da direita, vendo a ameaça iminente de um governo golpista, que objetivava implantar uma ditadura diante do cenário convulsionado. Os elementos de esquerda, socialistas e comunistas, mais informados, como afirma Hélio Silva (1969, p. 43), sentiam a necessidade de formar uma frente ampla de resistência ao perigo comum.

Assim nasce a Aliança Nacional Libertadora. Não era um órgão comunista. Nem comunistas foram seus dirigentes. A aclamação de Luís Carlos Prestes não cumpria uma determinação do Comintern. Nem êle, ausente do Brasil, estava em ligação com os aliancistas. Era quem mais alto representava a esperança do povo em dias melhores. Foi o herói que aclamaram, não o chefe comunista. A reação conjugou duas forças ameaçadas: os fascistas e o governo de Vargas (SILVA, 1969, p. 43).

¹⁰³ Entendemos autocracia, conforme postula Jefferson R. Barbosa, o qual afirma que a categorização de Autocracia é consagrada e representa lugar firmado na História e na Ciência Política, porém, nem toda autocracia é fundamentada em valores nacionalistas exacerbados. Assim, a definição de autocracias chauvinistas abrange ideologias baseadas em propostas de formas de governo marcadas pela defesa de concentração de poder e suplantação das instituições mediadoras de participação política, especificamente marcada pela ênfase no nacionalismo como legitimação do ordenamento social: um governo com autoridade irrestrita sobre aqueles que subjagam, através do poder único de um líder, autocrata, ou partido, enquanto organização partidária autocrática, legitimada pela “decisão por si mesmo” (BARBOSA, 2012, p. 52).

No dia 31 de dezembro de 1930, foi realizada uma homenagem referente à data do falecimento de Olavo Bilac, que ocorrera em 28 de dezembro de 1918. Na ocasião foi solicitado apoio dos membros da Entidade para confecção de uma estátua, em homenagem ao Poeta. Tais eventos eram aproveitados para divulgar o ideário nacionalista da Liga, travestido, sempre, de um discurso anticomunista. Nessa ocasião, o Professor Xavier de Oliveira proferiu uma conferência sobre Exército e a civilização brasileira, que contou com a presença de escoteiros e de diversas autoridades civis e militares. Depois dessa atividade, a Comissão executiva retornou a seus trabalhos apenas em fevereiro de 1931. Depois de fevereiro, ocorreu a reunião da Comissão em 14 e 21 de abril de 1931, sendo que, na reunião do dia 21, a Dra. Orminda Bastos ressaltou a necessidade de cultivar e “disciplinar” a “tradição” brasileira, unificando o nativismo e o regionalismo, no que diz respeito ao sentimento de pátria pelos brasileiros. Ela estimulou a necessidade de cultivo do afeto pelo Brasil, considerando-o como a única e soberana pátria, apagados todos e quaisquer limites dentro do seu território. Há uma definição clara sobre o posicionamento estratégico da Entidade no que concerne ao cenário internacional. Fizeram questão de constar em Ata um aceno sobre o pan-americanismo.

[...] o dia em que se achavam reunidos, 14 de abril, consagrado ao pan-americanismo, não devia escoar-se em silêncio nem poderia a Liga olvida-lo. Tomando então a palavra, disse da significação da data e da necessidade de estreitar cada vez mais os laços da comunhão americana em favor da paz e da prosperidade do continente, bem como da civilização ocidental, de que a América é a grande herdeira e continuadora (LDN-CE, 1931, p. 99).

Ao analisarmos essa Ata com o cotejamento da Bibliografia sobre o período, verificamos que o conflito paulista de 1932 se aproximava. Não trataremos da Revolução Constitucionalista de 1932, pois não contribui para o objeto que ora analisamos: o anticomunismo. Cabe destacarmos que o escopo de Vargas e da maioria dos militares e civis que integravam a Entidade era o centralismo político. O líder do movimento de 1930 se apoiava nos militares e no recente movimento denominado Integralismo para propor a centralização do poder, no governo central. Esse apoio tinha como escopo substituir a hegemonia dos governadores pela centralização federal.

A última Ata registrada pela Comissão Executiva foi em 12 de maio de 1931. Há um hiato no livro de Atas que vai de 1931 a 12 de abril de 1943¹⁰⁴, ou seja, em torno de 11 anos.

¹⁰⁴ A Comissão Executiva, como o próprio nome declara era quem tomava iniciativa e planejava as ações da Entidade no cotidiano. As atas deste livro, geralmente eram mensais, enquanto as Atas do Diretório Central eram anuais ou bimestrais, dependendo do período a ser analisado. Portanto, como método de análise para o cotejamento desta Tese. Desta fora, analisamos tanto o Livro da Comissão Executiva, como do Diretório Central,

Nossa Tese fundamentar-se-á, a partir daqui, no livro de Atas do Diretório Central. Nesse livro há Atas de apenas uma reunião por ano. Como exemplo, no referido livro do Diretório Central, consta nas folhas 43-44, a Ata referente à reunião realizada no dia 30 de setembro de 1930. Dessa forma, a base para entender o posicionamento político da Entidade entre 1929 a 1931, nossa análise fundamenta-se no livro da Comissão Executiva da LDN. Em relação ao Diretório Central, a ata seguinte foi registrada em 19 de outubro de 1931, demonstrando, inclusive, a grande evasão da Entidade devido ao cenário político nebuloso do governo provisório. Nessa reunião, o Ministro Muniz Barreto propunha que se alterasse o art. 34 do Regimento Interno, neste ponto:

[...] ficando o mesmo redigido nos seguintes termos: “A posse da Comissão Executiva eleita, dos Vice-Presidentes, do Conselho Fiscal e Directorio será, digo, poderá ser imediata ou em dia previamente designado na assemblea geral do Directorio, em sessão publica, etc”. (LDN, 1930, p. 45)

Tal proposta foi aprovada. Declarou o presidente que existindo oito vagas no Diretório, propunha que fossem estas preenchidas¹⁰⁵. Foi nomeada, pelo presidente, uma comissão: dos Ministro Cardoso Ribeiro, Ministro Edmundo Veiga e Mattoso Maia para introduzir os recém-eleitos. Em seguida, foi lida a proposta para vice-presidentes, no biênio¹⁰⁶. Depois foi lida a proposta para eleição da Comissão Executiva, para o Biênio (1931-1932)¹⁰⁷. Cabe ressaltar que a LDN estava sofrendo alterações substanciais em seus quadros. O Dr. Mozart Lago protestou contra a substituição dos membros da Comissão Executiva, principalmente, a do presidente Edmundo Muniz Barreto. O Dr. Pereira Lessa apoiou o Dr. Mozart no protesto em defesa da permanência de Muniz Barreto. Foi aprovada uma moção de congratulação aos ex-integrantes da comissão executiva e os novos foram empossados. O clima político se acirrava dentro da Entidade. A iminência de um possível golpe tanto de direita, quanto de esquerda era latente (leia-se: Integralista ou Comunista).

concomitantemente, no que tange ao aspecto temporal, com a finalidade de compreender o fio condutor das discussões.

¹⁰⁵ Foi indicado os seguintes sócios: Ministro Arthur Ribeiro de Oliveira, Ministro Firmino Whitaker, Dr. Ignacio M. Azevedo Amaral, Dr. Edmundo de Miranda Jordão, Dr. Eduardo Rabelo, Dr. Carlos Olyntho Braga, Dr. Rodrigo Delamare São Paulo e Dr. Luiz Guedes de Moraes Sarmiento (LDN, 1930, p. 45).

¹⁰⁶ Constava em Ata os seguintes nomes como Vice-Presidentes da LDN: Ministro Edmundo Muniz Barreto, Coronel Gregório Pinto da Fonseca, Professor Fernando Magalhães, Ministro Francisco Cardoso Ribeiro, Dr. Antonio Moitinho Doria, Ministro Edmundo da Veiga, Dr. Oscar da Silva Araújo, Dr. Juliano Moreira, Ministro Rodrigo Octavio, Dr. J. C. de Albuquerque Mello Mattos e Professor José Mattoso Sampaio Correia, dentre os quais foram empossados os que estavam presentes (LDN, 1930, p. 45).

¹⁰⁷ Foram indicados para Comissão Executiva os seguintes nomes: Professor Fernando Magalhães, presidente, Dr. Oscar da Silva Araújo, vice-presidente, Dr. Guilherme Azambuja Neves, secretario geral, Dr. Carlos Olyntho Braga, 1º Secretario, Dr. Rodrigo Delamare São Paulo, 2º Secretario e Dr. Eduardo Carneiro de Mendonça, tesoureiro.

A partir de 1933, assume como presidente da Comissão Executiva, o Professor Fernando Magalhães¹⁰⁸. Faz-se necessário realizar um adendo, porque, mesmo com a alteração do nome das pessoas que lideravam a Entidade, a função de aparelho privado de hegemonia se mantinha. A Ata seguinte da Entidade só foi registrada em 15 de outubro de 1935¹⁰⁹. Nesta oportunidade foi definido como novo presidente da Comissão Executiva, para o biênio 1935 a 1937, o General Pantaleão da Silva Pessoa¹¹⁰. Interessante destacar que a Ata desta reunião foi registrada em 28 de novembro de 1935, em Cartório de Títulos.

O cenário político agravava-se muito, entre 1933 a julho de 1935. Nesse cenário, Luís Carlos Prestes e o PCB atuavam paralelamente à direção da ANL e nem sempre entrosados entre si. A direção do partido, retornando de Moscou no final de 1934 e início de 1935, continuou em seu delirante entusiasmo (VIANNA, 2009, p. 175). O decreto nº 229, de 11 de julho de 1935 fechava a ANL provisoriamente, por 6 meses. Com o fechamento, permaneceram na organização apenas os comunistas e os tenentistas que estavam dispostos a lutar até o fim por uma revolução nacional-libertadora. O PCB declarou imediata adesão à luta Armada, por meio de folhetos (VIANNA, 2009, p. 196-197). Nesse período, deflagrou-se o movimento intitulado pelo General de Divisão, José Campos de Aragão (1973), de “Intentona Comunista”. Entre os dias 23 a 27 de novembro de 1935, ocorreu o levante liderado por Luis Carlos Prestes, em Natal, Recife e Rio de Janeiro.



Figura 11. Militares presos após levante da ALN Figura 12. Líder do Integralismo: Plínio Salgado Figura 13. Término da caçada de Filinto Muller ao Prestes¹¹¹

¹⁰⁸ **Membros da Comissão Executiva, no período de 1933 a 1935**, foram eleitos: Presidente, Professor Fernando Magalhães, vice-presidente Oscar Silva Araújo, Secretario Geral Guilherme Azambuja Neves, 1º Secretario Carlos Olyntho Braga, 2º Secretario Rodrigo Delamare São Paulo e Tesoureiro Eduardo Carneiro de Mendonça. O Conselho Fiscal ficou constituído pelo Ministro Edmundo Muniz Barreto, Dr. Humberto Antunes e Dr Juvenal Murtinho Nobre (LDN, 1933, p. 49).

¹⁰⁹ Estavam presentes nesta sessão o Professor Fernando Magalhães, Dr. Teixeira de Freitas, Dr. Carlos Olyntho Braga, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Alvaro Alberto, Professor Olyntho da Gama Botelho, Dr. Pereira Lessa, General Octavio de Azevedo Coutinho, General Tasso Fragoso e Desembargador Atanlpho Napoles de Paiva (LDN, 1935, p. 52).

¹¹⁰ Por proposta do Sr Juvenal Murtinho **foi indicado para a Comissão Executiva**: Presidente General Pantaleão da Silva Pessoa, vice-presidente, Professor Fernando Magalhães, Secretario Geral, Carlos Olyntho Braga, 1º Secretario, Rodrigo Delamare São Paulo, 2º Secretario, Olyntho da Gama Botelho, Tesoureiro Coronel Geuserico Vasconcellos. (LDN, 1935, p. 53)

¹¹¹ Disponível em: <http://bloghistoriacritica.blogspot.com.br/2010/10/intentona-comunista-1935.html>. Acesso em: 15/03/2016.

De repete, surgiram-lhe, porta adentro, dois sargentos, dois cabos e dois músicos empunhando, todos, fuzis-metralhadoras e, apontando as armas, deram-lhe ordem de prisão. Surpreendido inteiramente, o Tenente Abel rendeu-se, sendo desarmado por um dos cabos. Outro elemento correu célere à torre do quartel e fez vários disparos para o ar. Era aquilo o sinal convencionado de que começara a revolta (ARAGÃO, 1973, p. 52)

O Capitão Filinto Muller esperava um golpe político-militar, segundo um plano bem elaborado (SILVA, 1969, p. 399). A intitulada *Intentona Comunista* não foi um movimento exclusivamente comunista, visando implantar o comunismo no País. Era a soma dos descontentamentos e das frustrações. Segundo Hélio Silva (1969), foi uma esdrúxula simbiose do passado e do futuro. Ao cotejarmos as várias obras sobre a Revolução de 1935 com as discussões das Atas da Liga da Defesa Nacional, encontramos grande contribuição para fundamentarmos a hipótese deste trabalho, a de que a atuação da Entidade foi importante para apoiar Vargas no fechamento do Regime, em 10 de novembro de 1937. O “perigo vermelho”, como defende magistralmente Rodrigo Patto Sá Motta, estava sendo engendrado e parte da articulação para disseminar o anticomunismo na sociedade brasileira teve contribuição importante da LDN.

3.3. Aparelho privado de hegemonia na instauração do golpe de 1937.

Concordamos com Rodrigo P. S. Motta (2002, p. 76) que os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que fornecessem argumentos para solidificar as representações do comunismo, como fenômeno essencialmente negativo. Mesmo antes da Revolução de novembro de 1935, Getúlio Vargas habilmente articulava sobre o perigo da Aliança Nacional Libertadora, em geral, e o comunismo, em particular, conjuntamente, com as lideranças políticas e representantes dos aparelhos privados de hegemonia, dentre eles os donos de jornais, os empresários, dentre outros.

Vargas estava atento e procurava alertar os governadores já eleitos, e os interventores ainda esperando as respectivas eleições, sobre as verdadeiras intenções da ANL. Não satisfeito, solicitou do jornalista Assis Chateaubriand, seu amigo desde os tempos de Ministro da Fazenda de Washington Luís, que promovesse uma reunião de “tubarões”, à qual ele, Vargas, compareceria. Foi na casa de Guilherme Guinle e, durante um almoço, que os enfrentou; fez uma longa exposição sobre os perigos que representavam as atividades da ANL, a qual, sob pretexto de fazer política, estava preparando uma revolução com auxílio exterior; desejoso de obter a colaboração de todos para sua política trabalhista, queria ouvir-lhes a opinião. E o que

ouviu deu-lhe náuseas: divagaram sobre os despropósitos das leis trabalhistas, reclamaram contra os fiscais do ministério que invadiam as fábricas e provocavam indisciplina dos operários e sabotavam a autoridade dos empresários etc. O anfitrião, por cortesia ou por não concordar com eles, manteve-se calado. Vargas desinteressou-se da conversa e despediu-se pouco depois. No automóvel, de volta, após um longo e penoso silêncio, mastigando as palavras, disse ao ajudante-de-ordens que o acompanhava, O Cap. Ten. Ernani do Amaral Peixoto: “Eu estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam” (SILVA, 1969, p. 398)

Tanto Assis Chateaubriand¹¹² quanto Guilherme Guinle eram próximos à Liga da Defesa Nacional¹¹³. Além de articular com estes, Vargas possuía outros elementos fieis na Entidade. Para ilustrar o exposto acima, após 1935, seu futuro genro e acompanhante, Ernani do Amaral Peixoto, era ativo nas articulações de Getúlio Vargas, como afirma Hélio Silva (1969). O jogo de articulação era tão complexo e refinado que Ernani do Amaral Peixoto¹¹⁴ integrou formalmente os quadros da Liga da Defesa Nacional. Ele, inclusive quando nomeado interventor do Estado do Rio de Janeiro, foi o presidente do Diretório Regional daquele Estado, como apresentaremos a seguir. Consideramos que a Entidade diretamente não aparecia, mas centralizava estrategicamente os intelectuais orgânicos que se empenhavam na labuta anticomunista.

¹¹² Em nossa Dissertação de Mestrado apresentamos a contribuição de Assis Chateaubriand na defesa da instrução primária. Como exemplo, o Diretor de instrução Pública A. Carneiro Leão participou de uma das conferências “sob título Problema do analfabetismo, realizada por Assis Chateaubriand em diversas capitais do Brasil” (LDN-CE, 1925, 13 a 17) (OLIVEIRA, 2012, p. 123). Na década de 1920, o jornalista foi membro da Liga da Defesa Nacional. Contudo, na documentação analisada pós década de 1930 não encontramos registros em Ata da efetiva participação de Chateaubriand, porém ao realizarmos o cotejamento com as diversas fontes, sustentamos que ele continuava adepto das causas da Liga da Defesa Nacional. Nesta mesma passagem de nossa dissertação de mestrado, figura o registro de Guilherme Guinle como membro ativo da Liga.

¹¹³ Assis Chateaubriand, segundo Fernando Morais (2004, p. 173-212) era forte aliado de Getúlio Vargas, o qual auxiliou Chatô a adquirir a Revista O Cruzeiro, quando ainda era Ministro da Fazenda, a qual fora lançada em dezembro de 1928. Getúlio Vargas era confidante de Chatô, “vazando” informações antes da maioria dos jornais sobre informações oficiais do catete. Ele deu colaboração profícua para a Revolução de 1930, além de ser bem relacionado com os pioneiros da Liga da Defesa Nacional, como “Afonso Celso, Pedro Lessa, Afrânio de Melo Franco, Alfredo Pujol, Júlio de Mesquita Filho” entre outros (MORAIS, 2004, p. 87-92). Não que esta amizade tenha relacionamento direto entre Chatô e a LDN, mas como ele vinculava a gratidão pessoal com a realização de seus interesses, acreditamos que a simbiose de interesses contribuiu para o auxílio de Chatô à causa anticomunista da Liga. Esta afirmação é possível porque, logo no início da Biografia é afirmado que Assis Chateaubriand era um “gigante na luta anticomunista” (MORAIS, 2004, p. 23). Porém, apesar de ser perseguido por Vargas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Chatô era uma figura complexa, mantendo relações com Vargas, como consta na Biografia. No que tange a Guilherme Guinle ele foi membro da Liga. Cabe ressaltar que era grande aliado de Getúlio durante as descobertas do petróleo no Brasil e participou das articulações para a construção da Companhia Siderúrgica em Volta Redonda. Cumpre destacar entre outras coisas, que Guilherme Guinle, os Machenzie, Chatô, Julio de Mesquita Filho eram amigos, sendo notadamente nacionalistas liberais, além de anticomunistas.

¹¹⁴ Logo após a queda de Vargas, Ernani do Amaral Peixoto deixou de frequentar a Liga. Sua exoneração foi publicada em Ata, na reunião de 12 de novembro de 1947 (LDN, 1947, p. 95).

[...] Seu principal temor residia na perigosa aliança que enxergava, em torno da ANL, entre líderes civis, oficiais das Forças Armadas e, controlando-os a distância, os temidos comunistas. Para aterrorizar a classe média que cada dia mais parecia simpatizar com o crescente movimento, acenava com o risco para onde apontava essa desordem tomou conta do país [...] Embora nunca tivesse defendido claramente o fascismo, Chateaubriand não escondia sua simpatia pelo movimento integralista. Em pelo menos um artigo chegou a afirmar que, “mesmo divergindo dos pontos cardeais da ideologia integralista, encontro na arrancada de sua mocidade um emocionante ponto de contato com o programa dos Diários Associados: a unidade política e espiritual do Brasil” (MORAIS, 1994, p. 356-357).

Assim, em 22 setembro de 1936, quase um ano depois do movimento da ANL, o Diretório Central da Entidade se reuniu para realizar o balanço dos trabalhos. O General Pantaleão expôs os trabalhos realizados no ano de 1935 e 1936. Começou dizendo que, além do dever imposto pelo Estatuto, o momento aconselhava uma reunião do Diretório Central, a fim de que auxiliasse a Comissão Executiva nos trabalhos realizados. O General resgata os pioneiros da Entidade, afirmando que a obra de Pedro Lessa, Bilac e Calmon continuava acontecendo, seguindo o prestígio que eles souberam imprimir e com a autoridade que os seus sucessores souberam conservar e que seria lamentável se não fosse preservada.

[...] Esclareceu que, em cumprimento da alínea “d” do artigo primeiro dos Estatutos, a Liga iniciou a campanha contra o comunismo, feita no ponto de vista educacional, empenhando-se, sobretudo, na propaganda de verdades que desmascarassem os objetivos marxistas. Para isso organizou serviços que vêm sendo financeiramente auxiliados pelos ilustres consócios doutores Oscar Weuschench, César Rabelo e Eugênio Gudín Filho, o que permitiu a sua realização mais eficiente. Comunicou que graças a esses auxílios, foram criados o Departamento de Propaganda a cargo do Doutor Carlos Maul e o de Investigação, chefiado por um especialista de grande honorabilidade o doutor Augusto Mendes e ainda, com os mesmos propósitos educacionais, foi inaugurado e está em pleno funcionamento, desde abril do corrente ano, com setenta e três alunos matriculados, um Curso de Extensão e Aperfeiçoamento noturno no Ginásio Brasiliense que funciona no Engenho de Dentro, dirigido pelo segundo secretário da Comissão Executiva. Continuando sua exposição, o senhor presidente citou a bela iniciativa da Colônia de Férias para os meninos dos morros, que se realizou, sob o patrocínio da Liga, na Fortaleza de São João, durante trinta dias, e cujos resultados foram muito aplaudidos e a realização de um concurso de cartazes que alcançou também grande sucesso, tendo sido tais iniciativas subvencionadas pelos consócios já citados (LDN, 1936, p. 55).

A Liga da Defesa Nacional realizou diversos trabalhos para combater ideologicamente o marxismo no Brasil. A vinda do General para a Liga é registrada um dia após o término das ações da Aliança Nacional Libertadora, de novembro de 1935. Os intelectuais orgânicos que se hegemonizavam na Entidade, baseavam-se no nacionalismo proposto por Bilac, o qual era utilizado como fundamento teórico para combater

ideologicamente o que eles entendiam como comunismo. Realizaram, no salão da Academia Brasileira de Letras, 14 conferências cívicas, durante os meses de maio a setembro de 1935, nas quais representantes da intelectualidade brasileira, não citados em Ata, trataram de vários temas de relevância para a Entidade. O General Pantaleão expôs que a Comissão Executiva estimulou a criação da União Universitária Nacionalista, núcleo de jovens estudantes das Faculdades, os quais trabalhavam em defesa das tradições, as quais entendemos que eram o instrumento utilizado no combate ao comunismo, conforme aponta Rodrigo P. S. Motta, (2002) em seu livro¹¹⁵. Foi abrigada, na sede da Entidade, uma nova associação denominada Concentração Nacional com fins nacionalistas (segundo eles amparado nos Estatuto da Liga), a qual era constituída por homens de valor e relevo social para a Entidade, sendo seu presidente o senhor Samuel Barreira. Ambas as associações filiaram-se à Liga. Todas essas ações serviam como meio de disseminar o anticomunismo.

O General Pantaleão afirmou que a Liga amparou, como foi possível, outra criação, esta chefiada pelo Doutor Everardo Backheuer¹¹⁶, que organizou uma sede interestadual de Centros de brasilidade, clubes formados dentro das escolas, dos corpos de tropa, das fábricas, de associações, dos sindicatos e das unidades de esquadra. Vale ressaltar que essa iniciativa, segundo consta, foi muito bem aceita, contando com alguns centros, organizados em escolas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, enquanto partido militar, a Entidade confluía civis e militares, sendo a Liga o parêntese privado de hegemonia para articular esses intelectuais orgânicos na causa do anticomunismo. Acreditamos que a influência do discurso de combate ao comunismo reuniu diversos atores sociais que influenciaram o ambiente para dar fundamento ao golpe de 1937. Portanto, além das articulações dentro de diversas sociedades civis, inserimos a Liga da Defesa Nacional nesse debate, em paralelo com as divulgações dos

¹¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: perspectiva, FAPESP, 2002.

¹¹⁶ Everardo Adolfo Backheuser, professor e engenheiro brasileiro; nascido em Niterói, Rio de Janeiro, em 23-05-1879. Estudou no Colégio Pedro 11 e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro; doutor em Ciências, 1913. Engenheiro-chefe do Distrito Federal, 1903-34; assistente de Mineralogia e, mais tarde professor da Escola Politécnica; deputado federal, 1911-18; diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, 1936-37; presidente do Conselho Nacional de Educação Primária, 1939-45, e professor de Geografia Humana da Universidade Católica desde 1940. Membro da Sociedade Brasileira de Geografia e da Academia Brasileira de Ciências. Autor das obras: Não me Fale Nisso, comédia 1915; A Figura Imponente do Cáiser, 1916; Os Cristais, 1916; Teoria dos Magmas Telúricos, 1916; A Faixa Litorânea do Brasil Meridional, 1918; Contribuição Para a Geologia do Distrito Federal, 1926; Problemas do Brasil – Estrutura Geopolítica, 1933; A Sedução do Comunismo, 1934; Técnica da Pedagogia Moderna, 1936; O Trabalho nas Escolas Experimentais do Distrito Federal, 1937; O Livro do Gênesis e as Cosmogonias Modernas, 1941; Caxias, Verdadeiro Duque, 1941; Geopolítica e Geografia Política, 1942, e Minha Terra e Minha Vida (EVERARDO BACKHEUSER, 2011). Disponível em: <https://ensinoinovadoreverardobackheuser.wordpress.com/memorial-da-escola-everardo-backheuser/>. Acesso em: 17/02/2015.

integralistas que veiculavam o perigo do golpe comunista, por meio da imprensa. Todas estas articulações foram o esteio para as articulações de Getúlio Vargas.

A Liga realizou, com êxito, a comemoração do primeiro centenário do nascimento do compositor brasileiro Carlos Gomes, promovendo a “Semana Carlos Gomes”, de 11 a 18 de julho de 1936, conseguindo que o Poder Legislativo aprovasse e transformasse em Lei, que tomou o número 221, a sugestão da Liga instituindo o “Prêmio Carlos Gomes”, de cinquenta contos de réis, destinados a recompensar, de cinco em cinco anos, o músico brasileiro nato, que compusesse uma ópera sobre assunto brasileiro e com libreto em nosso idioma. Declarou que essa iniciativa teve apoio de Francisco Campos, secretário de educação e Cultura do Distrito Federal.

Para obter maior abrangência do que era proposto na Capital Federal, a Liga implementou a reorganização, nos Estados, de Diretórios Regionais. Nossa hipótese de que a Liga da Defesa Nacional foi, também, adaptada como um aparelho hegemônico de estado é confirmada nessa passagem. Nesse sentido, o presidente (General Pantaleão) comunicou que a Comissão Executiva solicitou e obteve a mais franca colaboração de vários Estados, reorganizando os Diretórios Regionais dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. As ações da Liga eram apoiadas pela sociedade civil¹¹⁷. Nas atas eram inseridos agradecimentos como os feitos ao Dr. Laudelino Freire, por ter cedido a sede da Academia Brasileira de Letras para as conferências cívicas e ao Dr. Roquete Pinto¹¹⁸, por ter irradiado as conferências pelo Brasil, ou seja, os intelectuais orgânicos da Entidade possuíam trânsito privilegiado com os expoentes da sociedade civil.

O General Pantaleão, nessa mesma reunião realizada em setembro de 1936, apresentou a proposta do Tenente Coronel Euclides Espíndola do Nascimento de fundação na Liga de quatro serviços. Segundo o General, essa proposta impressionava pela sua

¹¹⁷ Entendemos sociedade civil, de acordo com a acepção Gramsciana do termo.

¹¹⁸ Edgard Roquette-Pinto, em 1934, fundou a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, emissora de caráter estritamente educacional atuando nos vários níveis de ensino. Em 1946 a Rádio Escola passou a se denominar Rádio Roquette-Pinto, homenageando seu fundador e idealizador. A Rádio MEC descende da pioneira Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923, por Roquette-Pinto, Henrique Morize e outros membros da Academia Brasileira de Ciências e da sociedade da época. Assim, apesar de transmitir uma programação cultural, a Rádio Sociedade também foi o berço da ideia do rádio educativo, amadurecida enquanto Roquette-Pinto era seu diretor, e que estava pronta, quando ele doou a estação ao governo. Em 1936, a nova lei de comunicações exigiu que todas as estações aumentassem a potência de seus transmissores e, Roquette-Pinto, que dirigia a descapitalizada Rádio Sociedade, descartando a possibilidade de ir buscar capital na praça e tornar-se um empresário do ramo das comunicações, preferiu doar a emissora ao, então, Ministério da Educação e Saúde. Mas impôs as condições de que a rádio transmitisse apenas programação educativa/cultural e não fizesse proselitismo de qualquer espécie – comercial, político ou religioso. Tal compromisso, assumido através de ato jurídico perfeito, foi mantido até 1995, quando, logo no início de seu governo, Fernando Henrique Cardoso desvinculou a Rádio daquele ministério e colocou-a, junto com a TVE - atual TV Brasil - , sob a tutela da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Disponível em: <http://www.fm94.rj.gov.br/>. Acesso em: 13/02/2014.

oportunidade, pela sua exequibilidade que seria, progressivamente, implementada, devido ao acerto de sua concepção. Essa posição apresentada, nada mais era que uma articulação política do General para controlar as áreas consideradas sensíveis. Nesse ponto, ele lê a proposta da criação dos quatro serviços que são:

[...] a) Serviço de Controle da Integridade Nacional; b) Serviço de Controle Educacional; c) Serviço de Orientação e Propulsão da Riqueza Econômica; d) Serviço de Coordenação das Coletividades Associadas, cada um deles com as respectivas atribuições perfeita e inteligentemente justificadas pelo ilustre proponente. Travaram-se longos debates em torno dessa proposta, falando vários oradores, sendo, finalmente, a mesma aprovada para ser executada aos poucos, à proporção que a Liga obtivesse meios de o fazer. Tal proposta, por ordem do senhor presidente, com a respectiva justificação, ficam arquivadas na secretaria (LDN, 1936, p. 57).

A partir de setembro de 1937, o ambiente dentro da Entidade começa a ficar agitado, devido à iminência de implantação do Estado Novo. O ambiente político, na Capital Federal era de fechamento dos direitos civis. Por meio do jornal oficial dos integralistas, Plínio Salgado iniciou a veiculação de uma série de artigos, na cidade de São Paulo afirmando a articulação de um plano comunista que seria efetivado no Brasil, conforme sustenta Jefferson Barbosa (2011).

O anticomunismo foi a temática principal no mês de outubro de 1937 nas páginas da imprensa integralista. O anticomunismo como elemento ideológico dos grupos de extrema direita [...] é também um traço distintivo dos integralistas brasileiros da década de 1930 [...] (BARBOSA, 2011, p. 49-50).

Iniciava-se um processo de vigilância das instituições e associações. É mencionada, na Ata, a visita de “pessoas ilustres” que pressionavam e guiavam os rumos da Entidade. Consideramos que no processo de articulação para o golpe, os integrantes da Entidade perceberam a manipulação do cenário.

A liga [...] sobre as dificuldades da sua actuação que atravessara a instituição [...] agitados da vida nacional, [...] se impõem os pesados cumprimentos cívicos, que elevam e enaltecem a consciência individual. Solicitaria que a Liga foi lançada com visão em colaboração íntima com suas autoridades públicas, facilitando-lhes a ação e observando tudo o que lhes cabe escapar a percepção. Mas, observara, não tem sido fácil essa colaboração, apesar de nomes ilustres que guiam e visitam a Liga; e não obstante o prestígio que a fama impulsionava, e ainda apego dos sucessos que tem confirmado a sua autoridade e seu alto conceito (LDN, 1937, p. 58)

A divulgação, para a imprensa nacional, da descoberta pelas Forças Armadas do plano de um ataque comunista no Brasil alcançou rapidamente repercussão nacional e

legitimou a decretação do Estado Novo. Como já era amplamente divulgado o perigo comunista, esta notícia materializa o temo “criados” durante todos aqueles anos. Tanto os integralistas, quanto a Liga da Defesa Nacional articulavam com Getúlio Vargas a confirmação do perigo, publicada em setembro de 1937 (BARBOSA, 2011, p. 54). Interessante destacar que a alta cúpula militar realizou uma reunião para apresentar o “Plano Cohen”, supostamente interceptado pelas Forças Armadas. Participaram dessa reunião, entre outros, o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, o General Góes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército (articulador do Plano Cohen) e o Chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller. Hélio Silva (1980, p. 176) adverte, amparado nas memórias do General Olympio Mourão Filho, que o então capitão Mourão Filho acusa o General Góes Monteiro de imputar a ele a divulgação do Plano Cohen. O documento foi criado pelo próprio capitão (integralista), mas foi veiculado pelo General Góes Monteiro para legitimar o golpe.

[...] Tentativas na Polícia para dar autenticidade ao documento [...] Comunicado Oficial do Chefe da Casa Militar, declarando ser autêntico o documento, como apreendido pelo Estado-Maior do Exército [...] Distribuição aos jornais, pelo gabinete do Ministério da Guerra [...] (SILVA, 1980, p. 176).

A mensagem do Presidente da República pedindo Estado de Guerra não foi acompanhado da exposição de motivos a serem apreciados ao legislativo, em relação à documentação sobre o Plano Cohen. Em reunião de 13 de setembro de 1938, o General Pantaleão da Silva Pessoa, por meio de carta, declarou que estava afastando-se da Liga da Defesa Nacional, em decorrência da implantação do Estado Novo, com a decretação da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

[...] Comunicou, a seguir que, em virtude dos acontecimentos políticos de novembro de 1937, o senhor general Pantaleão da Silva Pessoa, presidente da Comissão Executiva, dirigiu-lhe uma carta em 23 daquele mês e ano, na qual, apresentando motivos, passava-lhe a presidência da Liga e que a Comissão, reunida em sessão naquele mesmo dia, resolveu por deliberação conjunta, conforme consta da respectiva ata, concedeu-lhe uma licença, de acordo com o artigo 21 do Regulamento Inter. Falou, depois, sobre as atividades do Directorio Regional do Rio Grande do Sul, que sob a presidência do senhor Major Inácio de Freitas Rolim, realizou expressivas solenidades cívicas e propôs que na ata constasse um coto de agradecimento aos membros desse Directorio Regional (LDN, 1938, p. 60).

A partir do exposto acima, consideramos duas situações, em relação ao afastamento do General¹¹⁹. Primeira, ele apoiou o processo (golpe) político deflagrado em novembro de

¹¹⁹ Ele foi substituído pelo General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque (LDN, 1939, p. 64).

1937, pois participou das articulações feitas no Ministério da Guerra. No dia 3 de dezembro, Pantaleão Pessoa participou de uma reunião com a presença de 25 generais, realizada no Rio, com o objetivo de examinar a situação do país, após a Revolta Comunista, deflagrada nos dias 23, 24 e 27 de novembro, em Natal, Recife e Rio de Janeiro e de discutir a suficiência das leis repressoras existentes para punir os revoltosos. Estiveram presentes no encontro o ministro da Guerra, João Gomes, o general Góis Monteiro e o general Eurico Dutra¹²⁰. O ministro da Guerra recebeu total apoio para intervir junto aos poderes competentes a fim de que a punição dos acusados se processasse o mais rápido possível. Logo depois, o general João Gomes encaminhou ao presidente da República o esboço de um projeto de lei decretando que os oficiais envolvidos no levante fossem não só submetidos às penalidades da lei, mas expulsos do Exército.

Segunda, era pública sua simpatia pela Ação Integralista Brasileira (AIB), mas percebera, porém, que o golpe de Vargas de 10 de novembro de 1937 atingiria também os Integralistas e não só os comunistas. Em 23 de novembro de 1937, enviou carta ao ministro da Guerra, Eurico Dutra, criticando o papel desempenhado pelo Exército, no golpe que implantara o Estado Novo. Na carta, Pantaleão ressaltou sua lealdade ao regime anterior e afirmou que as forças armadas deixavam de ser regidas pela Constituição para passar a sê-lo “por uma autoridade que se origina na força e, como tal, está sujeita às suas mutações e capricho”. No dia seguinte, foi reformado.

Analisamos, a partir das fontes que estão disponíveis, que inicialmente o General colaborara com o processo de perseguição política, principalmente no que diz respeito ao anticomunismo. Para sustentarmos nossa hipótese, fundamentamo-nos nas duas citações anteriores a esta, sendo que a primeira o general concorda com uma proposta de controle das divulgações e, principalmente, da educação, proposta pelo Coronel Espindola, em 1936. Nesse sentido foi dado o golpe de Estado, com apoio de outros integrantes da Entidade, como de Everardo Adolfo Backheuser, o qual publicava obras e artigos sobre os perigos da sedução comunista. A partir de 1937, notadamente no mês de novembro, o General se deu conta das articulações realizadas em torno do fechamento do regime. A visita de “ilustres” personagens que “guiavam” a Entidade pode ter pressionado o general a realizar coisas(atos) com que, em princípio, ele não compactuava. Realizamos essa inferência, pois, como citamos anteriormente, não há registros de Ata da Comissão Executiva sobre tal carta, pois não há Ata.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pantaleao-da-silva-pessoa>. Acesso em: 10/05/2016.

Como o livro do Diretório Central afirma que a carta foi analisada em reunião¹²¹, acreditamos que estas passagens do livro de atas foram “extraviadas”. O período entre 1937 e 1938 foi tão grave para Entidade que diversos membros pediram demissão por motivo de “saúde”¹²². Na vaga desses sócios, entraram na Liga o doutor Luiz Catanhedê, professor e Diretor da Faculdade Nacional de Engenharia e o doutor Filadelfo de Barros Azevedo, professor de direito. Exatamente um ano depois, em 18 de setembro de 1939, o Diretório Central¹²³ se reuniu para indicar a nova comissão executiva¹²⁴. Cabe destacar que, nessa reunião, o Professor Fernando Magalhães enalteceu a gestão do general Pantaleão Pessoa, considerando que, no período em que o general fora presidente, a Entidade atravessou momentos, em que eram “necessários grandes movimentos cívicos que levantam e engrandecem a consciência nacional” (LDN, 1939, p. 61). Nessa passagem fica claro o alinhamento político da Instituição com o governo Vargas. Inclusive na mesma Ata, o Professor Fernando Magalhães cita que esteve em reunião com o General Eurico Gaspar Dutra, ministro da guerra, ocasião em que expôs a situação da Liga e que solicitara ao general a indicação de membros para a “Comissão Executiva”. Portanto, confirma-se, nessa passagem, segundo nossa interpretação, que a Liga da Defesa nacional era uma expressão de Partido Militar, com a congregação de civis e militares, por meio de um projeto articulado e determinado pelo Estado Novo, ou seja, a Liga pode ser interpretada como uma expressão de aparelho Hegemônico de Estado. Inclusive, o Ministro Eurico Gaspar Dutra respondeu, por meio de carta, ao pedido de Fernando Magalhães, conforme abaixo:

[...] Ministro da Guerra – Rio, 12/9/1939. Ilustríssimo senhor Doutor Fernando Magalhães. Com referência à palestra que mantivemos ontem à noite, tenho a honra de indicar-vos para a Directoria da Liga de Defesa Nacional os nomes do general Pedro de Alcantara Cavalcanti de Albuquerque e do coronel Oscar de Araújo Fonseca. Com os protestos de alta estima e muita consideração. E. Dutra (LDN, 1939, p. 62)

¹²¹ Descrevemos na página 101 desta Tese que não há registro no livro de atas, sobre o período de 1931 a 12 de abril de 1943

¹²² [...] doutores Humberto Antunes e Zeferino de Faria comunicou que havia recebido cartas em que esses ilustres brasileiros, alegando motivos de saúde, pediam a sua demissão de membros efetivos do Diretório Central (LDN, 1938, p. 60)

¹²³ Estavam presentes nesta reunião os seguintes membros efetivos: professor Fernando Magalhães, general Tasso Fragoso, general Otavio Azevedo Coutinho, dr. Antonio Moitinho Doria, Dr. Sampaio Corrêa, Luiz Catanhedê, Francisco Pereira Lessa, Juvenal Murtinho Nobre, Olinto da Gama Botelho, Oscar da Silva Araújo, José Antonio da Rosa, Elias Grego e Mozart Lago (LDN, 1939, p. 61).

¹²⁴ **Comissão Executiva (Biênio 1939-1941):** Professor Fernando Magalhães, vice-presidente em exercício, doutores Olinto da Gama Botelho e Elias Grego, segundo secretário e tesoureiro, respectivamente (LDN, 1939, p. 61). Interessante destacar que durante mais de 20 anos esses três integrantes estiveram na Liga.

Além desses nomes indicados pelo Ministro da Guerra, foram indicados o General João Marcelino e Silva, embaixador José Carlos de Macedo Soares (ex-membro da Liga Nacionalista), Major Inácio de Freitas Rolim, Dr. Carlos da Silva Araújo e Dr. Lineu de Paula Machado. Todas essas indicações são face de um projeto, segundo nossas leituras, de construção de um ideário sobre valores morais e concepção nacionais, inserindo nesta linha o anticomunismo. Portanto, por analogia do que era exposto nas reuniões, acreditamos que o projeto político pedagógico na instrução primária era anticomunista. Não queremos entrar na seara da educação, sobre a concepção de educação em questão, mas os integrantes da Liga da Defesa Nacional eram os intelectuais orgânicos para a disseminação, na sociedade civil e principalmente, nas instituições, do conteúdo político criado dentro da Entidade, ou seja, um aparelho privado de hegemonia. O Dr. Everardo Backheuser era um dos atores políticos ativos nesse processo.

[...] cartas dos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa, da Casa do Estudante do Brasil, da Associação Brasileira de Educação, agradecendo o convite da Liga para a conferência do doutor Everardo Backheuser sobre o “Ensino Primário como fator da Unidade Nacional”, da série cívica promovida pela Liga. [...] destacando-se a audiência especial em dez de outubro (1939) na qual a Comissão Executiva foi recebida pelo excelentíssimo senhor presidente da República a quem expôs, em memorial, a situação da Liga, pedindo-lhe, principalmente, a restituição da parte da sede social, ocupada pelo governo, desde 1934, cita igualmente o Decreto-Lei número 2.326, de dez de junho do corrente ano, em cujo artigo sexto, parágrafo único, número quatro, garante sede definitiva a todas as instituições que se encontram no silogeu; trata da inauguração de praças da bandeira em todos os municípios do Brasil; da série de conferências cívicas, realizadas pela Liga de abril a setembro; das palestras cívicas feita pelo rádio na “Hora do Brasil”; do curso de extensão e aperfeiçoamento que continua a funcionar no Ginásio Brasiliense, sob direção do primeiro secretário e cuja matrícula atingiu o elevado numero de trezentos e trinta e dois alunos de ambos os sexos; do funcionamento provisório na sede da Liga da “Fundação senhora Arthur Bernardes” por solicitação do senhor ministro Edmundo da Veiga e, finalmente dos socorros prestados pela Caixa das Famílias dos Marinheiros, da reorganização dos Directórios Regionais da Liga e do movimento social (LDN, 1940, p. 64).

Tais atividades eram acompanhadas por Getúlio Vargas bem de perto. Como qualquer negociação política, os integrantes da Liga aproveitavam para pleitear ajuda financeira e até uma sede para a Entidade. Como já expusemos inicialmente, a Liga era responsável pela previdência das famílias dos marinheiros que faleceram na primeira guerra

mundial. A preocupação com o funcionamento dos diretórios regionais¹²⁵ não era pouca, pois os interventores de cada Estado eram os presidentes do Diretório Regional. Dessa forma, as determinações dirigidas pelo Diretório Central tornavam-se legítimas, praticamente de caráter oficial do governo. Inclusive o motivo de apresentar essa situação previdenciária ao Presidente da República foi porque a Liga não estava conseguindo honrar os pagamentos. O próprio ministro da Marinha, em 1938, solicitou informações sobre a existência da Caixa das Famílias dos Marinheiros¹²⁶. Um dos motivos da crise financeira, segundo o tesoureiro da Entidade, deve-se ao fato da diminuição expressiva de sócios da Liga¹²⁷ particularmente causado pelo golpe de Estado. Para complicar a situação, a Entidade deixou de receber dinheiro do governo Federal, desde 1938. O Diretório Central determinou a realização de vários investimentos, inclusive com a compra de apólices do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro entre outros para gerar capital para a Entidade¹²⁸. A crise era tão grave que foi registrado em Ata cobrança a associados, ocorrendo situações cômicas:

[..] O senhor presidente, a seguir, comunicou que a Comissão Executiva havia recebido do senhor vice-almirante Raul Tavares, membro efetivo do Directorio, com a devolução do recibo de sua contribuição do corrente ano, um cartão redigido nos seguintes termos: “Prezado senhor Olinto da Gama Botelho o Raul Tavares cumprimento e julga que nada tem a pagar, pois há mais de 2 anos se considera desligado da Liga da Defesa Nacional, que nunca ligou nem defendeu coisa alguma. Com os cumprimentos. Rio, 20/09/1940”. Estavam riscadas as palavras “vice-almirante” e “ministro do Supremo Tribunal Militar” e grifadas as “ligou” e “defendeu”. [...] propunham para membro efetivo do Directório Central o senhor general Valentim Benício da Silva¹²⁹ em substituição do senhor vice-almirante Raul Tavares (LDN, 1940, p. 67)

¹²⁵ Esta reunião trouxe frutos, pois em reunião realizada em 22/09/1941 foram instalados os novos diretórios regionais da Liga nos Estados do Amazonas, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Goiás e Território Nacional do Acre (LDN, 1941, p. 68)

¹²⁶ O assunto foi tratado por comissão formada pelo Coronel Generico de Vasconcelos, dr. Olinto da gama Botelho e Elias Grego (LDN, 1938, p. 61)

¹²⁷ Na Ata de 23 de setembro de 1940, foi recomendado o exame da causa da diminuição de associados e o esforço de todos para admissão de novos sócios. Lembrou o Conselho Fiscal da Liga, a necessidade de serem reajustados os valores das contribuições dos sócios da seguinte forma: cinco mil reis 5\$000 – trimestrais, a atual contribuição mensal de mil reis 1\$000 – que é ínfima. (LDN, 1940, p. 65). Para uma consulta sobre o histórico monetário brasileiro. Disponível em: http://www2.unemat.br/eugenio/arquivos/dinheiro_no_tempo.pdf. Acesso em: 10/11/2013.

¹²⁸ (LDN, 1940, p. 64-65)

¹²⁹ Valentim Benício da Silva (1883-1958). De 1936 a 1937 foi chefe de gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, tendo recebido a patente de General-de-Brigada em novembro de 1937. Nesse ano fundou a Biblioteca do Exército, assumindo a sua presidência, organizando-a e transformando-a em editora. Segundo reportagem publicada no Diário de Notícias de maio de 1938, teve sua residência atacada durante o levante integralista ocorrido naquele mesmo mês. Ainda em 1938 comandou a 1ª Brigada de Infantaria e a guarnição da Vila Militar e de Deodoro, e passou a exercer a função de secretário-geral do Ministério da Guerra. Em 1939 foi nomeado embaixador extraordinário do Brasil no Peru e assumiu a presidência do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, cargo que deixou em 1941 juntamente com o de presidente da Biblioteca do Exército. No ano seguinte afastou-se da secretaria do Ministério da Guerra para assumir o comando da 3ª RM, em Porto

Apesar da crise, o Curso de Extensão e aperfeiçoamento ministrado desde 1936, no Ginásio Brasiliense, sob o patrocínio da Liga, continuava a funcionar sob direção do 1º secretário, Olinto da Gama Botelho. Vargas apoiou as atividades da Liga da Defesa Nacional. Acreditamos que esse apoio da Entidade ao governo redeu frutos:

[...] em dez de outubro (1940) na qual a comissão Executiva foi recebida pelo excelentíssimo senhor presidente da República a quem expôs, em memorial, a situação da Liga, pedindo-lhe, principalmente, a restituição da parte da sede social, ocupada pelo governo, desde 1934, cita igualmente o decreto-Lei número 2.326, de dez de junho do corrente ano, em cujo artigo sexta, parágrafo único, número quatro, garante sede definitiva a todas as instituições que se encontram no silogeu; trata da inauguração de praças da Bandeira em todos os municípios do Brasil; série de conferências cívicas, realizadas pela Liga de abril a setembro; das palestras cívicas feita pela rádio na Hora do Brasil; do curso de extensão e aperfeiçoamento que continua a funcionar no Ginásio Brasiliense, sob a direção do primeiro secretário e cuja matrícula já atingiu o elevado número de trezentos e trinta e dois alunos de ambos os sexos; do funcionamento provisório na sede da Liga da Fundação senhora Artur Bernardes por solicitação do senhor ministro Edmundo da Veiga e, finalmente dos socorros prestados pela Caixa das Famílias dos Marinheiros, da reorganização dos Diretórios Regionais da Liga e do movimento Social (LDN, 1940, p. 64)

Portanto, neste capítulo, demonstramos como foi construído o anticomunismo na Liga da Defesa Nacional. Consideramos que Vargas utilizou a Liga da Defesa Nacional¹³⁰ como um aparelho privado de hegemonia, com a finalidade de divulgar seu projeto de nação e combater os adversários políticos. A integração de civis e militares que compuseram a Entidade, foi fundamental para legitimar a construção do anticomunismo, possibilitando-nos compreender, também, a Entidade como uma peça de um aparelho hegemônico de Estado. Assim, acreditamos que a Liga da Defesa Nacional auxiliou sobremaneira na demonização dos comunistas, sendo a ação da Aliança Nacional Libertadora o mote para o fechamento do regime, em 10 de novembro de 1937. Contudo, a partir de 1941, o cenário político altera-se com a pressão americana sobre o Brasil para a tomada de posição contra a Alemanha. Portanto, a Força Expedicionária Brasileira definirá os rumos da política brasileira,

Alegre. Promovido em junho de 1943 a general-de-divisão, passou a integrar a Comissão de Promoções do Exército. Segundo Floriano de Lima Brayner, por essa época recusou o convite do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, para que ocupasse o comando da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em fins de 1943 deixou o comando da 3ª RM e assumiu a 1ª RM, no Rio de Janeiro, ali permanecendo até 1945. Em 1946 foi designado adido militar junto à embaixada brasileira em Washington. Passando à reserva, foi promovido a general-de-exército. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-valentim-benicio-da>. Acesso em: 17/05/2016.

¹³⁰ **Quadro de Vice-presidentes da LDN (Biênio 1939-1941):** Professor Fernando Magalhães, Dr. Antonio Moitinho Doria, Dr Oscar da Silva Araújo, General Pantaleão da Silva Pessoa, Ministro Ataulpho Napoleões de Paiva, General Otavio de Azevedo Coutinho, General Maria Ari Pires, General Pedro de Alcantara Cavalcanti Albuquerque, Coronel Generico de Vasconcelos e Doutor Aldi Sampaio (LDN, 1939, p. 63).

particularmente do Estado Novo, sendo a Liga da Defesa Nacional catalizadora e um dos atores desse processo.

3.4. Consolidação do Estado Novo e a eclosão da II Guerra Mundial.

Um governo forte aliado ao latifundiário e ao crescimento da indústria, com a classe trabalhadora controlada pelo sindicato vinculado ao Estado, parecia ser a única maneira de realizar o desenvolvimento. Consideramos que esses intelectuais orgânicos da Entidade viam apenas esta saída sem recorrer ao modelo soviético. Assim, o Brasil era visto nesse aparelho privado de hegemonia como fraco, pois não possuía indústria pesada e dispunha de uma instável indústria leve e que não tinha autonomia, sendo direcionada por regulamentações do comércio internacional, as quais tendiam a reduzir a importação de bens de consumo.

[...] “a fundição de ferro e a produção de aço no Brasil só alcançaram nível industrial depois das décadas de 1920 e 1930”. E ainda: “em 1940 a produção interna só satisfazia uma pequena parcela da demanda crescente de ferro e aço [...] a criação pelo governo federal da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, constituiu-se em um “estímulo à industrialização” no país (DANTES; SANTOS, 1994, p. 212-213).

O Brasil de Vargas tinha de agir de modo a aproveitar tanto fazendeiros monocultores como os industriais incipientes. Quando enveredou pelo autoritarismo do Estado Novo, Getúlio Vargas converteu a Política do Distrito Federal, comandada por Filinto Muller e o Ministério da Guerra, dirigido por Eurico Gaspar Dutra, em verdadeiros serviços secretos clandestinos. Ambas as instituições, segundo Lucas Figueiredo (2005, p. 42), procuraram não decepcionar, sobretudo na caça aos inimigos do governo. Filinto Muller foi especialmente dedicado à função.

Durante o Estado Novo, o Exército assumiu outra caracterização. Concordamos com Evaldo Sintoni (1999, p. 50) que a construção do Estado Novo foi uma tarefa do Exército e, que nesse processo, passou por transformações. Na criação do Estado Novo, os militares do movimento tenentista foram preteridos e os que permaneceram nas fileiras do Exército se submeteram aos princípios hierárquicos definidos pelo Estado Maior. O Projeto de Goes Monteiro previa a exclusão dos militares da política. Entendemos que o Tenentismo tinha uma perspectiva social, sendo que Juarez Távora¹³¹ acreditava que os militares não deveriam participar da política. Assim, com a nova política do Exército, o Tenentismo até então vinculado à causa social, foi perdendo sua influência e espaço na política, enquanto a nova

¹³¹ TÁVORA, Juarez. **Juarez Távora: uma vida e muitas lutas**. Memórias – da planície à borda do altiplano. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

política do exército centralizava o poder nas mãos de Eurico Gaspar Dutra e Goes Monteiro. Ambos trataram de propor uma grande reestruturação na carreira militar, no sentido de, segundo Nelson W. Sodré (1986, p. 199) retirar o caráter democrático do Exército.

[...] A ordem, a disciplina e a hierarquia na corporação deixam de ser simples figuras de retórica utilizadas em discursos de chefes militares em ocasiões cívicas; esses elementos passam a vigorar como fundamentais à sobrevivência da organização. A maioria dos componentes da alta oficialidade não era constituída por líderes dos movimentos da década dos 20. Pelo contrário, muitos os combateram; não eram tão idosos para terem esgotado suas ambições na carreira, “nem tão jovens para arriscarem em contestação revolucionária os investimentos nela já realizados (SINTONI, 1999, P. 60)

Nelson W. Sodré (1986, p. 159-197) em suas memórias destaca o ambiente vivido entre 1937 e 1939, sendo que nesse período recebera convite para ser ajudante de ordem do então General José Pessoa Cavalcanti, no Estado do Mato Grosso. O autor descreve que a campanha eleitoral alarmava a muitos, devido à infiltração comunista. Destaca Nelson W. Sodré (1986, p. 159) que a possibilidade de infiltração comunista era vista como perigos terríveis para as instituições, conduzindo à ideia de que o melhor era continuar com Vargas, o qual era fortemente apoiado pelas Forças Armadas.

Como considera Fernando Rodrigues (2008, p. 165), o recrutamento de “candidatos ao oficialato do Exército Brasileiro sofrera alterações que facilitaram, nos anos seguintes, as condições para estabelecer discriminações contra certos indivíduos da sociedade”. Nelson W. Sodré (1986, p. 208), sobre seus trabalhos de organização do Colégio Militar em São Paulo¹³² nos anos 1940, o qual dava acesso Escola Militar, destaca a proibição da inscrição de pessoas de cor, negros ou mulatos, além de filhos de pais que exercessem atividades humildes ou mesmo de famílias cuja orientação política inspirasse suspeita. Destarte, estava em processo de formação uma elite militar, que desde 1931, vinha se constituindo durante o Comando do Coronel José Pessoa Cavalcanti¹³³.

¹³² Por justiça à memória de Nelson Werneck Sodré devemos destacar que apesar do autor participar da estruturação do Colégio por dever de ofício, o mesmo não se sentia à vontade com as orientações preconceituosas para a seleção dos alunos. Nestas orientações para seleção eram descritos os critérios para discriminação das classes populares ao Exército criado pelo então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. O autor declara que se recusava a realizar a clivagem social, particularmente porque ele acreditava que os exames por mérito deveriam ser o parâmetro de seleção e não a origem de classe, de etnia (brancos de preferência) ou de famílias tradicionais.

¹³³ José Pessoa Cavalcanti é uma personagem muito importante a ser considerado. Ele foi o primeiro instrutor do Batalhão Acadêmico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1917 e participou de todo o contexto histórico da Liga da Defesa Nacional. Ele seria em 1943 o grande idealizador e fundador da Academia Militar das Agulhas Negras, fundada em Resende-RJ em 1943. Cabe destacar que até os dias atuais a academia se localiza no mesmo local idealizado pelo General José Pessoa Cavalcanti.

Para construirmos o pensamento político autoritário e discriminatório, tomamos por base a análise de alguns documentos oficiais, porém reservados, produzidos pelo General Dutra à frente do ministério.

O primeiro documento analisado foi o Relatório Secreto das principais atividades do Ministério da Guerra, durante o ano de 1941, encaminhado ao Presidente da República. Na seção sobre o ensino militar e o recrutamento dos chefes, Dutra registra que a finalidade de toda educação moderna é a formação da unidade espiritual da nação, do melhor dirigente nacional e a seleção dos chefes. Seria toda uma obra de autoridade e de respeito, fundada em critério severo e conduzido com justiça, carinho e energia.

Para Dutra, haveria, em matéria de educação, dois sistemas presentes que se contrariavam: o sistema autoritário e o sistema liberal. Com relação ao segundo, observa que já havia sido feita uma experiência no domínio público e que o resultado fora o mais desastroso possível. Criticava ainda o que chamava de ensino liberal, o qual pregava publicamente o descato à disciplina e o descaso à autoridade, tornando a educação artificial, pois não atingia a alma do futuro cidadão.

Segundo o General Dutra, o modelo ideal era fundado nos princípios psicológicos e autoritários, calcado nas regras da disciplina social, cujo fim era formar valores reais e positivos que em todos os domínios fossem úteis e socialmente aproveitáveis. [...] O Ministro da Guerra coloca ainda que, na vida, as qualidades de caráter representam um papel preponderante. [...]

Para Dutra, essas qualidades de caráter desenvolvem-se pela educação no sistema autoritário e disciplinado, em que a personalidade infantil é cuidadosamente guiada para os fins sociais a que se destina. Era em última análise, a formação da unidade moral dos espíritos, isto é, a criação da comunidade conduta.

O general Dutra conclui seu pensamento, registrando que, por causa da diversidade de educação adotada no Brasil, o quadro de oficiais e graduados do Exército não possuía uma doutrina uniforme de conduta que tornasse seus elementos constitutivos solidários e coesos, imunes de certas idéias exóticas e de certos desvios que tanto pesar e abalo já tinham ocasionado à Instituição (RODRIGUES, 2008, p 168-169).

Em completo, a profunda análise sobre o recrutamento para oficiais feita por Fernando Rodrigues (2008), Nelson Werneck Sodré (1986, p. 198-199), em 1967 já apresentava, entre outras coisas, as profundas modificações na estrutura do Exército, no sentido de diminuir a permanência das praças no serviço ativo, feitas por Dutra, no Ministério da Guerra e Góes Monteiro no Estado Maior do Exército, em 1939. O autor afirma ainda, que tais modificações foram menos justas, segundo ele, no tocante as feitas à carreira dos sargentos com menos de 10 anos de serviço, os quais não conseguiram a estabilidade¹³⁴.

¹³⁴ O autor destaca que em 1939 houve uma grande desmobilização das Forças Armadas, licenciando militares que menos de 10 anos de serviço. Neste período as praças que não eram provenientes de Escola de Formação tinham período de serviço limitado a menos de 10 anos, no sentido de não garantir estabilidade, ou seja, era uma forma de renovar a cada período o quadro de subalternos no Exército. Sendo assim, permaneciam no serviço ativo por mais de 10 anos, apenas os militares que frequentavam escola de formação.

A partir de 1941¹³⁵, com o ataque japonês a *Pearl Harbor*, aumentou-se a vigilância em relação a atividade de estrangeiros no Brasil. Todas as atividades políticas eram monitoradas pelo Estado, além de serviços similares com a criação de serviços de informação interno na Entidade¹³⁶. Não podemos desconsiderar que a Liga da Defesa Nacional, também servia, em alguma medida, ao serviço de informação e contrainformação que tentava concentrar o controle das pessoas.

[...] Organizara-se no Estado Maior, desde o movimento de 1935, ao influxo de oficiais então alistados na Ação Integralista, um serviço de espionagem; outro surgira, no Gabinete do Ministro da Guerra. Serviam para fichar adversários do Estado Novo, reais ou potenciais; mas serviam também para destruir competidores na carreira: sem ninguém saber, lançavam-se observações capciosas na ficha de oficiais, à base do diz-se, cometa-se, há indícios [...] Havia oficiais que recebiam da Polícia, chefiada por Filinto Muller, especialista em espancamentos e torturas, verbas especiais para pagamento de serviços reais ou simulados, de coleta de informes de natureza política (SODRÉ, 1986, p. 201).

O cenário nacional era crítico, conforme analisamos até este momento. Além do mais, definir um evento como a II Guerra Mundial é tarefa complexa, a começar pelas inter-relações possíveis entre os vários grupos envolvidos, fossem eles aliados ou não, capitalistas ou socialistas, ricos ou pobres, todos contra o fascismo Italiano e contra o nazismo Alemão. Se a guerra, indubitavelmente, aumentou as possibilidades de o Brasil concretizar o seu enorme potencial, porém tornou-o, por outro lado, subserviente, ou seja, muito próximo da dependência dos Estados Unidos, devido a escolha geopolítica em favor dos americanos.

[...] Nos anos 30 e começo dos 40, sob a liderança do Ministro do Exterior, Oswaldo Euclides de Souza Aranha (1938-1944), o Brasil cortou seus vínculos financeiros com os Rothschild britânicos em favor de Wall Street, renovou e fortaleceu a aliança com os Estados Unidos. Isso foi feito em face de uma campanha alemã que buscou ligar o Brasil ao Terceiro Reich (MACCANN, 1995, p. 15).

No tocante a participação brasileira na guerra há várias construções possíveis. Dentre elas ressaltamos três interpretações que consideramos principais para iniciarmos nossa

¹³⁵ Em Ata de 22/09/1941 foram eleitos como membros da **Comissão Executiva (Biênio 1941-1943)**: Professor Fernando Magalhães, presidente; general João Marcelino Ferreira da Silva, vice-presidente; coronel Oscar de Araújo Fonseca, secretário geral; doutor Olinto da Gama Botelho, primeiro secretário; Major Inácio de Freitas Rolim, segundo secretário, dr. Elias Grego, tesoureiro (LDN, 1941, p. 69).

¹³⁶ Como os serviços de monitoramento criados pelo Tenente Coronel Euclides Espíndola do Nascimento que apresentamos no subcapítulo 3.3 (LDN, 1936, p. 57). Cabe destacar que estes serviços colaboravam com o Chefe de Polícia do Distrito Federal Filinto Muller. Nesses serviços eram definidas Seções de Defesa Nacional, vinculadas ao Conselho de Defesa Nacional (FIGUEIREDO, 2005, p. 42). Para uma leitura sobre a formação do serviço secreto brasileiro ver: FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

exposição demasiadamente sumária. A primeira interpretação ou discurso, também conhecido como relato oficial, se caracteriza por transformar a FEB em uma Entidade mítica, transportando-a para o palco de uma epopeia, além mar. Nessa corrente interpretativa, há trabalhos importantes de memória de vários militares que participaram do conflito, conferindo a estes discursos uma aura de “verdade”, de “infallibilidade”, uma vez que partem de sujeitos que foram “atores” na Grande Batalha.¹³⁷ Em outras palavras, esse discurso cria a versão “heroica” da participação brasileira na Segunda Guerra, com todos os problemas concernentes à questão da memória, como instrumento de análise.

O segundo tipo de discurso pode ser ilustrado pelo trabalho do jornalista William Waack, intitulado “As duas faces da Glória”. Na interpretação do jornalista, há predominância do valor político para criação da FEB, ao invés de uma possível contribuição eminente do Brasil, durante a guerra. Dessa forma, o autor tece várias críticas sobre a forma e o preparo da FEB para participar do conflito.

À primeira vista, parecia até que, a Divisão Expedicionária [...] nem deveria embarcar para a guerra [...] São os próprios americanos que sugerem a existência de outros motivos para o envio de uma força militar reconhecidamente mal preparada. A 21 de abril de 1944, o secretário de Estado em Washington, Cordell Hull, mandou instruções a Londres pedindo que os diplomatas americanos comunicassem ao primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, a importância que a ida da FEB tinha para a política interna brasileira (WAACK, 1985, p. 27).

A relevância de uma força militar brasileira é destacada pelo autor ao citar um telegrama enviado a Churchill, pelo secretário de Estado em Washington, Cordell Hull, sobre a necessidade de manter a estabilidade do “regime de Vargas”. Nesse sentido, o primeiro-ministro inglês respondeu que era favorável ao envio das tropas brasileiras. Assim, esse discurso vem propor uma segunda possibilidade de leitura dessa mesma História, e que não se opõe à primeira, mas se complementam, na medida em que uma imagem heroica da FEB foi importante para o governo de Getúlio Vargas.

Por último, mas não menos importante ressaltaremos os discursos de alguns autores, que fizeram leitura à esquerda do processo, na qual propuseram uma interpretação que valorizou o período de desmobilização pós-guerra. Nelson Werneck Sodré (2010) destarte, afirma que o apoio dos EUA ao Brasil alterou a estratégia geopolítica nacional, agora, aliada aos americanos, voltando a concentrar seus esforços no combate ao comunismo (URSS).

¹³⁷ Ver: CARVALHO, General Leitão. **A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex 1952; MORAIS, Marechal João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1969.

No quadro externo, a situação se modificara rapidamente: a luta em comum, que forjara laços de solidariedade entre as nações que combatiam o nazi-fascismo, estava próxima do fim e teria início, sem transição, o período da chamada “guerra fria”, quando as forças se repartiram de modo inteiramente diverso: de um lado os EUA, seus aliados ocidentais e os seus novos aliados, os próprios derrotados da véspera; de outro lado, a União Soviética e os países que acompanhavam sua política, entre os quais se destacavam, agora, China e as repúblicas populares. [...] Iniciou-se, entretanto, com o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, quando a luta com o Japão estava praticamente decidida, constituindo clara advertência à União Soviética de que por tal processo seria barrada a sua penetração no Oriente. Monopolizador da arma atômica, o imperialismo cuidava ter em suas mãos a sorte do mundo. Podia impor a sua regra de submissão a todos os povos (SODRÉ, 2010, p. 357-358).

Segundo nosso entendimento, as três formas de leitura são complementares justamente porque dialogam entre si, uma vez que o ponto de vista, aqui referido, não é o do indivíduo (sujeito, “no” ou “do” processo histórico), seja ele ator (um combatente, um cinegrafista, etc.) ou autor (historiador, ex-combatente, jornalista, etc...), mas o de um sujeito que é múltiplo, e que, portanto, nos escapa, mas que ao mesmo tempo dispõe de um ou de vários discursos, os quais refletem aquilo que Maurice Halbwachs chamou de “memória coletiva”, e que ocupam um lugar na “memória da nação” (1990, p. 54). O governo Roosevelt, ao apoiar, Vargas foi pragmático. Vargas era preferível ao caos. Ele mantinha o Brasil coeso e dava aos brasileiros um vigoroso sentido de consciência Nacional (MACCANN, 1995, p. 17). Portanto, a Liga da Defesa Nacional estava imersa nesse processo de preparação para a guerra, apoiando Vargas a conquistar o apoio popular para o esforço de guerra.

Ao discutir sobre o papel da “memória” nas sociedades históricas, sobretudo da memória coletiva, Jacques Le Goff (1996, p. 426) aponta com mais vigor para o jogo das forças sociais que disputam o poder, representadas pelas diversas classes e grupos de que compõem a sociedade, as quais disputam o trono de senhor da memória. Ou ainda, não seria melhor dizer: que disputam o poder de tornarem-se senhores do “esquecimento”?

O pensamento de Le Goff (1996, p. 461-465) nos fundamenta com uma descrição do processo de modernização da Europa que passou pelo aumento significativo de lugares da memória, como os Arquivos Nacionais, Museus, e outras instituições que buscaram perpetuar as lembranças de outros tempos. E mais, o estabelecimento de datas e monumentos comemorativos, simbólicos como o “*Memorial Day*”, instituído nos Estados Unidos da América, para lembrar os mortos durante a Guerra de Secessão e, o Túmulo ao Soldado Desconhecido, forma de comemoração funerária que, tal como a primeira, remete ao papel

destacado do “soldado” que morreu em defesa de sua “Nação”. No mesmo caminho, a Liga da Defesa nacional, por meio do esforço de guerra, construiria mais um mito nacional. A rearticulação e participação da Entidade dentro do processo de organização da FEB, foi fundamental para sustentar sua influência dentro da Nação.

[...] Alguns líderes militares, como o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o General Goes Monteiro, durante algum tempo, inclinaram-se pela Alemanha, porque acreditavam que o *Reich* conquistaria a Europa, e os Estados Unidos aceitariam a nova ordem europeia. Outros, liderados pelo Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, trabalhavam para eliminar a fachada totalitária do Estado Novo e aliar o Brasil aos Estados Unidos, porque temiam a Alemanha e as tendências antidemocráticas dos militares (MACCANN, 1995, p. 17-18).

Os militares e civis que integraram a Entidade cumpriam uma agenda de modernização conservadora. A participação dos militares na política que, desde a República e, principalmente nos anos 1920, demonstram como as diversas frações de militares atuaram na política dentro e fora das Forças Armadas. Assim, no período entre 1935 e 1937, devido à ascensão do movimento da ANL, a fração de militares anticomunista que se hegemonizava na Liga (em conjunto com os civis) acirrou a repressão, contribuindo para o fechamento do Regime. Entretanto, o Brasil escolhendo os Estados Unidos em detrimento do Eixo manteria o perfil anticomunista do Exército e dos participantes da Liga da Defesa Nacional, mesmo com um período, no contexto da Guerra, relativamente neutro. Esse contexto entre Eixo e Estados Unidos permite, também, demonstrar uma visão da influência dos militares sobre a política externa e no interior da máquina do Estado Novo, de Vargas. A preocupação latente do governo brasileiro era reequipar a indústria e implantar a indústria de base, por meio da construção da Usina de Volta Redonda. Este era o principal objetivo dos militares e de Getúlio Vargas.

Vale destacar que Getúlio Vargas teve êxito porque, pelo menos, conteve os tenentes radicais e os direitistas autoritários dentro de seu regime e, ao final, destruiu os comunistas e os fascistas-integralistas que o ameaçavam. O Presidente do Brasil queria modernizar o Brasil e a resiliência em definir sua posição até o máximo que conseguiu, possibilitou duas grandes conquistas. Primeiro, manter o poder, pelo menos até o final da guerra, pois o Estado Novo era cotidianamente criticado devido à repressão política; segundo, conquistar a indústria de base tão sonhada pelos militares, particularmente pelos membros da LDN. Não é possível avaliarmos todo o contexto das décadas de 1930 e 1940, pois fugiríamos do escopo deste trabalho. Cabe retornarmos ao nosso objetivo e apresentar o que a Liga da Defesa Nacional contribuiu para esse esforço de guerra.

Portanto, dentro desse contexto da iminência do Brasil ir para a guerra, qual a participação da Liga da Defesa Nacional? E o comunismo era inimigo ainda? Assim, no próximo capítulo iremos apresentar os trabalhos da Entidade para a mobilização de guerra, mas operando seu anticomunismo. Apresentaremos como a Força Expedicionária Brasileira contribuiu para a queda do Estado Novo, notadamente pela influência comunista brasileira.

CAPÍTULO 4

II GUERRA MUNDIAL E O FIM DO ESTADO NOVO: COMBATE A URSS E A MANUTENÇÃO DO ANTICOMUNISMO



Figura 14. Embarque da FEB¹³⁸

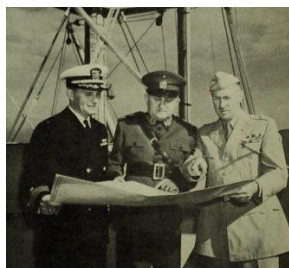


Figura 15. Maguire, Dutra e Hayes¹³⁹



Figura 16. Distintivo da FEB¹⁴⁰

Neste capítulo apresentaremos como a Liga da Defesa Nacional se inseriu no cenário dramático da II Guerra Mundial. A Entidade resgatou o nacionalismo criado por Olavo Bilac, no intuito de reconstruir o Leviatã¹⁴¹, numa intervenção para auxiliar os esforços de Getúlio Vargas para a manutenção do poder e criar uma atmosfera que viabilizasse o envio de tropas para a guerra. O principal argumento que legitimou a entrada do Brasil na guerra foram os afundamentos de navios mercantes, na costa brasileira. Na Bahia, por exemplo, “começaram a ser tomadas providências para colher os náufragos que eram atirados às praias. O fato, de tremenda brutalidade, absolutamente inesperado, tocou a todos; os estudantes protestaram, ganhando as ruas” (SODRÉ, 1986, p. 229). Segundo o autor, este foi o primeiro movimento de massas, depois da Instauração do Estado Novo. A população pediu a entrada do Brasil na guerra. Dessa forma, o foco era construir uma rede de ligação para conquistar os brasileiros para o financiamento do esforço de guerra, além de incentivar o engajamento no combate no teatro de operações italiano. Assim, “o governo brasileiro direcionava sua posição de guerra, procurava organizar o “front interno” de tal maneira que as privações econômicas e a maior exploração do trabalhador pudessem ser aceitas pela população como uma parte aceitável do “esforço de guerra”” (FERRAZ, 2005, p. 21-22).

A tese da defesa do serviço militar defendida pela Liga, em seus primórdios, caiu como uma luva, sendo que se iniciou a irradiação de seus trabalhos de divulgação dos ideários nacionalista. A Liga da Defesa Nacional, por meio de palestras, mais a efetivação da instrução

¹³⁸ Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/tag/forca-expedicionaria-brasileira/>. Acesso em: 11/05/2016.

¹³⁹ Após atracar no Rio, o capitão Maguire, o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro general Hayes A. Kroner, trocam ideias sobre a rota do General Mann para Europa. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/tag/forca-expedicionaria-brasileira/>. Acesso em: 14/05/2015.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>. Acesso em: 11/05/2016.

¹⁴¹ Por analogia, consideramos conforme Thomas Hobbes, em sua obra O Leviatã entende o Estado. Neste sentido a Liga foi construída nos moldes de um monstro fabuloso que lançaria seus tentáculos em todos os estados do Brasil, articulando e centralizando todas as iniciativas pró-Vargas. O discurso em favor do nacionalismo, infiltrado ao anticomunismo serviu para contribuir para a manutenção do Estado Novo.

primária, serviu como meio de atuação para o combate ao comunismo, adaptando, agora, o discurso, ao combate ao nazifascismo. Agora, o nacionalismo será o suporte ideológico para a abnegação dos brasileiros, no esforço de guerra.

A partir deste capítulo, iremos apresentar a terceira atuação política da Entidade, configurando-se no momento em que a Liga da Defesa Nacional atuou como expressão de um partido militar, com a integração de civis e militares que, enquanto aparelho privado de hegemonia, transformaram em expressão de aparelho hegemônico de Estado para a causa do aprestamento de guerra. Nesse sentido, como fundamenta Daniel Pécaut (1990, p. 55) o “Estado nacional deveria criar as condições para o sentimento nacional”. Os intelectuais orgânicos da Liga iniciaram a incorporação de diversos elementos da sociedade civil para a campanha em prol do desenvolvimento dos trabalhos de aprestamento. Diversos elementos até então em competição, seja por divergências político-ideológicas ou por interesses pessoais, acabaram reunindo-se. Essa aglutinação heterogênea obrigou a composição destes, no sentido de não se afastarem dos centros de decisão e controle. Sobre este fato, Paulo R. R. Cunha (2014, p. 128-129) analisa que os comunistas realizaram uma virada tática, operacionalizando uma nova política diametralmente oposta à anterior, construindo a União Nacional, com o objetivo de (re) democratizar o país. O autor defende que essa nova diretriz ganhou contornos estratégicos mais definidos a partir de 1943, especialmente com a entrada do Brasil na guerra, a favor dos aliados.

A principal ação do Partido Comunista foi a rearticulação orgânica iniciada em 1942, na Conferência da Mantiqueira, particularmente pela influência da adesão de Luiz Carlos Prestes ao comunismo, tendo, por reflexo maior, a presença de militares nos postos de direção do Partido, diferentemente do que ocorrera em 1922. Essa ação dos comunistas contribuiu para a influência deles dentro da Liga da Defesa Nacional, notadamente nesse período. Entretanto, esta presença não passou despercebida, pois a Entidade anticomunista percebeu, em seu seio, a infiltração comunista, a qual fora prontamente reprimida.

Portanto, apresentaremos, neste capítulo, o contexto da participação do Brasil na II Guerra Mundial, sob a ótica da Liga da Defesa Nacional. Neste sentido, demonstraremos como a Força Expedicionária Brasileira foi vista como uma ameaça ao governo. Ao final, discorreremos como os militares e civis dissidentes do regime varguista hegemonizaram na LDN, reajustando o foco da Entidade após a deposição de Vargas. Assim, demonstraremos a conciliação entre civis e militares que faziam parte da Liga, e como adaptaram seus interesses e mantiveram seus contatos com os donos do poder. Este breve capítulo é uma tentativa de apresentar os fluxos e refluxos sempre presentes nas ações da Entidade. Esta característica é

notável e, até aqui, manifesta-se como uma premissa, em sua forma de atuação dentro da história política brasileira.

4.1. Apoio da Entidade na construção do aparelho hegemônico de Estado para legitimar a atuação no Teatro de Operações: “A cobra vai fumar!”

A Liga da Defesa Nacional tinha fluxo permanente de integrantes que contribuíram para o esforço de guerra. Para se ter uma compreensão da dimensão do aumento do efetivo das Forças Armadas, Teresa Iseburg (2015, p. 35) informa que passou-se “de 38.000 militares em 1927 para 75.000 em 1937 e passaram a 93.000 em 1940”. Entretanto, a autora adverte que o clima interno nos EUA não era favorável politicamente ao Brasil, muito menos à sua entrada em guerra.

[...] O *Times Herald*, de sexta feira 8 de fevereiro 1941, mostrava uma foto onde estava Dutra, Góis e Muller, com a legenda de adeptos da Alemanha. Enorme foi o esforço dos EUA, naqueles anos, para construir uma imagem simpática do Brasil. Naturalmente, no campo da propaganda durante a guerra, o cinema era a peça central. Em 4 de setembro de 1941, Vargas, encontrou-se com J. H. Withney e Walt Disney na Terceira Convenção Sul-americana para a Venda de Filmes [...] Naturalmente, é importante destacar a produção de Walt Disney com *Hello Friends / Saludos Amigos*, projetado pela primeira vez no dia 24 de agosto de 1942, data esta que caiu entre a declaração de beligerância e aquela de guerra aos países do Eixo. Um sincronismo perfeito. Nasceu assim a figura do papagaio Zé carioca (ISENBURG, 2015, p. 36-37)

Daniel Pecáut (1990, p. 65) afirma que, sob a égide do Exército, e com a dissolução do Integralismo em 1938, “a grande massa civil, nacionalista, espiritualista, anticomunista, arrebatada por uma incomparável mística da pátria”, iria trabalhar para criar condições de combater, mas, particularmente, reforçar o Estado. Assim, a Liga da Defesa Nacional seria a catalizadora de civis e militares que pensavam a questão nacional e que contribuiriam sobremaneira para esse esforço de guerra. Não podemos deixar de ratificar a parcela significativa de nacionalistas anticomunistas. Este termo fazia parte do vocabulário corrente na imprensa. O Diretório Central da Liga da Defesa Nacional articulava a entrada de personalidades ilustres para compor os quadros. O Dr. Salgado Filho, então Ministro da Aeronáutica¹⁴², foi indicado, em 22/09/1941, pelo Coronel Genserico de Vasconcelos, para integrar a Liga da Defesa Nacional. Em 9 de dezembro de 1941, foi convocada uma reunião extraordinária, com a finalidade de discutir um fato de suma importância:

¹⁴² O Ministério da Aeronáutica fora criado em 20 de janeiro de 1941 (ISENBURG, 2015, p. 35), bem como esta informação é facilmente confirmada no próprio site do Ministério da Defesa.

[...] o senhor presidente comunicou que havia convocado extraordinariamente o Diretório Central para tratar de assunto de elevada relevância política e social, qual de resolver sobre a atitude que a Liga deveria assumir perante o Governo Federal em relação ao conflito entre os Estado Unidos e o Japão. A comissão Executiva, continuou, não quis deliberar sem ouvir antes a opinião dos ilustrados membros desse Diretório, constituídos por distintas personalidades de alto relevo social (LDN, 1941, p. 70).

Não encontramos as Atas da Comissão Executiva relativas ao período de junho de 1931 a março de 1943. Concordamos em parte com a leitura de Ângela Maria de Castro Gomes, baseada em Antônio Mendes Almeida Júnior, que a LDN “foi reativada, assumindo uma posição, cuja principal característica era o veemente combate ao fascismo e aos seus representantes internos, apesar de existir a presença ativa de membros do clandestino Partido Comunista Brasileiro” (GOMES, 1996, p. 229). A partir das fontes primárias desta análise, fundamentada nos Livros de Atas do Diretório Central, afirmamos que a Comissão Executiva não estava em ostracismo. Mas, consideramos que ela estava subordinada ao Diretório Central e que, a partir de 1935, foi iniciado um combate ao comunismo, porém afastando líderes potencialmente integralistas. Vale destacar, por exemplo, o afastamento do General Pantaleão, declaradamente integralista, da liderança da Entidade. A forma como se processou a reunião de dezembro de 1941 deixa clara a “hierarquia”, seguida de forma disciplinar. Ataulfo Nápoles de Paiva¹⁴³, ex-ministro do STF, apresenta vários esclarecimentos sobre o fato acima descrito, fundamentando juridicamente, para demonstrar o caráter delicado da situação. O General Valentim Benício da Silva apresentou uma proposta de solidariedade ao Governo de Getúlio Vargas, recomendando que a Liga fosse conivente à ação pessoal do Presidente da República sobre o fato em tela, independente sobre qual fosse a decisão tomada:

[...] General Valentim Benício da Silva começou agradecendo as informações que a mesa acabava de prestar-lhe. [...] resolveu apresentar à Assembleia uma proposta, [...] o momento requeria todo o aplauso e toda a solidariedade ao Governo Federal pela atitude assumida por ele diante do conflito entre os Estados Unidos e o Japão e que para isso, como primeira manifestação da Liga, imaginou que fosse enviada um telegrama de solidariedade ao senhor presidente da República, hipotecando-lhe todo o apoio da Liga (LDN, 1941, p. 70).

¹⁴³ Nesta ocasião ele desempenhava a função de presidente da Comissão do Conselho Nacional de Serviço Social pelo Ministério da Educação e Saúde do Governo Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ataulfo-napoles-de-paiva>. Acesso em: 20/04/2016.

Conforme orientação do General Benício, foi redigido um telegrama pelo desembargador José Duarte e pelo Comandante Álvaro Alberto da Mota e Silva¹⁴⁴. Neste telegrama, constava a seguinte mensagem:

[...] A Liga da Defesa Nacional, em sessão especialmente convocada, apresenta a V. Exa. As suas congratulações pela atitude serena desassombrada e alto descortínio que tanto elevam o Brasil no âmbito das relações internacionais e particularmente no conceito dos países da América, do mesmo modo passo que hipoteca a V. Exa. Sua irrestrita solidariedade pela sua patriótica atuação em prol dos superiores interesses nacionaes (LDN, 1941, p. 70).

A mensagem acima foi entregue pessoalmente ao Presidente, no Palácio do Catete, por uma comissão composta pelo General Valentim Benício da Silva, os Desembargadores José Duarte, Conde Pereira Carneiro, Dr. Lineo de Paula Machado e o Comandante Álvaro Alberto. Esta comissão fundamentou a posição de que o Brasil deveria se posicionar em apoio ao Estados Unidos, e declarou ao presidente que realizaria uma intensa campanha de solidariedade entre os brasileiros, em apoio do Governo¹⁴⁵. Foi ratificado, ainda, que a campanha em prol do governo seria veiculada pela imprensa, em artigos assinados por membros da Liga da Defesa Nacional. Entretanto, não podemos esquecer a presença do anticomunismo na Entidade.

Além de combater o Nazismo, o comunismo já estava incluído neste debate. Portanto, a Liga se comprometeu a realizar um trabalho extenso e ideológico de divulgação, por meio de seus intelectuais orgânicos, transformando a Liga em uma espécie de redação de jornal, configurando-se uma expressão de aparelho hegemônico de Estado para a causa da

¹⁴⁴ Era estudioso das questões relativas à utilização da energia nuclear e de suas implicações sobre as relações internacionais, depois da Segunda Guerra Mundial, Álvaro Alberto formulou sua tese das “compensações específicas”, defendendo que os países possuidores de matérias-primas nucleares não deveriam negociá-las apenas em troca de compensações financeiras, devendo exigir o fornecimento de reatores e outras instalações atômicas, além do acesso à tecnologia necessária à sua fabricação e manejo. Representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas (ONU), seu nome foi indicado por unanimidade para a presidência desse organismo no biênio 1946-1947. No ano seguinte, de volta ao Brasil, recebeu do Congresso Nacional o posto honorário de contra-almirante e assumiu a chefia da comissão incumbida pelo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, de elaborar um anteprojeto para a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), incorporando a produção científica à área de controle do Estado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-alberto-da-mota-e-silva>. Acesso em: 14/04/2016.

¹⁴⁵ A posição do Brasil em apoio aos Estados Unidos não foi simples decisão política. A decisão não foi emocional. O ataque japonês aos Estados Unidos foi a consequência da própria decisão política dos Estados Unidos para angariar apoio de sua própria população para entrar no conflito. A URSS já estava derrotando as tropas alemãs. O que estava em jogo era o posicionamento estratégico no cenário internacional do próprio Estados Unidos e neste sentido, o Brasil precisou se posicionar, como já apresentamos no subcapítulo anterior. Existia até um plano secreto americano de invasão do Brasil, caso não liberasse as bases de Natal para os americanos. Para uma leitura sobre estas negociações ver: MACCANN, Frank D. Aliança Brasil Estados Unidos: 1937-1945. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

guerra. Nestas atividades, a direção ideológica anticomunista contra “atitudes de elementos alienígenas” seria tenaz. A Entidade organizou manifestações públicas e definiu comissões que trabalhariam para divulgar folhetos e manifestações sobre o tema. Infelizmente não tivemos acesso a estes materiais.

[...] Essa campanha deve ser mantida pela imprensa, em artigos assinados por membros da Liga da Defesa Nacional, artigos em que se mostre à sociedade o perigo e as influências alienígenas, apresentem-se elas sob este ou aquele disfarce político, racial ou ideológico. [...] circular a todas as instituições da Liga da Defesa Nacional, apelando para que acompanhem a Diretoria nesta campanha de brasilidade. [...] organização de um sistema de vigilância e fiscalização das atividades e atitudes de elementos alienígenas, visando manter o governo, por intermédio da Diretoria da Liga da Defesa Nacional, constante e precisamente informado de todos os atos contrários ao interesse nacional. [...] promover, fomentar e apoiar manifestações públicas de nacionalismo, com exclusão de gestos ideológicos exóticos e de paixões políticas regionalistas; de aliciar os elementos que se mostrem coerentes com os sentimentos nacionalistas; de precisar os que se lhe manifestem infensos; de distribuir publicações nacionalistas que lhes serão enviados dos centros de maior atividade intelectual; de dar combate e promover a proibição de distribuição de publicações de propagandas estrangeira, particularmente das que respeitem as atividades contrárias aos interesses e à política interna e externa do Brasil; de promover o amparo de elementos estrangeiros que se mostrem favoráveis às atividades e interesses brasileiros [...] (LDN, 1941, p. 71).

Foi nomeada uma comissão para realizar a vigilância constante de elementos estrangeiros e brasileiros que não estivessem alinhados ao governo. Todas essas orientações foram encaminhadas para todos os interventores dos Estados do Brasil. Todas as atividades realizadas pela Liga seriam comunicadas diretamente ao Presidente da República e aos seus Ministros de Estado. Ficaram diretamente responsáveis pelas indicações, na citação acima, o General Valentim Benício da Silva, General Otavio de Azevedo Coutinho, Ministro Francisco Thompson Flores, Dr. Carlos Olinto Braga e Dr. Leopoldo Cunha Melo.

O País saiu da zona de neutralidade. O posicionamento do Brasil em favor dos americanos gerou consequências e retaliações. Francisco Ferraz (2005, p. 40-41) discorre que a primeira vítima foi o navio Baependi, em 15 de agosto de 1942. Na mesma noite, duas outras embarcações brasileiras teriam igual destino, o Araraquara e o Aníbal Benévolo. Segundo o autor, morreram 551 pessoas, entre passageiros e tripulantes, naquela ocasião. Nos quatro dias posteriores, mais três navios foram afundados (Itagiba, Arará e Jacira), com mais 56 mortes. Hitler retaliou Vargas por ter se aliado aos americanos. Foram afundados, até o final da guerra, mais 12 navios brasileiros, perdendo a vida mais 334 pessoas. A guerra chegou ao Brasil. Em sessão do Diretório Central, realizada em 24 de agosto de 1942, apresenta-se o seguinte cenário:

[...] o momento, como ninguém ignorava, era de excepcional gravidade e que a Liga também não desconhecia os atos de guerra praticados contra a nossa soberania pela Alemanha e pela Itália com flagrante infração das normas do Direito Internacional e dos mais elementares princípios da humanidade, o que levava o governo a reconhecer a situação de beligerância entre o nosso país e essas nações agressoras (LDN, 1942, p. 73).

É interessante destacar como as articulações foram estrategicamente moldadas para a arquitetura da atmosfera de guerra, ao cotejarmos a Ata da Entidade com as análises densas de Francisco Ferraz (2005), Teresa Isenburg (2015) e Nelson Werneck Sodre (1986). Assim, “em 28 de setembro de 1942, pouco mais de um mês depois da declaração de guerra, o Governo Federal criou a Coordenação de Mobilização Econômica, órgão que deveria dirigir a mobilização de todos os recursos nacionais para a guerra” (FERRAZ, 2005, p. 23). A mobilização para a guerra, apesar de ser uma resposta às manifestações da imprensa, não era consenso no Exército. Em complemento às análises de Francisco Ferraz (2005) e Teresa Isenburg (2015), Nelson W. Sodré (1986, p. 232-233) já apontava, em suas memórias, que o Brasil vivia uma dualidade, pois havia má vontade e lentidão da cúpula militar em relação à nova situação, pois tanto Dutra quanto Gois Monteiro eram simpatizantes dos alemães. O autor denuncia que os dois generais estavam fazendo mal feito o que eram obrigados a fazer ou a aceitar, no tocante à mobilização.

O povo assistia ao espetáculo, de confusão aparente, sofrendo muito mas gozando os seus aspectos grotescos. O regime estadonovista deteriorava-se rapidamente, mas permanecia em instável equilíbrio; pela lógica da posição externa, deveria remover a cúpula militar nazista, mas, se tivesse condições para isso, seria como suicidar-se: sem tal cúpula, o regime esboroaria (SODRÉ, 1986, p. 233)

A mobilização para a participação do Brasil na guerra era uma tentativa de apaziguar a crise interna brasileira, pois as críticas ao Estado Novo aumentaram, principalmente no período entre 1944 a 1945. Os jornais da época denunciavam que o Brasil combatia na Itália o fascismo, enquanto no Brasil vivenciava-se regime similar. Transcorrido aproximadamente 71 anos após o seu desfecho, a Força Expedicionária Brasileira – FEB continua a representar relevância positiva para o Brasil, nesse episódio que marcou o mundo dos anos de 1940.

A Comissão Executiva da Liga salienta que não foram executados adequadamente os trabalhos sugeridos pelo General Benício de divulgação e controle de ações de estrangeiros no Brasil. Estas divulgações foram intensificadas diuturnamente, desde os ataques aos navios até o envio da Força Expedicionária Brasileira. Mas estes militantes da Entidade não estavam perseguindo só alemães. Existia um outro perigo interno:

[...] a proposta feita pelo senhor General Valentim Benício da Silva em dezembro do ano próximo passado e o programa de ação da Liga, elaborado pela Comissão Executiva, os quais, por vários motivos, não puderam ser executados, como deviam. [...] finalmente, algumas sugestões, entre as quais, a de combater eficazmente o quintacolonismo¹⁴⁶, lançando mão de todos os meios de propaganda, bem como a de uma visita ao senhor presidente da República em companhia dos senhores chefes de Polícia e diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, levando-lhe a irrestrita solidariedade da Liga (LDN, 1942, p. 73).

Os integrantes da Liga queriam, além de realizar a campanha nacionalista delineada pela Entidade, apoiar a continuidade da caça aos comunistas, mesmo a maioria já estando presa, desde de meados de 1941. Foram realizados diversos acordos com o Chefe de Polícia e Diretor do DIP. Para dar apoio e denunciar suspeitos, a Entidade teve acesso aos meios de propaganda para o povo, proferindo palestras pelo Rádio, especialmente na “Hora do Brasil”, durante cinco a dez minutos todos os dias. Realizavam conferências e comícios, concitando a população contra os assim chamados “inimigos da Pátria”. O General Tasso Fragoso fazia apologia aos membros da Entidade que dedicaram-se à divulgação do nacionalismo, com a finalidade de preparar a população para a guerra, se preciso fosse.

[...] pediu a palavra o senhor general Tasso Fragoso que começou dizendo que a Liga precisava, antes de tudo, era sair do silêncio em que vivia, precisava falar, mostrar ao povo que ainda vivia e continuava a trabalhar em prol do Brasil, que desde a época de sua fundação, em todas as campanhas cívicas, a Liga, sempre falara, espalhando seus ideais, despertando e preparando o povo para os grandes acontecimentos, Bilac, concluiu o orador, não fizera outra coisa (LDN, 1942, p. 73-74).

Acreditamos que o cenário propício à LDN, em 1942, era similar ao vivido por Olavo Bilac durante a I Guerra Mundial. Havia uma nostalgia nas falas dos membros, particularmente alusivas aos discursos do Poeta sobre a Defesa Nacional. Cabe destacar a afirmação do Major Rolim, nessa ocasião, de que “o trabalho da Liga consistia apenas em fazer a preparação psicológica do povo para a guerra” (LDN, 1942, p. 74). A Entidade continuava a aparelhar-se com militares de prestígio. A Liga se configurava pela terceira vez em Partido Militar, para congregá-los em um objetivo comum a civis e militares. Foi

¹⁴⁶ Quinta-coluna é uma expressão usada para se referir a grupos clandestinos que atuam, dentro de um país ou região a entrar em guerra (ou já em guerra) com outro, ajudando o inimigo, espionando e fazendo propaganda subversiva, ou no caso de uma guerra civil, atuando em prol da facção rival. Por extensão, o termo é usado para designar todo aquele que atua dentro de um grupo, praticando ação subversiva ou traiçoeira, em favor de um grupo rival. O quinta-colunismo não se dá no plano puramente militar, mas também por meio da sabotagem ou a difusão de boatos, atacando de dentro de um grupo ou país, procurando desmobilizar uma eventual reação à agressão externa. A origem da expressão nasceu durante a guerra civil espanhola (1936-1939) para designar a comunidade de madrilenhos simpatizantes do general Francisco Franco.

convidado para fazer parte da Liga o Capitão Jeová Mota¹⁴⁷. A organização de militares e civis em associações era frequente, naquela época. Naquele momento, foi a Liga da Defesa Nacional que catalisou as lideranças políticas, como se confirma nossa hipótese nas próprias palavras do Capitão Jeová Mota, que acabara de ingressar na Entidade:

[...] com a palavra o senhor capitão Jeová Mota disse que muitos amigos seus, entre os quais médicos e engenheiros, além de vários oficiais do Exército procuraram-no com o louvável propósito de fundarem uma instituição com objetivos cívicos sociais, ao que, observou-lhes, que já existia a longos anos, a Liga da Defesa Nacional com os mesmos propósitos. Assim êle propunha que, elaborada a proclamação, fosse ela lida em sessão magna, durante a qual seriam empossados todos esses novos sócios que podia trazer para o quadro social. Continuando disse que, diante dos acontecimentos, sem a preparação psicológica do povo face a guerra, como frisara o senhor Major Rolim, não poderia haver vitória certo o Exército combatendo no “front”, precisava deixar na retaguarda o povo preparado para a luta e entusiasmada por ela (LDN, 1942, p. 74).

Com o encerramento do Movimento Integralista, em 1938, alguns partidários foram para a Entidade. Além de abrigar as dissidências políticas, a Liga da Defesa Nacional congregava a pequena burguesia, como profissionais liberais, servidores públicos civis e militares. Cabe destacar que havia igualdade de gênero, como a presença da Dra. Ormind Bastos, a qual citamos anteriormente, sem destacá-la, que representava a associação feminina carioca, além de desempenhar a função de primeira secretária da Liga.

Quatro dias depois, em 28 de agosto de 1942¹⁴⁸, realizou-se outra reunião da Liga. Foram convidados diversos diretores de jornais de diversos Estados, como Gregório Canedo, de Minas Gerais, para comporem os quadros da Liga. A articulação política estava

¹⁴⁷ Militar oriundo do movimento integralista. Foi aluno (1919-1924), na Escola Militar do Realengo, do então Tenente Humberto de Alencar Castelo Branco. O capitão Jeová Mota foi conspirador no Estado Ceará, permanecendo detido em Recife-PE, durante o início da Revolução de 1930, por conspiração. O capitão era envolvido politicamente com os operários, participando da Legião Cearense do Trabalho, em 1931. Em 1932, juntamente com Hélder Câmara e Severino Sombra, iniciou correspondência com Plínio Salgado. Jeová Mota combateu os paulistas durante a Revolução de 1932, sendo promovido a Capitão, devido ter sido ferido em combate, inclusive em 1933. O Capitão, em setembro de 1936, tornou-se diretor do serviço sindical corporativo, sendo grande articulador do Integralismo. Em março de 1941, matriculou-se na Escola de Estado Maior, permanecendo nela até abril de 1943, quando foi promovido a Major. Ele foi reformado no posto de General, em março de 1962. Após, dedicou-se a intensas pesquisas sobre a história do ensino no Exército, com vistas à publicação de um livro, em 1976, intitulado “Formação do oficial do Exército”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mota-jeova>. Acesso em: 10/06/2016.

¹⁴⁸ Participaram desta reunião os seguintes integrantes da LDN: Fernando Magalhães, general João Marcelino Ferreira, General Tasso Fragoso, General Otávio de Azevedo Coutinho, Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Conde Pereira Carneiro, Dr. Elias Grego, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Coronel Oscar de Araújo Fonseca, Dr. Carlos Olinto Braga, Dr. Ormind Bastos, Dr. Eduardo Carneiro de Mendonça, Ministro Ataulfo de Paiva, desembargador José Duarte, Dr. Carlos da Silva Araújo, Olinto da Gama Botelho e Major Inácio Freitas Rolim, além das convidadas senhoras Raimunda Alves da Cunha Tocci, Maria Emília Normand de Sá, presidente e segunda secretária, respectivamente, da União de Classes Femininas do Brasil e a Dra. Mari Rita Soares de Andrade, representante da união Universitária Feminina.

progredindo a passos largos. Além de cooptar pessoas que influenciariam positivamente nos trabalhos de divulgação do ideário da Liga, foram criados núcleos nacionalistas, em diversos municípios do País. Estes núcleos tinham como objetivo formar cursos de civismo, nos moldes do que era realizado na Capital Federal. Seguiria o modelo do curso de extensão sobre Defesa Nacional e das escolas de ensino primário. Era intensa a quantidade de inscrições de interessados em compor a LDN.

[...] o senhor coronel Oscar de Araújo Fonseca, Secretário geral, comunicou que havia recebido do senhor coronel Gomes de Paiva um cartão, apresentando-lhe o senhor Gottfried Maria Sancha, de nacionalidade iugoslava, que desejava pertencer a Liga. Não ignorava, continuou o orador, que o artigo primeiro dos Estatutos diz que a Liga é destinada a congregar os sentimentos patrióticos dos Brasileiros de todas as classes, entretanto, pedia ao senhor presidente que submetesse o pedido à deliberação da assembleia. Consultada esta, foi recusado o pedido (LDN, 1942, p. 74).

A difícil situação de vida que o País iria enfrentar por causa da guerra necessitava que a população fosse preparada. A Liga da Defesa Nacional elaborou um manifesto, para ser apresentado no programa de rádio “Hora do Brasil”. Tal manifesto, em resumo, informava que a Entidade dava apoio incondicional ao governo, voluntariando-se nos trabalhos para o aprestamento de guerra. Eles alegavam que há 25 anos a Entidade trabalhava para a construção do nacionalismo e civismo, fundamentado no amor à Pátria. Convocavam todos os brasileiros para o cumprimento do dever, conforme se segue:

Todos se encaminham para o dever, todos se elevam na consciência do sofrimento, todos voltam para a fé. Dos nossos predecessores guardamos a memória da bravura. Esta recordação viverá, como sempre viveu, séculos fora. A Liga, sem temor perante a guerra, espera o concurso de todos os brasileiros:

Para tanto venham os de boa vontade, limpos de faltas, agasalhados pelo conselho e pelo exemplo dos que a ligaram ao máximo de suas virtudes.

As catástrofes nascem da tibieza humana, mas a evocação tem o poder de ressuscitar. Forrados de energia, o arrependimento e a fidelidade comporão o hino da coragem que alentará a terra brasileira (LDN-CE, 1942, p. 76).

O Conde Pereira Carneiro colocou à disposição a Rádio Jornal do Brasil e o Jornal do Brasil para a campanha cívica que a Liga divulgaria. Já o General Tasso Fragoso afirmou que o programa a ser divulgado pela Liga deveria passar pelo critério do Presidente da República, sendo que, inclusive, este ficaria liberado para convidar pessoas de seu interesse para colaborar com a campanha de civismo. O General recomendava que o convite feito ao Presidente para falar em nome da Liga poderia vir de membros da Academia Brasileira de Letras, Academia de Ciências, entre outros, sem necessariamente estes fazerem parte do

quadro de sócios da Entidade. O Papel da Liga, segundo o Oficial General, era de coordenar a campanha de preparação do espírito nacional em todo o Brasil.

A opinião pública reagiu revoltada, com protestos, comícios, passeatas e ataques a clubes, associações e empresas de propriedade de cidadãos dos países do Eixo, nas principais cidades do país. Em 22 de agosto, o Brasil declara estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália. Em 31 de agosto, declarava formalmente guerra a esses países (FERRAZ, 2005, p. 41).

Em setembro de 1942, a LDN realizou diversas conferências pela Rádio e pelo Jornal do Brasil, pertencentes ao Conde Pereira Carneiro. Ministraram conferências o General Tasso Fragoso, Desembargador José Duarte, Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Dra. Ormindia Bastos, Dr. Carlos Olinto Braga. Solicitou-se, ainda, ao Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, que representantes da Liga falassem na “Hora do Brasil”, duas vezes por semana. O trabalho dos intelectuais orgânicos seguia forte para formar a opinião pública. Inclusive, as associações femininas colocaram-se à disposição da Liga. Nesses discursos, a segurança interna era constantemente observada, sendo que o Chefe de Polícia do Distrito Federal, à época, Tenente Coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen¹⁴⁹ estava sempre presente nas reuniões.

[...] o senhor chefe da Polícia iniciou o seu discurso agradecendo as palavras de saudação [...] congratulou-se com a Liga pelos relevantes serviços que sempre prestam ao país, através de seus Directórios Regionais nos Estados, declarando, que conhecia de longa data a Liga da Defesa Nacional e sabia que em todos os momentos graves da vida do país, ela tem colaborado com o Governo. Continuando, disse que com grande desvanecimento havia solicita a comissão e compareceria à sessão para dizer que não só aplaudia a atitude da Liga, como pediu mesmo a sua colaboração. A sua ação, como Chefe de Polícia do Distrito Federal, continuou, tinha sido grandemente facilitada; que assumira a Chefatura da Polícia num momento grave e cheio de apreensões da vida nacional; é certo, mas justamente porque todos estão de acordo na

¹⁴⁹ Alcides Gonçalves Etchegoyen natural de Porto Alegre-RS, tornou-se aspirante a oficial artilheiro em 1921. Era chefe de Polícia do Distrito Federal entre 1942 e 1943. Ficou conhecido como revolucionário, por ter liderado, com seu irmão Nelson Etchegoyen, a chamada coluna relâmpago que, em 1926, tentou promover um levante com finalidade de impedir a posse de Washington Luís eleito presidente da República. Em 1930, com o ex adversário Osvaldo Aranha partiu do Rio Grande do Sul, em 5 de outubro de 1930, para o Rio de Janeiro. Este oficial era homem de confiança de Getúlio, sendo inclusive oficial de gabinete do ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra no período de dezembro de 1936 a maio de 1938. No contexto da Segunda Guerra Mundial, em 17 de julho de 1942 substituiu Filinto Muller. Foi responsável pela repressão por meio do DIP da atuação da Sociedade de Amigos da América fundada em janeiro de 1943. Essa Entidade exigia a participação do Brasil na guerra junto aos Aliados, a anistia política irrestrita e o reconhecimento da URSS, entre outros pontos. Em março de 1943, a sociedade lançou um manifesto onde acusava o coronel Etchegoyen, ao lado do também coronel Nelson de Melo, de submeter seus associados a uma investigação por parte da polícia e de mobilizar o mecanismo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para impedir qualquer menção na imprensa à Entidade e ao seu presidente, o general Manuel Rabelo. No dia 31 de agosto de 1943, Alcides Etchegoyen demitiu-se das funções de chefe de polícia do Distrito Federal, transmitindo o posto ao coronel Nelson de Melo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alcides-goncalves-etchegoyen>. Acesso em: 10/06/2016.

cooperação e solidariedade ao Governo, não tem encontrado dificuldades em desempenhá-la. Finalizando, disse que a Liga deveria preparar para os dias incertos que os acontecimentos nos reservam a mobilização geral dos espíritos. (LDN, 1942, p. 78).

Havia uma preocupação corrente, no sentido de a Liga não tomar nenhuma iniciativa sem consultar as autoridades, neste caso o Chefe de Polícia e o próprio Presidente da República. Todas as ações da Entidade eram minuciosamente planejadas. Acreditamos que a Liga da Defesa Nacional era a extensão do Estado, um centro de acomodação das demandas civis e militares, mas que apoiava, principalmente, o Governo. Cabe destacar que a ação era feita diretamente pelo Diretório Central, pois, em momentos críticos analisados até este momento, percebemos a centralização das ações nos moldes em que os militares vislumbravam. Nas atas do período de 1942 a 1945, é destacada a participação da maioria de secretários dos Estados e ministros da Capital Federal.

A finalidade de Vargas era dupla – aumentar a participação militar do Brasil para assegurar uma posição internacional mais forte e envolver as Forças Armadas em atividades de defesa, para afastá-las do jogo do poder. As normas nacionais e a ambição pessoal fundiam-se convenientemente. Vargas estava fazendo do proletariado o sustentáculo de seu regime e parecia decidido a permanecer indefinidamente no poder. Para concretizar essa ambição, teria de entreter e despolitizar as Forças Armadas, e que melhor maneira haveria que a guerra! (MACCANN, 1995, p. 242).

O Capitão Jeová Mota apresentou, à Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional, proposta de criação de vários departamentos, para dar eficiência às atividades de apoio ao Governo, devido a declaração do Estado de Guerra entre o Brasil, de um lado, e a Alemanha e a Itália, de outro. Estes novos órgãos modificaram a secretaria da Liga.

[...] o senhor capitão Jeová Mota começou declarando que a sua proposta não implicava em reforma dos Estatutos da Liga, mas simples desdobramentos dos serviços da secretaria, de modo que fossem atendidas às necessidades de uma racional divisão do trabalho. [...] serão dirigidos ou controlados por um presidente ou chefe, designado pelo presidente da comissão executiva e ficarão diretamente subordinados ao secretário-geral. Os departamentos, cuja criação propunha, eram os seguintes: Departamento de Arregimentação Geral; de Propaganda e Publicidade; de Difusão Cultural; Feminino; Estudantil; de Indústria e Comércio; Trabalhista; de Escoterismo e finalmente, Departamento do Serviço Militar (LDN, 1942, p. 82).

O Capitão Jeová Mota propunha esses departamentos, descrevendo as atribuições de cada um deles. O Departamento de Arregimentação Geral teria a finalidade de administrar a identificação dos sócios, com todos os dados, como residência, profissão, entre outros. Como a quantidade de sócios aumentava sobremaneira, a criação de um departamento específico

para esse fim facilitaria a logística para convocar os sócios para os diversos atos e solenidades, de acordo com as necessidades. Esta ação era uma sugestão para controlar a quantidade de integrantes, tanto no Distrito Federal quanto nos Diretórios Regionais de todos os estados do país. Nesse sentido, esse Departamento seria uma espécie de secretaria de partido ou departamento pessoal de empresa, permitindo o controle, especificamente, de todos os integrantes, com o endereço, perfil, etc.. Com o aumento exponencial de seus membros, esta ação possibilitaria identificar até possíveis mudanças de endereço dos seus sócios, entre os Estados e para o Distrito Federal. Essa atividade já era feita por Olavo Bilac, no ápice da organização do início da Entidade, em 1916. A proposta do Capitão servia para centralizar as decisões e manter a correspondência com os Diretórios Regionais nos Estados. Segundo o Oficial, esta ação era para assegurar os laços de paternidade e coesão entre os membros da Liga no país.

Nesta empreitada de administrar a guerra, o Departamento de Difusão Cultural foi criado para organizar os cursos e promover conferências em torno de assuntos previamente definidos pelos intelectuais da Liga. A temática central era a Defesa Nacional, adornados com referenciais antifascista e anticomunista. Neste sentido o Departamento Feminino trabalharia com a mesma função do departamento anterior, mas adaptado para as mulheres, adicionando a assistência social. O Departamento Estudantil teria, como finalidade, construir o civismo ideologicamente norteado pelo ideário da Liga. Este departamento promoveria a organização dos estudantes, em todas as ações que impusessem trabalho solidário e em conjunto com a comunidade. O Departamento de Indústria e Comércio tinha, como objetivo, difundir o nacionalismo, tanto na indústria, quanto no comércio, por meio de panfletos e discursos adaptados para aquele público. O objetivo central era o de promover a mobilização moral e psicológica das classes conservadoras, tendo em vista a mobilização econômica do país para a guerra. O Departamento Trabalhista foi criado para difundir o nacionalismo, com o mesmo propósito do departamento anterior, mas com foco nos trabalhadores, de modo que concitasse estes últimos a intensificarem o esforço produtivo, com abnegação. Na verdade, o que estava velado era a necessidade de espoliar a classe trabalhadora, travestida como serviço público de relevância nacional. No entanto, podemos considerar que quem sofreu o ônus da ideologia foram os trabalhadores, por meio da exploração do binômio capital-trabalho. Estes intelectuais orgânicos cooptaram a classe trabalhadora, no intuito de espoliar os trabalhadores, alienando-os da organização política sindical. Tal medida seguia os interesses nacionais no esforço integral de guerra, mas, internamente, serviam para tentar catequizar a classe trabalhadora. O Departamento de Escotismo tinha, como objetivo, divulgar os princípios do

escotismo entre a população em geral e aos pais das crianças que faziam parte do grupo de escoteiros. Os escoteiros eram um grupo forte no contexto da guerra. Como a União dos Escoteiros do Brasil fazia parte da Liga, a criação do departamento dinamizaria as atividades para centralizar as ações. A função era ajustar as atividades dos escoteiros com os princípios nacionais em vigor. Esse departamento, segundo o Capitão Jeová Mota, deveria estudar as possibilidades da organização de uma “Tropa Escoteira”, sob os auspícios diretos da Liga, filiada à União dos Escoteiros do Brasil.

Por último, mas não menos importante, o Departamento do Serviço Militar tinha, como objetivo, difundir entre a população a Lei do Serviço Militar e a legislação sobre o C.P.O.R. e os Tiros de Guerra. Este departamento objetivava, ainda, manter contato com as repartições competentes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, de modo a cooperar com a difusão dos propósitos e instruções realizadas naquelas instituições.

É interessante destacar que, analisando-se as folhas 83 do Livro de Ata do Diretório Central da Entidade, encontra-se parecer negativo, formulado pelo Ministro Edmundo da Veiga, em 29 de dezembro de 1942, sobre a proposta do Capitão Jeová Mota de criação dos departamentos.

[...] a proposta do consocio capitão Jehovah Motta, e julga que a mesma não colide com as disposições estatutárias, merecendo aprovação do Diretório Central (ass) Edmundo da Veiga, presidente, Haroldo do Caladão, relator Elias Grego. Em seguida, o senhor presidente pôs em discussão o parecer que acabava de ser lido, o qual foi unanimemente aprovado [...] (LDN, 1942, p. 83)

Na Ata em que foi registrado o Parecer há certa confusão, pois tem-se a impressão de que o tal parecer foi aprovado. Na verdade, foram aprovados os departamentos, conforme consta no relatório apresentado a partir da sessão de 15 de setembro de 1943. Apresentaremos as atividades que foram desenvolvidas pelos departamentos, no próximo subcapítulo, o qual aborda a participação da Força Expedicionária Brasileira no teatro de operações. Assim, “diante das sérias pressões dos Estados Unidos, do crescente número de embarcações de bandeira brasileira afundadas pelos submarinos alemães e do clamor popular, inicia-se a formação da Força Expedicionária Brasileira” (GOMES, 1996, p. 230).

Getúlio Vargas apoiava-se, durante o Estado Novo, além de nos militares, em grupos rurais e urbanos. Destes últimos, irão surgir dois partidos, que farão frente à UDN: “o Partido Social Democrático – PSD, representava os grupos econômicos rurais, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PRB, que tinha base operária, com conteúdo doutrinário trabalhista que vinha sendo divulgado desde 1942, sob a inspiração do ministério do Trabalho” (SANTONI, 1999,

p. 75). Para Getúlio, chegara o momento de tentar uma manobra política e buscar apoio junto aqueles que esmagara em 1935 e que usara como bodes expiatório, por meio do famoso “Plano Cohen”, o golpe de 10 de novembro de 1937: os comunistas (GOMES, 1996, p. 235).

[...] Os comunistas tinham capacidade mobilizadora apreciável, e Vargas precisava com urgência dessa capacidade de trazer às massas às ruas. Durante esse período de agonia “estadonovista”, suas bandeiras básicas tinham sido a luta por anistia ampla (com exclusão dos criminosos de guerra, isto é, os que haviam mantido relações de algum tipo com a Alemanha e a Itália no período da guerra), e o estabelecimentos de relações com a União Soviética. A movimentação política dos comunistas pela anistia compreendeu a formação de comitês de várias categorias profissionais e deu uma amplitude bastante grande a esta palavra de ordem, a ponto de ser assumida por vários liberais, até então distantes do problema

Numa tentativa de cortejar os setores políticos de esquerda (mas também é forçoso reconhecer, pressionado pelas condições externas e internas), Vargas atende a ambas as reivindicações dos comunistas. No dia dois de abril de 45 eram estabelecidas as relações diplomáticas com o governo Stalin, Dezesseis dias depois, Getúlio assinava o decreto de anistia a todo os que haviam cometido crimes políticos desde julho de 1934 (MACCANN, 2005, p. 235-236).

Portanto, esta foi a contribuição da Liga da Defesa Nacional para a formação de uma expressão de aparelho hegemônico de Estado. Com o apoio de todo o povo brasileiro, será enviada a Força Expedicionária, porém demonstraremos como foi notada a influência comunista durante a logística de guerra, particularmente na Liga. Assim, diante do que foi exposto acima, discorreremos como a Liga da Defesa Nacional articulou a logística de apoio aos expedicionários que partiram para o teatro de operações.

4.2. A Logística de guerra e a desmobilização da F.E.B. no pós-guerra.



Figura 17. Jornal “O Cruzeiro” de 23/02/1945¹⁵⁰



Figura 18. Generais Zenóbio da Costa, Mascarenhas de Moraes e

Cordeiro de Farias¹⁵¹

¹⁵⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/entre-meritos-criticas-batalha-de-monte-castelo-completa-70-anos-15408510>. Acesso em: 27/01/2016.

O Exército não tinha condições nem para defender as fronteiras. Apesar da influência da doutrina alemã e da vinda da missão militar francesa, no intuito de reformular a doutrina de guerra, a Força já estava obsoleta, no geral, em relação às novas doutrinas, em particular, devido ao atraso tecnológico. O Brasil, ou melhor, Vargas só apoiara os Estados Unidos, em detrimento dos alemães, pelo apoio ao seu regime e pelo financiamento da indústria de base. A ida da Força Expedicionária, segundo nossa interpretação, foi uma oportunidade de manter o poder por mais algum tempo. Para o Exército, a contribuição foi fundamental, tornando-se uma verdadeira revolução da tática e da técnica de combate.

Neste sentido, acreditamos que a Entidade serviu para o governo Vargas como um aparelho de arregimentação de voluntários. Como destaca Francisco Ferraz (2005, p. 43), “uma vez decidido o envio de tropas expedicionárias, começaram os problemas para torna-lo realidade”. A difusão do nacionalismo e as escolas orientadas pelos princípios criados pela LDN deram motivação para o esforço de guerra. A difusão de conferências na “Hora do Brasil”, por lideranças políticas civis e militares, contribuiu para concitar os brasileiros, se não como voluntários para a guerra, mas, ao menos, para criar o sentimento de cumprimento do dever nos convocados obrigatoriamente. Diversos especialistas sobre a participação da F.E.B. analisam que o despreparo do Brasil era tão grande que surgiam boatos de que os próprios inimigos não se preocupavam com o envio dos brasileiros ao *front*¹⁵². A Liga, até a partida para a guerra, arrecadava contribuições de diversos locais, inclusive de bancos, para dar um pequeno suporte afetivo, recreativo, cigarros, vestuário entre outras coisas, para os militares em combate.

[...] senhor doutor Carlos Coimbra da Luz, presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, comunicando que o Conselho Administrativo dessa instituição, prometendo colaborar na campanha do cigarro para o expedicionário, iniciada pela Liga (LDN, 1943, p. 85)

Neste período, a Liga tinha aproximadamente mil sócios, os quais contribuía para os trabalhos da Entidade. Havia funcionários contratados para cobrá-los em suas residências. A Comissão Executiva da Entidade realizava a administração financeira e colocava em andamento os trabalhos para auxílio do esforço de guerra. Francisco Campos atuava diligentemente, orientando as ações no sentido de aproximar a LDN do Presidente, como o fez em reunião da Comissão Executiva, realizada em 3 de maio de 1943. Nessa ocasião,

¹⁵¹ Disponível em: <http://blog.1dia.net/feb-mais-links-sobre-a-participacao-do-brasil-na-segunda-guerra/>. Acesso em: 15/03/2015.

¹⁵² Francisco C. Ferraz cita numa passagem de seu livro que havia um boato que “Adolf Hitler teria afirmado que somente quando uma cobra fumasse cachimbo o Brasil conseguiria enviar seus homens para a guerra, tamanha a incapacidade brasileira” (FERRAZ, 2005, p. 50-51).

Francisco Campos sugeriu que fosse telegrafado ao Presidente da República, felicitando-o pelo discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama no 1º de maio (LDN-CE, 1943, p. 04). Neste discurso, particularmente, além de saudar os trabalhadores, Vargas convocou toda a população a contribuir para a Guerra e condenou, veementemente, movimentos quinta-coluna, de inspiração nazista. O trabalho de mobilização para a guerra era acompanhado da veiculação de correspondências, censurando-se qualquer ato alheio ao nacionalismo. Combatia-se, além do nazi-fascismo, o comunismo. Desta forma, os sindicatos estavam subordinados a atividades de combate tanto ao nazi-fascismo quanto ao comunismo.

[...] leu o expediente recebido que constou de ofícios do sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Nordeste com sede em Recife, do Sindicato do Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Fortaleza, com sede no Ceará, do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campo Grande, com sede em Mato Grosso, telegrama da Comissão de Melhoramentos de São Cristovão, todos hipotecando solidariedade à Liga na campanha de mobilização de todas as forças nacionais contra o nazi-fascismo e a quinta-coluna; [...] (LDN-CE, 1943, p. 5)

A Liga da Defesa Nacional enviava telegramas em nome do povo brasileiro, dirigidos aos meios de comunicação dos outros países em guerra contra o Eixo. Podemos citar, como exemplo, o telegrama enviado para a B.B.C. de Londres. A LDN também financiava comícios pelo país, para angariar verbas para a compra de gêneros de primeira necessidade e vestimentas aos soldados. Várias Entidades enviavam ofícios, informando ter contribuído financeiramente, como “o sindicato dos Práticos, Arroz e Mestres de Cabotagem, que recolheram ao cofre da Alfandega a importância de quinhentos cruzeiros, a título de “obrigação de guerra” (LDN-CE, 1943, p. 8). Também em festas religiosas, como as juninas, a Entidade aproveitava para divulgar o combate ao nipo-nazi-fascismo. Toda a receita líquida dessas festas era aplicada em aquisição de Bônus de Guerra. Para se ter uma ideia da logística e da aquisição feita, consta, em Ata, a remessa de 26.000 (vinte e seis mil) cigarros para a Legião brasileira de Assistência, a qual estava incumbida de montar os *kit's* para envio aos pracinhas (LDN-CE, 1943, p. 10). A Liga organizou um serviço de intendência, liderado pelo Sr. Franklin Spencer Sobral e Marechal Bitencourt, os quais foram responsáveis pela guarda, conservação, reparação e distribuição do material coletado.

[...] Foi aprovada a mensagem [...] na qual a Liga da Defesa nacional louva e dá todo o seu apoio ao Exmo Sr. General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, em virtude de sua intenção de cooperar no esforço de Guerra, isto é, preparando um Corpo Expedicionário que vingará nos campos de batalha, a agressão nazista (LDN-CE, 1943, p. 11).

Diante da confirmação do envio de tropas para o combate, foi organizado, pela Comissão de Médicos da Liga da Defesa Nacional, um curso de Medicina Especializada, visando à preparação de médicos para o Corpo Expedicionário, sob o patrocínio da Liga e com a assistência do Serviço de Saúde do Exército. A Liga investiu a importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) nesses trabalhos. Com todas estas ações da Liga da Defesa Nacional, foi arrecadada a quantia de Cr\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil cruzeiros), até outubro de 1943, que foram distribuídos entre as instituições diretamente vinculadas ao esforço de guerra nacional, como a Cruz Vermelha Brasileira e a Legião Brasileira de Assistência (LDN-CE, 1943, p. 14). Cabe destacar que até o genro do Presidente da República, o Comandante Ernani do Amaral Peixoto, então interventor no Estado do Rio de Janeiro, estava envolvido nos trabalhos da Liga, liderando o Diretório Regional naquele Estado (LDN, 1943, p. 85). O embaixador americano Jefferson Caffery também prestigiava as solenidades da LDN, principalmente aquelas com o objetivo de angariar fundos, como a Semana do “Corpo do Expedicionário”, realizada em novembro de 1943 (LDN-CE, 1943, p. 18).

Algumas considerações são necessárias para apresentarmos a partida dos expedicionários para a Itália. Como afirmamos anteriormente, após ser decidido o envio das tropas, foi necessária a mobilização nacional. A condição do Exército e da sociedade brasileira era lastimável, comparada à máquina de guerra americana. O Brasil que tinha problemas com a nutrição da população, como treinar o efetivo de um Força Expedicionária, para capacitá-la para o combate? Os planos iniciais previam o envio de um Corpo de Exército composto por três divisões, totalizando 60 mil homens. Não passava de um sonho. Em todo o Brasil, o Exército possuía um efetivo de aproximadamente 90 mil homens (FERRAZ, 2005, p. 44). Era necessário empregar uma parcela desses homens para treinar e comandar em combate os milhares de jovens inscritos. As Forças Armadas, particularmente o Exército, refletiam as carências de toda ordem da sociedade. As armas, munições e equipamentos existentes no país originavam-se de fornecedores de diversas nações, algumas das quais estavam em guerra contra o Brasil¹⁵³.

A Comissão Executiva deu conhecimento ao Diretório da Liga que, nos cigarros distribuídos pela Entidade aos militares, em 1944, foram encontrados boletins de propaganda suspeita (acreditamos que seriam comunistas). Paulo R. R. Cunha (2014, p. 128-129) sustenta

¹⁵³ Francisco César Ferraz (2005) faz uma análise profunda sobre as dificuldades de recrutamento para a guerra. Apresenta em sua obra que foram enviados para a guerra diversos homens que em tese não teriam condições de combater. Para uma visão holística das dificuldades e improvisações ver: FERRAZ, Francisco C. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

que os comunistas empregaram uma nova tática, com o objetivo de (re) democratizar o Brasil, por meio da política de União Nacional¹⁵⁴. Essa nova política ganhou contornos estratégicos em 1943, especialmente com a entrada do Brasil na guerra em favor dos aliados. Dessa forma, com o fechamento da Sociedade dos Amigos da América, em 1943, por influência comunista, da qual fazia parte nada menos que Osvaldo Aranha, houve um refluxo de participantes desta Entidade para a Liga da Defesa Nacional. O crescimento expressivo da LDN, naqueles anos, tornou-a foco da infiltração dos comunistas. Como a fração de civis e militares que integravam a Liga, em sua maioria, era anticomunista e com diversos integrantes ligados ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra a incursão “indesejada” foi logo identificada.

Foi proposto pelo Major Joaquim Francisco de Castro júnior, diante dessa infiltração comunista, que a Comissão Executiva determinasse à Maria José Ferreira, encarregada da Campanha do cigarro, de acautelar-se contra a possibilidade de que elementos estranhos à Liga pudessem comprometer a reputação e a confiança da Liga. Foram indicadas as seguintes providências:

[...] a) que somente os sócios inscritos na Comissão da Campanha do Cigarro, pessoas de sua confiança, seja dado manipular os pacotes ou trabalhar em qualquer fase desse serviço; b) enviar a Comissão Executiva uma relação dos nomes desses sócios; c) que as entregas de cigarros às Unidades do Corpo Expedicionário e outras quaisquer forças armadas, só se façam por intermédio de seus comandantes, como vem sendo feito (LDN-CE, 1944, p. 27).

Esse episódio denunciou a infiltração comunista na Liga da Defesa Nacional. Em 26 de maio de 1944, ou seja, quatro dias após a reunião que denunciou o envio de folhetos comunistas nos pacotes de cigarros, foi lido um artigo publicado no Jornal “Brasil Portugal”, sob o título “Os comunistas brasileiros”, assinado por Viriato Vargas (publicado do dia 25/05/1944), no qual se acusa a Liga de exercer atividades estranhas a sua finalidade. O Diretório Central da Liga justificou que a tradição da Liga não possuía tal finalidade e solicitou

¹⁵⁴ Paulo R. R. Cunha (2014, p. 129) destaca que esta nova política de União Nacional trouxe em si uma nova diretriz, na qual alterar-se-ia a predominância no Partido Comunista de operário, inserindo em seu seio militares. Luiz Carlos Prestes foi eleito secretário geral do Partido, contando o Comitê Central em suas fileiras com sete ex-militares, seis operários e cinco intelectuais: Maurício Graboys, ex-oficial da Aeronáutica; José Militão Soares, ex-militar, Ivan Ribeiro, ex-oficial da Aeronáutica; Leivas Otera, ex-oficial da Aeronáutica; Luiz Carlos Prestes, ex-oficial do Exército. Posteriormente, o autor afirma que na FEB existiam militares do Antimil, setor constituído de militares comunistas, os quais foram responsáveis pela redação do importante documento denominado “A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional” que apresentaremos à frente. Sobre o Antimil e a participação de comunistas na FEB ver: CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha. Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 e ISENBURG, Teresa. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: uma página de Relações Internacionais. 1ª ed. São Paulo: 22 Editorial, 2015.

que Viriato Vargas, que era Diretor presidente do Jornal, indicasse os fatos e pessoas, pois eram graves acusações e que estes seriam reprimidos. A Comissão Executiva determinou que os diretores dos diversos departamentos deveriam proceder uma investigação minuciosa e tomar as providências caso encontrassem irregularidades. Viriato Vargas respondeu à Liga em 3 de junho de 1944, da seguinte forma:

[...] recebido do senhor Viriato Vargas a seguinte carta, [...] redigida nos seguintes termos: “Sr. Cunha Melo e outros. Cumprimentos. Quanto as informações que me pedis em carta de 27 de maio último, em referência a vossa associação Liga da Defesa Nacional, peçam ao Serviço de Inteligência do Coronel Benjamim Vargas”. Viriato D. Vargas. 3/6/44”. Diretor: Ari Maurrell Lobo. Diretor-gerente: Geraldo Moreira. Brasil-Portugal – Presidente: Viriato Dornelles Vargas [...] (LDN-CE, 1944, p. 30).

A forma como Viriato Vargas se dirigiu à Liga causou indignação aos membros da Comissão Executiva. Tanto é que, em reunião de 12 de junho de 1944, Viriato Vargas desculpou-se afirmando que fora mal interpretado quando se referiu à LDN. Inclusive, declarou que não considerava Dr. Cunha Mello, Coronel Juarez Távora entre outros, comunistas, conforme se segue:

[...] Eu não podia inclui-vos no número de comunistas, nem o vosso grupo. Conheço-vos e alguns de vossos companheiros. Tenho a Liga da Defesa Nacional como colaborando com o Estado nacional de 10 de novembro. Conheço-vos como sinceros amigos do Presidente. Referi-me em meu artigo aos que procuraram introduzir-se onde funciona a sociedade, para manifestações subversivas. E a prova da veracidade do que eu quiz dizer em dito artigo, foi o comício de ontem, em que tivertes de agir com a energia que vos caracteriza. Creio que está tudo explicado a contento dos meus amigos. Os companheiros duma mesma causa, não podem se desentender. Abraços do amigo Viriato Vargas. Rio, 7/6/944” (LDN-CE, 1944, p. 31).

Diante de um ambiente em conflito e das dificuldades iminentes, o embarque das unidades expedicionárias foi considerado uma vitória. Essa ação comunista foi censurada pelo Ministro da Guerra, por meio de um Ofício enviado ao Presidente da República, em 22 de junho de 1944. Nesse Ofício¹⁵⁵, Dutra destaca a ação de comunistas dentro da Liga da Defesa Nacional o que ratifica nossa exposição acima sobre a participação de comunistas na Liga e de toda a ação de repressão deles, dentro da Liga. Vale destacar que a análise dos livros de Atas, com a exposição das Obras de Paulo R. R. Cunha (2014) e de Teresa Isenburg (2015)

¹⁵⁵ Este Ofício é citado por Teresa Isenburg (2015, p. 95-99). Inserimos a íntegra do Ofício enviado pelo Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra ao Presidente da República. O documento consta como Anexo “V” desta tese.

confirma nossa tese sobre o combate ao comunismo pela Liga, durante a Segunda Guerra Mundial.

[...] Mas não é só nem satisfazem com tão pouco. Criam comitês em todas as associações de classe, que de logo dominam. Invadem os tradicionais sodalícios de cultura e as associações de civismo, onde se firmam nos cargos chave para lhes ditarem as atividades e lhes modificarem os rumos. Porém, onde melhor se radicaram, como em redutos inexpugnáveis, foi, parece, na **Liga de Defesa Nacional**, cujo último meeting é a melhor evidência desta afirmativa; na **União Nacional dos Estudantes e na Sociedade dos Amigos da América**, cujas raízes já têm tal resistência, que a decisão de V. Exa. de faze-la fechar, consta-me, ainda não logrou ser realmente efetivada. [...]

Jornais, livros, rádios, cinemas, teatros – Tudo transmudam em instrumentos seus e, desse modo, amolentam ou atemorizam o ambiente conservador do País e atuam sobre nossa gente, que lhes vai cedendo, influenciada pela alegação acomodatória de que é inútil resistir-lhes e que, talvez, com eles mais conveniente seja a própria convivência oportunista. [...]

O ambiente brasileiro da atualidade, está excitado por essa propaganda intensa e multiforme, já vem revelando sintomas que nos não devem passar despercebidos e que requerem mesmo, além da natural observação, uma especial atenção do Governo. Afim de que se previna contra quaisquer arremetidas que se possam manifestar contra a ordem e as instituições do País, nesta hora em que nos preparamos para participar da luta na Europa (ISENBURG, 2015, p. 96-98, grifos nossos).

Nossa tese lança luz num objeto até então desconhecido na historiografia brasileira e que tivemos a grata satisfação em resgatar, amparando-nos em pesquisas recentes. Consideramos que a Liga da Defesa Nacional perdeu o controle ideológico de quem integrava a Entidade. Os comunistas começaram a direcionar, em alguma medida, as atividades da Entidade, mas foram prontamente reprimidos. Iniciou-se uma “patrulha” sobre o comportamento desses militares e civis que compuseram a Entidade.

Retorno ao encadeamento dos fatos dessa tese, afirmando que as autoridades militares brasileiras solicitaram apoio dos americanos para deslocarem as tropas brasileiras, devido à falta de navios nacionais em condições de levá-los em segurança. O primeiro grupo a partir do Rio de Janeiro zarpou em 2 de julho de 1944, no navio *USS General Mann*. Concordamos com Francisco César Ferraz (2005, p. 46) quando afirma que a realidade brasileira não possibilitou selecionar uma ‘elite’ com saúde razoável para o preparo adequado para o combate. Foram corajosos os expedicionários, pois não possuíam saúde adequada, quanto mais treinamento tático e disciplinar, devido ao pouco tempo para treinamento. Foi um longo trajeto até chegar o momento do embarque da Força Expedicionária Brasileira.

[...] Não era mais a elite planejada, mas o retrato fiel do Brasil: jovens trabalhadores rurais e urbanos, provenientes das classes populares, entremeados com alguns membros da classe média e poucos membros da

elite. Sua escolaridade média era baixa, sua compreensão do que era aquela guerra e das razões por que lutar nela era, em geral, mínima. Em contraste, entre os estudantes universitários, que capitaneavam comícios e manifestações para o Brasil entrar na guerra, pouquíssimos realmente alistaram-se para o combate. O número de voluntários foi pequeno: pouco mais de mil homens, em um contingente de 25 mil selecionados (FERRAZ, 2005, p. 49).

Essa convivência dos militares brasileiros com os americanos produziu comparações pouco favoráveis ao cotidiano vivenciado, nos quartéis do Brasil. De outro lado, o Exército *febiano* influenciado pela perspectiva hierárquica do Exército americano, contribuiu os brasileiros em guerra tornarem-se democráticos, devido as relações humanas entre oficiais e praças visarem à eficiência em combate e não à exteriorização de uma superioridade social imanente do oficialato.

A gênese da FEB [...] que era [...] a corrente que, dentro do Exército, se constituiria na contestação do grupo que irá criar a Escola Superior de Guerra, que disputa os lugares na FEB. Naqueles tempos do Estado Novo, da ditadura getuliana, a oficialidade fiel ao governo era, preferencialmente, mantida no país até como segurança da ditadura. Foram os oficiais que discordavam da ditadura implanta por Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, lutaram para seguir na força que iria combater o fascismo e o nazismo, inspiradores do integralismo e do totalitarismo no Brasil (SILVA, 1984, p. 99).

No Brasil, a Liga da Defesa Nacional continuou seus trabalhos de enviar produtos para os expedicionários, tanto na Itália, quanto aos militares que guarneciam o litoral. Vários comandantes de embarcações e de unidades em terra, como o comandante da Companhia de Obuses 105 mm, Coronel Hugo de Sá Campelo Filho, agradeceram o envio de produtos aos soldados. Cabe destacar que só em cigarros, a Entidade já havia distribuído 1.000.000 (um milhão) de unidades e 500 (quinhentos) livros aos soldados, bem como 3 (três) toneladas de borracha à Comissão de Acordos de Washington (LDN-CE, 1944, p. 34). A Liga da Defesa Nacional tinha amplo apoio de Vargas. Havia comunicação frequente entre o Presidente da República e seus ministros e os membros da Diretoria Central:

[...] a seguir, falou também sobre a subvenção de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) que o Governo Federal acabava de conceder à Liga para o exercício de 1945, e, congratulando-se pelo fato, propôs que na ata constasse um voto de louvor à Comissão incumbida desse assunto, constituída pelo senhor general Oscar de Araújo Fonseca, vice-presidente, doutor Olinto da Gama Botelho, primeiro secretário e doutora Ormindia Bastos, membro do Diretório Central e presidente do Departamento Feminino [...] incumbiu-se de agradecer pessoalmente em nome da Comissão Executiva ao senhor presidente da República e telegrafar aos senhores ministro da Educação e ministro Ataulfo de Paiva [...] (LDN-CE, 1944, p. 51).

A Entidade distribuía folhetos de seus discursos na ordem de dezena de milhares, principalmente, por exemplo, os considerados de relevância, como o proferido pelo orador da turma de oficiais do Exército diplomados pela Escola de Estado Maior. Quaisquer atividades dos Departamentos da Liga deveriam ser informadas à Comissão Executiva, especialmente do Departamento de Publicidade. Nenhuma divulgação da Liga deveria ser entregue diretamente a jornalistas, pois segundo os intelectuais orgânicos desta Entidade, eles não possuíam “idoneidade” suficiente para tal. As correspondências¹⁵⁶ dos militares em guerra eram patrocinadas pela LDN, que providenciava os envelopes e os papéis destinados à correspondência da F.E.B.

[...] ofício da “*standard Oil Company of Brazil*”¹⁵⁷, comunicando que, atendendo o pedido da Liga, enviaram [...] para a sede social dez mil folhas de papel para carta e dez mil envelopes, destinados à correspondência da F.E.B. na Europa (LDN-CE, 1944, p. 42)

As trocas de correspondências entre a Entidade e os militares eram frequentes. O que estava em jogo era o moral da tropa. O Inverno se aproximava em fins de 1944. Agasalhos eram preparados para envio aos combatentes. O empresário Gervasio Seabra doara lã para a confecção. O Banco do Brasil também contribuiu com a quantia de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) para a campanha dos agasalhos. As associações de Empregados¹⁵⁸, como a do Comércio do Rio de Janeiro, também fizeram campanha para arrecadar dinheiro para a confecção de agasalhos. Os departamentos da Liga estavam em profícua atividade, cada qual concentrado em sua atribuição. Constantemente, os comandantes agradeciam o envio dos produtos aos militares em combate. Por exemplo, por meio de Ofício sob nº 232, o capitão Hipólito Alves Bastos, chefe do Depósito de Intendência da F.E.B., agradecera a remessa de diversos materiais como:

¹⁵⁶ O anexo “H” versa sobre a cópia de uma carta enviada por um pracinha da FEB na qual indica a empresa que patrocinou o envelope. Para garantir a integridade apagamos os dados pessoais. A Liga realizava a gerência do fornecimento e impressão dos envelopes e o Exército realizava a “triagem” do conteúdo para enviar e/ou recebimento de cartas pelos militares.

¹⁵⁷ Empresa petrolífera americana auxilia nos esforços de guerra. Havia interesse americano na extração de petróleo no Brasil. Podemos inferir que em alguma medida o início das discussões sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro com capital nacional ou estrangeiro, mais particularmente no tocante a extração de petróleo. A década de 1950 aflorará no Clube Militar as discussões entre o General Horta Barbosa e Juarez Távora sobre a campanha do petróleo e a fundação da Petrobrás. Nelson Werneck Sodré na obra “Memórias de um Soldado” realiza uma exposição interessante sobre este assunto.

¹⁵⁸ [...] Ofício da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, datado de vinte de dezembro de 1944, fazendo a entrega de um cheque contra o Banco Almeida Magalhães S/A, número 518820, na importância de Cr\$ 1.350,30 (mil trezentos e cicoenta cruzeiros e trinta centavos), destinados a Campanha do Agasalho para os soldados da F.E.B. (LDN-CE, 1945, p. 57)

[...] de vinte caixões com 640.000 cigarros; 900 sabonetes de “*toilette*”, 32.000 folhas de papel aereo e envelopes; 5 caixas com 100 barras de sabão grosso; vinte caixas com 4.000 velas domésticas, 200 caixas de fósforos; 5 quilos de balas; 8.000 cigarros de diversas marcas; 5 jogos de damas; 10 barras de sabão grosso (LDN-CE, 1944, p. 44)

Diuturnamente, era registrado em Atas a prestação de contas dos departamentos sobre suas atividades. O Departamento Feminino realizava a gestão da confecção de meias e dos “*sweters*” de lã para os expedicionários. As mulheres do referido departamento iam de casa em casa, retirar e levar material para as voluntárias que confeccionaram mais de cinco mil unidades. O departamento militar cuidava da ligação entre os expedicionários e seus familiares, expedindo cartas e até pequenos objetos. Havia vários pontos de coleta de donativos pelo país. A Entidade organizava e distribuía tudo. Contudo, percebemos que, diante das necessidades, foram criadas outras comissões que eram citadas esporadicamente em Ata.

[...] leu a comunicação do senhor secretário da Comissão de Ajuda de que havia comparecido à sede da Liga a diretora da “União Cívica Progresso de Vigário Geral e entregou a Comissão de Ajuda da Liga da Defesa Nacional a quantia de Cr\$ 747,40 (setecentos e quarenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), produto de um festival promovido por essa instituição, e mais pequenas utilidades destinadas aos expedicionários [...] (LDN, 1944, 53).

Havia o controle rigoroso das pessoas que participavam das atividades em prol dos expedicionários. Muito provavelmente eram monitorados para evitar qualquer ação de comunistas, nos trabalhos desenvolvidos. Os operários, membros do setor dos Alfaiates e Costureiras, vinculados ao Departamento Trabalhista reclamavam o tratamento recebido, por ocasião da falta de identificação para entrada, aos domingos, na Intendência de Guerra. Consideramos que esse “monitoramento” era reflexo do artigo publicado por Viriato Vargas, mas também, do episódio com as mensagens nos cigarros que citamos anteriormente. A Comissão Executiva emitia credenciais específicas para essas atividades, controlando o acesso.

[...] lido um protesto assinado por cerca de cinquenta membros do setor dos Alfaiates e Costureiras do Departamento Trabalhista da L.D. N., reclamando mais cooperação por parte da Comissão Executiva aos operários que trabalham voluntariamente, todos os domingos na Intendência da Guerra, em prol do nosso esforço de Guerra. Reclamaram eles o fato de terem sido barrados na entrada do referido estabelecimento, por falta de cartões de identidade ou de pessoa autorizada pela Comissão para identifica-los na Entrada (LDN-CE, 1944, p. 54-55).

Dentro desse esforço integral para a guerra, nem o futebol ficou de fora. Eram destinados 50% da renda do Campeonato Brasileiro, relativos aos jogos realizados no Estádio do Pacaembu, à Liga da Defesa Nacional. Esse dinheiro era arrecado pelo Diretório Regional em São Paulo e a utilização do mesmo, definido pela Comissão Executiva do Diretório Central.

[...] atendendo sugestão do sr. Ministro da Guerra, seria entregue ao Presidente da República, por intermédio do sr. General Eurico Gaspar Dutra, da quantia de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) em cheque do Banco do Brasil série CJ-1 número 328.054, para o fundo de assistência às viúvas e órfãos de soldados e marinheiros mortos em serviço de guerra (LDN-CE, 1945, p. 61)

A partir de 1945, a Liga já estava pensando na questão da desmobilização mas, principalmente, no apoio às famílias dos militares mortos em combate. No dia 2 de maio de 1945, as tropas alemãs se rendiam incondicionalmente em toda a Itália. A guerra terminava para os brasileiros. “Enquanto ela durou, 443 expedicionários morreram, em diversas circunstâncias, na frente ou na retaguarda. A FEB permaneceu até 3 de junho como tropa ocupante e depois retornou ao Brasil” (FERRAZ, 2005, p. 65).

O foco voltava-se para a realidade interna brasileira. No Estado do Pernambuco foi assassinado o estudante Demétrio Souza Filho o qual se manifestava em Recife, em favor da realização de eleições direta e da democracia. A Comissão Executiva, em 19/03/1945, enviou telegrama ao presidente da União dos Estudantes, daquele Estado. Nele constava voto de pesar pelo falecimento e lamentava que, enquanto brasileiros lutavam na Europa com o sacrifício da própria vida em prol da dignidade brasileira contra regimes de agressão e tirania, tais acontecimentos se desenvolviam no país. Conclui a Entidade que “não se repitam tais fatos a fim de que se fizessem eleições nas quais o povo escolhesse democraticamente seus dirigentes e membros do poder legislativo e que se processem em ambiente de mais respeito e cordialidade entre todas facções disputantes esses postos”¹⁵⁹ (LDN-CE, 1945, p. 62). Depois desta manifestação da Liga, não encontramos mais registros de Ata. A última Ata foi registrada em 16 de março de 1945 (relativa à Comissão Executiva), tornada sem efeito pela Dra. Orminda Bastos, com assinatura que consta de 22 de dezembro de 1945. A Comissão Executiva de 20 de março de 1945 até 8 de março de 1946 não possui registro algum. Não identificamos falta de folha no livro, apenas a ausência de registro, tendo em vista que as folhas são numeradas sucessivamente (de 1 a 100 folhas). Acreditamos que a partir do

¹⁵⁹ A regência e a ortografia estão erradas nesta passagem, mas seguimos a transcrição rigorosa do que constava na Ata.

momento em que a Entidade começou a se posicionar sobre a situação interna do país, foi prontamente censurada. O Livro de Atas do Diretório Central possui registro de reuniões realizadas em 31 de julho de 1944, 27 de setembro de 1945 e a seguinte apenas em 21 de janeiro de 1946.

Hélio Silva (1984, p. 99) não credita aos bravos pracinhas participação, nem mesmo influência, na conspiração da qual emergiu a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN. Porém, pesquisas atuais, como a obra de Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2014; 2008) e a de Teresa Eisenburg (2015), revelam que a participação da FEB influenciou o término do Estado Novo, com a deposição de Getúlio Vargas. Para ilustrar o momento, destacamos um documento pouco conhecido, que foi enviado a Vargas, por intermédio da Liga da Defesa Nacional. Oficiais que estavam em combate divulgaram, em abril de 1945, o manifesto intitulado “A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional”¹⁶⁰, o qual trouxe grande mal-estar, pois pleiteava-se para o Brasil paz, liberdade e progresso, ou seja, o retorno à democracia e o desenvolvimento econômico. O manifesto dos militares da FEB foi encaminhado ao presidente da Liga da Defesa Nacional, que, em tese, era o próprio presidente da República, ou seja, Getúlio Vargas. Cabe destacar, nas análises sobre a FEB, a rápida desmobilização dos Expedicionários, após o retorno do Teatro de Operações. Uma hipótese sobre a rápida desmobilização, sugerida por Paulo R. R. da Cunha (2008), com a qual concordamos, de acordo com o que foi fundamentado acima, é que a rejeição da participação dos militares na política incomodava a cúpula militar e, particularmente, Vargas. Entretanto, cumpre destacar que a Liga da Defesa Nacional ainda não era presidida por Osvaldo Aranha, apesar do mesmo ter rompido temporariamente com Getúlio Vargas, conforme consta em Ata da Comissão Executiva de 27/09/1945, a qual trata, entre outras coisas, da indicação das atividades a serem realizadas no biênio 1945-1947.

[...] Nós, abaixo assinados, membros do Diretório da Liga da Defesa Nacional, presentes à 3ª Convocação da Assembleia Geral do Diretório, em 27 de setembro de 1945, votamos: Para preencher as vagas existentes no Diretório: Dr. Osvaldo Aranha, General Alcio Souto, Cel. Mario Travasso. Para Vice-Presidentes: Dr. Antonio Moitinho Doria, Ministro Ataulpho Nápoles, Ministro Thompson Flores, Dr. Leopoldo da Cunha Melo, General Maria Ary Pires, General Pedro Cavalcanti de Albuquerque, Gen. Oscar de Araújo Fonseca. Dr. Carlos Olinto Braga, Dr. Osvaldo Aranha, Coronel Juarez Távora, Comandante Álvaro Alberto, Para Comissão Executiva: Presidente: Dr. Osvaldo Aranha; Vice-Presidente: Coronel Juarez Távora,

¹⁶⁰ Análise perspicaz sobre este documento, intitula-se “Um manifesto elaborado no calor das batalhas”, do Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, na obra “Manifestos políticos do Brasil contemporâneo”, organizado em 2008, pelo Dr. Lincoln de Abreu Penna. Vale destacar que, nesta obra, inclusive, consta uma reprodução do manifesto, com a relação dos 300 oficiais signatários.

Secretário Geral: Dr. Olinto da Gama Botelho, 1º Secretário: Comandante Waldemar de Araújo Motta; 2ª Secretaria: Dra. Orminda Bastos (LDN, 1945, p. 92)

Oswaldo Aranha, depois de sérios atritos com o chefe de polícia Coriolano Góes, pede demissão do Ministério das Relações Exteriores. “Assim ele, que já era considerado como o virtual chefe da “ala liberalizante” do governo getulista, passa definitivamente para o quadro dos oposicionistas (GOMES, 1996, p. 231). Em 10 de agosto de 1944, Coriolano fechou a Sociedade dos Amigos da América, com o que precipitou uma crise que acabou com a Chancelaria Oswaldo Aranha (MACCANN, 1995, p. 264). Como destacamos, tanto a Liga da Defesa Nacional quanto a Sociedade de Amigos da América foram compostas por integrantes do Partido Comunista. Quem presidia as reuniões do Diretório Central era o Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, também presidente da Comissão Executiva à época, o qual, desde 15 de setembro de 1943¹⁶¹ liderava as atividades da Entidade (LDN, 1943, p. 84). A Liga da Defesa Nacional abrigava uma parcela considerável da oposição ao regime Vargas, mas reunindo os militares com a parcela dissidente dos civis que apoiavam Getúlio Vargas. Consideramos, por hipótese, por meio do cotejamento das fontes primárias e secundárias acima mencionadas, que a Liga facilitou o envio do documento elaborado pelos expedicionários, por congregar esta parcela oposicionista ao regime. Entretanto, quando provavelmente foi aventada a possibilidade da elaboração do Manifesto por comunistas, este foi prontamente silenciado. Isto é apenas uma hipótese, pois não encontramos referência direta ao Manifesto em nenhuma fonte primária¹⁶², sendo que esta suposição poderá ser comprava materialmente em pesquisas futuras, por meio de novas fontes que possam surgir.

Assim, sustentamos que, a partir do momento em que a LDN se manifestou sobre a morte de um estudante, como feito pela Comissão Executiva, conforme apresentamos acima, a Entidade internamente é prontamente censurada. Por outro lado, o Manifesto da FEB foi subscrito majoritariamente por oficiais do Exército (havia entre eles um capitão aviador da Força Aérea Brasileira, comunista histórico), sendo datado de abril de 1945 (CUNHA, 2008,

¹⁶¹ Nesta reunião, estavam presentes os seguintes membros efetivos: Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Coronel Oscar de Araújo Fonseca, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Desembargador José Duarte Gonçalves da Rocha, Dr. Carlos da Silva Araújo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, General Heitor Augusto Borges, Dr. José Antonio da Rosa, Dra. Orminda Bastos, Dr. Mozart Lago, Major Jeová Mota e Dr. Olinto da Gama Botelho (LDN, 1943, p. 84).

¹⁶² Expusemos, em várias ocasiões nesta Tese, as dificuldades de acesso às fontes primárias, mas também, a omissão “acidental” ou “deliberada” de períodos de registros em vários trechos dos Livros de Atas, tanto da Comissão Executiva quanto do Diretório Central.

p. 187). Há, no Manifesto, em torno de 300 assinaturas¹⁶³. Acreditamos que se confirma a Tese proposta por Paulo R. R. da Cunha (2008), de que a publicação do manifesto foi um dos motivos que culminou na rápida desmobilização dos expedicionários, após o retorno ao Brasil.

Paulo Ribeiro R. da Cunha (2014) destaca as articulações com núcleos organizados do Setor Militar, o qual atuou no Sul do País e no Rio de Janeiro, mas, mais significativamente na Liga, conforme destacamos no Capítulo anterior.

[...] Até fins de 1945, a Entidade confluiria no seu interior para a mais importante intervenção organizada de seus militantes nas Forças Armadas, tendo uma ação política a favor da entrada do Brasil na Guerra e na luta contra o fascismo, para pouco depois, às vésperas do término da Segunda Guerra, alavancar propostas contundentes pela anistia e a democracia (CUNHA, 2014, p. 130)

É notório que, enquanto a Liga da Defesa Nacional realizava o trabalho de angariar fundos e contribuir para o esforço de guerra, ela foi apoiada e até financiada. Portanto, com o final da II Guerra Mundial, Vargas tentou dar o último golpe para manter-se no poder, censurando os trabalhos da Entidade, entre março a setembro de 1945, e desmobilizando a Força Expedicionária Brasileira logo após seu desembarque no Brasil, a partir de julho de 1945.

4.3. Fim da era Vargas e a conciliação política no pós-guerra.

A partir de 1944, estava no clímax o movimento pela abertura política. O movimento pela anistia, e a sua concessão, constituíram o prelúdio da democratização política inevitável, situada no quadro geral de derrota do nazi-fascismo (SODRÉ, 2010, p. 354). É formada a União Democrática Nacional – UDN, em fins de 1944, pressionando o presidente ditador para que marque eleições. A liberdade de imprensa foi alcançada nesse mesmo ano, preludiando, como afirma Sodré (2010), o quadro em que as forças políticas teriam de definir-se e dividir-se para a disputa do poder.

Entretanto, o governo não assiste passivamente a essas manifestações, e reage de forma violenta aos protestos e passeatas antiditatoriais. Concomitantemente, começam as defecções de civis e militares no interior do governo. [...] Góes Monteiro afasta-se do comando do estado-maior do Exército e Oswaldo Aranha pede demissão do Ministério das Relações

¹⁶³ A íntegra do Manifesto e de seus signatários, bem como suas patentes na ocasião da divulgação, podem ser encontradas no *Jornal Nova Democracia*, Ano 1, nº 8, abr. 2003, bem como em anexo, no texto do Dr. Paulo Ribeiro da Cunha que consta nas referências desta Tese.

Exteriores, passando a fazer parte dos quadros oposicionistas (SINTONI, 1999, p. 74).

No Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, em 27 de setembro de 1945¹⁶⁴, era realizado o balanço dos trabalhos efetuados no período de 1943 a 1945. Não é feita nenhuma menção ao Manifesto dos Pracinhas, analisado por Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2008), muito menos sobre a manifestação da Comissão Executiva sobre o assassinato do estudante em Recife. Por outro lado, destaca-se as atividades realizadas para preparar o povo para a guerra, a ajuda à Força Expedicionária, sem mencionar o desembarque no Brasil da FEB, notadamente os serviços realizados pelos Departamentos Feminino e Militar, entre outras coisas. Ressaltaram a participação do General Tasso Fragoso na LDN e prestaram homenagens devido ao falecimento recente dele. O Coronel Juarez Távora, referindo-se ao general falecido, solicitou que constasse em Ata o discurso pronunciado, em nome do Exército, pelo General Pedro Cavalcanti:

[...] A vida de Tasso Fragoso, na família, como soldado ou cidadão representa, [...] a expressão da grandeza humana. Dê-a Escola Militar, ao tempo de Benjamim Constant, de que foi discípulo predileto, manteve o mesmo rumo. [...] A carreira militar, entretanto, fôra para ele o sentido permanente de uma vocação. [...] muito moço já renuncia a uma cadeira de deputado. Tenente, regeita ainda pastas de governo. No derradeiro posto é verdade que foi revestido em funções momentâneas de governo; mas em circunstâncias excepcionais da vida brasileira. [...] deve-se-lhe o projeto de construção do Forte de Copacabana [...] Ao lado de Cruls colabora nos serviços de demarcação da área no planalto central em que se deveria construir a nova capital do Brasil [...] Pela minha palavra e a investidura do mandato com que me honrou o senhor Ministro da Guerra, o Exército compungido de se despede (LDN, 1945, p. 90-92)

O Coronel Tasso Fragoso resgata, em nossa interpretação, o papel proposto por Góes Monteiro em sua obra¹⁶⁵ para aos militares do Exército, no sentido da vocação para a carreira. Osvaldo Aranha não estava presente nessa reunião da Liga que o indicou para liderá-la a partir de 1946. Cabe destacar que, em conversa com Jefferson Caffrey, embaixador americano, Aranha declara “veladamente que veteranos da Força Expedicionária Brasileira

¹⁶⁴ Compareceram, a esta reunião, os seguintes membros efetivos do Diretório Central: Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Ministro Francisco Thompson Flores, Conde Ernesto Pereira Carneiro, Dr. Carlos Olinto Braga, Ministro Otávio Kelly, Desembargador José Duarte, General Pantaleão da Silva Pessoa, Coronel Juarez Távora, Dr. Eduardo Bartlett James, General Heitor Augusto Borges, Major Joaquim Francisco de Castro Júnior, General Oscar de Araújo Fonseca, Dra. Orminda Bastos, Dr. Elias Grego, Comandante Álvaro Alberto, Dr. José Antônio da Rosa, Oscar Weinschenck, Eugênio Gudín, Odílton Braga, Valdir Medeiros Duarte, Tenente Coronel Inácio de Freitas Rolim, Comandante Valdemar de Araújo Mota, Professor Haroldo Valadão, Dr. Carlos da Silva Araújo e Dr. Olinto da Gama Botelho.

¹⁶⁵ GOES MONTEIRO, Pedro A. **A revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Odersen editores, s.d.

dirigiriam o País depois da Guerra” (MACCANN, 2005, p. 266). Neste sentido, percebemos que a reunião da Liga, em setembro de 1945, foi um balanço das atividades e uma forma de aparar as arestas, devido à censura sofrida pela Entidade por se manifestar politicamente. A questão central, também, era arquivar o relatório financeiro da Entidade, pois o Conselho Fiscal não recebera com antecedência a documentação comprobatória dos gastos efetuados durante a campanha de apoio à FEB, que deveria ter sido enviado pelo Tesoureiro, Dr. Elias Grego. Diante disto, o Dr. José Antônio da Rosa, representante do Conselho Fiscal, recusou-se a emitir parecer sobre as contas da LDN. Entretanto, o Ministro Francisco Thompson Flores¹⁶⁶ propôs a aprovação do relatório e das contas apresentadas pela tesouraria, independente de conferência pelo Conselho Fiscal. O próprio Coronel Juarez Távora afiançou os trabalhos da Comissão Executiva, sendo que ele era presidente do Departamento Militar. O Oficial declarou que todas as ações da Comissão Executiva foram adequadas. Desta forma, as contas foram aprovadas sem conferência. Porém, nos anos seguintes, foi identificado que a Liga estava praticamente falida. Todo o dinheiro arrecado foi gasto. Cumpre destacar que foi eleito vice-presidente da Comissão Executiva o próprio Coronel Juarez Távora, sendo o presidente Osvaldo Aranha que havia sido indicado nesta reunião¹⁶⁷, ou seja, ele seria uma das lideranças da Entidade no próximo período que analisaremos (1945-1964).

Consideramos que a Diretoria Central, após o final da guerra, expulsou todos os elementos que poderiam ser identificados como possíveis comunistas. Desta forma, para evitar qualquer infiltração comunista, foram fechados todos os Departamentos criados para o esforço de guerra. O silêncio revela, também, a necessidade de conjugar todos os esforços para liquidar o ambiente pós-guerra.

[...] O descontentamento e a hostilidade crescentes nas camadas mais baixas da população lançavam ondas que se propagavam escala social acima, ampliando a unidade das classes conservadoras superior e média e tornando difícil o apoio do Exército ao regime. Além do mais, os políticos adivinharam corretamente que a política dos EUA estava mudando de uma posição de manutenção de Vargas à garantia de determinados interesses (MACCANN, 2005, p. 268).

¹⁶⁶ O ministro Francisco Thompson Flores foi relator das contas do exercício de 1936, as quais receberam parecer contrário à aprovação, acolhido pelo Plenário da Corte em sessão de 26 de abril de 1937. Tal atitude, amparada por critérios técnicos, teve como consequência o seu afastamento do Tribunal, ainda em 1937, por ato do governo que o colocou em disponibilidade, vindo a se aposentar em outubro de 1950. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-francisco-thompson-1> . Acesso em: 20/04/2016.

¹⁶⁷ **Comissão Executiva – 1945-1947:** Presidente: Dr. Osvaldo Aranha; Vice-Presidente: Coronel Juarez Távora; secretário-geral: Dr. Olinto da Gama Botelho; 1º Secretário: Comandante Waldemar de Araújo Mota; 2º Secretário: Dra. Ormindia Bastos; Tesoureiro: Dr. Elias Grego; Conselho Fiscal: Dr. José Antônio Roza, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Dr. Carlos da Silva Araújo (LDN, 1945, p. 92).

Não concordamos com Frank MacCann (2005) de que os políticos adivinharam. O contexto político de insatisfação, devido à escassez de alimentos, preços altos, falta de transportes, habitação, instalações de saúde e médicas, era acompanhado diuturnamente pela oposição ao Governo. As pensões não eram pagas, além da repressão realizada pelo regime ditatorial a qualquer tipo de oposição, principalmente os comunistas. Como bem considerou Tullo Vigevani (1991, p. 82), delineou-se para o Brasil a política dos Estados Unidos de decidida oposição a qualquer intenção que se contrapusesse a sua total hegemonia no continente americano. Neste sentido, Vargas começou a sofrer a oposição do governo norte-americano, que iniciou intervenção nos assuntos internos brasileiros para opor-se ao nacionalismo.

Precisamos contextualizar o ambiente com o fim da II Guerra Mundial. Na corrida armamentista, o mundo “rachou” e foi dividido entre norte-americanos e russos, ou seja, entre capitalistas e comunistas. Paradoxalmente, as duas potências hegemônicas se armavam atômica e quimicamente para uma possível Terceira Guerra Mundial, porém eram as mesmas que tentavam evitar com desespero a hecatombe. Assim, nessa nova lógica neurótica e perigosa, os serviços secretos passariam a ser valiosos, os quais, no Brasil, estavam em formação desde 1927. Lucas Figueiredo (2005, p. 49), afirma que “com bomba ou sem bomba, os países teriam de vigiar-se 24 horas por dia, num jogo de somar, dividir e multiplicar cujo resultado final deveria ser zero, justamente o escore que garantiria o equilíbrio e a sobrevivência do planeta”. Assim, a Guerra Fria estava para lá de quente.

Nos campos de batalha da Itália, a FEB atuara subordinada ao Exército dos Estados Unidos, como apresentamos neste capítulo. Muitos oficiais que voltaram da guerra estavam impressionados com a máquina de guerra americana. Até então, o Exército tinha apreendido doutrina de guerra alemã e francesa. Cada uma delas teve sua relevância, que destacamos em alguma medida, no transcurso desta Tese. Este parêntese que aqui realizamos é de fundamental importância, para entendermos como a Liga da Defesa Nacional interagiu neste contexto demasiado complexo. Não temos a pretensão de esgotar as discussões sobre este assunto, mas apenas apresentamos a extensão do problema, para definir a participação dos militares na política e o desenvolvimento da ação política da LDN. Diferentemente do que afirma Lucas Figueiredo (2005), não cremos que o anticomunismo foi criado no Brasil pelos americanos. Mas, que o anticomunismo brasileiro foi reforçado sobremaneira, a partir deste alinhamento de parcela dos militares brasileiros à política externa estadunidense. Temos de fundamentar que não foi o Exército que se alinhou aos Estados Unidos, mas sim uma parcela

dos militares do Exército Brasileiro, em sua maioria ex-febianos, e os criadores da futura Doutrina de Segurança Nacional, o que desenvolveremos no próximo capítulo.

[...]O imperialismo unificara-se, concentrando agora no país governado por aquele Dutra civil que era Truman. O instrumento fundamental da guerra fria era o anticomunismo: servira ao nazismo e ao fascismo, irá servir agora à “grande democracia américa”. Abrigar-se ali, então, a cornucópia dos “auxílios” aos governos que adotassem o anticomunismo como filosofia básica. Nessa gigantesca moldura internacional é que se inseria a missão do governo Dutra: a de continuar a ditadura por outros processos (SODRÉ, 1986, p. 276).

Não era apenas parcela dos militares que tinha aversão aos comunistas. Por interesses eleitorais, os partidos políticos como os citados acima (UDN e PSD), além dos tradicionais, tinham ojeriza ao PCB. No período de 1945 a 1947, o Partido Comunista Brasileiro passou de 5 mil para 180 mil filiados, sendo que ele obteve a melhor performance entre todos os partidos no Distrito Federal, conquistando 36% das cadeiras da Câmara de Vereadores. Na Assembleia Constituinte de 1946, por exemplo, os comunistas conseguiram fazer uma bancada de 14 deputados (entre eles, Carlos Marighella e Gregório Bezerra) e um senador (Luiz Carlos Prestes) (FIGUEIREDO, 2005, p. 54).

Entretanto, não havia como esconder que a crise final estava em marcha e que o governo Getúlio tinha seus dias contados, pois grande parcela dos militares já não o apoiava. A maioria dos generais conspirava em reuniões com oposições civis. Entre vários fatos que aconteceram, que foram muitos, Vargas ainda tentou dar um último suspiro, convocando Góes Monteiro e Dutra para uma conferência. “Os generais reunidos no Ministério da Guerra recusam as propostas getulistas e propõem-lhe a renúncia ao cargo, em troca de garantias pessoais para o Presidente e seus familiares” (MACCANN, 2005, p. 238). “Em outubro de 1945, o Estado Novo tinha seu ponto final com um ultimato dos generais que depôs Getúlio Vargas, o que significava que a política de União Nacional gestada ao longo daqueles anos teve de se readequar a um novo cenário político” (CUNHA, 2014, p. 209).

CAPÍTULO 5

SITUAÇÃO ESTRATÉGICA OU RETORNO DO PERIGO VERMELHO?

Neste Capítulo, apresentaremos as consequências de toda a construção anticomunista na Liga da Defesa Nacional, a partir dos anos 1930. Assim, seria uma situação estratégica ou mesmo o retorno do perigo vermelho? Esta pergunta é pertinente, pois a Entidade entrou em um período de relativo ostracismo, a partir de 1945. Diante da efetiva participação política nos anos de 1920 e 1930, discorreremos o quarto momento da história política da Entidade. Nosso recorte histórico será o período entre 1945 a 1964. Precisamos deixar claro que não temos como realizar uma análise detalhada, pois este período é denso na historiografia brasileira, bem como diversas nuances fogem à nossa capacidade de compreender a totalidade social. Assim, não temos a pretensão de esgotar o tema, mas apenas demonstrar qual a posição política, neste contexto, da Liga da Defesa Nacional e sua intervenção.

Desta forma, iniciaremos a exposição abordando como os membros da Entidade interagiram com as principais campanhas centradas para a busca do desenvolvimento Nacional. Neste escopo, apresentaremos como a Entidade debateu alguns aspectos da campanha do petróleo e da gestão do General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República de 1946 a 1950. Objetivamos demonstrar em que medida a Entidade, enquanto aparelho privado de hegemonia, continuou sua campanha contra o comunismo.

Em consequência, da década de 1950, apresentaremos em que o suicídio de Getúlio Vargas impactou e o reflexo para Entidade, a qual ficou em relativo ostracismo durante os anos de 1953 até 1958. Deste período, discorreremos sobre quais foram as ações da Entidade e das lideranças civis e militares que articularam com o poder estatal e a sociedade civil para renovar sua relevância na política. A partir de 1958, a Entidade retoma o seu escopo, ancorada no seu histórico projeto de modernização conservadora, mas reforçado, também, pelo amadurecimento do anticomunismo, ou seja, a Entidade reelabora a simbiose entre nacionalismo conservador e anticomunismo. Assim, apresentaremos o retorno das atividades de Educação Moral e Cívica da Entidade, mas, principalmente, esta como um aparelho hegemônico que integrará civis e militares para articulação contra o comunismo.

Concluiremos com a ação da Entidade que contempla o fim do governo JK, com a posterior saída de Jânio Quadros, culminando com as disputas para o impedimento da posse de João Goulart. Apresentaremos quais foram as principais ações da Entidade, por meio de um discurso nacionalista, permeado pela moderna construção ideológica anticomunista. Apresentaremos como a Liga agiu nos bastidores, vinculada à diversas associações da sociedade civil, bem como de parcela do *staff* da burocracia civil e militar.

5.1. Campanha em favor do petróleo e ostracismo político.

Mesmo quando Getúlio Vargas já cedia abertamente terreno, durante os primeiros nove meses de 1945, conforme afirma Thomas Skidmore (1976, p. 85) os constitucionalistas liberais, organizados pela UDN, compartilhavam negociações com o Exército, no intuito de resguardar seus interesses. Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, conforme apresentamos no capítulo anterior. “José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, dirigiu o país até 31 de janeiro de 1946, quando Eurico Gaspar Dutra foi eleito” (GOMES, 1996, p. 239). Ângela Maria de Castro Gomes (1996) afirma que o golpe que depôs Getúlio Vargas foi puramente político, não uma revolução socioeconômica. Países encontravam-se “afogados” na maré democrática que varreu o mundo com a vitória contra o nazi-fascismo, em uma situação internacional na qual a União Soviética era, em tese, “aliada”, pois a chamada “guerra fria” ainda não se manifestara. Neste contexto, as lideranças políticas conservadoras foram obrigadas a manter as aparências. As eleições aconteceram em um clima de liberdade democrática, que comportou a presença dos comunistas que conquistaram expressiva eleição no pleito de 1946.

As eleições realizadas a 2 de dezembro foram, como é da opinião geral, dirigidas com imparcialidade, e se passaram sem maiores incidentes. Os adeptos de Dutra não precisavam ter-se preocupado. O ex-Ministro da Guerra obteve 55 por cento da votação nacional, com inclusive uma confortável margem de diferença nos Estados-chave: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Eduardo Gomes recebeu 35 por cento dos votos. Muito surpreendente foi a relativamente grande votação do candidato comunista, Fiúza, que recebeu 10 por cento do total nacional. Nas eleições para o Congresso, o PSD ganhou 42 por cento dos votos (151 cadeiras), a UDN, 26 por cento (77 cadeiras), o PTB, 10 por cento (22 cadeiras) e o PCB, 9 por cento (14 deputados e um senador)¹⁶⁸. Os votos restantes e as respectivas cadeiras foram para candidatos de partidos menores. A conclusão era inevitável: mesmo com Vargas substituído por um candidato apagado, a frágil aliança presidencial dos “de dentro” podia sobreviver a uma eleição livre (SKIDMORE, 1976, p. 90)

Assim, na Assembleia Constituinte de 1946, os comunistas conseguiram uma bancada considerável, a qual incomodou as classes dirigentes, que logo arranjarão uma maneira de colocar o PCB novamente na ilegalidade. “Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do PCB, sob o argumento de que ele era um partido estrangeiro, uma extensão do PC soviético. De volta à ilegalidade, os comunistas brasileiros eram o prato

¹⁶⁸ Dentre os deputados, estavam Carlos Marighela e Gregório Bezerra, e o Senador Luiz Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”.

do dia dos militares (FIGUEIREDO, 2005, p. 54). “Os militantes do PCB seriam uma “quinta-coluna” enquistada no território brasileiro, agindo na preparação do terreno para o futuro domínio do Kremlin” (MOTTA, 2002, p. 32). Diante deste cenário descrito acima, destacamos que as estruturas sociais e econômicas permaneceram as mesmas.

Neste cenário, consideramos que a Liga continuará prevenindo-se de infiltração comunista, envidando esforços para combatê-los. Entretanto, a guerra trouxe grande prejuízo à Entidade. Assim, dentro do contexto descrito acima, a Liga se reuniu em 27 de setembro de 1945, por meio do Diretório Central. A Entidade retomaria suas atividades apenas em 9 de janeiro de 1946, por meio da Comissão Executiva. Como destacamos anteriormente, Osvaldo Aranha foi eleito para liderar tanto a Liga da Defesa Nacional, quanto o Diretório Central, a partir de 1946. O ex-chanceler permaneceu na Liga da Defesa Nacional até setembro de 1954, logo após o suicídio de Vargas. Diante disso, logo na primeira reunião que presidiu, a tesouraria da Entidade informa que não havia dinheiro disponível para saldar seus débitos. Todos os recursos existentes, segundo consta, foram gastos no apoio à logística de guerra. A Liga protelou suas dívidas para o ano de 1947, aplicando o saldo ainda existente para saldar despesas imprescindíveis.

[...] por unanimidade autorizar o tesoureiro, dr. Elias Grego, a aplicar o pequeno saldo existente conforme as necessidades da Liga da Defesa Nacional e a fazer pagamentos por conta da subvenção a receber no próximo ano de mil novecentos e quarenta e sete, como antecipação de recita (LDN-CE, 1946, p. 64)

Depois desta reunião realizada em 1946, a Comissão Executiva da LDN reuniu-se apenas em 4 de junho de 1947, 26 e 31 de agosto de 1949, finalizando com a última reunião em 30 de agosto de 1950. A partir de 1950, a Comissão Executiva entrou em ostracismo, retornando às atividades apenas em 29 de maio de 1958¹⁶⁹. Diante deste cenário, por que a Comissão Executiva permaneceu praticamente inativa por quatro anos? O que aconteceu depois de 1950? Vamos tentar responder, por partes. Neste subcapítulo, apresentaremos as discussões em torno do petróleo, particularmente até o início da década. Mas, além disto, abordaremos alguns aspectos da manutenção do anticomunismo, egresso do início da década de 1930. Entretanto, o que assustou a Entidade foi a infiltração comunista.

Mas esta intervenção não passaria incólume. Após este período, as reuniões centralizaram-se todas no Diretório Central. Este estava muito ‘reativo’. Em reunião de 21 de janeiro de 1946, Osvaldo Aranha discutiu a reorganização dos serviços internos da Liga.

¹⁶⁹ O livro de Atas não possui rasuras. De fato, as folhas referentes aos períodos citados são sequenciais da página 64 até a página 67 do livro, incluindo verso.

Devido àquela fase da vida brasileira, eles não eram mais necessários. Osvaldo Aranha considerou importantes os trabalhos da Liga no esforço de guerra, particularmente pela ação dos seus Departamentos. Ele ponderou que, restabelecida a paz, não mais se justificava a continuação deles, pois tinham sido criados para atender à situação específica do conflito armado. Mas a questão central não era apenas esta, mas sim, a infiltração comunista na Liga. O Manifesto dos Expedicionários¹⁷⁰, apresentado por Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, não é citado em momento algum nas fontes primárias a que tivemos acesso. Porém, a rapidez da desmobilização da estrutura para o esforço de guerra foi notável, principalmente pela seguinte citação do presidente da Comissão Executiva:

[...] considerando e louvando os trabalhos da Liga no esforço da Guerra, feitos por intermédio de seus departamentos, [...], criados como tinham sido, para atender as condições de emergência do conflito armado. Tanto mais quanto estavam sendo utilizados como instrumento político de um partido, que usava o nome da Liga para acobertar as próprias atividades. Atravez destes, puramente comunistas, e por consequência estranhos ao espírito e propósitos da Liga, começava esta a apartar-se das suas tradições, a dissolver-se no conceito público e a despersonalizar-se. Embora como legítimo democrata, reconheço ao partido comunista o direito de pregar suas ideias, achava ilógico se tivessem estas vindo abrigar na seda da Liga (LDN, 1946, p. 94).

Acreditamos que a citação feita por Osvaldo Aranha quanto à infiltração comunista revela-nos que houve diversas discussões sobre o assunto, que foi devidamente silenciado na Entidade. Assim, os civis e militares que integravam a Entidade estavam empenhados em envidar esforços para excluir qualquer possibilidade de infiltração comunista na Liga e, posteriormente, no próprio contexto político, devido ao fato de o Partido Comunista ser posto novamente na ilegalidade. Apesar de não declarar especificamente, em Ata, qual foi esta ação diretamente, não se descarta a repressão interna, principalmente pelo contexto social e político externo. A ação que desencadeou a desmobilização demonstra que havia situações que incomodavam os líderes da Entidade. O ex-chanceler afirma que os dispositivos estatutários afirmavam que a Entidade é “apolítica”.

[...] foram extintos pela Comissão Executiva, as Comissões de Delegados [...] Mais tarde, tendo tido conhecimento que alguns elementos que haviam sido excluído do quadro social da Liga da Defesa Nacional, dela faziam parte, providenciou então imediatamente para que a ação daquela associação não se fizesse sentir nem direta, nem indiretamente sobre a Liga da Defesa nacional, restringindo-lhe, em parte, as facilidades que de começo lhe concedera (LDN, 1947, p. 96).

¹⁷⁰ A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional (CUNHA, 2008, p. 193-199).

Desta forma, para combater o comunismo, a Liga desmobilizou a estrutura de sua participação efetiva na sociedade, mantendo o controle de suas atividades apenas no Diretório Central. Os integrantes da Entidade denominavam a LDN como “academia cívica”, centro de conselho das altas inteligências e capacidades em todos os ramos da atividade brasileira”, ou seja, demonstra o quanto a ação de elementos externos à orientação ideológica dos membros da Entidade incomodou. O General Pantaleão e os Coronéis Juarez Távora e Inácio Rolim foram incisivos pela extinção dos departamentos. Até o expediente da Entidade foi alterado, para ser realizado das 11h às 18h. Não foi permitido a realização de nenhuma reunião na Liga a não ser pelos sócios, sendo estas previamente autorizadas. A desmobilização foi tamanha, que Osvaldo Aranha fez aos membros “um apelo no sentido de que ajudassem a Comissão Executiva a reorganizar os Diretórios Regionais nos Estados (LDN, 1946, p. 94).

O crescimento do movimento de massas, em especial da luta operária e sindical, faria o governo pender para uma solução repressiva, cujo alvo básico seria o Partido Comunista, considerado – parcialmente de forma verdadeira – como o responsável por esta conjuntura. Há que se recordar, ainda, o progressivo desenvolvimento da “guerra fria” no plano internacional, que paulatinamente transformaria a União Soviética e o agora já existente “bloco socialista”, de aliados em inimigos fígados do mundo ocidental. Legalizado em 1945 pela força da maré democrática e antifascista, o PC viveria menos de dois anos de legalidade, nos quais crescera eleitoralmente, obtendo a posição de quarto maior partido nacional e obtendo, especificamente em São Paulo, a terceira posição em número de votos (GOMES, 1996, p. 242-243).

Entre 1945 a 1947, houve alterações significativas no cenário nacional. Com o fim do totalitarismo e a queda de Vargas, foi necessário substituir a Constituição de 10 de novembro de 1937. Visando criar pluralidade de partidos e de correntes ideológicas, a Assembleia Constituinte promulgou, em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição Federal. Neste sentido, o objetivo da nova Carta Constitucional era o de propor um caráter liberal e democrático para o País. Em 1947, iniciam-se, na Liga, as discussões acerca da Constituição de 1946 e o início dos estudos sobre a questão do Petróleo. Esses apontamentos históricos são importantes para nortear os rumos das discussões realizadas dentro da Entidade. Interessante apontamento de Eric Hobsbawm (2013), no qual afirma que, com a derrota do nazifascismo, os países do Terceiro Mundo legitimaram seu nacionalismo contra o comunismo, por meio de formas simples e assertivas de nacionalismo, que se adaptaram à sua conjuntura interna tanto social quanto étnica, ocorrendo conflitos com as classes que se propunham hegemônicas, mas articuladas pelo imperialismo americano.

[...] Somente na década de 1970 é que surgiram as legitimações alternativas para o nacionalismo. No Ocidente, grande parte das agitações nacionalistas do período, sendo basicamente dirigidas contra os regimes comunistas, reassumiram formas mais simples e mais viscerais de assertivas nacionais, mesmo quando não rejeitavam realmente qualquer ideologia emanada dos partidos comunistas dominantes. No Terceiro Mundo, o surgimento do integralismo religiosa, especialmente sob várias formas islâmicas, mas também com outras variantes religiosas [...] forneceu uma base tanto para o nacionalismo revolucionário quanto para a repressão nacional. (HOBSBAWM, 2013, p. 206)

Nesse sentido, a Liga da Defesa articulava sua maneira própria de definir a Nação. A Dra. Ormind Bastos¹⁷¹ propõe a execução de uma campanha de difusão popular dos direitos e deveres constantes da Constituição Federal. Ela tinha o suposto objetivo de esclarecer os cidadãos menos letrados sobre as vantagens que esta nova Constituição oferecia e criar o respeito coletivo aos fundamentos do regime democrático. Mas, na verdade, Sodré (2010) revela o que estava por trás da boa intenção:

[...] No dia 23 de maio de 1946, porém, vários deputados, senadores e os comunistas resolveram fazer um comício no Largo da Carioca. Não era possível deixar de transmitir ao povo o que estava se passando. Solicitaram permissão à polícia e esta não foi dada, nem recusada. Quando o comício ia no mais aceso do entusiasmo, policiais vieram acabar com a reunião e empregaram metralhadoras contra o povo. Os jornais do dia seguinte não esconderam o crime (SODRÉ, 2010, p. 361-362).

O objetivo destes intelectuais orgânicos, na campanha de ‘difusão’, era apaziguar as massas, para que estas não se envolvessem em manifestações políticas. Para a Liga, a questão da democracia era o mero respeito às instituições, evitando qualquer tipo de perturbação da ordem social. Realizamos esta inferência, pois a Dra. Ormind Bastos afirma que a promoção do texto constitucional serviria “para esclarecer os cidadãos menos letrados sobre as vantagens que esta lhe oferece e criar o respeito coletivo aos fundamentos do regime democrático” (LDN-CE, 1947, p. 65). Nessa reunião, na qual estavam presentes Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Comandante Waldemar Mota, entre outros membros, foi sugerido “apoiar a discussão e o estudo da questão do petróleo, a fim de interessar o povo na melhor solução da mesma, por meio de conferências públicas na sede da Liga” (LDN, 1947, p. 65). Estes intelectuais orgânicos militares tinham uma apreensão particular sobre a questão energética nacional. Todas as questões, tanto da democracia quanto do petróleo, apesar de aparentemente desconexas, estão intimamente vinculadas, particularmente no tocante à Entidade.

¹⁷¹ Reunião da Comissão Executiva realizada em 4/6/1947;

A partir de 1947, por conseguinte, o que se observa é a estruturação da “democracia liberal” tal como sempre a viram os donos do poder, ou seja, com qualquer movimento ou organização de massas sufocado e/ou atrelados ao aparelho burocrático do Estado, a par da manutenção das liberdades e garantias individuais, afiançadas pela Constituição. Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos trinta no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do período Dutra (GOMES, 1996, p. 244)

O petróleo era uma demanda estratégica, tanto por questões nacionais, quanto de viabilidade econômica, para o desenvolvimento do capitalismo. Assim, o interesse estava intimamente vinculado aos civis e militares que compuseram a Entidade. Eram questões caras que estavam na ordem do dia. A Entidade criou campanhas para discutir e estudar a questão do petróleo, com a finalidade de nela inserir a população. Foram realizadas conferências públicas na sede da liga, para conquistar apoio da população. Em 12 de novembro de 1947¹⁷², o General Pantaleão da Silva Pessoa destacou as campanhas cívicas que geraram um plano de ensino e divulgação dos preceitos da Constituição. Este período está diretamente relacionado à decretação de ilegalidade do Partido Comunista. Foram realizadas, naquele ano, diversas conferências patrocinadas pela Entidade destacando a Campanha do Petróleo, a qual foi orientada pelo então vice-presidente da Liga da Defesa Nacional, o General Juarez Távora.

[...] Ao final do primeiro governo Vargas, praticamente toda a corporação militar era adepta do desenvolvimentismo, mas o Exército havia se dividido entre aqueles que identificavam e aqueles que separavam os ideais de desenvolvimento econômico e as aspirações de desenvolvimento social, o que contribui para explicar as intervenções militares golpistas em 1945, 1954 e 1964, lideradas pelas cúpulas conservadoras das Forças Armadas (BASTOS E FONSECA, 2012, p. 18).

Interessante destacar que, nessa reunião, pela primeira, identificamos a participação de Carlos Lacerda¹⁷³ e também do então Coronel Humberto Castello Branco, que viria a ser o primeiro presidente depois do golpe civil-militar de 1964. Há uma nova orientação da atuação da Liga. Surge o termo “agir discretamente”, tanto nos assuntos sobre “democracia” quanto na questão do petróleo, além das questões pertinentes à fragilidade social da população residente

¹⁷² Reunião da Comissão Executiva realizada em 12/11/1947;

¹⁷³ Este adendo a Carlos de Lacerda é necessário, pois há, ainda, uma declaração às folhas 97 desse Livro, de que Carlos Lacerda foi eleito membro do Diretório Central. Porém, só encontramos outra citação ao nome dele, em Ata, na reunião realizada em 19 de maio de 1948 (LDN, 1948, p. 2). A Ata dessa reunião teve reconhecimento de firma, datado de 16 de março de 1948, da assinatura do Comandante Waldemar de Araújo Motta, à época 2º Secretário. Lacerda rompeu com o Marxismo em 1939, sendo contratado por Assis Chateaubriand para escrever no Jornal *Diretrizes* (MORAIS, 1994, p. 424). Lacerda permaneceu nos *Diários Associados* até 1945, quando passou a trabalhar como *free lancer* para jornais cariocas (MORAIS, 1994, p. 451-452)

na periferia das cidades. Osvaldo Aranha está diretamente envolvido, em conjunto com as demais lideranças atuais¹⁷⁴ da Liga.

[...] Trata em seguida, das atividades da associação que deve agir mais direta, embora discretamente, nos mais complexos problemas da vida nacional. Diz que todos sabem que a “Liga” não tem política, a não ser da grandeza do Brasil. Alude a estas medidas já tomadas pela “Comissão Executiva” em anteriores reuniões, como seja a da popularização da Constituição de 18 de setembro de 1946¹⁷⁵, por meio de uma espécie de cartela ou catecismo que ensine e explique ao povo os direitos e deveres dos cidadãos, o mecanismo da nossa democracia, o que podem e não podem fazer governantes e governadores, etc (LDN, 1948, p. 1-2).

Os intelectuais orgânicos da Liga manifestam que estas ações são fundamentais e urgentes para garantir a segurança interna do país, conforme consta em reunião de 12 de maio de 1948. Todas estas discussões estavam misturadas e eram discutidas em conjunto. O General Juarez Távora declara a “urgência de batalhas no mundo das ideias e das práticas cívicas, pela volta da convicção no prestígio do Brasil na sociedade internacional, em particular na América do Sul” (LDN, 1948, p. 2).

O Estatuto do Petróleo, de que era advogado entusiasta o general Juarez Távora, a que pertencia, sem dúvida, o comando da campanha de entrega dos recursos petrolíferos nacionais ao capital estrangeiro, apresentava algumas ressalvas, com a finalidade de simular o controle brasileiro sobre a exploração. Contra essas ressalvas, que lhes pareciam forma intervencionista inadequada, colocaram-se, em posição ainda radical, figuras como as dos srs. Fudin, Oscar Weinschenk e Alcides Lins, membros da Comissão de investimentos. O pensamento desses senhores – escreve o deputado Amando Fontes, em seu parecer na Câmara -, sem esforço se infere de seus escritos, é o que somos um pobre povo, sem técnica, sem dinheiro, incapaz de grandes empreendimentos, não nos restando, em consequência, senão cometer aos povos fortes, já ricos e civilizados, a tarefa de explorar nossas riquezas naturais (SODRÉ, 2010, p. 369).

Nessa ocasião, o General compara o Brasil com a Argentina, afirmando que o Brasil precisava despertar a consciência brasileira para os longos anos de hegemonia política que o país desfrutava, desde os tempos do Império. Desse modo, a campanha cívica, segundo Osvaldo Aranha, serviria para o restabelecimento da confiança dos próprios brasileiros.

¹⁷⁴ Estão diretamente envolvidos nestas questões aludidas acima: Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Bernardino de Souza, Juvenal Murтинho Nobre, Elias Grego, Ormind Bastos, Waldemar de Araújo Motta, Pantaleão Pessoa, Belmiro Valverde, General Valentim Benício, Joaquim, Francisco de Castro Junior, José Antônio da Rosa, Waldir Medeiros Duarte, Ignácio de Freitas Rolim, Eduardo Carneiro de Mendonça, Olinto da Gama Botelho, Apolo Miguel Besk e Carlos da Silva Araújo.

¹⁷⁵ Não há registro nas Atas desta reunião. Acreditamos que foi feita uma reunião para divulgação do ideário da Liga, sem necessariamente constituir uma reunião oficial dos sócios, da qual seria registrada uma Ata.

O ano de 1948 foi peculiar. Houve 4 (quatro) reuniões do Diretório Central¹⁷⁶, no mesmo ano. Na reunião, realizada em 19 de maio de 1948, houve a presença de 23 membros¹⁷⁷. Contudo, Osvaldo Aranha estava incomodado com a quantidade insuficiente, ou seja, a de 25 membros, para deliberação¹⁷⁸. Estava na ordem do dia a discussão sobre o petróleo. O General Juarez Távora estava envolvido nas discussões sobre o problema da escassez de petróleo. Era um produto estratégico para o desenvolvimento do País.

[...] Com a palavra o general Juarez Távora entra a focalizar a importância do problema do petróleo nacional, para cuja solução mais conveniente tem expandido ideias em conferências públicas realizadas nesta cidade e em S. Paulo (LDN, 1948, p. 3)

O General Juarez Távora estava engajado na campanha em prol do petróleo. Ele até elaborou um trabalho sobre o assunto, que distribuiu aos presentes naquela reunião; porém, o conteúdo desse trabalho não foi inserido em Ata. O objetivo do General era o de que os membros da Entidade se manifestassem e defendessem o documento. Entretanto, outro problema que incomodava a Capital Federal, citado por Osvaldo Aranha, era a situação social nos morros cariocas. A pobreza que assolava o país, naquela época, também incomodava os membros da Liga da Defesa Nacional. Entretanto, para os membros da LDN, “desigualdade social” era sinônimo de “deformidade moral”.

[...] pronunciou-se falando especialmente do problema das favelas do Rio e de outras capitais, declarando que, a seu juízo, mais que a nota desfigurante que apresentam na fisionomia das cidades, o que é grave é a deformação moral que sofrem as suas populações (LDN, 1948, p. 4).

A situação social do Brasil mobilizou os civis e militares que compunham a Entidade. Assim, em 26 de maio de 1948, ou seja, 7 (sete) dias depois dessa citação anterior, reuniram-se novamente os membros do Diretório Central¹⁷⁹, com a finalidade de analisar a

¹⁷⁶ Neste ano as reuniões ocorreram em 12, 19 e 26 de maio de 1948, mais uma reunião em 20 de outubro de 1948.

¹⁷⁷ Estavam presentes nesta sessão do **Diretório Central**: Dr. Osvaldo Aranha, Bernardino de Souza, Oscar de Araújo Fonseca, Belmiro Valverde, Apollo Miguel Besk, Alcio Souto, Pantaleão da Silva Pessoa, Waldemar de Araújo Motta, Eduardo Bartlett James, Rubem Rosa, Agnácio Rolim, Valdir Medeiros Duarte, Eduardo Carneiro de Mendonça, Ataulfo de Paiva, Ormind Bastos, Elias Grego, Heitor Augusto Borges, José Antonio Rosa, Carlos Lacerda, Humberto Castelo Branco, Carlos da Silva Araújo, Álvaro Tavares de Souza e Juarez Távora (LDN, 1948, p. 2).

¹⁷⁸ Cotejando os Livros de Atas do Diretório Central, do período de 1916 a 1960, verifica-se que em poucas ocasiões estiveram presentes 25 membros. Na maioria das reuniões, predominavam algumas lideranças, as quais tomavam o cuidado de citar em Ata. Em verdade, verificamos, que geralmente, os líderes da Comissão Executiva eram os responsáveis pelas decisões.

¹⁷⁹ Estavam presentes nessa sessão do **Diretório Central**: Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Elias Grego, Bernardino de Souza, Ary Pires, Belmiro Valverde, Pantaleão da Silva Pessoa, Carlos da Silva Araújo, Juvenal Murinho Nobre, Rube, Rosa, Coronel Antonio Fernandes Barbosa, Eduardo Carneiro de Mendonça, Coronel

campanha do General Juarez Távora para se discutir a proliferação das favelas no município do Rio de Janeiro. Segundo o Oficial General, elas “afeiam a cidade e corrompem as populações” (LDN, 1948, p. 5). Nesse momento, há uma ligeira preocupação com a pobreza e o controle das massas. Ana Amélia Carneiro de Mendonça interpelou os presentes sobre a necessidade de divulgação da Constituição vigente, sendo isso do mais alto interesse cívico, segundo ela. Essas ações da Entidade não tinham, todavia, qualquer compromisso com a situação socioeconômica. Osvaldo Aranha declarou aos presentes que fora providenciada uma “Cartilha” constitucional para ampla popularização, e que a Liga realizara conferências públicas sobre a Constituição. O General Pantaleão da Silva Pessoa propôs que fosse nomeada uma comissão para tratar do assunto. Osvaldo Aranha, então, envia a seguinte proposta:

[...] Indico que a Liga da Defesa Nacional, usando os recursos materiais e morais que estejam ou venham a estar em seu alcance:

- a) Impulsione a divulgação da Constituição de 1946, chamando atenção para a forma regular de modifica-la ou aperfeiçoá-la;
- b) Propague o conhecimento e compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos, especialmente em seu aspecto cívico;
- c) Ensine as razões humanas, históricas e políticas que conduziram o Brasil à preferência pelo regimen consagrado na Constituição vigente. Lembro como meios de ação:
 1. conferências na sede;
 2. Cartilha do cidadão (direitos e deveres);
 3. Promover o auxílio dos diretores de academias, ginásios, colégios, associações culturais e desportivas (reunião separada de cada grupo na LDN);
 4. Criação das delegações Estaduais e, no Rio, Delegações Distritais;
 5. Promover o auxílio dos Ministérios da Educação, do Trabalho, da Agricultura, da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica, da Viação, e, dos Prefeitos das grandes cidades (LDN, 1948, p. 5-6).

Para desenvolver as atividades acima descritas, foi designada Comissão composta pelos seguintes membros: Ministro Rubem Rosa, Coronel Humberto Castelo Branco e a Dra. Orminda Bastos. O General Pantaleão Pessoa também participou dos trabalhos, juntamente com o Dr. Armon de Melo, apenas no sentido de “ajustar as atividades”. Além das atividades acima descritas, estava presente a questão do petróleo, que era defendida e mobilizada pelo General Juarez Távora. O General afirmava, de maneira nacionalista, que o Brasil precisava mobilizar a produção no País. Ele constatou que o que se produzia no país era insignificante,

“comparado ao que produzem outros países, dentre até mesmo os que foram devastados pela última guerra, como a França, a Bélgica e a Holanda” (LDN, 1948, p. 6).

Foi o nacionalismo que forneceu, de fato, a trama da vida política, um nacionalismo sem nenhuma relação, à primeira vista, com o do período 25-40. Ninguém mais duvidava da existência de uma nação brasileira, e não era mais preciso buscar seus sinais no “caráter” ou no “temperamento” da população, nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali, constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional (PECAUT, 1990, p. 99).

O problema do custo das mercadorias importadas foi assinalado Dourival Teixeira Vieira, em sua Tese de Livre Docência, citado por Fonseca (2012, p. 476), intitulada “A obra econômica de Amaro Cavalcanti”, de 1948. Na tese, ele postula que o dinheiro sofre desvalorização em relação às trocas internacionais, pois o aumento do movimento econômico de produtos manufaturados, vindos de outras regiões industriais, em vez de baratearem, tornam-se cada vez mais caras e mais custosas e o seu engrandecimento torna-se mais aparente que real. Contudo, a crítica à situação colonial do país não significava necessariamente desprezar o capital estrangeiro, nem deixava de reconhecer sua importância para a própria industrialização. A maior parte dos defensores da indústria lamentava a omissão dos governos e propugnava maior intervencionismo, inclusive tarifas, mas julgava desaconselhável medidas radicais que pudessem prejudicar as relações com os grandes centros que, além de mercados consumidores, eram supridores tanto de bens de capital como de financiamento, todos realisticamente lembrados como indispensáveis à industrialização. O autor cita uma passagem da obra de Edgard Carone (1977, p. 22-23), ‘O pensamento industrial no Brasil’, onde consta manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, a qual fundamenta-se no exemplo americano, como modelo de sistema econômico que busca o equilíbrio entre a produção nacional e a importação estrangeira. Segundo aquela associação, toda prática baseada em regras invariáveis e absolutas é absurda.

Assim, Pedro Fonseca (2012) afirma que esse pragmatismo pode ser facilmente detectado por quem analisa o discurso dos defensores da industrialização, que complementamos, em nosso caso particular, com a então recém implantada Siderurgia e a necessidade de investimentos para a produção de petróleo. Interessante destacar que esse tom de ação deixa claro que as Teorias de David Ricardo, no tocante às vantagens comparativas, só ficam na teoria, pois, na prática, quem as operam, dependendo do cenário, leva prejuízo. A

questão que se coloca é a forma de direcionar o desenvolvimento nacional. Estão em pauta duas formas de realizar o desenvolvimento, sendo uma com capital nacional e outra com capital internacional.

[...] Isso se evidencia quando eles reivindicam para si mesmos coerência com a prática, com a “vida real”, denunciando os partidários do livre-comércio e da lei das vantagens comparativas como “teóricos”, voltados a teses desvinculadas da experiência. Ao tratarem os contendores como um grupo exótico e radical, ajudavam a construir uma imagem moderada de si mesmos, procurando ganhar adeptos entre aqueles que defendiam a vocação agrícola do Brasil e ao mesmo tempo não se mostravam contra a indústria: radicais e sectários eram os adversários, velho artifício do *modus faciendi* da política (FONSECA, 2012, p. 31).

Assim, o intervencionismo pró-indústria justifica-se, não por uma dedução abstrata, mas pela experiência histórica. O Liberalismo como lei natural seria uma farsa. O autor cita Amaro Cavalcanti, que, em 23 de julho de 1982, declarou que “por mais que digam ou se pretendam em contrário, os economistas ortodoxos, os quais, nesse particular, se identificam com os individualistas mais exagerados [...]” (FONSECA, 2012, p. 32). Pedro Fonseca (2012) afirma que esta crítica ao liberalismo era reforçada, recorrendo-se a autores clássicos como Adam Smith e Stuart Mill, demonstrando que estes autores não eram sectários, mas aceitavam a intervenção governamental.

[...] “Por isso os economistas não se ocupam de pretensas leis naturais e necessárias, as quais deixam nos livros, mas de leis do Estado ou de medidas ocasionais dos governos”. Ou ainda: “Economistas ortodoxos, dos mais insígnies, como A. Smith e Stuart Mill, são os primeiros a confessar que a ação auxiliar ou supletiva do Estado é certamente justificada”. A intervenção estatal estaria na própria natureza da economia: “E, com efeito, quem diz economia política diz, nos próprios termos, coisa que intervém o Estado, isto é, economia do Estado, *lato sensu*” (CARONE, 1977, p. 35 apud FONSECA, 2012, p. 32).

Para contextualizar a discussão econômica e social que ora analisamos, ancoramos em Pedro Fonseca (2012), o qual ratifica que seria necessário rever a história das civilizações mais adiantadas, com a finalidade de evitar conclusões em abstrações, mas sim fundamentadas em fatos reais e em experiências alheias. Assim, o autor conclui que não há nenhum ponto xenófobo, mas sim aproveitar as experiências históricas de outros países, adaptando-as de acordo com a realidade brasileira. Tal conclusão evitaria, segundo o autor, tom radical que advogava que cada nação deveria buscar seu próprio caminho, mais comum a autores marxistas do século XX.

Já em 20 de outubro de 1948¹⁸⁰, o Diretório Central voltava a se reunir. Porém, nessa ocasião, surgiu um problema grave que abalaria as atividades da Liga. O Coronel Ignacio de Freitas Rolim levanta suspeita de fraude no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) proposto pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra. O Coronel afirmou que a suspeita de fraude deveria ser explorada pela Liga. O Coronel afirmou que possuía cópia do referido Plano e gostaria de citar os nomes dos principais elementos que organizaram o plano em questão. Ele sugeriu que a Liga convidasse estes formuladores para realizar conferências na Entidade. Destacou ainda que havia outros assuntos além dos que constavam no Plano SALTE, como Educação Infantil, habitação, físicos, sociais e a situação internacional. No que tange ao aspecto de planejamento econômico nacional o “fracassado programa SALTE, que abrangia apenas investimentos públicos, foi o máximo que o governo Dutra conseguiu para se aproximar de um planejamento em escala nacional” (SKIDMORE, 1976, p. 99). Entretanto, apesar das críticas realizadas pelo Coronel Ignácio Rolim e a posição simplista de Thomas Skidmore (1976), o qual afirma que “Dutra se mostrou “desde logo, um presidente tranquilo apolítico”. Nada mais falso, em nosso entender” (GOMES, 1996, p. 242).

Consideramos, amparado em pesquisa recente, que o Plano SALTE foi importante para a contenção da inflação e proporcional à continuidade do desenvolvimento do Brasil, naquele período. Marcos Cordeiro Pires e Marina Gusmão de Mendonça (2015, p. 256) analisam que “o governo Dutra pode ser caracterizado por duas fases distintas: a primeira, de 1946 a 1947, em que houve a retomada dos princípios do liberalismo, com um mínimo de controle em cada setor; e a segunda, que se estendeu até o final do mandato, em 1951, em que houve o abandono da política liberal, adotando-se um rígido controle das importações e da taxa cambial”. Os autores afirmam que o Brasil havia saído da guerra com grandes saldos cambiais, acumulados em decorrência da drástica redução das importações, durante o conflito mundial. Assim, a política econômica de caráter liberal, adotada no início do governo Dutra, logo mostraria sua fragilidade, pois, ao permitir o desperdício de divisas conversíveis com a autorização para importação desenfreada de bens de consumo leves, além da aquisição de empresas europeias de serviços públicos, levou o país a uma crise cambial e ao aumento da inflação¹⁸¹.

¹⁸⁰ Estavam presentes nesta sessão do **Diretório Central**: Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Ignácio de Freitas Rolim, Joaquim Francisco da Costa Junior, Eduardo Carneiro de Mendonça, Waldemir de Araújo Motta, Elias Grego, Ary Pires, Pantaleão Pessoa Tavares de Souza, Rubem Rosa, Belmiro Valverde, Carlos da Silva Araújo, Alvaro Dias, Olinto da Gama Botelho e Juvenal Murtinho Nobre.

¹⁸¹ Para uma descrição do contexto econômico de maneira detalhada ver: MENDONÇA, Maria Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. *Formação Econômica do Brasil*. 2ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: LCTE Editora, 2015.

Oswaldo Aranha desconsiderou a proposta de analisar o Plano SALTE na Entidade, afirmando que seria mais interessante examinar o parecer da proposta sobre a Comissão de divulgação Constitucional. O Ministro Rubem Rosa apresentou o seu trabalho sobre a “Cartilha”. O Dr. Alvaro Dias sugeriu fazer a divulgação nas estações de rádio. Para tal esforço relativo à “campanha sobre a Constituição”, a Liga tomou as seguintes providências, conforme os itens de 1 a 5, da citação anterior:

[...] posto em votação item por item, o 1º foi aprovado sem objeções, o 2º [...] divulgação as estações de rádio [...] se ia fazer com a ABI, a Liga procurasse o Presidente da Federação de Estações de Rádio, afim de pedir seu apoio, foi então aprovado o item e mais este adendo; 3º foi aprovado, [...] daria a cartilha em tempo oportuno; o item 4º, foi aprovado sem objeções; quanto ao item 5º pediu a palavra o sr. Ministro Juvenal Ary Pires, dizer que não fosse os debates levado para a Praça Pública, como muito bem diz o trabalho apresentado pela Comissão, sendo em seguida aprovado (LDN, 1948, p. 7).

É registrada na Liga a recriação dos Diretórios Regionais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, Minas Gerais, após Oswaldo Aranha estabelecer contato com o Governador daquele Estado, além de associações como o *Rotary Club*. A preocupação era realizar a campanha no interior do Brasil, principalmente em municípios pequenos e áreas rurais. Os Estados precursores da campanha da Liga foram a própria Capital Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Oswaldo Aranha declara que essa propaganda precisava partir do próprio governo, no sentido de desvinculá-la da imagem da Entidade. O Coronel Ignácio de Freitas tentou novamente explorar as questões do plano SALTE, principalmente, apresentando-o à população, pois o povo precisava ter esclarecimentos sobre a situação econômica do país. O General Juarez Távora desconsiderou o Coronel e afirmou que a principal ação da Liga deveria concentrar-se na propaganda até o município:

[...] aos problemas apresentados pelo Coronel Rolim, acha que antes, já temos em mãos, o problema de divulgação da Constituição e que devemos nos preparar para ir resolvendo estes problemas por partes. Assim é que quanto ao Plano Salte, acha que nossa ação, pouco possa influir, pois que o Congresso nacional, ainda o está discutindo (LDN, 1948, p. 8).

As discussões que colocamos acima dão apenas uma pequena dimensão dos embates que havia naquele contexto histórico. Não temos a intenção de colocar todas as nuances dos debates. Mas, estes enxertos de algumas discussões, como o Plano SALTE, o direcionamento ideológico da população pobre e do interior e a campanha do Petróleo são apenas uma gota no oceano. Havia diversas discussões na Entidade entre estes intelectuais orgânicos, mas percebemos que a precedência “hierarquia” para decidir a agenda da Entidade era

determinante. Nossa proposta é apresentar o que se discutia numa Entidade que agia veladamente na história política brasileira. Como destaca Oliveiros S. Ferreira (2000, p. 98) “que diante dos problemas suscitados pelo desafio do desenvolvimento econômico, pela inflação que começava a corroer os salários da oficialidade e também pela rigidez com que o quadro internacional se apresentou”. Aqui vemos, em nossa interpretação, que “cai por terra” o conceito de Partido Fardado¹⁸², pois o próprio autor sugere que há grupos dentro das Forças Armadas, como bem analisa Sodré (2010)¹⁸³, sobre a participação dos militares nacionalistas e os expoentes do capital estrangeiro para investir no Brasil, sem necessariamente defender os interesses nacionais de desenvolvimento. Oliveiros S. Ferreira (2000, p. 99) considera que o “problema com que se defrontavam [...] é que as circunstâncias em que as Forças Armadas atuavam haviam mudado”. O Dr. Alvaro Dias afirmou que o problema do Brasil não era de educação “*on faition*”, mas que a Liga devia caminhar para dentro do partido.

Entretanto, o Dr. Osvaldo Aranha afirma que a Liga deve realizar incursões pelos Estados, de preferência nas localidades onde houvesse representantes da Liga, e por meio disto observar os partidos. A proposta de Osvaldo Aranha é avançada para a época. De fato, a obra de Antonio Gramsci é fundamental para analisar as premissas da Liga. Precisamos fazer um adendo a estas discussões. O que estava na ordem do dia era combater ideologicamente o comunismo, que avançava, segundo nossa interpretação.

O sr. Presidente [Osvaldo Aranha] em seguida, sugere que devíamos aproveitar a mesma comissão, que mediante uma audiência fosse ao Exmo Sr. Presidente da República, para explicar que a Liga poderia ficar com o encargo, de uma grande propaganda ao em vez de outras organizações, que estão sendo dispendiados para isto [...] a nossa ação deveria ser do centro para a periferia, que o Radio seria um grande elemento de divulgação para os grandes problemas em foco, como fossem com relação à saúde, educação, produção etc. (LDN, 1948, p.10).

A Liga da Defesa, como jornal, ou mesmo como partido militar, utilizava-se de seus intelectuais orgânicos para propor intervenções que julgasse pertinentes. A intervenção do Coronel Rolim revela que a questão na ordem do dia da LDN era a influência ideológica da “democracia liberal”, propondo a “consciência nacional” gestada na Entidade. Os problemas

¹⁸² A proposta relevante de Oliveiros S. Ferreira, entretanto, não concordamos com a expressão de Partido Fardado, pois interpreta o Exército como uma unidade única. Cabe destacar que o próprio autor desconsidera posteriormente este conceito, conforme abordamos no Primeiro Capítulo. Nossa Tese fundamenta a expressão que construímos de Partido Militar, enquanto órgão que congrega civis e militares para a causa que se constitui hegemônica para os civis e militares que integram a Liga da Defesa Nacional.

¹⁸³ Para uma compreensão da dinâmica dos debates no Clube Militar sobre a campanha do Petróleo e o desenvolvimento, com financiamento internacional ou nacional e, ainda os embates para a defesa destas duas propostas, entre os Generais Juaréz Távora e Horta Barbosa, respectivamente ver: Nelson Werneck Sodré. História Militar do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 365-417.

de acerto da economia política proposta por Dutra não eram o principal objetivo a ser discutido na Liga. Estavam criando, novamente, a estrutura de divulgação de um suposto “interesse nacional”, que deveria ser inculcado na população. A passagem a seguir deixa pistas do objetivo a ser alcançado:

[...] os partidos só se preocupam com os problemas do Brasil, por ocasião das eleições. Podemos uma vez que no interior não existe nenhuma propaganda, organizar desde logo nos Estados do Rio, Minas Gerais e S. Paulo e aqui mesmo no Distrito Federal [...] Pediu a palavra o Sr. General Pantaleão Pessoa que inicialmente disse ter sido proveitosa a sessão, mas sugeria que antes de mais nada, fosse levado por diante o trabalho do sr. Ministro Rubem Rosa. Assim, achava que desde logo fosse o Sr. Ministro Rubem Rosa, acompanhado da Comissão procurar se entender com a A.B.I., com Entidades de rádio que controla as estações e procurássemos fazer a sessão inaugural no dia 15 de novembro [...] no qual falasse nosso Presidente. Submetido a aprovação a sugestão apresentada pelo General Pantaleão Pessoa, foi a mesma aprovada. (LDN, 1948, p. 9)

Coronel Ignácio de Freitas Rolim, inconformado, afirma que não seria possível lançar essa campanha apenas com meia dúzia de membros da Entidade. Segundo o coronel, seria preciso contar com o apoio decisivo do Diretório Central. Ele afirmava que era necessário substituir alguns membros do Diretório, que não compareciam às sessões. [...] “O sr. Presidente explica que são homens de tradição, que não convinha retirá-los tanto mais nas horas decisivas, das horas de responsabilidades da Liga, sempre comparecerem” (LDN, 1948, p.10). Neste sentido, Osvaldo Aranha reuniu-se com o Presidente da República, com a finalidade de pedir que este auxiliasse a Liga no desenvolvimento do “trabalho moral”, ao invés de financiar outras organizações. Paulo R. R. Cunha (2011) apresenta uma versão memorialística de Nelson Werneck Sodré:

Paralelamente, a campanha pelo petróleo continuava e adquiria caráter nacionalista, independente da repressão desencadeada pelo governo Dutra (já próximo de seu término) e de seus aliados internos e externos. [...] Com certeza, era qualificado politicamente, já que pudemos detectar que ele era também um membro do PCB e, ao que parece, de uma base que o autor [Nelson W. Sodré] muito discretamente participava e que influenciava, o que não é de surpreender quando recordamos o cenário do Colégio, e a Escola Militar como palco de um debate. Havia outros membros do AntiMil¹⁸⁴ presentes, que também comporiam a mesma chapa nacionalista, mas vale um reparo sobre esta tão delicada questão. Era uma chapa nacionalista ampla, e esta não era e nunca foi uma chapa comunista ou por eles controlada, como se quis caracterizar, mas sim uma chapa com um amplo programa nacionalista progressista¹⁸⁵. Neste último grupo, a formação nacionalista de

¹⁸⁴ Como citamos anteriormente, AntiMil era um setor do Partido Comunista dentro das Forças Armadas.

¹⁸⁵ Curiosamente, também o Marechal Cordeiro de Faria, oponente de Estilac Leal à eleição do Clube Militar, apesar de concordar que havia uma forte corrente de militares de tendência socialista, para não dizer comunista,

muitos de seus membros tinha por origem a luta contra o nazi-fascismo, como combatentes da II Guerra, advindo daí o eixo norteador de uma leitura legalista entre outras de ordem cultural e, claro, muito influenciadas por aquele debate¹⁸⁶. É evidente que isto não impediu que todos, seja os comunistas ou nacionalistas, escapassem da lista de cassação e da prisão com o golpe de 64¹⁸⁷ (CUNHA, 2011, p. 246-248).

Dentre a oficialidade do Exército, havia alguns nacionalistas progressistas que compartilhavam, em parte, com a atitude do Partido Comunista, quanto à disputa militar entre os dois blocos mundiais. Porém, a fim de alimentar o anticomunismo na América Latina, os EUA começaram a investir pesado na doutrinação dos militares da região, sobretudo os do Brasil. Oficiais brasileiros passaram, então, a ser assediados por colegas americanos, com convites para estágios nas academias militares dos Estados Unidos.

Após essas diversas reuniões de 1948, a Entidade voltou a se reunir apenas nos meses de agosto e setembro de 1949. Não houve mais registros significativos sobre a atuação da Liga. Apenas foram inscritos alguns membros¹⁸⁸. A única ação da Entidade registrada em ata foram as eleições da Comissão Executiva, realizadas na reunião ocorrida em 14 de setembro de 1949¹⁸⁹. Cabe destacar que Osvaldo Aranha declarou, em Ata, que outra pessoa deveria assumir. Acredito que o reflexo das reuniões anteriores não agradou aos militares e ao próprio Presidente da República, devido à seguinte afirmação:

[...] o sr. Presidente, antes de encerrar a sessão agradece e acha que outro deveria ter sido o escolhido para ser o Presidente, mas que aceita e considera uma honra. Entende que a Liga da Defesa Nacional, deve ser uma mesma e que só se deve manifestar quando sua opinião for julgada necessária (LDN, 1949, p. 12).

Precisamos, nessa passagem, destacar algumas impressões e sugerir hipóteses. A questão do questionamento do Coronel Ignácio Rolim sobre o plano SALTE proposto pelo General Dutra, então presidente da República, pode ter causado alguma repreensão para a

se abstém de caracterizar a chapa nacionalista como expressão daquela corrente, ainda que fosse homogeneizada, até que, nas eleições subsequentes, o Clube Militar voltaria ao seu leito normal (CUNHA, 2011, p. 331).

¹⁸⁶ Como foi o caso do Brigadeiro Rui Moreira Lima, em depoimento a Silva, Hélio. “A vez e a voz dos vencidos: militares x militares. p. 220 e ou mesmo a do escritor e literato Capitão de Mar e Guerra Carlos Joaquim Magalhães, ou do comandante Glauco Prado Lima, em depoimentos a Paula dos Santos, Andrea. A esquerda das Forças Armadas. p. 278 (CUNHA, 2011, p. 331).

¹⁸⁷ Como podemos perceber pelo balanço dos expurgos na primeira lista de cassações: 122 oficiais, sendo 77 do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Morel, Edmar. O golpe começou. p. 248 (CUNHA, 2011, p. 331).

¹⁸⁸ Em reunião da Comissão Executiva de 31/08/1949 foram indicados os seguintes membros: Dr. João Neves de Fontana; Dr. Afonso Arinos de Mello Franco; Dr. Gilberto Freire; Dr. Sylvio Bramer; Dr. Daniel de Carvalho; Dr. Osvaldo Landi; General S. Cezar Obino; Dr. José Eduardo Prado Kelly e Dr. Arthur Santos (LDN-CE, 1949, p. 65).

¹⁸⁹ Comissão Executiva – Biênio 1949-1951: Presidente: Osvaldo Aranha; Vice-presidente: General Mario Ary Pires; Secretário Geral: Dr. Afonso Arinos de Mello Franco; 1º Secretário: Capitão de mar e Guerra Waldemar de Souza Motta; 2º Secretário: Tenente Apolo Miguel Resk e Tesoureiro: Dr. Elias Grego.

Entidade. Cotejamos a documentação e não identificamos mais a presença do Coronel Ignácio Rolim na Liga da Defesa Nacional. Acreditamos que a forma como ele se posicionou perante o General Pantaleão pode ter gerado forte atrito. Todas são hipóteses. Acreditamos, segundo nossa análise, e a partir da documentação a que tivemos acesso, que, tanto a Campanha do Petróleo, quanto as demais discussões de propaganda sobre a Constituição, esvaziaram-se devido à falta de coesão do próprio grupo em definir uma agenda específica. A questão do petróleo foi irradiada, no que tange aos militares, para o próprio Clube Militar. Depois das discussões parciais feitas pelo General Juarez Távora, citadas acima, não identificamos a presença do referido general até os anos 1950. Na década de 1940, a última reunião da Entidade ocorreu em 19 de novembro de 1949.

[...] Assim, em 1949, os EUA forneceram o apoio logístico e a inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra, a ESG, uma academia de lato nível para militares baseada no *National War College* americano. Sediada no Rio, a ESG seria uma espécie de útero do serviço secreto brasileiro. Dos quatro Cursos regulares oferecidos pela escola – com status de nível superior e duração de um ano letivo, em período integral - , um versaria exclusivamente sobre informações. Nele, até o início da década de 1970, formou-se a nata do Serviço (FIGUEIREDO, 2005, p. 56).

Acreditamos que, com a criação da ESG, em 22 de outubro de 1948, pelo Decreto nº 25.705, e organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, os militares começaram a se fechar em um ambiente criado para discutir situações estratégicas, as quais eles julgavam sensíveis. Houve um esvaziamento da Liga da Defesa Nacional, que entrou em relativo ostracismo. Dessa forma, acreditamos que a Liga, enquanto aparelho privado de hegemonia, tornou-se apenas um instrumento de propagação do nacionalismo e da produção e divulgação anticomunista. O então Coronel Humberto de Alencar Castello Branco¹⁹⁰,

¹⁹⁰ Castello Branco, durante a II Guerra Mundial (em 1943), realizou estágio com os americanos, para se familiarizar com os métodos de guerra. Castello Branco rumou para o teatro de operações no primeiro escalão de expedicionários. O Oficial se destacou como estrategista militar, principalmente pela elaboração do ataque a Monte Castelo e pela conquista de Montese. Em setembro de 1945, a convite do governo norte-americano, Castello Branco e mais dez membros da FEB voltaram à Europa e aos EUA. Castello Branco estava neste último país, quando foi informado por Vernon Walters, que se tornara seu amigo pessoal, de que Vargas havia sido deposto no dia 29 de outubro, por um golpe militar chefiado pelos generais Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. A história do Clube Militar vinha sendo marcada por forte discussão a respeito da exploração do petróleo no Brasil, que, em última análise, envolvia a questão da segurança nacional. Assim, a questão da sucessão à presidência da Entidade, em 1950, refletiu a disputa entre a ala nacionalista — que era situação e se batia pelo monopólio estatal do petróleo — e a corrente das Forças Armadas, defensora da participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera. Pela ala situacionista, candidataram-se à presidência e à vice-presidência os generais Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa, enquanto os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Emílio Rodrigues Ribas Júnior concorreram àqueles cargos pela chapa de oposição, integrada ainda pelos coronéis Castello Branco, Ademar de Queirós e Néelson de Melo, os tenentes-coronéis Jurandir Bizarria Mamede e Sizen Sarmento e os majores Válter de Meneses Pais e João Bina Machado. A vitória da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, em 17 de maio de 1950, acirrou a disputa entre os dois grupos, sobretudo em torno de artigos publicados na *Revista do Clube Militar*. Um deles, constante do número 107 da

importante liderança da ESG e um dos intelectuais orgânicos da Liga, contribuiu para despolitizar e “homogeneizar” a ação da Entidade, no período compreendido entre 1949 a 1958. Este primeiro momento da Escola foi o embrião do anticomunismo articulado dentro do Estado e organizado pelo Exército.

[...] a ESG se tornou a organização militar brasileira mais empenhada no estudo e na construção de um serviço secreto no país. Lá, aprendiam-se matérias até então inexistentes nas academias militares brasileiras, tais como combate ao comunismo e guerra interna. Em seus manuais, a população brasileira era descrita como potencial inimigo da pátria. Era a Doutrina de Segurança Nacional, uma nova maneira dos militares de pensar o país (FIGUEIREDO, 2005, p. 56).

É necessário destacarmos, conforme nossa proposta de referencial teórico, que, enquanto Partido Militar, afirmamos que os militares que se hegemonizaram na ESG, representavam uma parcela dos militares do Exército, particularmente, não representando o conjunto total dos militares daquela Arma. O próprio Clube Militar iria realizar o embate entre os dois grupos, dentro do Exército, ou seja, os nacionalistas e os esguianos.

A reunião realizada em novembro de 1949, na LDN, contou com a presença do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Acreditamos que tal deferência deve ter sido pela presidência de Osvaldo Aranha, o qual era aliado de Getúlio Vargas. A Entidade, segundo nossa análise, servia, às vezes, como trincheira de combate para a oposição. Podemos verificar, na citação abaixo, o aspecto marcante na política brasileira que é a conciliação.

Não era apenas entre os políticos que Vargas construía os alicerces de sua candidatura. Havia também a opinião dos militares, a ser levada em consideração. Getúlio fora instalado na presidência, em novembro de 1930, por uma junta militar; feito ditador em 1937, pelos militares; e sumariamente deposto, em 1945, pelos militares [...]

Vargas e Ademar de Barros mandaram seus emissários, em fins de 1949, para saber de Góes Monteiro como os militares reagiriam à ideia da candidatura do ex-ditador. Góes assegurou aos lugares-tenentes de Vargas que nas “Forças Armadas não perduravam ressaibos ou ideias preconcebidas contra êle, nem se oporiam à sua posse no caso de eleito, desde que respeitasse, não só a Constituição, como os direitos impostergáveis dos militares” (SKIDMORE, 1976, p. 105-106).

Este encontro revela, segundo nossa interpretação, a chancela das tratativas para a transição de governo que ocorreria em 31 de janeiro de 1951. Uma questão que é relevante

revista e denominado “Considerações sobre a Guerra da Coréia”, contrário à intervenção norte-americana naquele país, causou vários protestos por parte da grande imprensa e da ala das forças armadas favorável a uma maior cooperação com os Estados Unidos. O grupo nacionalista foi acusado de simpatias para com o regime comunista da Coréia do Norte, tendo sido desencadeada contra ele uma ofensiva através de inúmeros telegramas e cartas, inclusive uma de Castelo Branco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>. Acesso em: 13/05/2016.

mencionar é a derrota de Juarez Távora no Clube Militar, diante da Campanha do Petróleo. Nesse sentido, a presença de Dutra, naquele período de transição, era uma maneira de marcar posição, segundo nossa análise. A conciliação tradicional na política brasileira, particularmente neste caso entre os civis e militares, foi realizada para acomodar a possibilidade de qualquer crítica ou dissidência dentro da Entidade.

5.2. Década de 1950, mais do mesmo?

Concordamos com Ângela Maria de Castro Gomes (1996, p. 247), que a “composição do primeiro ministério de Getúlio, designado após sua posse, em janeiro de 1951, é, em si mesmo, uma verdadeira aula de política”. Vargas destinou ao seu partido (PTB) apenas o Ministério do Trabalho. Essa ação demonstra a importância que o presidente atribuía àquele setor e o quanto apostava no processo de industrialização e no crescimento da classe operária urbana, enquanto força política decisiva. Ao analisar a perspectiva de desenvolvimento nacional na década de 1950, Marina G. Mendonça e Marcos Cordeiro (2015, p. 261) afirmam que “Dutra defrontou-se com a necessidade de alterações na política, em decorrência das transformações verificadas no cenário internacional e do esgotamento das perspectivas de se levar adiante um programa liberal de desenvolvimento”. Segundo os autores, essas mudanças reforçaram a posição dos setores que defendiam o aprofundamento do processo de substituição de importações, de que é exemplo a campanha pelo estabelecimento de um monopólio estatal do petróleo. Porém, eles advertem que essas alterações não liquidaram as lutas que se arrastavam, desde a década de 1920, no interior das classes dominantes. O retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, acirraria as disputas, deixando seu governo instável por todo o período, culminando com a fatalidade de seu suicídio.

A Liga da Defesa Nacional adentra a década de 1950 sem novidades, aparentemente. A Comissão Executiva reuniu-se em 30 de agosto de 1950, sob os auspícios do então Ministro Osvaldo Aranha. Não houve nenhuma deliberação. É bom destacar que essa foi a última reunião da Comissão Executiva, pois ela só retomaria suas atividades quase 8 anos depois, apenas em 29 de maio de 1958. Entretanto, em 1958 retorna com toda força, como apresentaremos do próximo subcapítulo.

O principal objetivo dessa composição ministerial conservadora era eliminar, no meio militar, o receio, difundido pela ESG, de que a volta de Getúlio ao poder – agora, pelo voto popular – significaria levar o Brasil à organização de uma “república sindical”, nos moldes daquela que teria sido implantada por Perón, na Argentina. Por outro lado, havia ainda a necessidade de aliviar

as tensões provocadas pela nomeação do general Newton Estillac Leal, de tendência nacionalista, para o cargo de Ministro da Guerra (GUSMÃO, 2002, p. 121)

A década de 1950 foi muito complexa, porém nós nos fundamentaremos apenas no objetivo central desta tese. A ascensão do populismo criado pelo esquema nacional-popular gera uma crise no ambiente político durante o segundo mandato de Getúlio Vargas. “Esta divergência que, sem dúvida, tinha raízes muito antigas, mas fora um tanto obliterada no quadro do Estado Novo. Ela vem à tona a partir do momento em que o nacionalismo passa a significar, ao mesmo tempo, ativação das massas e resistência ao imperialismo” (PÉCAUT, 1990, p. 101). Havia, em todos os setores, como afirma Daniel Pécaut (1990) uma tendência de temer que esses dois elementos, ativação das massas e resistência aos americanos, travassem o desenvolvimento do Brasil, provocando confronto. Apresentaremos apenas as ações específicas para criar um veículo de propaganda “nacionalista”, capitaneada pelas lideranças que se hegemonizaram na Entidade, as quais, fundamentalmente, eram anticomunistas. A fração de militares que predominava na Liga da Defesa Nacional era, em grande medida, de egressos da FEB, os quais exerciam influência preponderante no interior da Escola Superior de Guerra.

[...] no interior da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, e cujo primeiro diretor foi o general Cordeiro de Farias, comandante de artilharia da FEB em 1944. Sabe-se que é na “Sorbonne” – apelido da Escola Superior de Guerra – que será elaborado progressivamente a “doutrina de segurança nacional”. Essa doutrina estava longe de se resumir – como se afirmaria muitas vezes após 1964 – em uma concepção de ação anti-subversiva, pois comporta também, como provam as obras de Golbery do Couto e Silva, um programa de industrialização para o Brasil – nas palavras desse militar, um “plano de reforço do potencial nacional”. Por outro lado, vozes dissidentes fizeram-se ouvir durante vários anos dentro dessa escola militar: intelectuais de renome, muitas vezes de esquerda, ali lecionaram (PÉCAUT, 1990, 101-102)

Em 27 de dezembro de 1950, na iminência da posse de Vargas, é realizada uma reunião da Liga¹⁹¹, na qual Osvaldo Aranha expõe que fora criada a Escola de Nacionalização. Ele não descreve o conteúdo ministrado na referida escola. Acreditamos, por hipótese, que esta iniciativa seja fruto das propostas apresentadas nos anos 1940, das quais Aranha participara. Em 1951, não foi declarada, nas Atas, nenhuma atividade relevante, além das que ora apresentamos, mas é mencionado o tema comunismo e o que a Liga estava realizando de ações sobre o assunto. Todavia, não as descreveram. Houve duas reuniões

¹⁹¹ Nos escritos dá a impressão de participou da reunião apenas Osvaldo Aranha, presidente, Afonso Arinos de Melo Franco, secretário geral e Elias Grego tesoureiro.

naquele ano, em 7 de setembro e 10 de outubro. Esta última, acreditamos que foi realizada apenas para cumprir os dispositivos estatutários. Foram indicados alguns novos membros¹⁹² e eleita a nova Comissão Executiva que lideraria a Entidade de 1951 a 1953¹⁹³. Todavia, os debates em relação à questão do petróleo foram completamente silenciados. Thomas Skidmore (1976, p. 139) afirma que “a ala nacionalista chefiado por Estillac Leal, deu forte apoio ao projeto de Vargas para a Petrobrás, apresentado pela primeira vez ao Congresso Brasileiro em dezembro de 1951”. Em 1952, precisamente em 8 de outubro, a Entidade sente a ação do tempo. Osvaldo Aranha expôs as condições precárias do prédio onde estava instalada a sede da Liga da Defesa Nacional. Perguntou, na ocasião, aos membros do Diretório Central, qual o caminho a seguir: se, para a construção de um novo prédio, deveriam apelar para o governo, por meio de uma subvenção dada pelo Congresso, ou valerem-se de donativos angariados por ele, pessoalmente. Tal sugestão estava amparada em um projeto de construção existente, segundo Osvaldo Aranha.

[...] sobre o assunto o Dr. Afonso Arinos¹⁹⁴, secretário-geral, após várias considerações aprovou que se procurasse angariar recursos para o concerto das instalações da Liga e que êle se esforçaria junto a seus pares na Câmara Federal para que fosse votado um auxílio para concerto do edifício (LDN, 1952, p. 17)

Naquela ocasião, o General Pantaleão Pessoa sugeriu que os recursos fossem solicitados ao governo, em virtude de o prédio pertencer ao Patrimônio Nacional. Havia naquele local, além da Liga, outras instalações como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico. Segundo o General Pantaleão, Afonso Arino poderia solicitar o concerto do edifício do Silogeu, o que beneficiaria não apenas a Liga, como todas as instituições que ocupavam o referido prédio.

[...] o senhor secretario-geral concordou, entre outros motivos por ser, ele, membro do Instituto Histórico e Geográfico, submetida a votação ficou assentado que o senhor presidente se interessaria junto ao governo e especialmente junto ao Departamento do Patrimônio Nacional, para conseguir os concertos necessários ao prédio (LDN, 1952, p. 17)

¹⁹² Foram indicados membros do Diretório Central: Dr. João Borges Filho, Tenente Coronel Juracy Montenegro de Magalhães e a escritora D. Rosalina C. Lisboa Larrigotti (LDN, 1951, p. 16).

¹⁹³ Foram eleitos **vice-presidentes**: Embaixador Osvaldo Aranha, General Cesa Aberico, General Juarez Távora, Embaixador João Neves de Fontoura, Ministro Aaulfo Nápoles de Paiva, Tenente-Coronel Juracy Montenegro Magalhães, desembargador José Duarte Gonçalves da Rocha, Contra-Almirante Alvaro Alberto da Motta e Silva, Dr. Evaldo Ladi. **Comissão Executiva**: Presidente: Embaixador Osvaldo Aranha; vice-presidente: General de Exército Cezar Oberico; secretário geral: dr. Afonso Arino de Mello Franco; 1º Secretário: Capitão de Mar e Guerra Waldemar de Araújo Motta; 2º Secretário: Capitão Apolo Miguel Resk e tesoureiro: Dr. Elias Grego (LDN, 1951, p. 16).

¹⁹⁴ Deputado pela União Democrática Nacional o qual possuía trânsito entre as principais lideranças militares que pautavam o desenvolvimento do País baseada no financiamento internacional.

Estas iniciativas prosperaram, pois em reunião realizada em 23 de setembro de 1953, Osvaldo Aranha afirma que articulara junto ao Senado Federal, a fim de que a Liga da Defesa Nacional fosse incluída em um projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados, que mandava ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que se achava a sua sede. Foi articulado entre os membros da Entidade o ajuste do projeto de Lei, que autorizava a construção do novo prédio, sendo a Liga, assim, contemplada. O Ministro Aaulfo Nápoles de Paiva também apoiou as negociações. Inclusive, nesta reunião, foi lido o Projeto de Lei e a emenda a ser apresentada no Senado Federal, que incluía a Liga da Defesa Nacional como condômino. Além destas deliberações, foram indicados novos membros¹⁹⁵ para a Liga, além das eleições para o próximo biênio (1953-1955)¹⁹⁶.

Apesar da aparente tranquilidade que constava nas Atas da Entidade, o ambiente político brasileiro era tenso; devido a concessão de diversos ministérios para aplacar a oposição, a crise política não foi arrefecida. Como bem destaca o brasilianista Thomas Skidmore (1976, p. 139), “a controvérsia entre nacionalistas e anticomunistas prosseguiu durante 1951”.

Mas não bastava a concessão de alguns ministérios para aplacar a oposição a Vargas, principalmente quando ele assumiu posturas que atingiam interesses econômicos ligados a facções regionais das classes dominantes e ao imperialismo. A UDN, sua tradicional inimiga, tentou, logo de início, impedir a posse de Getúlio, reclamando ao Superior Tribunal Eleitoral, instigando o Exército a intervir, e lançando uma campanha pela imprensa (na qual se destacavam os Mesquita, diretores do jornal O Estado de São Paulo e o agora famoso jornalista Carlos Frederico Werneck de Lacerda) na qual acusava Vargas de premeditar uma retroação à política ditatorial do Estado Novo. Mas os principais líderes militares, que se constituíam afinal nos principais responsáveis pela manutenção da legalidade [...] reagiram a estas insinuações de forma insofismável: os generais Góes Monteiro, Zenóbio da Costa, Estillac Leal e até mesmo Dutra, mantiveram-se na posição de garantir a posse do presidente eleito (GOMES, 1996, p. 248).

Em começos de 1952, a linguagem entre as duas facções tornou-se abusiva. Os oficiais nacionalistas acusavam os seus adversários de “entreguistas”. Este era o termo pejorativo que os nacionalistas radicais utilizavam para ridicularizar os seus opositores. Tinha

¹⁹⁵ Foram indicados por Osvaldo Aranha, o dr. Austregesilo de Athayde e o Dr. Daniel Faraco e pelo General Pantaleão Pessoa foram indicados Osvaldo Gudolle Aranha [filho de Osvaldo Aranha] e Sérgio Corrêa da Costa (LDN, 1953, p. 19).

¹⁹⁶ Foram eleitos **vice-presidentes**: General Pantaleão da Silva Pessoa; Dr. Odilon Braga; Ministro Aaulfo Nápoles de Paiva, Embaixador Osvaldo Aranha; Marechal Salvador César Obino; General Juarez Távora; desembargador José Duarte Gonçalves da Rocha, Contra-Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco e Dr. Arthur Santos. **Comissão Executiva**: Presidente: Embaixador Osvaldo Aranha; vice-presidente: General Juarez do Nascimento Fernandes Távora; secretário-geral: dr. Afonso Arino de Mello Franco; 1º Secretário: Capitão de Mar e Guerra Waldemar de Araújo Motta; 2º Secretário: Dr. Sérgio Correa da Costa e tesoureiro: Dr. Elias Grego (LDN, 1953, p. 18-19).

uma conotação de traição. O outro lado acusava a ala nacionalista de colaborar com os “demagogos” e os “agitadores”, e estes serviam consciente ou inconscientemente aos interesses do comunismo internacional. Vargas assumiu o governo escolhendo efetivamente Estillac Leal como Ministro da Guerra, general nacionalista, envolvido nas disputas sobre a questão do petróleo no Clube Militar.

Segundo Nelson Werneck Sodré (2010, p. 381) “era, principalmente, a solução que o imperialismo não poderia tolerar. Ministro da Guerra, presidente do Clube Militar, chefe da corrente nacionalista nas Forças Armadas, Estillac teria de ser alvo, por tudo isso, de terrível campanha”. Desta forma, “o debate, entre os oficiais, tornou-se tão acerbo e a oposição ganhou tanto terreno que Estillac Leal foi forçado a demitir-se do Ministério da Guerra, em março de 1952” (SKIDMORE, 1976, p. 139). Estillac Leal não conseguiu manter a disciplina; foi substituído pelo General Ciro do Espírito Santo Cardoso, o qual prometera ser rigoroso sobre a disciplina. O ministro exonerado parte para a disputa política junto ao Clube Militar, opondo-se aos seus desafetos.

[...] a transformação da “guerra fria” em “guerra quente”, com a eclosão do conflito da Coreia, contribuiu para a polarização das divergências entre os grupos militares nacionalistas e antiamericanos e aqueles que apoiavam abertamente a posição dos Estados Unidos na conflagração asiática. A publicação na Revista Clube Militar de artigo recomendando a preservação da neutralidade do Brasil nesta guerra, com a qual rigorosamente nada tínhamos que ver, suscitou uma violenta reação por parte de oficiais anticomunistas, com cartas a jornais, manifestos e declarações (GOMES, 1996, p. 248).

A questão coreana aparece apenas como véu para as verdadeiras divergências políticas que estavam fundamentadas na questão do desenvolvimento econômico, dividido em dois grupos: aqueles que defendiam uma posição ligada ao desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais, e os que advogavam a causa do desenvolvimento associado ao capital externo, mesmo nos aspectos respeitantes à produção de caráter “estratégico”, como o caso do petróleo.

[...] A identificação da posição nacionalista com os postulados comunistas provinha do fato de que o PCB, através de seus porta-vozes “legais”, vinha desenvolvendo uma campanha anti-imperialista (é claro, anti-norte-americana) e defendendo o desenvolvimento de um capitalismo “nacional”, estimulado pela ideia de que haveria um setor “burguês-nacionalista” interessado em competir com o capital monopolista estrangeiro (GOMES, 1996, p. 249).

Vargas dissocia sua política econômica internacional dos americanos. É a realização do desenvolvimento econômico, correlacionado às tendências nacionalistas, tanto questionada pelos grupos conservadores. Nelson W. Sodré (2010, p. 396) afirma que, em 1952, a grande conspiração para o imperialismo, “tratava-se de aprofundar o debilitamento do governo Vargas pela conquista do Clube Militar, partindo daí para a conquista do próprio governo”. A política econômica e financeira interna, necessitava estar articulada numa conjuntura maior do que apenas a nacional. Getúlio Vargas estava comprometido com o combate aos grupos monopolistas externos e a defesa da integridade das riquezas brasileira. Este “neopopulismo”, como define Ângela M. C. Gomes (1996) estava sustentado na política de desenvolvimento nacionalista.

Na mensagem de 1953, [...] Vargas esclarecia que era necessário vencer as resistências, de remover certos obstáculos para que fosse possível promover “substanciais mudanças de caráter econômico e político”, a “superação do subdesenvolvimento nacional” [...] Oswaldo Aranha, afirmava: “O capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair [...] O capital estrangeiro no Brasil, salvo raras exceções, tem-se instalado e crescido de modo quase a impedir o crescimento e o desenvolvimento do capital brasileiro”. [...] Assim, a UDN, em oposição virulenta ao governo, e já na fase conspirativa, apresentava-se mais realista do que o rei. [...] A linguagem empregada por Vargas tornava premente para o imperialismo o problema de sua derrubada. [...] Vargas cedia: João Goulart era obrigado a abandonar o Ministério do Trabalho, enquanto o ministro da Guerra passava a ser o general Zenóbio da Costa, em substituição àquele que prestara o grande serviço à cúpula militar de encarcerar os militares nacionalistas e permitir a montagem de dispositivo militar destinado à derrubada do governo e ao esmagamento das forças populares¹⁹⁷ (Sodré, 2010, p. 413-421).

Em resumo, Vargas equilibrou-se entre estas duas trincheiras, até vários escândalos desgastá-lo. Ele não conseguiu se equilibrar mais nesta prática política de dois gumes, ou seja, de centro-direita e de esquerda. Essas tensões se aprofundariam com a evolução da política de massas e do programa de industrialização, bem como da criação de novas condições institucionais para o crescimento econômico independente. Em 1953, Vargas sanciona a lei que cria a empresa estatal para a exploração do petróleo, a Petrobrás.

O Presidente do Brasil tentava expressar o tímido protesto contra a espoliação de uma burguesia. O escândalo do dinheiro fornecido ao jornal *Última Hora*, fundado em 1951 (GOMES, 1996, p. 251), órgão oficioso criado para proporcionar a Vargas condições de

¹⁹⁷ Dizia o Manifesto dos Coronéis, numa clara advertência a respeito da inconveniência do novo salário mínimo: “Perigosas só poderão ser, hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentiam e anunciam, de leis e decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades”. Era a tese reacionária de que os aumentos de salário são causa da inflação, já bastante desmoralizada (SODRÉ, 2010, p. 536).

divulgação de sua política, foi seletivamente vazado. Segundo Sodré (2010, p. 414), o fato era divulgado por toda a imprensa monopolista. Neste sentido, Marina Gusmão (2002, p. 122) ratifica que a “despeito do programa de governo de Getúlio e da composição ministerial conservadora, certo é que, para Carlos Lacerda, a volta do ex-ditador ao poder era algo inaceitável”.

Distribuía-se dinheiro do povo a granel pelos órgãos a serviço dos monopólios, e isso nada tinha de original. Escândalos que desviassem as atenções dos graves problemas em jogo, o da Petrobrás, o da liberdade, o dos direitos dos operários, eram todos tratados de forma a favorecer os interesses do imperialismo e já despertando graves preocupações em todas as camadas. Thomas Skidmore (1976, p. 169) “afirma que não resta muita dúvida de que a política de favores aumentara alarmantemente à sombra do [...] Getúlio Vargas. Tendo obtido sucesso ao forçar a destituição de Jango, a oposição esperava agora derrubar o próprio presidente”. Com uma postura de guardião da moralidade, a oposição Udenista, liderada por Lacerda, desencadeou uma campanha de destruição da imagem de Vargas, apresentando-o, desde o início do governo, como chefe de uma quadrilha, empenhado em se apropriar do país e assaltar os cofres públicos em benefício próprio¹⁹⁸.

O clímax dessa crise do governo de Getúlio Vargas ocorreu com o atentado sofrido por Carlos Lacerda. Este episódio, somado às demais crises, culminou com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Após este fatídico episódio, a Liga da Defesa Nacional reuniu-se em 16 de setembro de 1954, ocasião em que Osvaldo Aranha pede renúncia da presidência da Entidade.

[...] lida a carta do embaixador Osvaldo Aranha em que sua excelência apresenta, por motivos de ordem pessoal, sua renúncia a presidência da Liga. [...] O Ministro José Duarte proferiu, então, de improviso as seguintes palavras: “o eminente presidente desta casa, o embaixador Osvaldo Aranha, renuncia as funções que lhe foram confiadas, com muita honra, pela Lida da Defesa Nacional, alegando motivos de ordem pessoal, que, por o serem, não deveras ser apreciado. Preciosamente por isso, convenho na aceitação dessa renúncia mas, ao fazê-lo, requeria que constasse da ata de nossos trabalhos o nosso pesar pelo afastamento do nosso ilustre companheiro, que, com sua inteligência, o seu espírito público, a sua experiência e a sua bravura moral, foi e será um dos mais valiosos colaboradores do prestígio e da eficiência da Liga (LDN, 1954, p. 20).

Após a manifestação de pesar pela saída de Osvaldo Aranha, a liderança da Liga da Defesa Nacional foi assumida pelo Almirante Waldemar de Araújo Motta. Nenhuma palavra

¹⁹⁸ Para uma leitura rica sobre a oposição de Carlos Lacerda aos diversos presidentes do país, notadamente Vargas, ver: GUSMÃO, Marina de Mendonça. O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. 2ª ed. São Paulo: Códex, 2002.

foi dita sobre o suicídio do Presidente da República. Nem mesmo sobre a sucessão. A Entidade só voltou a se reunir em 10 de janeiro de 1956, depois que o processo de sucessão Presidencial estava completo, com a eleição de Juscelino Kubitschek, que tomaria posse no dia 31 daquele mês. Nesse retorno às atividades, foram eleitas as novas lideranças para o biênio 1955-1957¹⁹⁹. A partir de 1956, a Entidade volta a ser financiada pelo Estado. Assim, todos os anos, foi deferido crédito em dinheiro da Câmara do Distrito Federal. “O Tesoureiro comunicou aos presentes ter sido aprovado pela Câmara do Distrito Federal uma subvenção de cinquenta mil cruzeiros [...]” (LDN, 1956, p. 21). Além desta notícia sobre o apoio em dinheiro, nada mais foi registrado. A Liga voltou a se reunir somente em 3 de dezembro de 1957, ou seja, quase dois anos depois da última reunião. Nessa reunião, foi apresentado o relatório relativo ao período de 1955 a 1957, não sendo declarada nenhuma atividade. Naquela oportunidade, só estavam presentes o secretário-geral, dr. Austragesilo de Athayde²⁰⁰, o segundo secretário, Marcos Carneiro de Mendonça e o tesoureiro, Dr. Elias Grego. Por incrível que pareça, eles realizaram a eleição dos membros do Diretório Central²⁰¹. Mas ao que parece muito tranquilo, cabe uma inferência. Foi eleito para presidente da Comissão Executiva o Almirante Álvaro Alberto Motta e Silva e, para secretário-geral, ninguém menos que o general Humberto de Alencar Castelo Branco, herói da Segunda Guerra Mundial e líder da fração de militares que integravam a Liga.

Cabe destacar que a Ata dessa reunião e a da que recebeu o crédito da Câmara do Distrito Federal foram registradas em Cartório²⁰², no ano de 1958. Esta informação é importante, no sentido de destacar a relevância da Entidade no processo de deflagração do golpe civil-militar de 1964. Consideramos que esta passagem fundamenta a hipótese da

¹⁹⁹ Foram eleitos **vice-presidentes**: General Pantaleão da Silva Pessoa; Embaixador João Neves Fontoura, Dr. Odilon Braga, D. Rosalina Coelho Lisboa de Lamagoti, General Juarez do Nascimento Távora; Embaixador Osvaldo Aranha, Dr. Austragesilo de Athayde, desembargador José Duarte Gonçalves da Rocha, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, Dr. Juvenal Martinho Nobre e Dr. Anibal Freira. **Comissão Executiva**: Presidente: Embaixador João Neves Fontoura; vice-presidente: Dr. Odilon Braga; secretário-geral: Austragesilo de Athayde; 1º Secretário: Almirante Waldemar de Araújo Motta; 2º Secretário: Dr. Marcos Carneiro de Mendonça e tesoureiro: Dr. Elias Grego (LDN, 1956, p. 21).

²⁰⁰ Austragesilo de Athayde era braço direito de Assis Chateaubriand deixando o seu chefe informado de tudo que se passava na Capital Federal (MORAIS, 1994, p. 461-462)

²⁰¹ Foram eleitos **vice-presidentes**: Almirante Alvaro Alberto da Motta e Silva, Embaixador João Neves de Fontoura, general Pantaleão da Silva Pessoa, Dr. Olinto Braga, D. Rosalina Coelho Lisboa de Lamagoti, general Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Embaixador Osvaldo Aranha, Dr. Austragesilo de Athayde, Ministro José Duarte Gonçalves da Rocha, Dr. Afonso Arinos de Mello Franco e Ministro Anibal Freira. **Comissão Executiva**: Presidente: Álvaro Alberto Motta e Silva; vice-presidente: Ministro José Duarte Gonçalves; secretário-geral: general Humberto Castelo Branco; 1º Secretário: Dr. Belmiro Valverde; 2º Secretário: Dr. Olinto da Gama botelho e tesoureiro: Dr. Elias Grego (LDN, 1956, p. 22).

²⁰² Consta no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob nº 13716, do Protocolo do Livro A nº 2, registrado sob nº de ordem 2980, do Livro D 6, de 28 de maio de 1958 (LDN, 1957, p. 23).

relevância da Entidade no golpe. A integração de civis e militares no seio da Liga, enquanto aparelho privado de hegemonia, será sustentada no próximo subcapítulo.

5.3. O retorno do perigo vermelho para consolidação do golpe Civil-Militar de 1964.

Este subcapítulo será a consolidação do reajustamento de foco da ação política da Liga da Defesa Nacional. Consideramos que este é momento mais ativo politicamente da história da Entidade. A Comissão Executiva que, em tese, estava em ostracismo, desde a última reunião realizada em 30 de agosto de 1950, sob os auspícios de Ministro Osvaldo Aranha, retorna em 29 de maio de 1958, sob a liderança do Almirante Álvaro Alberto, pelo menos até 11 de agosto de 1960²⁰³. Este subcapítulo concentrar-se-á nas Atas da Comissão Executiva que planejavam e descreviam as ações com relativa frequência. Já o Diretório Central reunia os demais membros que deveriam tomar as decisões de direção. A última Ata do Diretório Central, antes do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, foi realizada em 16 de outubro de 1963. Inclusive, esta Ata de 1963 foi registrada em Cartório²⁰⁴. No ano de 1964, não houve reunião, sendo que o Diretório Central só voltaria a se reunir em 28 de setembro de 1965, ou seja, em torno de quase 2 (dois) anos.

Portanto, em maio de 1958, a Comissão Executiva reuniu-se, sob a presidência do Almirante Álvaro Alberto²⁰⁵. Naquela ocasião, os participantes comemoraram o retorno da ação prática na vida nacional da Liga. O Almirante declarou, nessa reunião, que a Liga voltaria a combater “desânimo e a descrença”.

[...] o senhor presidente com a palavras de exaltação cívica, de fervor patriótico e de fé nos destinos da Liga, disse que tudo faria pelo soerguimento da instituição, cujo passado, cheio de glórias, constituía um patrimônio moral de nossa terra, o qual precisava ser difundido contra o desânimo e a descrença. [...] com a colaboração dos demais companheiros da Comissão Executiva e dos brasileiros de boa vontade, a Liga voltaria a ocupar a sua posição de vigilante atenta, de centro de encorajamento, estimulador do patriotismo consciente e coesivo (LDN-CE, 1958, p. 66).

Para dar andamento à esta ação, estava em curso a construção do novo prédio, que seria a sede da Entidade, na mesma área que já ocupava. O Almirante Álvaro Alberto afirmou

²⁰³ Importante destacar que este é o último livro da Comissão Executiva a que tivemos acesso. De fato, é a última folha do livro, sob nº 100. Possivelmente, deve haver outro livro, mas, infelizmente, foi extraviado. Mas tal extravio não prejudica a comprovação da articulação política da Liga da Defesa Nacional, no ambiente pré-revolucionário.

²⁰⁴ A Ata foi registrada no Cartório Civil das Pessoas Jurídicas sob nº 29.757, do livro de protocolo A nº 3, registrado sob o nº 3680, do Livro C-6, de 26 de novembro de 1963.

²⁰⁵ **Nesta reunião estavam presentes - 29/05/1958:** Belmiro Valverde, primeiro-secretário, Olinto da Gama Botelho, segundo-secretário e Elias José Grego, tesoureiro, bem como, General Inácio Freitas Rolim, Dr. Carlos da Silva Araújo, membros do Diretório Central (LDN-CE, 1958, p. 67).

que a Lei estava em andamento no Congresso, como já citamos anteriormente, e que já havia até o número da Lei que garantia esta concessão gratuitamente à Entidade. Foram concedidos, inicialmente, Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros, na moeda da época) para auxiliar na construção.

[...] lhe forneceu cópia da Lei nº 2554, de 3 de agosto de 1955, bem como projeto de lei da Câmara, nº 90, de 1958 (nº 2904, de 1957 na Câmara dos Deputados) nos quais está garantida à Liga da Defesa Nacional a ocupação da mesma área que atualmente ocupada no velho edifício do silogeu. E, para constar, vão aqui fielmente transcrita a Lei nº 2554, de 3 de agosto de 1955 [...] Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu; pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar a construção da futura sede [...] O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art 1º [...] Art 4º O Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, de acordo com a conveniência de seus serviços, reservará, no edifício a ser construído, uso gratuito, exclusivo e perpétuo, salvo as despesas de seguro e reparação; [...] b) áreas para as sedes da Liga da Defesa Nacional, da Federação das Academias de letras, Academia Carioca de Letras [...] Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00] para auxiliar a construção futura da sede do Instituto [...] Esta Lei entrará em vigor [...] 27 de maio de 1958 (LDN-CE, 1958, p. 67-68).

Para comemorar a conquista e retornar as atividades, a Entidade organizou uma série de conferências cívicas, nas quais foram tratados os problemas vitais do Brasil, no tocante ao ano de 1958. Foi solicitado ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares (Ministro das Relações Exteriores e presidente do Instituto Histórico e Geográfico, sendo um dos articuladores para doar o espaço à Liga), para realizar a primeira conferência. Em 12 de junho de 1958, a Comissão Executiva²⁰⁶ voltou a se reunir. Nessa reunião, o Almirante Álvaro declarou que se reunira com o Ministro das Relações Exteriores para expor a situação da Liga, no sentido de recuperá-la de seu ostracismo e apresentar o objetivo a partir de 1958. Segundo o Almirante, a Liga havia iniciado a divulgação do nacionalismo e das qualidades do Brasil, bem como estudos para identificar os problemas mais importantes para o desenvolvimento nacional. Ele propôs, ao Embaixador, a realização de várias conferências pelo Brasil, as quais, segundo o Almirante teriam como conteúdo assuntos de interesse para toda a coletividade brasileira.

[...] Fez considerações sobre a necessidade imperiosa de alertar a nação para os magnos problemas da nacionalidade e terminou convidando o senhor

²⁰⁶ **Nesta reunião estavam presentes - 12/06/1958:** Almirante Alvaro Alberto, Dr. Belmiro Valverde, primeiro-secretário, Dr. Olinto da Gama Botelho, segundo-secretário e Elias José Grego, tesoureiro, bem como, General Inácio Freitas Rolim, Major Apolo Miguel Resk e o Dr. Carlos das Silva Araújo, membros do Diretório Central (LDN-CE, 1958, p. 68).

ministro para iniciar a série das citadas conferências em dia que o senhor ministro escolhesse [...] Tratou, em seguida, da situação, da Liga no novo edifício a ser construído [...] O Chanceler Macedo Soares ouviu com a máxima atenção a exposição do senhor presidente da Liga e, em resposta, disse que a Liga sempre lhe mereceu todo o apoio e solicitude, membro que é do seu Diretório Central desde 1940; que era dever de todos os brasileiros dar-lhe, também, o seu integral apoio e que aceitava, com prazer, o convite [...] Na sua conferência, disse, faria uma análise geral das atividades da parte do Exterior; [...] quanto à situação da Liga no novo edifício, estava assegurado pela Lei a mesma área que essa instituição ocupa atualmente no velho edifício do silogeu [...] havia designado um representante do Instituto Histórico para tal fim. Finalizando, fêz alusão as vitoriosas campanhas cívicas da Liga, sempre aplaudidas, com entusiasmo, pela nação [...] (LDN-CE, 1958, p. 68-69)

A Liga da Defesa Nacional estava em uma situação paupérrima. Inclusive, a Entidade não conseguia saldar o salário do servidor Antonio Aguiar, auxiliar de tesouraria, o qual enviou um ofício, pedindo que a Entidade lhe pagasse, pelo menos o salário mínimo. A Instituição recebia dinheiro da Prefeitura do Distrito Federal, porém, esse repasse não era suficiente para honrar seus compromissos. A Liga “prometeu, atende-lo [...] pagando-lhe, então, a diferença de vencimentos, porquanto recebe, apenas, mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) mensais. Foi deliberado que [...] o tal pedido, atendido, pagando-lhe a diferença de vencimentos desde aquela época” (LDN-CE, 1958, p. 69-70). Mas, o foco da Entidade era a realização das séries de conferências, pois estas possibilitariam o retorno ao *status* de paladino do Projeto de Nação. Nessa mesma reunião (12/06/1958), foram programadas palestras das seguintes personalidades:

Dr. Clovis Salgado, Ministro da Educação e Cultura para conferência no mês de agosto; o Dr. Brazilio Machado, presidente da Confederação Nacional do Comércio para o mês de setembro, o General Edmundo Macedo Soares e Silva, presidente da Siderúrgica de Volta Redonda, para o mês de outubro; o professor Maurício Jappert da Silva, presidente do Clube de Engenharia para o mês de novembro e o Dr. Nelson Hungria, Ministro do Supremo Tribunal Federal para o mês de dezembro (LDN-CE, 1958, p. 70).

Todas essas palestras foram realizadas no ano de 1958, conforme descrito nas Atas. Este ano foi muito significativo para Entidade. A Comissão Executiva estava em franca atividade. Em 19 de junho de 1958²⁰⁷, foi discutida a questão do financiamento da Entidade. O Almirante Álvaro Alberto peregrinou até conseguir, junto ao Banco do Brasil, uma doação de Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros), do presidente daquela Instituição Financeira,

²⁰⁷ **Nesta reunião estavam presentes - 19/06/1958:** Almirante Alvaro Alberto, presidente, Ministro José Duarte Gonçalves da Rocha, vice-presidente, Dr. Belmiro Valverde, primeiro-secretário, Dr. Olinto da Gama Botelho, segundo-secretário e Elias José Grego, tesoureiro, bem como, General Inácio Freitas Rolim (LDN-CE, 1958, p. 70).

Sebastião Pais de Almeida²⁰⁸, com a finalidade de a Entidade realizar as ações de sua reorganização. A Entidade estava em mobilização, em todas as esferas, para conseguir financiamento. O Deputado Hugo Cunha Machado apresentou uma emenda ao orçamento da Câmara dos Deputados, com o fim de doar “quinhentos mil cruzeiros” anuais à Liga. Todos os membros da comissão estavam articulando em todas as frentes, para viabilizar tanto as conferências, bem como o financiamento das atividades, incluindo a compra de mobiliário para o novo prédio. Até o Juscelino Kubistchek participou das atividades realizadas pela Liga.

[...] ao Banco do Brasil, ficou combinado que seria fornecido à Liga da Defesa Nacional a importância de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), destinada às despesas iniciais desta instituição, nesta fase de sua reorganização [...] o senhor deputado Hugo da Cunha Machado²⁰⁹, havia apresentado uma Emenda no Orçamento da Câmara dos Deputados, mandando dar a subvenção de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 5000.000,00) anuais à Liga da Defesa nacional, afim de poder essa instituição realizar seus gastos com a nova instalação da sede e suas demais despesas [...] iria falar ao senhor general Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar da Presidência, afim de combinar medidas para a realização da conferência do senhor ministro Macedo Soares, relativamente ao convite ao senhor Presidente da República para presidir a referida conferência (LDN-CE, 1958, p. 70-71).

Além das reuniões descritas acima, a Comissão Executiva se reuniria por mais duas vezes no mês de julho, e uma vez, no dia 11 do mês de setembro. A Comissão permaneceu 01 (um) ano e sete meses sem registrar atividades em Ata. A reunião seguinte ocorreu apenas em 28 de abril de 1960. Seguiam-se assim, os trabalhos da Liga. Em 17 de julho de 1958, a Comissão reuniu-se novamente, agora para a posse do General Humberto de Alencar Castello Branco no cargo de secretário-geral.

[...] assumindo a direção da secretaria da Liga, prometia trabalhar pelo engrandecimento da instituição. A seguir, pediu aos senhores primeiro e segundo secretários que comparecessem, em dia aprazado, a uma reunião para conversarem sobre as atuais iniciativas da Comissão Executiva. O senhor presidente comunicou, em seguida, que esteve no gabinete do senhor Almirante Alves Câmara, Ministro da Marinha, a quem expôs a situação atual da Liga, pedindo-lhe o seu valioso apoio para o soerguimento da instituição, lembrando-lhe que, na solenidade cívica do hasteamento da Bandeira Nacional, realizada na sede da Liga, no dia 19 de novembro de 1916, em que Olavo Bilac leu a sua famosa Oração à Bandeira, o senhor

²⁰⁸ No dia 28 de julho de 1958, foi registrado o recebimento do “donativo de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) do Banco do Brasil e o depositara, nesse mesmo dia, em nome da Liga” (LDN, 1958, p. 72).

²⁰⁹ Cabe destacar que o Deputado Hugo da Cunha Machado foi militar da Marinha e participou da II Guerra Mundial como integrante da Força Aérea Brasileira, atingindo o posto de Brigadeiro, tendo sido chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Depois de entrar na vida política foi Deputado Federal até 1959 pela UDN. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-da-cunha-machado>. Acesso em: 12/06/2016.

ministro estava presente com o corpo de Fuzileiros Navais, o que foi confirmado pelo senhor Almirante Câmara (LDN-CE, 1958, p. 71-72).

Cabe destacar que a Liga da Defesa Nacional contava com a participação de militares das três Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como de ministros de Estado, além de influência no Congresso Nacional. A Entidade, em menos de 6 (seis) meses da liderança do Almirante Álvaro Alberto retornou a ter relevância dentro do Estado. A Marinha estava à frente, simbolicamente! Mas, na verdade, há um senso comum que afirma que só o Exército interagiu para a construção do golpe civil-militar de 1964. Mas, em verdade, a análise é bem mais complexa, pois foram os militares que se propunham como hegemônicos em cada uma das forças, bem como os civis que integravam este projeto que realizaram o golpe. Consideramos que a Liga da Defesa Nacional se configurou em um aparelho privado de hegemonia para a causa anticomunista.

Assim, diante do exposto acima, cremos que a Entidade pode ser compreendida, também, como expressão de um Partido Militar, com a integração de civis e militares que se propunham hegemônicos na causa anticomunista. A presença do próximo Presidente da República, presidente pós-golpe, é um ponto a ser considerado, no que tange à relevância da Entidade no processo de articulação para criar o ambiente propício ao movimento. Daniel Pécaut (1990, p. 105), parafraseando Francisco Weffort, afirma que “nos anos de 1957 a 1959, [...] a ideologia nacionalista encontrou o ponto de partida de um processo de expansão que deveria transformá-la em uma espécie de idioma político dominante no país”.

Todavia, e apesar das condições internas desfavoráveis, a economia brasileira conheceu, nesse período [1956-1961], um processo inédito de expansão, propiciado, fundamentalmente, pela política econômica do governo JK, consubstanciada no Plano de Metas, que tinha como objetivo prioritário, o aprofundamento da industrialização. Para isso, o Estado assumiu o papel de agente deliberado do desenvolvimento, marcando a transformação definitiva da economia brasileira, com a superação final de seu caráter colonial.

Dois fatores marcaram essa fase de desenvolvimento: o aumento da participação do governo nos investimentos, inclusive com a concessão de incentivos fiscais e creditícios para a instalação de indústrias, e a entrada de capital estrangeiro, privado e oficial, em consequência da Instrução 113 da SUMOC. A conjugação desses dois fatores permitiu o aprofundamento do processo de industrialização que, se de um lado levaria à aceleração do desenvolvimento, por outro, no longo prazo, agravaria as pressões inflacionárias e os desequilíbrios regionais, que estariam na base da crise do início da década de 1960, a qual se resolveria, como é notório, pelo golpe militar de 1964, que consolidaria um novo padrão de acumulação na economia brasileira (MENDONÇA; PIRES, 2015, p. 286-287).

O ambiente proporcionado pelo desenvolvimento econômico e o resgate do nacionalismo serviram para estabilizar temporariamente os conflitos sociais. É notório, conforme exposto acima, que a intenção era tentar reproduzir o cenário vivido na época de Olavo Bilac. Cabe ilustrar, por exemplo, que, em 1965, a Biblioteca do Exército republicaria os Discursos sobre a Defesa Nacional realizados pelo poeta. O então Ministro da Marinha, Almirante Alves Câmara, colocou-se à disposição da Entidade, para colaborar nas atividades propostas. Outra iniciativa, para resgate das obras feitas no primeiro período da Entidade, foi a impressão, pela Imprensa Naval, dos *Estatutos da Liga*, bem como a reedição do *Breviário Cívico*, escrito por Coelho Neto²¹⁰.

[...] auxílio prestado à Liga pelo Ministério da Marinha, oferecendo mil exemplares do Breviário Cívico, de Coelho Neto, para serem distribuídos e pelo Ministério da Educação e Cultura do auxílio de quinhentos mil cruzeiros, dos quais cem mil foram enviados, como auxílio, ao Diretório Regional da Liga, no Rio Grande do Sul [...] (LDN, 1959, p. 25)

Para realizar todas as suas atividades, conferências e divulgações a Entidade recebeu dinheiro da Câmara Federal, do Banco do Brasil e até da Prefeitura do Distrito Federal (cabe destacar que até abril de 1960 o Distrito Federal era a cidade do Rio de Janeiro). Porém uma situação causou estranheza nos registros das Atas, pois se declarou que a Entidade iria gastar recursos do ano de 1956 para, depois, utilizar os recursos que recebeu da Prefeitura do Rio de Janeiro. Surge uma dúvida. A Liga não estava em crise financeira, como declarara anteriormente? Infelizmente, não temos como confirmar, mas podemos ratificar o que foi exposto, nas próprias palavras dos integrantes:

[...] o senhor presidente comunicou que esteve também no gabinete do senhor presidente do Banco do Brasil que lhe informou que o processo que autoriza a Liga a receber a quantia de cinquenta mil cruzeiros para suas despesas, já tinham corrido todos os trâmites legais, estando anunciada quantia à disposição da Comissão Executiva para recebê-la. Foi deliberado, depois, que a Liga, para suas despesas, vá lançando mão de seus próprios recursos do ano de 1956, até que seja recebida a subvenção da Prefeitura do Distrito Federal (LDN-CE, 1958, p. 71).

Estavam em fins de 1958 e afirmavam que iam utilizar recursos de 1956? Esta afirmação demonstra que a Entidade recebia quantidade considerável de financiamento. A

²¹⁰ Em Ata de 11/09/1958, é registrada a Carta nº 914, de 5/9/1958, na qual o Capitão de Fragata José Geraldo Brandão, encarregado do Departamento de Relações Públicas do Ministério da Marinha, em nome do Ministro da Marinha, Mattoso Maia, informa que o a reedição, na Imprensa Naval, do *Breviário Cívico*, de Coelho Neto e os *Estatutos da Liga* não seria feita em 1958, mas, que no ano de 1959, o pedido seria reavaliado com atenção e boa vontade da administração naval (LDN-CE, 1958, p. 73).

partir de julho de 1958²¹¹, a Entidade estava em plena atividade. O Almirante Álvaro Alberto concitava todos os membros do Diretório Central a cooperar “com a Comissão Executiva, comparecendo às suas sessões, às quintas-feiras, às dezoito horas, orientando-a com a sua clarividência e autoridade para que os altos e nobres objetivos cívicos patrióticos da Liga” possam ser cumpridos (LDN, 1958, p. 24). O Almirante peregrinou em diversas instituições para viabilizar as atividades da Liga. Ele, ainda, articulou apoio da Companhia Vale do Rio do Doce, da qual solicitou cessão, em caráter provisório, de um imóvel para abrigar a sede da LDN, enquanto se construía o novo prédio²¹².

[...] a Diretoria da Companhia [...] resolveu fazer cessão, provisória e gratuita, a título precário, de um dos andares do prédio situado à rua Teófilo Otôni, número setenta e dois, par ao qual a Liga se mudou em dezoito de outubro (LDN, 1958, p. 23).

O General Ignácio de Freitas Rolim apresentou as diversas atividades realizadas em nome da Liga que ele liderou. Estava-se fechando o ciclo de atividades naquela reunião que fora realizada em setembro de 1958. Dentre elas, foi feita a homenagem, no dia 21 de agosto daquele ano, ao Barão do Rio Branco, na Esplanada do Castelo, “da partida da já tradicional Fogo Simbólico²¹³ com destino à capital gaúcha, onde chegou a 1º de setembro, dando início aos festejos comemorativos da semana da Pátria” (LDN, 1958, p. 73). Nessas solenidades eram exaltados os valores nacionais e cívicos, ressaltando as atividades dos Diretórios Regionais da Liga e, particularmente neste caso, o Diretório do Rio Grande do Sul, sob os auspícios do General Darcy Vignoli.

[...] em resumo, lembra a desta cívica da partida, desta cidade, do *Panteon* de Caxias, no dia 20 de agosto, do Fogo Simbólico, com destino a Porto Alegre e patrocinado há várias décadas pelo Diretório Regional da Liga no Rio Grande do Sul, presidido pelo senhor general Darcy Vignoli. Refere-se também à série de conferências cívicas, sob o patrocínio da Liga, entre as quais a realizada pelo Professor Pedro Calmon, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil sobre a “História do Brasil em Função de suas Forças Militares, no Auditório do Ministério da Educação, e a realizada pela poetisa Ana Amélia Queiróz Carneiro de Mendonça, no dia 11 de setembro, no Instituto de Educação, sobre Castro Alves. Trata ainda o relatório da realização da segunda semana de Educação cívica de 19 a 25 de novembro, em colaboração com o Departamento de Educação Complementar, da

²¹¹ **Nesta reunião estavam presentes - 31/07/1958:** Almirante Álvaro Alberto, Dr. Belmiro Valverde, primeiro-secretário, Dr. Olinto da Gama Botelho, segundo-secretário e Elias José Grego, tesoureiro, bem como, General Inácio Freitas Rolim (LDN-CE, 1958, p. 72).

²¹² A Empresa, após consultar sua assessoria jurídica, cedeu uma parte do prédio localizado à Rua Teófilo Otôni nº 82, localizado no Rio de Janeiro (LDN-CE, 1958, p. 72-73).

²¹³ A corrida do Fogo Simbólico foi uma atividade criada pela Liga da Defesa Nacional, em 1938, no auge do Estado Novo, preferencialmente no período que antecedia as comemorações da Independência do Brasil. Era transportada uma tocha, simbolicamente, representando o espírito nacional.

Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, cuja solenidade inicial, na Praça da Bandeira foi presidida pelo doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República; que fez uso da palavra e encerrado no monumento dos Heróis de Laguna e Dourados, na Praia Vermelha, presidida pelo Almirante Alvaro Alberto, sendo orador oficial da Liga o senhor general Emmanuel de Almeida Morais. Finalmente, relata o encerramento das atividades cívicas da liga com a brilhante solenidade em homenagem à memória do Olavo Bilac, no dia 18 do corrente mês, junto a sua herma, no Passeio Público, em que tomaram parte contingentes, representando às Forças Armadas, altas autoridades civis e militares, grande multidão [...] (LDN, 1959, p. 25-26)

Interessante destacar que a proposta colocada, na década de 1930, sobre a fundação de praças da bandeira em todos os municípios do País, serviu como suporte para valorizar as campanhas cívicas da Liga, que retornaram mais de 20 anos depois. Toda a memória da Liga imbricada com o mito dos heróis militares da guerra contra o Paraguai estabeleceu os laços para a integração entre civis e militares e a retomada dos discursos de Olavo Bilac. As estruturas criadas na década de 1920, 1930, 1940 e, nos primórdios da década de 1960 serão retomados, pautados nos Diretórios Regionais nos Estados. A Liga possuía representantes, ou seja, intelectuais orgânicos que realizavam o trabalho de divulgação do ideário da Instituição, em todo o país. A partir de 12 de setembro de 1958, a Comissão Executiva não registrou suas atividades até 28 de abril de 1960.

Entretanto, apesar de não haver registro de Ata da Comissão Executiva, no Diretório Central²¹⁴ ocorreu uma reunião no ano de 1959, mais precisamente em 29 de dezembro. Naquela oportunidade, foram apresentadas as atividades da Comissão Executiva realizadas entre 1958 e 1959 e, ainda a prestação de contas dos gastos efetuados, bem como preenchimento de vagas existentes e eleições da Comissão Executiva para o biênio 1959-1961. No Relatório da Comissão Executiva é declarado o seguinte:

[...] o relatório faz referência a imperecibilidade da Liga, ao ressurgir da longa fase de hibernação, ou melhor, da morte aparente em que permaneceu, durante vários anos; ao seu ressurgimento agora, graças ao devotamento de seu ilustre presidente Almirante Álvaro Alberto, o elemento decisivo de sua restauração; refere-se também aos que vieram colaborar com êle nesse objetivo: o doutor Elias José Grego, o tesoureiro sem tesouro, que, apesar disso, soube manter a existência legal da Liga, durante aquele próprio; o general Ignácio de Freitas Rolim²¹⁵, o homem que resolve sorrindo todas as

²¹⁴ **Nesta reunião estavam presentes - 29/12/1959:** Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, Marechal Heitor Augusto Borges, General Oscar de Araújo Fonseca, General Ignácio Freitas Rolim, General Emmanuel de Almeida Morais, Dr. Belmiro Valverde, Dr. Olinto da Gama Botelho e Elias José Grego (LDN, 1959, p. 25).

²¹⁵ Este membro é muito importante. Cabe lembrar que o General Rolim era em 1945, o então Major Rolim que contribuiu para a desmobilização de todos os Departamentos da Liga depois do fim da II Guerra Mundial, devido a infiltração comunista; e também se indispôs com o General Pantaleão, em 1946 na ocasião das discussões sobre o Plano SALTE do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

dificuldades, o doutor Olinto Botelho, o homem da Lei e do direito, antigo secretário da Liga que conhece bem os seus Fundamentos; [...] a atitude do senhor general Emmanuel de Almeida Moraes que, espontaneamente, veio oferecer seus prestimosos serviços à Liga (LDN, 1959, p. 25).

Este é o perfil da nova Entidade²¹⁶. Nessa reunião, realizada no limiar da década de 1960, a Liga se articula e se reconstrói com a inclusão de diversos membros²¹⁷. A liderança continuará nas mãos do Almirante Álvaro Alberto²¹⁸. Todos os membros dessa geração estavam imbuídos da missão de conquistar a população para a campanha de civismo e de nacionalismo, travestido de anticomunismo. O trabalho de divulgação do nacionalismo foi realizado nos mesmos moldes de Olavo Bilac. Há uma frase emblemática que afirma que “a história se repete como tragédia ou como farsa”²¹⁹. Neste caso, chegaremos à tragédia da intervenção militar por 21 anos, por meio de uma farsa construída, travestida de nacionalismo, mas com caráter anticomunista. Porém, ainda faltam 4 anos para o fato. A Liga iria se adaptar à conjuntura da década de 1960, com a direção dos vice-presidentes²²⁰ eleitos que, na verdade, eram as lideranças políticas, civis e militares, que afiançavam os trabalhos. Os membros já destacavam a crise política no final de 1959, inclusive o [...] “Marechal Heitor Augusto Borges, [...] fez considerações sobre a situação atual do país” (LDN, 1959, p. 26). Juscelino Kubistchek havia realizado um grande plano de desenvolvimento Nacional, porém o custo de seu projeto de desenvolvimento chegou em meados de 1960. A inflação era galopante, porém ele realizou investimentos importantes em áreas de infraestrutura, com apoio de vários oficiais gerais que compuseram seus quadros, num projeto de nação. O Presidente JK angariou apoio de várias frações de militares que compuseram o Exército, tanto nacionalistas quanto

²¹⁶ **Foram abertas 12 vagas no Diretório Central – 29/12/1959**, sendo 11 (onze) vagas por resignação, ou seja, demissão voluntária e 01 (uma) vaga por falecimento. Por falecimento era decorrente do desaparecimento do General Valentim Benício da Silva; os demais por demissão: Dr. Aníbal Freire, Silvio Bramer, Sérgio Correa da Costa, Carlos de Lacerda, Orminda Bastos, Gilberto Freire, Demóstenes Madureira de Pinho, Marechal Mario Ari Pires, General Humberto Castello Branco, Salvador César Obino e General Juraci Montenegro Magalhães (LDN, 1959, p. 26).

²¹⁷ **Foram indicados para a LDN em 29/12/1958**: Dr. Francisco de Sá Lessa, Almirante Jorge Dodsworth Martins, General de Exército Floriano de Lima Brainer, Dr. Maurício Jappert da Silva, Dr. M. Paulo Filho, General Emmanuel de Almeida Moraes, Professora Laudímia Frota, General Frederico Frotta, General Orlando Rangel Sobreino, General Armando Dubais Ferreira, Major José Hermógenes de Andrade Filho e Guilherme Melecchi (LDN, 1959, p. 26).

²¹⁸ **Eleição da Comissão Executiva (1959-1961)**: Presidente: Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva; vice-presidente: ministro José Duarte Gonçalves da Rocha; secretário-geral: Dr. Belmiro Valverde; Primeiro Secretário: Dr. Olinto da Gama Botelho; segundo secretário: General Emmanuel de Almeida Moraes; Tesoureiro: Dr. Elias José Grego (LDN, 1959, p. 27).

²¹⁹ Célebre frase construída por Karl Marx na Obra “18 Brumário de Luís Bonaparte”.

²²⁰ **Quadro de vice-presidentes eleitos (biênio 1959-1961)**: Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, Ministro José Duarte Gonçalves da Rocha, General Pantaleão da Silva Pessoa, Ana Amélia Queiróz Carneiro de Mendonça, Embaixador Osvaldo Aranha, Dr. Belmiro Valverde, Dr. Daniel Faraco, General Nelson de Melo, Doutor Afonso Arinos de Mello Franco, General Ignácio de Freitas Rolim, Dinah Silveira de Queiroz (LDN, 1959, p. 26-27).

internacionalista. Mas, cabe destacar que não havia apenas esses dois grupos de militares. Havia aqueles que viam a questão apenas pelo foco do Exército, mas notadamente anticomunista. Em certa medida, JK seguiu o plano de desenvolvimento traçado por Getúlio, mas com auxílio do capital internacional, conciliando com os diversos seguimentos da sociedade civil.

Para ilustrar nossa afirmação, vale evidenciar que o General Olímpio Mourão filho destaca que era muito próximo do presidente JK. O general afirmou em suas memórias que o General Denis tentou matriculá-lo na Escola Superior de Guerra, porém ele declinou ao convite, como discorre em seu diário sob a data de 27/01/1961 (Mourão Filho, 1978, p. 92). Segundo ele, a ESG tem uma doutrina totalitária de Segurança Nacional, Poder Nacional e outras “burrices filosóficas importadas do Pentágono” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 92) que ele não aceitava. Nesta passagem do diário, ele destacou que gostaria de ter entrado para a reserva naquele período, assim que fosse promovido à General de Divisão. Ele tenta justificar que não tinha intenção de participar do golpe civil-militar de 1964. Ele menciona que havia participado efetivamente no governo de JK, auxiliando na estruturação da rede de rádio no Brasil e sendo, um dos responsáveis pela liberação de concessões.

[...] Denis quis me matricular na Escola Superior de Guerra, logo que deixei a CTR. Recusei-me peremptoriamente aceitar. Não me submeto àquela Escola onde se estuda uma doutrina totalitária [...] Só uns cérebros doentios como os de Cordeiro de Faria – o pai desta traficância – Mamede. Golbery do Couto e Silva – autor de um livro indigesto, cheio de erros de filosofia e de incongruências, do Castello Branco, enfatuatedo em suas conferências admiradas por ignorantes. É um crime a ADESG existir. É uma conspiração permanente contra a liberdade deste infeliz País. Vivemos em perigo com os liberticidas sempre prontos a nos dar o bote final no Governo e fazerem uma horrôsa ditadura. ISEB e Escola Superior deveriam ser fechadas, imediatamente (MOURÃO FILHO, 1978, p. 92-93)

O ano de 1960 foi muito significativo para a história da Liga. Em Ata da Comissão Executiva²²¹ de 28/04/1964 há o registro de inúmeras atividades. Havia intensa troca de telegramas entre membros da Entidade e eminentes figuras da época. Cabe ressaltar, por exemplo, telegrama enviado pela Liga ao Marechal Mascarenhas de Moraes, no qual exalta “o brilhante feito da F.E.B., na Campanha da Itália (2ª Guerra Mundial), vencendo os nazistas e fascistas, no dia 14 de abril, no combate de Montese” (LDN-CE, 1960, p. 77). Esses contatos

²²¹ **Nesta reunião estavam presentes - 28/04/1960:** Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, General Ignácio de Freitas Rolim, General Emmanuel de Almeida Morais, Dr. Olinto da Gama Botelho, Elias José Grego e Capitão Paulo César Amarante. Esta reunião foi realizada na Rua Teófilo Otoni, 72, 3º Andar, sala cedida pela Cia Vale do Rio do Doce (LDN-CE, 1960, p. 78).

serviam para estreitar os laços de fraternidade entre a Entidade e as lideranças políticas. A Liga sempre estava atenta a todas as realizações do Estado, como, por exemplo, da transferência da Capital Federal para Brasília, em 21 de abril de 1960. Os membros destacaram a visão estratégica do Estado Brasileiro para o interior do país. Cabe lembrar que membros da Liga fizeram o planejamento da transferência na década de 1930, como destacamos anteriormente. Muitos acreditam que esse projeto partiu da iniciativa individual de JK, o que não se sustenta, segundo apresentamos em nossa Tese. Na verdade, foi uma iniciativa de planejamento estratégico do Exército²²². A liderança dos militares, no entorno da Liga, estava diretamente vinculada a sua carreira.

[...] para conceder ao Almirante Álvaro Alberto, um voto de louvor, pelo recente acontecimento científico em que foi obtido por novo processo, o urânio nuclearmente puro, por um grupo de ilustres professores da Universidade de S. Paulo. Esses, grandes brasileiros, foram assistidos e prestigiados desde o início das suas investigações, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, do qual foi seu presidente o almirante Alvaro Alberto. A obtenção por novo processo do urânio nuclearmente puro no Brasil, colocou nosso país em paridade com as nações mais adiantadas no campo da energia nuclear e veio dar real impulso as novas atividades em busca de estrita justiça, o voto de louvor ao Almirante Álvaro Alberto [...] (LDN-CE, 1960, p. 78).

O Almirante Álvaro Alberto tinha consciência da necessidade de desenvolvimento nas áreas brasileiras de ciência e de tecnologia. O desenvolvimento brasileiro nessas áreas obteve grande contribuição deste militar da Marinha. O interesse nacional brasileiro teria que ser planejado como uma política de Estado, a longo prazo. Apesar de todo discurso de desenvolvimento financiado por capital internacional era visto com ressalva, notadamente para garantir o interesse nacional genuíno, como descrevemos na fala de Osvaldo Aranha sobre a subordinação do Brasil ao capital financeiro internacional. Acreditamos que uma fração dos militares que integrava a Liga da Defesa Nacional possuía uma agenda muito específica de desenvolvimento, fundamentada no progresso tecnológico e numa ação geopolítica independente em alguma medida.

[...] o Contra-Almirante Álvaro Alberto sentiu na própria pele, ao participar da Comissão de Energia Atômica da ONU em 1946. Os dois principais protagonistas dessa Comissão, os Estados Unidos e a União Soviética, digladiavam-se na defesa de seus interesses. [...] a voz isolada do representante brasileiro não encontrou eco no plenário da Comissão de Energia Atômica da ONU. O Contra-Almirante compreendeu então que

²²² Como citamos no subcapítulo 4.3, quando das homenagens ao General Tasso Fragoso, é destacado que os estudos para transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste do país, foi realizado pelo oficial General.

significava a “solidariedade Internacional” quando interesses nacionais estavam em jogo.

Voltando ao Brasil, Álvaro Alberto desencadeou todo um movimento para a criação do CNPq. [...] A conjugação desses fatores resultou na mensagem presidencial de 13 de maio de 1949, assinada pelo Gal. Eurico Gaspar Dutra, propondo a criação do CNPq. Após um ano e meio de discussão na Câmara dos Deputados e no Senado, o projeto foi aprovado. Finalmente, em 15 de janeiro de 1951, com a Lei n. 1310, nascia o CNPq. Uma autarquia diretamente ligada à Presidência da República, que gozava de personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa (MOTOYAMA, 1994, 328-329)

Cabe destacar que na década de 1970, estas pesquisas realizadas pelo Almirante Álvaro Alberto foi muito censurada pelos americanos que não queriam o acesso brasileiro à tecnologia nuclear. Entretanto, o Almirante quando foi presidente do CNPq concedeu bolsas de estudo a professores brasileiros que se interessavam pela área nuclear, os quais realizaram intercâmbio com centros científicos europeus e americanos.

A Comissão Executiva realizava sugestões de ação do Estado em suas diversas esferas de atuação. Como exemplo podemos citar que a Liga fazia contato com ministérios, no intuito de solicitar apoio para as diversas regiões do Brasil. Como exemplo, Entidade estabeleceu contato com “o Ministro da Viação, no sentido de mandar reparar com urgência, a ponte Terezina – Hores, que ameaçava ruir, pois já estava interditado o tráfego rodoferroviário devido à cheia do Rio Paraíba” (LDN-CE, 1960, p 79). Desse modo, a Entidade promovia a ligação com a sociedade civil e o Estado, retornando ao seu papel de integração na gestão do Estado e das necessidades imediatas de estrutura e manutenção logística do País.

O Almirante Álvaro Alberto, como líder e um dos principais intelectuais orgânicos, estabelecia contato pessoal, bem como enviava telegramas às autoridades responsáveis sobre os assuntos discutidos pela Comissão Executiva. Esse contato, além de ser feito entre a Liga, era resultado dos diálogos que a Entidade tinha com o Congresso.

[...] O general Rolim, ainda com a palavra, esclareceu que essa proposta foi o eco das providências já encetadas pelo senador do Piauí, S. José Mendonça Clark²²³ que viu da Liga da Defesa Nacional, uma grande colaboradora, para tão importante missão (LDN-CE, 1960, p. 79).

Simbolicamente, a Entidade resgatou a liderança política e representativa junto ao Estado brasileiro. Sua influência é permanente naquele período. No ano de 1960, foram

²²³ Em reunião de 19/05/1960, “o senador Clark, representante do Piauí, no Congresso Nacional, pediu para apresentar os agradecimentos a Liga, pelo fato do Ministério da Marinha haver atendido o pedido formulado a respeito do transporte dos gêneros de S. Paulo para o Nordeste” (LDN-CE, 1960, p. 83).

realizadas várias atividades solenes em homenagem às diversas instituições do Estado como Itamarati, Ministério da Educação, a partir de conferências que ressaltavam a participação do Brasil na II Guerra Mundial, além de estreitar laço com o Exército.

[...] participação da Liga na solenidade promovida pela Biblioteca do Exército, em homenagem aos combatentes da II Guerra Mundial, no dia da vitória, a 8 de maio, falando em nome do Almirante Álvaro Alberto, presidente, para saudar o Marechal Mascarenhas de Moraes, o 2º Secretário da Liga [...] A Comissão foi procurada pelo Major José Hermógenes de Andrade Filho, novo membro do Diretório Central [...] que veio oferecer sua participação direta nos nossos trabalhos executivos sugerindo: a) – criação de um serviço de relações públicas; b) – prestigiar o esforço patriótico de uma editora “Brasil América²²⁴” que publica revistas para jovens com histórias em quadrinhos, dos nossos feitos, dos nossos heróis, dos nossos estadistas, etc; estimulando dêsse modo a competir com outros similares que se afastam dessa linha, enveredando por temas alienígenas, amorfos e às vezes imorais; c) – Considerar o trabalho patriótico de estação de radio “Copacabana”, inteiramente dedicada a propaganda educativa, também fazendo jus ao apoio moral das nossas autoridades, já que outro não lhe será possível dar. d) – entrar em contacto com os srs. José Salvador Junianelli, do Ministério da Educação e Cultura, para tomar conhecimento dos seus trabalhos a favor da educação cívica do nosso povoe dos projetos que tem em vista [...] (LDN-CE, 1960, p. 82).

A Liga da Defesa Nacional se debruçou nos estudos de relações públicas, designando um representante para firmar contato com a editora Brasil América, bem como estabelecer contatos com a Rádio Copacabana para divulgar o ideário da Entidade. O General Rolim mantinha contatos com o Departamento de Educação Complementar da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, o qual era dirigido pela professora Laudinia Frota, à época, para articular o “Boletim Escolar do Serviço de Educação Moral e Cívica, o qual foi impresso às expensas da Liga da Defesa Nacional. Consideramos que as futuras disciplinas que seriam implantadas durante o regime militar OSPB (Ordem Social e Política do Brasil) e Educação Moral e Cívica foram construídas pelos membros da Entidade.

[...] A publicação do seu Boletim Escolar do Serviço de Educação Moral e Cívica, passará a ser impresso em editora por nós escolhida, custeada pela Liga que obteve auxílio financeiro do Conselho Superior das Classes

²²⁴ EBAL – Editora Brasil América Limitada foi fundada em 18 de maio de 1945, no Rio de Janeiro por Adolfo Aizen. Em 1946 ele fez uma parceria com César Civita, da Editorial Abril da Argentina (irmão de Victor Civita, fundador da Abril brasileira), lançando a revista *Seleções Coloridas*, com personagens de *Walt Disney*. Esta parceria durou apenas 17 edições. Em julho de em 1947, Adolfo Aizen lançava uma revista por ele considerada oficialmente "a primeira da EBAL": O Herói, com de histórias de aventuras, com cowboys, selva, aviadores, entre outros, com material da *Fiction House* e editoras norte-americanas similares. A ela se seguiram outras como Superman, Edição Maravilhosa, Mindinho, bem como centenas de outras que consolidaram a editora. EBAL em seu auge chegou a lançar mais de trinta títulos simultaneamente. Os carros chefe eram *Tarzan* e *Zorro (Lone Ranger)*, seguidos por *Superman* e *Batman*. A Editora encerrou suas atividades em 1995. Disponível em: <http://www.bigorna.net/index.php?secao=artigos&id=1295267989>. Acesso em: 15/07/2016.

Produtoras (CONCLAP), o sr. Bering de Mattos, da CONCLAP²²⁵, autorizou a Liga da Defesa Nacional a dispender com essa publicação a quantia de Cr\$ 20.0000,00 mensais, até dezembro do ano em curso (LDN-CE, 1960, p. 81-82).

A Liga estava articulando a atuação ideológica de combate ao comunismo. Havia uma clara atuação dos membros da Entidade com representantes de empresários, banqueiros, entre outros para atuarem no sentido de conquistar a classe trabalhadora a fim de que esta não se deixasse influenciar pelos sindicatos, ou pior, pelas células comunistas. Até o Ministério da Guerra auxiliou na impressão de boletins sobre civismo, por meio do gabinete Cartográfico do Exército (LDN-CE, 1960, p. 82). O General Rolim procurou, inclusive, o Conselho de Segurança Nacional para estabelecer contato, afirmando que a Liga contribuiria com os trabalhos de formação “democrática” do povo.

[...] esteve no Conselho de Segurança Nacional e mais uma vez se avistou com o Secretário dessa Organização, reatou as conversações concernentes ao auxílio que a Liga poderá prestar para reforçar a ação do Conselho na formação democrática do nosso povo. Será uma colaboração, obedecendo rigorosamente as prescrições contidas nos nossos Estatutos, sem fugir as suas finalidades de modo a não permitir interpretações codiciosas, será uma colaboração escoteira, pura e patriótica, em benefício da educação do povo na consolidação dos nossos princípios democráticos. O Conselho de Segurança Nacional, proporcionará à Liga, em conveniência, recursos e tomará as providências junto a Imprensa, falada, escrita e projetada (radio, jornais e televisão) para facilitar os nossos trabalhos, acolhendo e publicando nossas notícias e o mais que for mister divulgar (LDN-CE, 1960, p. 82)

Os membros da Entidade garimpavam as publicações de Olavo Bilac e suas correspondências a fim de coletar material para divulgação do nacionalismo. Era realizada uma operação conjunta entre Ministério da Educação e Secretaria de Educação do Rio de Janeiro para articular as campanhas promovidas pela Liga da Defesa Nacional. Foram divulgados cartazes de propaganda e gravuras exaltando atitudes que os jovens deveriam ter. Como exemplo, segundo registrado em Ata, foram confeccionadas frases educativas sobre a atitudes física e moral para os jovens carentes, nos programas projetados e irradiados nas estações de rádio e televisão e em viaturas de propaganda. Defendemos que a Entidade

²²⁵ Associação civil criada em 16 de julho de 1959 por iniciativa de um grupo de representantes das classes produtoras que desejavam coordenar uma ação de vigilância e de defesa de seus interesses econômicos e políticos. Tendo-se oposto frontalmente ao governo de João Goulart, perdeu sua expressão política após o movimento militar de março de 1964. O CONCLAP foi articulado basicamente por um grupo de industriais, banqueiros, comerciantes e seguradores liderados por Jorge Behring de Matos, que consideravam que a intervenção do Estado na economia, tal como vinha sendo praticada, conduzia à abolição dos direitos e da liberdade de ação dos empresários. Defendendo a empresa privada, a estabilidade financeira e monetária e o capital estrangeiro, esse grupo se opunha com igual vigor ao controle de preços, ao direito de greve e à estabilidade de emprego. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-superior-das-classes-produtoras-conclap>. Acesso em 20/05/2016.

resgatava todo o discurso do “perigo vermelho” para sustentar o nacionalismo como meio de defender os jovens da infiltração comunista nas famílias e nos sindicatos. Rodrigo Patto Sá Motta (2002) contribui para esta afirmação:

Assis Chateaubriand, célebre pela capacidade de cunhar expressões marcantes, elaborou em 1935 uma imagem que expressava bem o sentimento de certos setores da sociedade, especialmente das camadas dirigentes. Contra o comunismo deveria ser estabelecida uma “união sagrada”²²⁶, congregando as forças “sãs” da nacionalidade em torno do governo, para que o “inimigo” pudesse ser derrotado. Várias manifestações de tom semelhante vieram à luz, criando efetivamente uma impressão de mobilização nacional anticomunista²²⁷. Nos meses que antecederam o golpe de 1964 deu-se o mesmo: jornalistas, religiosos, militares, empresários, entre outros, fizeram insistentes apelos em favor de uma união sagrada contra o comunismo, ainda que sem o uso desta expressão²²⁸ (MOTTA, 2002, p. 35-36).

Nesse conteúdo eram criados e exaltados os mitos dos heróis nacionais²²⁹, com pequenas frases que resumiam os feitos desses eminentes brasileiros. Os membros mantinham contato até com o Diretor de Polícia de Vigilância, Coronel Rivemar Almeida, do então Estado da Guanabara, para divulgar o ideário de culto da Liga aos expedicionários da II Guerra Mundial, como um feito histórico a ser lembrado. Os quatro principais eventos que as Forças Armadas consideravam relevantes eram lembrados em conferências, sendo as quatro principais a Guerra contra o Paraguai, a I e II Guerra Mundial e a ação da ANL em 1935, intitulada pelos militares de “Intentona Comunista”. Os intelectuais orgânicos da Entidade, notadamente os militares, inspiravam-se no nacionalismo, sendo que, ao longo da história, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 36) “os elementos egressos das Forças Armadas transformam-se nos principais esteios do nacionalismo, sempre suscetíveis a entrarem em ação no combate aos “agentes de Moscou”. Os escritos de Olavo Bilac, restados na década de 1930 e reinseridos na década de 1960, eram interpretados segundo a conveniência dos integrantes da Entidade, com a finalidade de marcar posição na trincheira

²²⁶ A expressão saiu como título de editorial. O Jornal, de 12/12/1935, p. 2. O termo foi usado em alguns países europeus, no contexto da Primeira Guerra, para significar a mobilização nacional contra os inimigos.

²²⁷ Ver, por exemplo, O Estado de S. Paulo, 30/11/1935, p. 1; Jornal do Brasil, 1/12/1935, p. 6.; Estado de Minas, 28/11/1935, p. 2: “O problema atinge a estrutura moral da Nação, reclama o concurso de todos os brasileiros de ao vontade e que ponham a existência feliz da pátria acima das paixões e interesses de pessoas”.

²²⁸ Um exemplo, entre vários possíveis: “Preconizo, assim [...] a menos que queiramos sucumbir ingloriamente sem luta, a união das forças que se opõem ao comunismo no Brasil, sob a égide do ideal comum de varrer da nossa Pátria o inimigo que mais perigosamente nos ameaça na hora presente”. Trecho de um discurso proferido em maio de 1963 pelo deputado e empresário das comunicações João Calmon (Duas Invasões, vol. 1. Invasão Vermelha. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1966, p. 60).

²²⁹ Os principais heróis eram fundamentalmente militares, como heróis da Guerra contra Paraguai (Duque de Caxias, Almirante Tamandaré, Almirante Barroso, Antonio de Sampaio, entre outros), bem como personalidades históricas do início da República ou que são símbolos da construção da Nação brasileira (Barão do Rio Branco, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Tiradentes, Bandeirantes Raposo Tavares e Anahnguera).

anticomunista. Como expressão de uma ação de direita da Entidade, ela realizava o combate político-ideológico em duas frentes como pudemos inferir, segundo as categorias de Gramsci, no tocante à Guerra de Movimento até 1964 e, posteriormente a Guerra de Posição²³⁰. As ações abaixo descritas, subsidiam nossa tese no tocante à disseminação de ideias e atitudes contra o comunismo pelos intelectuais orgânicos da Liga.

O general Rolim, passou aos assuntos que, a seu caro, procurou resolver [...] ação que caberá a Liga da Defesa Nacional gizado pelo Conselho de Segurança no que se aposta a ação de contra propaganda às ideias que passou a confundir nossa formação democrática, capazes de fazer periclitarem nosso *regimen*, sob a forma de persuasiva campanha moral e cívica, na forma preconizada nos nossos Estatutos [...] TV Tupi, onde foi muito bem recebido dando início ao programa de Educação Complementar, atinente à semana educativa [...] foram destinados pelo Diretor Geral da TV. [...] entregue ofício da Liga, para o Dr Demirval Costa Lima, Diretor Geral da Tv, cujo conteúdo versava a excelente acolhida proporcionada ao General Rolim, do nosso Diretório Central. [...] ao Diretor Dr. Honorio Rodrigues, do Arquivo Nacional, para fazer 2 palestras a todos as futuras mestras, no Instituto de Educação, intitulados: As posições de interesse do povo Brasileiro e Aspectos do Caráter Nacional. A ação contra os ideais subversivos, principalmente os de castro comunista, que deve ser intensificada e ter a preeminência do apoio da Liga, que deve realiza-la sob a forma patriótica, cultuando tradições e esclarecendo os responsáveis. Para isso foi cogitado, junto as autoridades Militares e já estarão bem adiantadas os entendimentos com o I Exército que tomará a si, iniciando pela contrapropaganda nos meios universitários (LDN-CE, 1960, p. 86)

Inclusive, o General Rolim se preocupava com a infiltração comunista no Serviço Militar. Ele se reuniu principalmente com os Comandantes de CPOR e os estabelecimentos congêneres da Marinha e da Aeronáutica, por meio do Ministério da Guerra para em seminário, esclarecer, debater e deliberar sobre os planos de execução de campanha anticomunista dos jovens que prestavam o serviço militar. “[...] Temia-se o contato dos “mestres comunistas” com os jovens estudantes, que poderiam ser levados a abraçarem as “doutrinas exóticas” por influência de tais professores (MOTTA, 2002, p. 209). Estes jovens

²³⁰ Não queremos desqualificar a interpretação dos escritos de Antonio Gramsci. Apenas estamos refletindo sobre como uma Entidade de direita, soube aplicar a contrarrevolução de maneira bem articulada, minando qualquer possibilidade de uma revolução de esquerda. Importante destacar que a Gramsci afirma que um grupo social pode ser dirigente antes de conquistar o poder. Porém em nosso caso, a análise é mais complexa, pois a Entidade dirigia seus trabalhos intermediando a iniciativa dos representantes da sociedade civil que não queriam a reivindicação do proletariado e muito menos, a possibilidade de revolução comunista. Assim, a supremacia da Liga neste sentido se manifesta de duas formas, como “dominação” e como “direção intelectual e moral”. Assim a LDN objetiva ser dominante sobre os grupos inimigos, classe trabalhadora e comunistas, sendo que os primeiros ela tentou apaziguar e os segundos liquidar. Neste sentido, os militares que compunham a Liga tentavam submetê-los, em princípio, sem o uso da força, porém, quando uma fração da esquerda partiu para a guerrilha (PC do B e outros grupos de esquerda) os militares também pegaram em armas numa guerra civil velada. O que não tem relação, ainda, com o objeto que ora apresentamos, pois faz parte das consequências posteriores do golpe civil-militar que transcendeu para o fechamento do regime pela ala militar extremista que se hegemonizaram no poder.

eram um ponto sensível para os militares, pois estes tornar-se-iam oficiais da reserva não remunerada e em tese, seriam lideranças civis e suas áreas de atuação, pós baixa das Forças Armadas. O Almirante Jorge Dodsworth, representante da União dos Escoteiros do Brasil e preocupado com a formação dos futuros oficiais declarou o seguinte sobre a atuação da Liga neste assunto sobre o educação moral e cívica e combate ao ideário comunista:

[...] o Almirante Jorge Dodsworth [...] declarou sobre o que lhe foi dado concluir a respeito da instrução do C.P.O.R onde pode avaliar a transformação havida, depois de ouvir pessoas de sua família que frequentou esse curso em épocas que tiveram mais de 15 anos. Com os instrutores de hoje, jovens oficiais, em contato direto com os universitários, há melhor oportunidade de instruir e educar (LDN-CE, 1960, p. 86)

Inclusive, nesta mesma oportunidade²³¹, o Major José Hermógenes de Andrade, 2º Secretário da Comissão Executiva, afirmou que, sobre o CPOR, haviam sido adotadas normas, com a finalidade de tornar acessíveis e convincentes os diálogos com os universitários, a fim de que não sofressem a “contestação da dialética”, “muito em voga nos ecléticos meios universitários” (LDN-CE, 1960, p. 86).

[...] Realçou também a necessidade de uma coerção da parte do Estado para combater a sub-literatura através de publicações a jornais imorais expostos nas bancas dos jornaleiros, destruindo a um simples golpe de vista o que muitas vezes foi construído em anos de trabalho persuasivo (LDN-CE, 1960, p. 86).

Nessa passagem, o Major expõe sua posição sobre conteúdos que ele considera impróprios; de certa forma, o oficial tem uma visão conservadora e moralista sobre o que era veiculado no início da década de 1960. O que cabe destacar é o objetivo deste oficial em propor uma forma de o Estado censurar o que era publicado, ou seja, criar um órgão que “filtrasse” o que era considerado inapropriado, segundo seu ponto de vista. Cabe registrar que, além do Exército, a Marinha estava imbuída do projeto de educação moral e cívica proposto pela Liga.

[...] deu conta do que, por último foi realizado na reunião dos Cmt's dos CPOR, CIORM, que vieram ao Rio, para tomarem conhecimento do que ia ocorrendo, a respeito de ideologias contrárias ao nosso regime democrático. Essa reunião teve a presença do Almirante Alvaro Alberto, presidente da Liga, de vários oficiais gerais, oficiais superiores, autoridades civis além de Cmt's convidados, contou com 3 oradores, na abertura: Cel Arruda, do Conselho de Segurança Nacional, Altamir da ESG e Dr. Bhering da Mota do CONCLAP que abordaram o problema e que foi encerrado a tarde, com a palavra do general Floriano de Lima Brayner, Chefe do Estado Maior do

²³¹ Reunião realizada pela Comissão Executiva em 19/05/1960.

Exército. [...] tornou-se ponto pacífico, o modo de coordenar a ação pedagógica dos Jovens instrutores, ao ministrarem os assuntos de educação moral e cívica, por meio de processos acessíveis e convincentes, usando dialética própria para convencer os alunos do CPOR, na sua maioria universitários que passariam a exercer ação cívica nos seus círculos de convivência. Foi uma bela tentativa para fortalecimento das nossas instituições democráticas, em que pessoas credenciadas por seus méritos, expuseram o perigo das doutrinas extremistas que ameaçam a segurança e a soberania do Brasil (LDN-CE, 1960, p. 90-91).

A articulação sobre a questão da formação educacional não era circunscrita apenas a quem prestava o serviço militar, mas sim para todos os alunos das escolas públicas e privadas. A campanha era feita, como já afirmamos anteriormente, para a implementação de aulas de Educação Moral e Cívica, e tinha a participação direta da Secretaria da Educação e do Ministério da Educação. Além da Liga, cabe acrescentar que o Conselho das Classes Produtoras, vinculado à CONCLAP, também estava empenhado na empreita.

Ressalta-se que algumas das organizações participantes da campanha anticomunista de 1961-1964 tinham sido fundadas anteriormente, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga de Defesa Nacional (LDN) e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), entre outras. [...] A LDN participou da campanha anticomunista pós-1935, como já foi referido. Em 1962, encontramos-a sob a direção de um oficial da Marinha, novamente devotada à luta contra os comunistas. Teve destaque nas comemorações da “Intentona” Transcorridas naquele ano²³² (MOTTA, 2002, p. 238)

Um adendo ao descrito na citação acima por Rodrigo Patto Sá Motta (2002), pois demonstramos, nesta tese, que, em verdade, a campanha anticomunista na LDN iniciou-se em meados de 1930, mas não posteriormente aos eventos da Aliança Nacional Libertadora, como afirmou o autor. A Liga da Defesa Nacional, por esses serviços, recebeu a Medalha do Mérito Tamandaré. Os civis e militares que compunham a Liga eram de fato intelectuais orgânicos da Entidade, pois produziam obras de relevância sobre assuntos de interesse da LDN. Um exemplo disso é a obra publicada pelo Major José Hermógenes Andrade Filho, sob o título “Programa de História do Brasil: a pergunta que ensina”²³³. Este livro aborda o método de ensino de História nas escolas. Este oficial era responsável “pelo material didático [que]

²³² O Estado de S. Paulo, 23/11/1962, p. 4.

²³³ Em 2015, foi defendida uma dissertação de Mestrado em Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual trata sobre esta obra do Major Hermógenes, que era professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro. O livro tem quatro edições (1955, 1956, 1960 e 1970). Ver: BITENCOURT, Paulo Rafael Siqueira. “A PERGUNTA QUE ENSINA”: um livro didático de História do Brasil para os exames de admissão (1954-1971). 2015. 153 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes2015/dparuloraphael2.pdf>. Acesso em: 17/03/2016.

auxiliava na preparação dos alunos aos exames de admissão, obrigatórios para entrada no ensino secundário entre os anos de 1931 e 1971²³⁴” (BITENCOURT, 2015, p. 7).

[...] o Major José Hermógenes de Andrade Filho, representando a Liga no I Congresso de Ensino Médio, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, falou sobre “os órgãos formadores de opinião pública e a sanidade mental das gerações”, sendo bem acolhido seu trabalho, merecendo ser divulgado pela imprensa, sendo nessa mesma ocasião solicitado para fazer, digo, realizar uma entrevista, na TV no Canal 13, sobre o referido assunto (LDN-CE, 1960, p. 94).

Eram realizadas diversas intervenções, alternando-se os membros da Entidade que delas participavam. Era uma verdadeira operação, no sentido de mobilizar todas as eminentes lideranças da sociedade civil para a causa da Liga. Além das ações citadas acima, havia participação de membros da Entidade na Faculdade de Medicina do Rio, no *Jornal do Brasil*²³⁵, nas associações de bairro e, ainda, de diretores de escolas, como o de Manguinhos, entre outros. A Entidade influenciava nas questões sociais, notadamente as associadas às crianças que não estavam na escola, ou se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

[...] O General Rolim, comunicou que foi solicitado por pessoa influente no Estado de Alagoas, para trazer ao conhecimento da Liga o que se passa no litoral dessa unidade da Federação, nas vizinhanças da cidade de Maceió, onde há centenas de crianças entregues a vadiagem, quando há nas proximidades em prédio quase concluído que se destina a uma Escola de Aprendizes de Marinheiros. Lembrou a possibilidade de ser aproveitado para um centro educativo ou causa semelhante de acordo com um plano nacional para nuclear e dar trabalho aqueles jovens abandonados [...] O almirante Alvaro Alberto, sem perda de tempo, entendeu-se pelo telefone com altas autoridades navais que lhe informaram estar aquela obra, sob a direção da Diretoria de Construção da Marinha e aguarda recursos para ser terminada (LDN-CE, 1960, p. 95).

Como afirmamos acima, cabe ratificar que estas atividades da Liga tinham o auxílio de diversas instituições, como o Banco do Brasil, o qual atendia prontamente os pedidos de dinheiro feito pela Entidade. Exemplo disso é o “Telegrama do Dr. Carlos Cardoso, Presidente do Banco do Brasil, comunicando que concedeu o auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a favor das atividades da Liga da Defesa Nacional, pertinente ao ofício que lhe foi dirigido por esta Entidade cívica”²³⁶ (LDN-CE, 1960, p. 95-96). Além do Banco do Brasil,

²³⁴ O exame de admissão foi extinto em 1971, pela Lei 5.692 (BITENCOURT, 2015, p. 85).

²³⁵ Além do jornal descrito acima, outros meios de comunicação escrita também contribuía para a divulgação dos feitos da Entidade, como, por exemplo, o *Jornal Diário de Notícias*, *O Jornal*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, entre outros. O General Rolim era o membro da Entidade que estabelecia os contatos com essas redes de informação (LDN-CE, 1960, p. 96).

²³⁶ Deste dinheiro, foi enviado o valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para financiar as despesas com a “Corrida do Fogo Simbólico” que foi realizada no Diretório Regional do Estado do Rio Grande do Sul, em

a Companhia Siderúrgica Nacional contribuía financeiramente para as atividades da Liga, como, por exemplo, uma doação no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) (LDN-CE, 1960, p. 98). A Entidade era prontamente financiada para a causa anticomunista. Mas o que não podemos deixar de considerar é que todo esse financiamento fazia parte de um plano abortado com o suicídio de Vargas. Nesse plano está subscrito que o presidente deveria seguir seu papel conservador. Como destaca Nelson Werneck Sodré (2010, p. 443) “[...] as forças reacionárias perceberam os propósitos de decisões autônomas no presidente [Jânio Quadros], passaram a cuidar de colocá-lo em sua devida posição, isto é, de instrumento delas”.

O “Fogo Simbólico”, partirá de Brasília, no dia 15 de agosto, virá pelo itinerário Belo Horizonte, Juiz de Fora, Petrópolis, onde chegará às 12.00 do dia 19, devendo chegar ao Monumento Nacional aos Mortos da II Grande Guerra, às 20.00 horas, dêsse dia. Aí pernoitará em vigília cívica, até às 09.00 horas de 20, quando seguirá para o Sul. O orador convidado pela Liga, será o dr. Enéias de Almeida Fonty, presidente do Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP), da Associação dos Empregados do Comércio, que falará em nome das classes conservadoras e do povo. Foi deliberado ainda, entregar ao dr. Guilherme Melecki, membro do Diretório Central, o cheque na importância de Cr\$ 50.000,00 para ser entregue ao jornalista Tule Rose. Foi a contribuição da Liga a “Corrida do Fogo Simbólico” no ano de 1960, já que o Ministério da Guerra, contribuiu com Cr\$ 100.000,00 (LDN-CE, 1960, p. 100)²³⁷.

Todas essas manifestações serviam para subsidiar o discurso anticomunista e mobilizar a população para tomar consciência da fragilidade do País em relação ao “perigo vermelho”. A Entidade utilizava os militares que combateram na II Guerra Mundial para conquistar a população à causa nacionalista e criar um otimismo nacional sobre as potencialidades do País. A inauguração do Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial, em 5 agosto de 1960, foi uma oportunidade para exaltar os valores nacionais. Por intermédio do Ministério da Guerra, convidou-se o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes para participar do evento. Além da exaltação aos militares, havia também homenagens a civis eminentes, como, por exemplo, Oswaldo Cruz. Nas homenagens para esta personalidade brasileira, foram convidados representantes da área da saúde, tanto militares quanto civis, além de outros líderes da sociedade civil, como o presidente da Confederação Nacional do

comemoração ao Dia da Independência, sendo que, no ano de 1959, a Liga concedeu Cr\$ 100.000,00 para o evento (LDN-CE, 1960, p. 96).

²³⁷ O último registro da Comissão Executiva consta na Ata da reunião realizada em 11/08/1960 (folhas de 98 a 100 do livro). Esta foi a última deliberação da Comissão Executiva a que tivemos acesso para elaboração desta Tese. Acreditamos que houve mais decisões importantes. Desta forma, a partir daqui, fundamentaremos as ações da Liga a partir dos registros das Atas do Diretório Central. Assim, após 27/10/1960, qualquer referência à Liga está fundamentada nos registros das Atas do Diretório Central.

Comércio. Estes e outros estes eventos²³⁸ objetivavam a integração destas camadas da sociedade brasileira, no sentido de estabelecer relações de solidariedade, principalmente no que tange ao combate ao comunismo. Consideramos, ainda, que este combate ao comunismo nada mais era do que uma forma de segurar as demandas do movimento operário e das classes subalternas, como as praças das Forças Armadas que reivindicavam melhores condições de vida²³⁹. Como afirma Paulo Eduardo Castello Parucker (2009, p. 108-109) devido à precarização do trabalho e da exiguidade da remuneração, foi novamente reativada A Casa do Sargento do Brasil, em 1961. A década de 1960 acompanhou o incremento da politização dos subalternos, com vistas à ação política. Thomas Skidmore (1976, p. 231) analisa que foi entre graves problemas remanescentes da antiga política, “a par da adequação do sistema administrativo e constitucional e da direção política econômica, que surgiu Jânio Quadros, como figura política de estatura nacional”. Jânio Quadros entrou no cenário político como um elemento estranho. Segundo o autor acima mencionado, Jânio foi visto como capaz de transcender as linhas estabelecidas do conflito, devido à sua bandeira eleitoral carismática e ser considerado um político não ortodoxo²⁴⁰.

Diante desse cenário político, A Liga promoveu uma retração estratégica, no intuito de aguardar a mudança do Governo Federal. Estava-se em fase de transição dos governos de Juscelino Kubistchek para o de Jânio Quadros. Assim, conforme Ata da reunião realizada em 27 de outubro de 1960, a Entidade acautelou-se, não efetuando nenhum trabalho até o processo eleitoral se concretizar.

[...] A extensão das nossas atividades em todos os Estados, foi deliberado não juiza-las enquanto durarem os efeitos da campanha sucessória que se desenvolveu em todo o país. Foi empreendida, inicialmente, uma ação junto aos órgãos de Imprensa, às Associações de Classe, Estabelecimentos de Ensino, Comando das Forças Armadas, Clubes Desportivos, entendimento com a Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de

²³⁸ O I Exército, à época, convidou a Liga para as homenagens relativas à Semana de Caixas (25 de agosto), ocasião em que a Entidade foi destacada no evento com grande relevância. Para esses eventos, eram convidados estabelecimentos de ensino e associações de classe, no intuito de construir o sentimento nacional. Para reforçar o evento, em cada dia da semana um dos membros da Liga, em alternância, falava nas diversas rádios do Rio, como Rádio Roquete, Hora do Brasil, Rádio do Ministério da Educação, Rádio Copacabana para divulgar os acontecimentos (LDN-CE, 1960, p. 99).

²³⁹ Para mobilização dos governadores, no intuito de garantir a não subversão da ordem, a Liga enviou Ofícios aos Governos dos Estados, sugerindo as comemorações cívicas no dia 18 de setembro, em homenagem à data da promulgação da Constituição da República. Esse pedido era afiançado pelo Ministério da Educação e Cultura (LDN-CE, 1960, p. 99).

²⁴⁰ Professor em São Paulo, tornou-se vereador, passando depois a Prefeito da cidade de São Paulo, em 1953. No ano seguinte, foi eleito Governador do mesmo Estado, vencendo o temível acumulador de votos, Ademar de Barros. A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o “antipolítico”, o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo [...] (SKIDMORE, 1976, p. 231).

Educação Complementar, com o Ministério da Educação e Cultura e mui particularmente com a sua Divisão de Educação Extra Escolar. Aproveitada a velocidade inicial, própria dos que sabem dos malefícios que, as alternâncias, o conhecido “fogo de palha”, acarretam as organizações como a nossa, foi preocupação dos atuais mentores deste cenáculo, manter um clima de trabalho uniforme, no ano em curso, para transformá-lo nos próximos num movimento uniformemente acelerado, em consonância com a mecânica das nossas atividades. Conservar as boas normas da Entidade que vem de 4 décadas prestigiando e fortalecendo nossas instituições democráticas, valorizando o homem, o seu trabalho, foi e será nosso elevado propósito (LDN, 1960, p. 28)

A Liga da Defesa Nacional, para divulgar suas ideias, utilizava os postulados de Olavo Bilac; assim, por exemplo, o dia de aniversário do poeta foi utilizado para realizar campanhas em favor do serviço militar, bem para como homenagear o fundador da Entidade. Eram cerimônias cívico-militares, com atividades destinadas a homenagear as três Forças Armadas e que serviam para estreitar os laços entre as lideranças políticas.

Em 25 de agosto de 1961, Dia do Soldado, por coincidência, o presidente Jânio Quadros consumou a sua renúncia. Era uma sexta-feira. O vice-presidente João Goulart estava em viagem pelo Oriente, e encontrava-se na China justamente, quando a renúncia ocorreu. Cabia-lhe, constitucionalmente, a presidência, exercendo-a, em sua ausência, o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Raineri Mazzili. Comunicando tal fato aos comandos militares, o ministro da Guerra acrescentava: “situação completa calma todo país”. Empossado o presidente da Câmara dos Deputados, tratava-se, normalmente, de avisar o vice-presidente, no exterior, para que regressasse e viesse assumir as altas funções que lhe cabiam. Ante saída dessa ordem, entretanto – a do cumprimento da lei -, os ministros militares decidiram, à revelia da nação, perturbar o processo normal de sucessão, antepondo a sua vontade à vontade do povo (SODRÉ, 2010, p. 445).

O Diretório Central reuniu-se em 28 de setembro de 1961²⁴¹. Foram registradas atividades idênticas às realizadas no ano de 1960, reforçando aquelas relativas às personalidades militares e civis que constituíam o ideário nacionalista e de defesa dos valores concernentes à Defesa e Segurança Nacional²⁴². Havia uma preocupação sobre a manutenção dos Diretórios Regionais em todos os Estados. O mais atuante, além do Diretório do Rio de Janeiro, era o Diretório do Rio Grande do Sul. Naquela reunião do Diretório Central realizada

²⁴¹ **Nesta reunião estavam presentes - 28/09/1961:** Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, Ministro José Duarte Gonçalves, General Ignácio de Freitas Rolim, General Emmanuel de Almeida Moraes, Dr. Olinto da Gama Botelho, Tenente Coronel Hermógenes de Andrade Filho, Dr. Elias José Grego, Dr. Álvaro Tavares de Souza, General Frederico Frotta, Ministro Álvaro Tolentino Borges Dias, Dr. Laudivia Frotta, General Ururahy de Magalhães, Professor Joaquim Moreira de Souza, General Hamerico Pinto de Campos, Professora Maria Aparecida França, Comendador Ferribaldo Maoillo (LDN, 1961, p. 34).

²⁴² Foram destacadas homenagens ao Dia do Reservista, às memórias de Coelho Neto, Olavo Bilac, Rio Branco, Marechal Rondon, Pandiá Calógeras, Osório, Almirante Barroso, Duque de Caxias, Tamandaré, Santos Dumont, Osvaldo Aranha, entre outros (LDN, 1961, p. 35).

em 1961, foi atualizado o Estatuto, no que tange à contribuição dos sócios. Havia a necessidade de angariar mais sócios. Eles estavam preocupados com o financiamento dos trabalhos e principalmente com os contatos com os Estados do Brasil.

[...] Foi lembrada pelo general Ignácio de Freitas Rolim a campanha de obtenção de sócios, na forma de novas modificações aprovadas [...] pelo Departamento respectivo. O Tenente Coronel José Hermógenes de Andrade Filho, pede a palavra e lembra ao senhor presidente que devia ser feito outro apelo aos intelectuais, e pessoas de boa vontade, para colaborarem com a Liga da Defesa nacional nas suas diferentes campanhas culturais [...] (LDN, 1961, p. 36).

Em 23 de novembro de 1961²⁴³, o Diretório Central da Liga reuniu-se extraordinariamente, para discutir pedido feito à Entidade para auxílio à uma campanha sobre o combate ao comunismo. Acreditamos que estes representantes que procuravam a Liga estavam gestando o golpe de 1964. O Almirante Álvaro Alberto declarou, na reunião, que, no dia 16 de novembro, havia recebido um contato do Dr. Augusto Frederico Schmidt, representante das classes produtoras. Naquele dia, compareceu à Entidade uma Comissão da Confederação Nacional do Comércio²⁴⁴. O Dr. José Carlos Pereira de Souza, secretário-geral da Confederação Nacional do Comércio, declarou ao Almirante que ele representava todas as organizações congêneres, além de todas as classes produtoras, as quais estavam empenhadas em obter plena e eficiente colaboração da Liga para uma campanha de fortalecimento democrático. Eles justificavam que realizar uma campanha desta natureza, poderia expor os nomes das associações que eles representavam. O secretário-geral da Confederação destacou que uma ação dessas poderia ser sofrer ataques por motivos éticos.

[...] O Dr. José Carlos Pereira de Souza, secretário-geral da Confederação Nacional do Comércio, declarou que falava por todas as demais organizações congêneres à sua, e mesmo por todas as classes produtoras que estariam empenhadas em obter plena e eficiente colaboração da Liga, para uma campanha de fortalecimento democrático. [...] havia sérios inconvenientes, em realizar uma ação dessa natureza, sob a égide das associações de classe, como a sua confederação e o da Indústria tornando-as alvos de ataques e apô-los, que comprometeriam esse empreendimento por motivos de ética. Passaram em revista todas as organizações cívicas, culturais para saber qual o mais indicado e o que tivesse mais patrimônio

²⁴³ **Nesta reunião estavam presentes - 22/11/1961:** Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, Ministro José Duarte Gonçalves, General Emmanuel de Almeida Morais, Dr. Olinto da Gama Botelho, Tenente Coronel Hermógenes de Andrade Filho, Dr. Elias José Grego, Ministro Daniel de Carvalho, General Flanimarion Pinto de Campos, Professora D. Laudímia Frotta, General Frederico Frotta, Dr. Alvaro Tavares de Souza, Almirante Jorge Dodswaith Martins, general Armando Bubis Ferreira, Professor Joaquim Moreira de Souza, Professora Maria Aparecida Gramido, Major Cid Icorane (LDN, 1961, p. 37).

²⁴⁴ Constituíam essa Comissão: Dr. José Carlos Pereira, General Aduino Esmeralda e Oscar Huet de Carvalho (LDN, 1961, p. 38).

moral [...] a Liga da Defesa Nacional estaria na altura de realizar esse movimento que consideram de maior importância para a sobrevivência nacional. Propunham uma ação de comum acordo, podendo as classes produtoras ajudar materialmente os grandes comitês, a começar pela campanha contra o comunismo, a soviétização do Brasil (LDN, 1961, p. 39).

Na citação acima, comprovamos nossa hipótese de que a Liga se configurou como um aparelho privado de hegemonia para auxiliar no golpe civil-militar deflagrado em 31 de março de 1964. A Entidade comprometeu-se a trabalhar na causa anticomunista, ou seja, seus membros desempenhariam a função de intelectuais orgânicos nessa tarefa. Foi definido o trabalho de combate ao comunismo, com ampla colaboração de militares e representantes das classes produtoras que queriam controlar o movimento operário, mas, principalmente, excluir a influência comunista. O início dessa parceria foi o dia 27 de novembro, “que comemora os fatos dolorosos em que oficiais e praças foram barbaramente assassinados por seus camaradas a serviço do comunismo e de agitadores internacionais” (LDN, 1961, p. 39).

Trouxeram à Liga uma farta quantidade de documentos, sobre o processo de execução do movimento, incluindo um programa para ser cumprido a partir do dia 27, constante de artigos para a imprensa, telegramas, entre outros meios de divulgação. O Almirante tentou explicar que a Liga não se posicionava politicamente, além de ser independente de qualquer credo político, filosófico ou religioso.

A agitação contra Goulart então recrudesceu. Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos da direita. E, enquanto a UDN, parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o impeachment de Goulart, Entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UFC), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a fim de atizar a fúria anticomunista nas classes médias (BANDEIRA, 2001, p. 165).

O Almirante Álvaro Alberto afirmou que a Liga era comprometida com a “segurança nacional”; além do mais, ele considerava que a Liga já realizava o culto aos feitos nacionais, no tocante a conflitos externos e o reforço aos princípios democráticos. “Os visitantes [demonstraram] que poderiam chegar a um acordo, já que eles julgaram excelentes as finalidades da Liga e que desejavam enquadrar-se nas nossas normas de ação e dentro do espírito dos nossos postulados” (LDN, 1961, p. 39). O General Pantaleão Pessoa sugeriu que a campanha contra o comunismo fosse dividida em duas partes: a primeira, que compreendia a comemoração do dia 27 de novembro, que deveria ter ampla repercussão na mídia escrita e falada. Ele sugere que a Liga se aproprie do programa já elaborado pelas classes produtoras,

como um reforço à solenidade prevista pelas autoridades militares. A segunda parte da campanha consistiu em uma ação conjunta da Liga e das classes produtoras para cumprir um calendário de comemorações cívicas. Esta ação, segundo o general, teria um viés educativo, com a participação da imprensa. Esta medida proposta teria de sempre ter como conteúdo a afirmação de que a Liga da Defesa Nacional não combatia aspectos políticos partidários e doutrinas subversivas.

[...] numa ação conjunta da Liga e das classes produtoras para cumprirem com o mesmo entusiasmo as comemorações relacionadas no nosso calendário cívico, numa ampla ação educativa, no sentido lato do termo, com a cobertura da imprensa, falada escrita, televisionada, numa afirmação de que a Liga não combate aspectos políticos partidários e doutrinas subversivas, diretamente, numa forma contraproducente de educar civicamente nosso povo. Essa campanha deve ter âmbito nacional (LDN, 1961, p. 39).

O objetivo era não deixar transparecer abertamente a ação. Mas os membros da Entidade queriam que esta comissão de representantes das classes produtoras fizesse sua contrapartida não apenas em promessas, mas tanto financeiramente como na cobertura por meio de propagandas nos meios de comunicação, como declarou o Tenente Coronel José Hermógenes de Andrade Filho. O Tenente Coronel queria a efetiva contribuição para a causa que a Liga se proporia a defender. Foram emitidos telegramas a todos os governadores e presidentes de assembleias, ministros de Estados, presidentes de câmara de vereadores, bem como à todas as autoridades, associações de classes e culturais, sindicatos, entre outros, referente as comemorações do dia 27 de novembro daquele ano. A Liga fez, pela imprensa e televisão, manifestos, exposições dramáticas, entrevistas, com a ajuda dessas classes produtoras, no intuito de se combater o comunismo. Todos os membros da Entidade foram a favor da campanha.

[...] O Ministro José Duarte Gonçalves Pereira [...] congratulou-se com as classes produtoras, particularmente com a Confederação Nacional do Comércio, pelas sugestões apresentadas, de franca colaboração com a Liga, e pensa que o comunismo deve ser combatido por todas as forças vivas, já que muitas autoridades são condescendentes e se deixam levar a uma passividade criminosa (LDN, 1961, p. 39)

Toda a campanha era baseada, segundo eles, nos princípios democráticos e que eles consideravam que o Estado não realizava esse trabalho. A divulgação era feita por militares, como o General Aduino Esmeraldo, que representava a Confederação Nacional do Comércio, publicando manifestos anticomunistas nos jornais. O Oficial General declarou que todas as ações da Liga seriam plenamente financiadas. Eles queriam combater o comunismo e o

integralismo, mas tinham certa confusão ideológica, pois afirmavam que estavam realizando a campanha contra o comunismo, mas afirmavam que não eram nem de direita, nem de esquerda, conforme registros de exposição do General Frederico Frota sobre o posicionamento da Liga.

[...] O general Frederico Frota fez questão de expor seu voto, antecipando-o, fixando pontos de vista sobre a intentona comunista e integralista, ambas estigmatizadas pela democracia e pelo nosso povo. Ao votar pela anuência do Diretório às sugestões apresentadas pelas classes produtoras, desde que se enquadre na linha de ação deste sodalício, e que se lhe empunha ressaltar ser, pessoalmente contra qualquer ação educativa da direita ou da esquerda. O Almirante Jorge Dodyworth Martins [...] declarou que a fazia como presidente da União dos Escoteiros do Brasil, onde milita nos meios dos moços, naturalmente envolvidos nessa ação educativa [...] essa mocidade é muito boa, contrariando grande parte da opinião de que os moços em maioria, são transviados e infensos à movimentos dêsse teor [...] no endeusamento da Democracia e no combate ao comunismo, concluiu que, sobre este último, não devem ser feitas a todo momento referências ostensivas (LDN, 1961, p. 40).

O Almirante Jorge D. Martins afirmava que a ação da Entidade tinha de ser discreta, sem declarar ostensivamente seu posicionamento. O Almirante deu, como exemplo, um sacerdote do Nordeste, que realizava o trabalho anticomunista utilizando a religião como meio de convencimento. A Liga realizou pesquisas de técnicas de propaganda para desenvolver seus trabalhos.

[...] Passou a falar nas vantagens da técnica comercial, capaz de ser utilizada para o movimento de fortalecimento democrático. É seu pensamento, que uma técnica especial deva ser adotada para a defesa da democracia e acabou propondo ao presidente, a nomeação de uma Comissão de Técnicos para estudar esse caso. Somente uma técnica especial seria capaz de penetrar na massa, apressando sua democratização [...] citou alguns exemplos para cartazes, frases e propagandas, este a emitir conceitos concernentes ao assunto em debate [...] mas que fosse para todas as datas festivas, pertencentes aos fatos nacionais, com a mesma ênfase e cobertura política, para não parecer que a Liga está sendo parcial, fugindo da sua clássica linha de ação e autêntico comportamento (LDN, 1961, p. 40).

Os membros da Entidade realizaram toda a campanha proposta. Destacamos que, no ano de 1962, não há registro de Atas, nem do Diretório Central, nem da Comissão Executiva. A Liga só voltou a reunir-se depois das deliberações expostas acima, em 16 de outubro de 1963, ou seja, alguns meses antes do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Nessa

reunião, os membros da Entidade²⁴⁵ destacaram que realizaram as ações propostas em novembro de 1961, bem como nos anos de 1962 a 1963.

[...] o programa de fortalecimento democrático, realizado pela Liga em combinação com o Instituto Brasileiro de Administração e Cidadania e a Confederação Nacional do Comércio, em que professores dos mais notáveis pela cultura proferiram excelentes palestras pela Rádio Globo, a comemoração cívica, no Russel, na hora da Independência, em que os sacerdotes e representantes de vários credos religiosos, proferiram palavras de fé na democracia, exaltando os princípios institucionais que engrandecem a Pátria Brasileira; ação junto aos Ministérios da Educação e Cultura, da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica, Secretaria de Educação e Cultura de Estado, para obtenção de Portarias e Avisos, recomendando as organizações da jurisdição desses ministérios, para colaborar com a Liga da Defesa Nacional, nas atividades, eminentemente cívicas, realizações de cerimônias cívicas para homenagear a memória do Barão do Rio Branco [...] vitória de Guararapes [...] Semana de Educação Cívica [...] Campanha de TV Educativa [...] (LDN, 1963, p. 42-43).

O Coronel Taunay Drummond Coelho dos Reis afirmou que a Liga inspirara seus trabalhos no que há de mais adiantado nos centros culturais americanos e europeus. A participação dos diversos ministérios foi fundamental para a implementação dessa campanha. Até o Clube Militar participou das atividades, quando das homenagens feitas ao Duque de Caxias. Todas essas atividades foram comparadas, pelos membros da Liga, às efetuadas por Olavo Bilac na década de 1910, quando houve a participação das Forças Armadas e de eminentes civis, como Afonso Celso, Miguel Calmon, Rui Barbosa, entre outros.

Na reunião realizada em outubro de 1963, foi definida a eleição dos membros da Comissão Executiva²⁴⁶ e dos vice-presidentes²⁴⁷ da Liga, para o biênio 1963-1965. Destacaram as atividades da Entidade que descrevemos acima. No ano de 1964, não houve reunião da Liga da Defesa Nacional. A Entidade reuniu-se apenas em 28 de setembro de 1965. Naquela oportunidade, foram apresentados os relatórios relativos aos biênios 1963-

²⁴⁵ **Nesta reunião estavam presentes - 16/10/1963:** Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, Marechal Ignácio de Freitas Rolim, General Emmanuel de Almeida Moraes, General João Ururahy de Magalhães, General Armando Dubais Ferreira, Dr. Elias José Grego, Ministro Daniel de Carvalho, Guilherme Melecchi, Marcos Carneiro de Mendonça por si e por Dona Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Ministro Álvaro Tolentino Borges Dias, Major Paulo Cesar Chaves de Amarante, Dr. Olinto da Gama Botelho, General Arquimedes Lopes de Araújo Dória e o Coronel Taunay Drummond Coelho dos Reis (LDN, 1963, p. 42).

²⁴⁶ **Eleição da Comissão Executiva (1963-1965):** Presidente: Almirante Alvaro Alberto da Motta e Silva; vice-presidente: Ministro José Duarte Gonçalves da Rocha; secretário-geral: General Emmanuel de Almeida Moraes; Primeiro Secretário: Dr. Olinto da Gama Botelho; segundo secretário: Coronel Taunay Drummond Coelho dos Reis; Tesoureiro: Dr. Elias José Grego (LDN, 1963, p. 45).

²⁴⁷ **Eleição dos vice-presidentes (1963-1965):** Almirante Alvaro Alberto da Motta e Silva, Ministro José Duarte Gonçalves da Rocha, General Pantaleão da Silva Pessoa, Dona Ana Amélia Queiróz Carneiro de Mendonça, General de Exército Nelson de Melo, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, Marechal Ignácio de Freitas Rolim, Dona Dinah Silveira de Queiróz, Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, Dr. Olinto da Gama Botelho e Austregésilo de Athayde (LDN, 1963, p. 45).

1964 e 1964-1965. Estavam presentes os mesmos membros da reunião anterior. Damos destaque à presença maciça de militares. O Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes e o Almirante Álvaro Alberto Motta e Silva presidiram a reunião. Destacaram a “reação à legalização dos partidos políticos que visavam destruir as instituições democráticas e pregavam a subversão” (LDN, 1965, p. 47), ou seja, a Entidade era solidária à repressão aos partidos de esquerda. Diante do exposto, a Entidade continuou seus trabalhos, com pleno apoio do Estado, subsidiando a campanha nacionalista.

Esta foi a trajetória da Liga da Defesa Nacional no período de 1930 a 1964, que nos propusemos a abordar. Cremos que, em grande medida, conseguimos atingir os objetivos propostos. Assim, procuramos destacar as hipóteses de que a Entidade, enquanto uma expressão de Partido Militar, integrou civis e militares, como um aparelho privado de hegemonia. Assim, ela apoiou as classes dirigentes e associações patronais, com o objetivo de conquistar o apoio da população para a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Interessante destacar que, na última reunião, realizada em setembro de 1965, não foi mencionada palavra alguma sobre o golpe de 31 de março. Depois dessa reunião, o Diretório Central da Liga só retornou às suas atividades em 14 de fevereiro de 1967, conforme consta nos registros da Entidade.

CONSIDERAÇÕES

Esta Tese tinha, como objetivo, identificar as nuances da agenda política da Liga de Defesa Nacional, no período entre 1930 até 1964, quando a Entidade operou uma mudança em seu projeto de modernização conservadora²⁴⁸ para uma intervenção contra o comunismo. Esta abordagem teve, como ponto de partida, a Revolução de 1930, momento de ajustamento ideológico da Entidade aos interesses do governo revolucionário. Nossa análise teve, como panorama inicial, a ação intitulada de “Intentona Comunista”, em 1935, sendo a suposta justificativa para o fechamento do regime, devido ao “perigo vermelho”. Posteriormente, analisamos o período relativo à II Guerra Mundial, particularmente quando o Brasil se alinha à política externa estadunidense. Concluimos, analisando a Entidade durante a eclosão do golpe civil-militar, em 1964.

Assim, esta abordagem teve como objetivo central verificar a hipótese da participação (ou não) da Instituição no cenário político, a partir dos anos 1930, e a construção de um discurso político anticomunista, analisando possíveis contradições entre o discurso e a ação política da Entidade. Nossa hipótese pressupunha que a agenda política da Liga se manteve de forma inalterada até o golpe. Em suma, buscamos avaliar a interação da Liga de Defesa Nacional na política brasileira, traçando, como hipótese, que a Entidade, supostamente, se reconfigurou enquanto expressão de um Partido Militar, por meio de uma agenda modernizadora, com o objetivo de combate ao Comunismo, no Brasil.

Respondendo às nossas hipóteses, apresentamos como se desenvolveu o discurso de nacionalismo, pautado, inicialmente, na Revista *A Defesa Nacional*, como fórum de deliberação sobre os conceitos iniciais de Defesa Nacional. Tais conceitos deram subsídios para se analisar os conceitos de nação, cidadania, instrução primária, serviço militar obrigatório, entre outros, com a finalidade de se atingir o suposto interesse nacional. O plano ideal de desenvolvimento nacional, na primeira fase da Entidade, atendia a interesses de classe, por meio da pacificação das massas. Essa ação da Entidade possibilitou identificá-la como um aparelho privado de hegemonia. A integração de civis e militares para a causa

²⁴⁸ A expressão “modernização conservadora” foi cunhada primeiramente por Barrington Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão, na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista naqueles países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários. No Brasil. Entretanto, é importante registrar que, mesmo utilizando o termo cunhado por Barrington Moore Junior para compreender o processo de modernização das sociedades alemã e japonesa, países considerados desenvolvidos desde o fim da II Guerra Mundial, os autores nacionais destacaram como traço marcante, no caso brasileiro, a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente, nas médias e grandes unidades de exploração agrícola. (PIRES, 2009, p. 412-420).

nacional transformou-os em intelectuais orgânicos em torno da Liga da Defesa Nacional. O aprofundamento das contradições políticas culminou com a Revolução de 3 de outubro de 1930. A Liga da Defesa Nacional, em sua primeira etapa de existência, formulou 11 (onze) temas, os quais foram muito importantes para que os intelectuais vinculados à Entidade pensassem, juntamente com os ministros de Estado, em formas de intervenção, para tentar mudar a realidade e a dinâmica social, num plano nacional de desenvolvimento capitalista.

A reflexão proposta por esses temas foi revolucionária, no tocante à instrução primária, ao Serviço Militar Obrigatório, à Saúde Pública, entre outros, pois possibilitou a formação de um projeto nacional, mesmo que insuficiente, mas que alterou a composição política brasileira, rompendo com a política das oligarquias. Cabe destacar, que em 1916, Olavo Bilac deu início aos trabalhos para a instalação da Entidade, de onde provém toda esta tradição. As relações entre civis e militares se moldaram, para a criação de um Projeto de Nação, fundamentado nos discursos sobre a Defesa Nacional. Para tanto, a obrigatoriedade do serviço militar obrigatório e a implementação da instrução primária, no Brasil, foram ações que refletiram-se na construção do conceito de nação brasileira que hoje conhecemos. Conforme apresentamos no segundo capítulo, compuseram a LDN várias personalidades eminentes da política nacional, tanto civis quanto militares, algumas delas consideradas personalidades históricas, sendo até patronos de algumas instituições. Olavo Bilac é o patrono do Serviço Militar, o Barão de Rio Branco é o patrono do Ministério das Relações Exteriores, entre outros, que corremos o risco de omitir, mas que figuram em vários pontos desta Tese. Portanto, acreditamos que eles cumpriram o objetivo de construir uma proposta de nacionalismo, mesmo que passível de críticas.

A Revolução de 1930 não representou o fim da Liga da Defesa Nacional, mas, sim, um novo reajustamento de foco conservador. Neste sentido, o terceiro capítulo revelou o segundo momento, em que a Liga da Defesa Nacional se apresentou como um aparelho privado de hegemonia, como expressão de um Partido Militar. As dissidências políticas fundamentadas na importância do voto e à reunião das pessoas em torno de partidos que respondessem a seus anseios e demandas, foram o suporte para a ação de Vargas. Houve o aumento da participação da população, com a possibilidade do voto secreto e aberto, sendo este, então, aberto às mulheres. A promulgação da Constituição de 1934 foi, segundo nossa análise, um pequeno arroubo de democracia.

Logo, a democracia deu lugar para a conspiração. A atuação política estava fundamentada no nacionalismo gestado na década de 1920, mas com um novo ingrediente: o

anticomunismo, particularmente dando suporte na divulgação do mito do perigo vermelho. A tese construída de que a ação da Aliança Nacional Libertadora, no período de 23 a 27 de novembro de 1935, foi uma traição comunista (foi alimentada esta ideia até o golpe civil-militar de 1964), serviu de suporte para o golpe de 1937. A Liga da Defesa Nacional congregou vários anticomunistas, por meio da tradição nacionalista da Entidade, como forma de divulgação de seu ideário. Foram criados diversos cursos na sociedade carioca, expandidos por todo o Brasil. Os Diretórios Regionais exerceram papel fundamental, no sentido de divulgar a proposta de nacionalismo, fundamentada no anticomunismo. Portanto, este foi o contexto do golpe de 10 de novembro de 1937, culminando no cenário de eclosão da II Guerra Mundial. A Entidade, neste período, exerceu também o papel de aparelho hegemônico de Estado, pois exerceu o auxílio para criar e divulgar ações e auxiliar na coerção a elementos que exercessem atividades comunistas.

A primeira doutrina procurava despolitizar os militares subalternos, centralizando as deliberações nas mãos dos militares superiores, por meio de Dutra e do próprio Góes, mas principalmente em Vargas. Consideramos que a Liga da Defesa Nacional era a expressão de Partido Militar que congregou civis e militares na construção do Projeto político de Vargas, afiançada pelos militares que eram hegemônicos no Exército. Era necessário “retirar a política do Exército e fazer a política do Exército”, frase esta emblemática, escrita por Goes Monteiro, em seu Livro *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Este novo momento da Liga congregou civis e militares, os quais discutiram e implementaram um trabalho de combate ao comunismo, constituindo a Entidade uma espécie de veículo de divulgação do ideário anticomunista. Desta forma, os membros da Entidade se constituíram em uma expressão de Partido Militar. Este foi o segundo momento de intervenção política da Entidade.

Fundamentados pela análise realizada nos capítulos anteriores, construímos a análise do período de 1945 a 1964. Com a formação do anticomunismo da década de 1930, o quinto capítulo confirmou a hipótese de que o ideário nacionalista criado na década de 1920, revestido pelo anticomunismo, foi adaptado para justificar o Golpe civil-militar de 1964. No bojo da ação da Aliança Nacional Libertadora, os militares do Exército criaram o mito da traição comunista, devido à ação desenvolvida no período de 23 a 27 de novembro de 1935. Assim, logo após o fim da II Guerra, a Entidade tentou, de alguma forma, influenciar na campanha do petróleo. Seu papel principal, entre outras coisas, foi servir como aparelho privado de hegemonia, sendo uma sentinela anticomunista. Consideramos que esta foi a tônica do período entre o Governo de Dutra e o segundo da era Vargas. A Liga teve influência

constante de militares, tanto da Marinha quanto do Exército, além de ministros e embaixadores com tradição nacionalista. A partir do episódio de suicídio de Vargas, apresentamos como a Liga continuou, em alguma medida, com uma estrutura de atuação ideológica, mas sem muita relevância, até o ano de 1958. A Entidade marcou posição, até o momento em que foi reativada como meio de formação e divulgação de seus interesses. Apresentamos como o anticomunismo foi gestado por meio dos arcabouços teóricos criados pela Doutrina Góes Monteiro e, conseqüentemente da Doutrina de Segurança Nacional, sendo ambas, reflexos dos acontecimentos do período de 1930 a 1937, que influenciaram na atuação política da Liga da Defesa Nacional.

Apresentamos a Entidade desde 1930, seguindo com o reajustamento anticomunismo que representou, segundo nossa análise, um discurso de traição aos militares, proporcionado pela ação da Aliança Nacional Libertadora, denominada por eles de “Intentona Comunista”, servindo de justificativa para atuação ideológica da Entidade. Esta articulação política ideológica foi o suporte para o fechamento do regime por Vargas, no intuito da preservação do poder.

Sustentamos nosso referencial teórico acerca da expressão de Partido Militar, caracterizado pela atuação de militares e civis para combater a ideologia marxista. Portanto, a estratégia de atuação foi implementada através da interpretação do nacionalismo criado nos discursos de Olavo Bilac sobre a Defesa Nacional, e com viés de anticomunismo. A fundação da Liga da Defesa Nacional foi o ponto de partida do movimento que culminou no Golpe civil-militar de 1964. Este foi o episódio em que os intelectuais orgânicos, civis e militares que compuseram a Entidade, contribuíram para catalisar a demandas das camadas conservadoras da sociedade civil. Este reajustamento de foco do nacionalismo foi sustentado por civis e militares que se hegemonizaram na Liga, por meio de uma orientação anticomunista.

REFERÊNCIAS

1. FONTES PRIMÁRIAS:

ANDRADE, Oswald de; GALVÃO, Patrícia. **O Homem do Povo**: coleção completa fac-similar dos jornais escritos por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1984.

BILAC, Olavo. **Últimas conferências e discursos**. São Paulo: Francisco Alves, 1924.

_____. **A Defesa Nacional (Discursos)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

BRASIL. **Anuario Estatístico do Brazil**. 1º ano (1908-1912) Volume I. Território e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

_____. **Anuario Estatístico do Brazil**. 1º ano (1908-1912) Volume III. Cultos, Assistência, Repressão e Instrução. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

_____. **Anuario Estatístico do Brazil**. Anno II (1936). Rio de Janeiro: Typographia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

_____. **Anuario estatístico do Brasil (1936)**. Rio de Janeiro: Tip Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. x, 435 p.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil (1824)**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/anteriores.html> >. Acesso em: 20 nov.2010

_____. Decreto, 20 de novembro de 1835. **Estabelece o modo de proceder-se ao recrutamento em todo o império**. Coleção Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acesso em: 15 Jun 2009

_____. Decreto, 25 de outubro de 1832. Altera a Lei de 18 de agosto de 1831, **da criação das Guardas Nacionais do Império**. Coleção Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acesso em: 15 Jun 2009

_____. Decreto nº 3224, de 10 de março de 1899. **Approva o regulamento do Tiro Nacional**. Rio de Janeiro, 1899. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/paginaDocumentos.action> Acesso em: 15 Jun 2009

_____. Decreto nº 7.350, de 11 de março de 1909. **Approva o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os estatutos para as sociedades incorporadas a mesma confederação**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 abr. 1909. Seção 1, p. 2.947.

_____. Decreto nº 8.083, de 25 de junho de 1910. **Approva o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os estatutos para as sociedades incorporadas a mesma confederação**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 25 jun. 1910. Seção 1, p. 5.107.

_____. Decreto nº 12.708, de 9 de novembro de 1917. **Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra.** Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 11 nov. 1917. Seção 1, p. 11792.

_____. Decreto nº 12.790, de 2 de janeiro de 1918. **Approva as modificações feitas na Lei no 1860, de 4 de janeiro de 1908, quanto a parte relativa ao alistamento e sorteio.** Coleção Leis da República. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/Republica/leis1918v2-676pg/pdf-03.pdf> Acesso em: 15 Jun 2009

_____. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. **Regulamenta a lei do serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.** Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/r199.htm>. Acesso em: 25 abr. 2009.

_____. Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908. **Regula o alistamento, o Sorteio Militar e reorganiza o Exército.** Coleção Leis do República. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/Republica/leis1908vIp1152/parte-4.pdf> Acesso em: 15 Jun 2009

_____. Lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874. **Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e da Armada.** Coleção Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimper/coleção7> Acesso em: 15 Jun 2009

_____. Ministério da Guerra. Decreto nº 14.104, de 17 de março de 1920. **Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição.** Coleção Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/executivaPesquisaBasica.action> Acesso em: 20 Jun 2009

_____. Ministério da Guerra. Decreto nº 16.013, de 20 de abril de 1923. **Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição.** Coleção Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/executivaPesquisaBasica.action> Acesso em: 20 Jun 2009

_____. Ministério da Defesa. **História do Serviço Militar.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/smo/Historia>. Acesso em: 15 fev.2009.

COELHO NETTO, Henrique Maximiano. **Breviário Cívico.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1970.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. **O que todo cidadão deve saber.** Manual de instrução cívica. São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919.

GUIMARÃES, Flávio Vilaça. **Meu Diário de Guerra.** s.n.t., 1944-45. Não paginado.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. **Conflitos Ideológicos.** Rio de Janeiro: s.n.t. [197?]

LIGA DA DEFESA NACIONAL. **Livro de Actas do Directório Central.** Acta 1ª de 7 de setembro de 1916 a 12 de novembro de 1947.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. **Livro de Actas do Directório Central**. Acta 1ª de 12 de maio de 1948 a 2 de abril de 1981.

_____. **Livro de Actas da Comissão Executiva**. Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 9 de novembro de 1916 a Acta de 3 de fevereiro de 1925.

_____. **Livro de Actas da Comissão Executiva**. Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 10 de fevereiro de 1925 a Acta de 12 de maio de 1931.

_____. **Livro de Actas da Comissão Executiva**. Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 12 de abril de 1943 a Acta de 11 de agosto de 1960.

_____. **Livro de Actas do Departamento Trabalhista**. Directório Central da Liga da Defesa Nacional. Actas de 1º de maio de 1944 a Acta de 28 de março de 1945.

MORAIS, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

Revista. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 1, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1913.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 2, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1913.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 3, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1913.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 4, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 7, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 9, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 10, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 12, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 13, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 14, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 15, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1914.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 16, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 17, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 18, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 19, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1915.

_____. **“A Defesa Nacional”**. Edição nº 20, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1915.

- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 21, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 22, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 23, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 24, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 25, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 26, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 27, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1915.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 28, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 29, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 30, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 31, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 32, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 33, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 34, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 35, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 36, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 37, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 38, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 39, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1916.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 40, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 41, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 42, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 43, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 44, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 45, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1917.

- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 46, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 47, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 48, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 49, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 50, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 51, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1917.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 52, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 53, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 54, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 55, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 56, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 57, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 58, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 59, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 60, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 61, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 62, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 63, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1918.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 64, Rio de Janeiro, de 10 de janeiro de 1919.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 65, Rio de Janeiro, de 10 de fevereiro de 1919.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 66, Rio de Janeiro, de 10 de março de 1919.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 67, Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1919.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 68, Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1919.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 69, Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1919.
- _____.“A Defesa Nacional”. Edição nº 70, Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1919.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 71, Rio de Janeiro, de 10 de agosto de 1919.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 72, Rio de Janeiro, de 10 de setembro de 1919.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 73, Rio de Janeiro, de 10 de outubro de 1919.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 74, Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1919.

_____. “**A Defesa Nacional**”. Edição nº 75, Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1919.

SERVA, Mario Pinto. **O voto secreto ou a organização de Partidos Nacionaes**. Liga Nacionalista. São Paulo: Imprensa Methodista, 1923.

2. FONTES SECUNDÁRIAS:

a) Discussão Teórica-Metodológica.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 4ª ed. Lisboa: Presença, 1982.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERNANDES, Florestan. **As mudanças Sociais no Brasil**. In: IANI, O. (org.). Florestan Fernandes (Coleção Sociologia). São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. In: V Colóquio Internacional Marx Engels. 5º. 2007, Campinas. Anais... Campinas: CEMARX, 2007. p. 1-10.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Caderno 12 (1932) apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. v. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. v. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Risorgimento italiano. Caderno 19. In. GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 11-128.

_____. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981,

_____. **O materialismo Histórico**. Roma: Editori Riunti, 1973.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1998.

MARX, Karl. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A miséria da filosofia. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno; São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: perspectiva, FAPESP, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In. PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise crítica do discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.

PEIXOTO, Antonio Carlos. **Exército e Política no Brasil**: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PIRES, Murilo José de Souza; Ramos, Pedro. **O termo modernização conservadora**: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste – REN*. Fortaleza, v. 40, n. 3, julho—setembro, 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140

QUINTANEIRO, Tania (et. al). **Um toque de clássicos**. Marx, Weber e Durkheim. 2ª ed. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de conteúdo e análise do discurso**: o lingüístico e seu entorno. *Delta*, 2006, 22.1: 29-52.

ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

b) **contextualização histórica e política.**

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARAGÃO, José Campos de. **A Intentona Comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EDUnB, 2001.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva**: crítica aos herdeiros do sigma. 717 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

_____. **Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do sigma**. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Org.). **Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920 – 1950: Gustavo Barroso – Plino Salgado – Alceu Amoroso Lima – Jorge Amado – Miguel Costa**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

BARBOSA, Rui. **Obras completas**: a grande guerra. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988. v. 24, t. 1.

BARROSO, Gustavo. O regulamento do Conde de Lippe. **Revista do Superior Tribunal Militar**, Brasília, v. 7, n. 8, p. 101-105, 1983.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 269-299.

BENTO, Cláudio Moreira. **Serviço Militar Obrigatório no Brasil: sua implementação através do 1º Sorteio militar**. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n. 729, p. 120-138, jan./fev., 1987.

_____. **O idealizador e criador do Tiro de Guerra no Brasil**. Resende-RJ: Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Disponível em:

<<http://www.ahimtb.org.br/tiroguerra.htm>> Acesso em 16 fev. 2012.

BERSTEIN, Serge & BECKER, Jean-Jacques. **Histoire de l' anticommunisme**. Paris: Olivier Orban, 1987.

BITENCOURT, Paulo Rafael Siqueira. “**A PERGUNTA QUE ENSINA**”: um livro didático de História do Brasil para os exames de admissão (1954-1971). 2015. 153 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O problema da Guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; **Dicionário de política**. 11ª ed. Tradução: Carmen C. Varriale et. al. coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: UNB, 1998.

BOSI, Alfredo. Liberalismo versus democracia social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 359-363, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a27v2159.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

BRANDÃO, Antonio Adelino M. Da Silva. **Olavo Bilac e o serviço militar: O homem, o artista, o patriota**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

BRASIL BANDECCHI, Pedro. **A Liga Nacionalista**. São Paulo: Parma, 1980.

_____. **A Bucha a Maçonaria e o espírito liberal**. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço do tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório**. Niterói, 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da história da República**. Tomo I. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora UNB, 1981.

_____. **À Margem da história da República**. Tomo II. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora UNB, 1981.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1971

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. As Forças armadas na primeira república: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira** - Tomo III- O Brasil Republicano, 2º Volume - sociedade e Instituições. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **A invenção do Exército brasileiro**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. D'ARAÚJO; Maria Celina (Org.) **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora/Bom texto, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico**. In: REVISTA BIB, n. 19, pp. 5-19, 1^o sem. 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. 2^a ed. Porto Alegre: LP&M, 1990.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

_____; CABRAL Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. História Militar do Brasil. In: Silva, Marcos (Org.). **Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. PENNA, Lincoln (Org.). **Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: E-Papers, 2008.

_____. **Militares e Militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. 1^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DA MATTA, Roberto. Brasil: **Uma nação em mudanças e uma sociedade imutável?** Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. In: Revista de Estudos Históricos, v. I, n. 2. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

DANTES, Maria Amélia M.; SANTOS, Joseleide Souza. **Siderurgia e Tecnologia (1918-1964)**. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP: CEETPS, 1994.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de gramsci**. São Paulo: Xamã, 2005.

DREIFUSS, René. Sociedade política armada ou força armada societária? In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (et al.). **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DULLES, John W. F. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-vargas: 1938-1945**. São Paulo; Nova Fronteira/EDUSP, 1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol 2. 2ª ed. rev. e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.B

FERREIRA, Oliveiros da Silva. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005. Rio de Janeiro. Record, 2005.

FONSECA, Mario Hermes da, e ESCOBAR, Ildefoso (eds.) **Primórdios da organização da defesa nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Glória, Pinho e Manes, 1943.

FONSECA JÚNIOR, Hermes da. **A Escola Superior de Guerra na Política Brasileira**: Um Estudo sobre o pensamento militar diante da questão agrária (1949-1964). 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro - RJ, UFRRJ. 1998.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

GOES MONTEIRO, Pedro A. **A revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Odersen editores, s.d.

GOMES, Ângela Maria de Castro et. Al.. **O Brasil Republicano**: sociedade e política (1930-1964) – História Geral da civilização Brasileira. t. III 3º v. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **A invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GURGEL, José de Alfredo Amaral. **Contribuição ao estudo da doutrina de Segurança Nacional na Problemática brasileira**: estudo de Ciência Política. 1973. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – UNESP, Araraquara - SP, 1973.

GUSMÃO, Marina de Mendonça. **O demolidor de presidentes**: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. 2ª ed. São Paulo: Códex, 2002.

HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares: 1889-1898**. Tradução de J. S. Witter. São Paulo: Pioneira, 1975.

HAYES, Robert Ames. **A nação Armada: a mística militar brasileira**. Tradução de Delcy G. Doubrava (Coleção General Benício, v. 278). Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

HOBBSAWN, Eric J. RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Calvacante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Satarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **A era dos Impérios (1875-1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidem de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era do Capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6ª ed. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A fronda pretoriana. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil do Império: do Império à República**. v. 5. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1977. 306-347 p.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

ISENBURG, Teresa. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial: uma página de Relações Internacionais**. 1ª ed. São Paulo: 22 Editorial, 2015.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

JOHNSON, J. J. **Os militares latino-americanos como políticos**. In: LIEUWEN, E. e outros. Militarismo e Política na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

KLINGER, Bertoldo. **Parada e desfile duma vida de voluntários do Brasil na primeira metade do século**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1958.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial: diálogos. **Revista do Departamento de História da UEM**, Maringá, v. 3, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm> Acesso em: 20 jun. 2009.

KUHLMANN, Paulo Loyolla. **O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: razões de permanência do modelo de recrutamento no Brasil**. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: DELGADO, Lucília de Almeida, FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do**

liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 313-350.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: Vida e Obra.** Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

_____. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil - elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964.** In: VI CONGRÉS DU CEISAL (CONSEIL EUROPÉEN DE RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES SUR L' AMÉRIQUE LATINE). 2010, Toulouse, França, Anais, 2010. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf>

LÊNIN, Vladimir. **O que fazer?** Obras escolhidas. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed Alfa-ômega, 1985.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique. **Os Bruzundangas.** Rio de Janeiro: Ed Cultura Brasileira, 2003.

_____. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Editora Moderna, 1984.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Presença de Alberto Torres (Sua vida e pensamento).** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

LOSURDO, D. **Contra-história do Liberalismo.** Trad. Giovanni Semeraro. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LUDWING, Carlos Antonio. **Democracia e Ensino Militar.** São Paulo, 1982.

MAGALHÃES, Raymundo Jr. **Olavo Bilac e sua época.** Rio de Janeiro: Americana, 1974.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945:** tradução: Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MENDONÇA, Maria Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. **Formação Econômica do Brasil.** 2ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: LTC Editora, 2015.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. **Os corpos de Ordenanças e auxiliares.** Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR.

MENDES, Fábio Faria. **A economia moral do recrutamento militar no Brasil Império.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 38, Out. 1998. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-69091998000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 dez 2009.

_____. Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.) **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, Bom Tempo, 2004.

MENDES, Raimundo Teixeira. **A mistificação democrática e a regeneração social**. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1906.

MENEZES, Djacir. “**Federalismo e centralização**”. In: Revista de Ciência Política, v. 17, n. 1. Rio de Janeiro: FGV, março de 1974, p. 105.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, Márcia Cristina de. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo**. Uma leitura da revista A Defesa Nacional (1913-1918). 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Campus Marília, 2004.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Apresentação e arquivo de Hélio Silva. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM editores Ltda, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coord.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: papirus, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. 4a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Hermann Moreira de. **O papel dos Tiros de Guerra na comunicação social do Exército Brasileiro**. Escola de Comando do Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. 1ª ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil**. Marília, 2012, 206 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus Marília, 2012.

_____. de **A defesa do serviço militar, a luz dos discursos de Olavo Bilac**. 2008. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

_____. CUNHA, Paulo Ribeiro da . **A formação se um “Cidadão” apto para a convivência em sociedade**. In: 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação, 2007, Marília - SP. Anais do 3º Encontro de Segurança Pública e Cidadania - Violência e Políticas Públicas de Segurança: pesquisa e ação. Marília - SP, 2007. v. 1

_____. **A problemática da defesa do serviço militar obrigatório a luz dos discursos de Olavo Bilac**. Revista Aurora, do programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Ano III, n. 4, julho de 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEIXOTO, Alzira do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

_____. et al. **O liberalismo no Brasil imperial**. Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república**. 2ª ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2008.

PINHEIRO, Jacy Guimarães. **O Conde de Lippe e seus artigos de guerra**. Revista do Superior Tribunal Militar, Brasília, v. 4, n. 4, p. 61-69, 1978.

PINTO, Sergio Murillo Lima da Silva. **Exército e Política: um século de pensamento e ação rumo a intervenção centralizada (1831-1937)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor. Niterói, 2005.

RATTENBACH, Benjamin. **El sistema social-militar en la sociedad moderna**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1972.

REZENDE, Maria José de. **Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 18, n. 1, p. 73-92, jan./jun., 2002.

_____. **Alberto Torres e a mudança social no Brasil: o equilíbrio conservador e a supressão do conflito**. Revista brasiliense de Ciências Criminais, São Paulo, ano 8, n. 30, p. 249-259, abr./jun., 2000b.

_____. **Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres**. Estudos de Sociologia, Araraquara, n. 8, p. 35-57. Semestre, 2000a.

_____. **Oliveira Vianna e a Mudança Social no Brasil**. In. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 15, n. 1 p. 149-178, jan./jun., 1999.

_____. **Mudança Social no Brasil: a construção de um ideário conservador**. Revista Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10. n. 2, p. 159-189, out. 1998.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley; PIRES, Sérgio Fernandes Senna. **Serviço Militar obrigatório versus serviço militar voluntário: o grande dilema**. Cadernos Aslegis, da Associação de Consultores legislativos e de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados. Brasília, v.8, n. 24, p. 61-60.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2008.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Albatroz, 2008.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Um Olhar sobre as Instituições escolares militares brasileiras do fim do século XIX ao início do século XX**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP, v88, n 219 p.310-330. maio/ago2007.

SILVA, Hélio. **1935: a Revolta vermelha: o ciclo de Vargas – Volume III**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. **1964: Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: civilização brasileiro, 1975

_____. **A Ameaça vermelha: o Plano Cohen**. Porto Alegre: L& PM, 1980.

_____. **O Poder Militar**. colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1984.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 5ª ed. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro: influências e tendências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Do Tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um Soldado**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova República**. 4ª ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1986.

TÁVORA, Juarez. **Juarez Távora: uma vida e muitas lutas**. Memórias – da planície à borda do altiplano. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão deve saber sobre o pensamento militar brasileiro**. (Coleção Cadernos de educação política, 6) São Paulo: Global, 1985.

TORRES, Alberto. **Organização nacional**. Reimpressão, Brasília: UNB, 1982.

_____. **O problema nacional**. Reimpressão, Brasília: UNB, 1982.

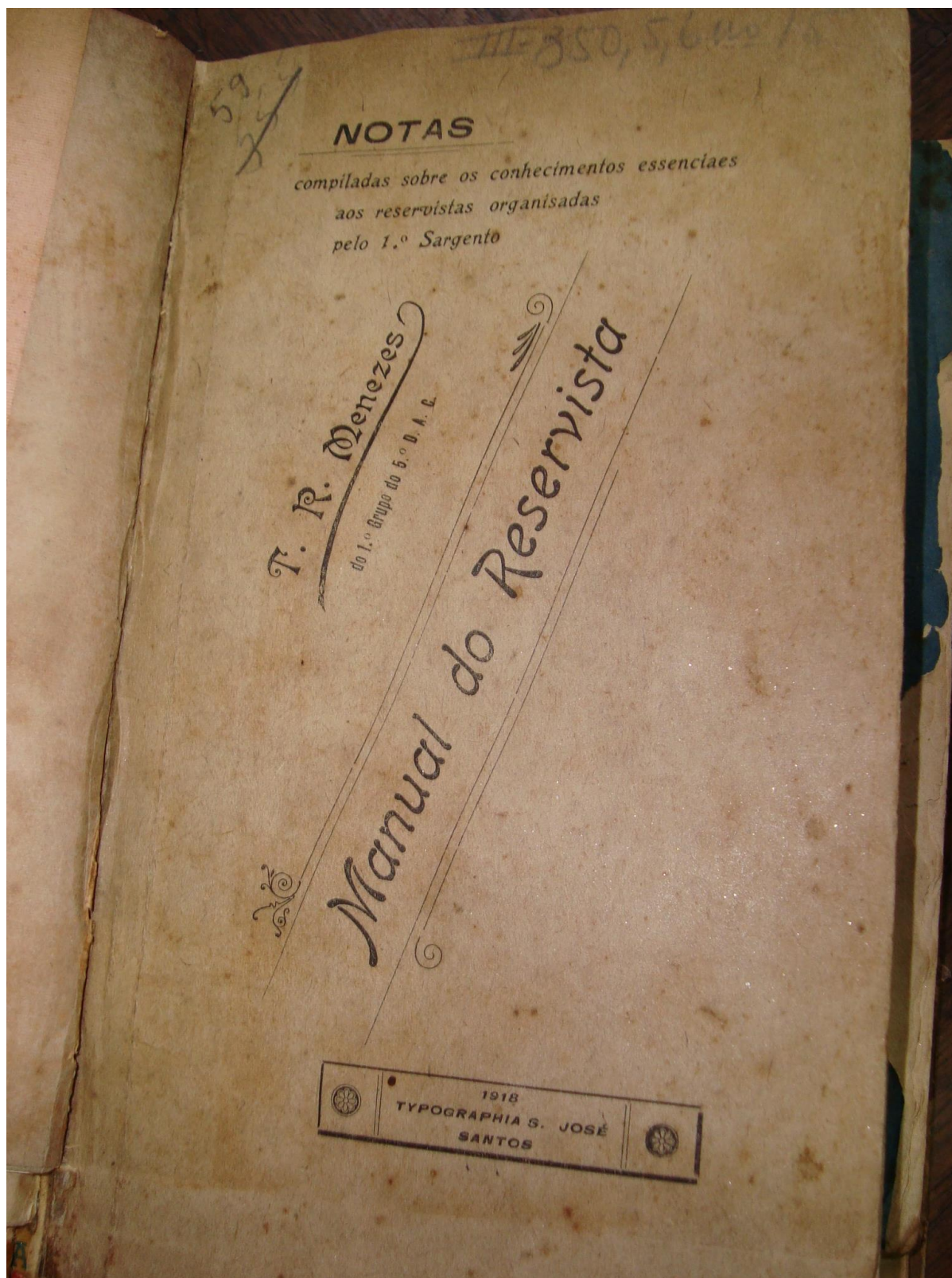
VARGAS, Getúlio. **Diário. Volume I (1930 a 1936)**. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1995.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

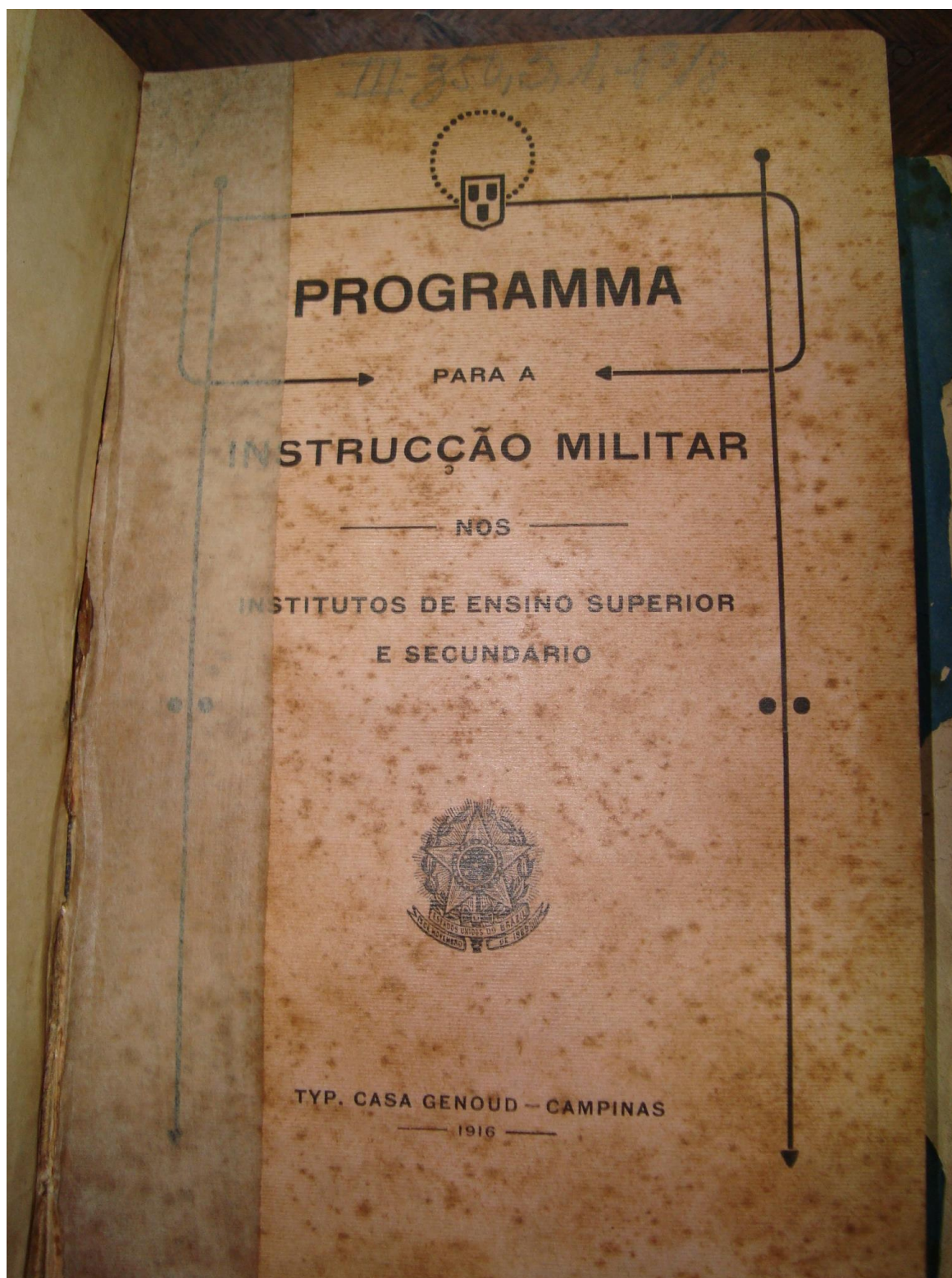
VIGEVANI, Tullo. **A Segunda Guerra Mundial**. 7ª ed. São Paulo: Moderna, 1991.

WAACK, William. **As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

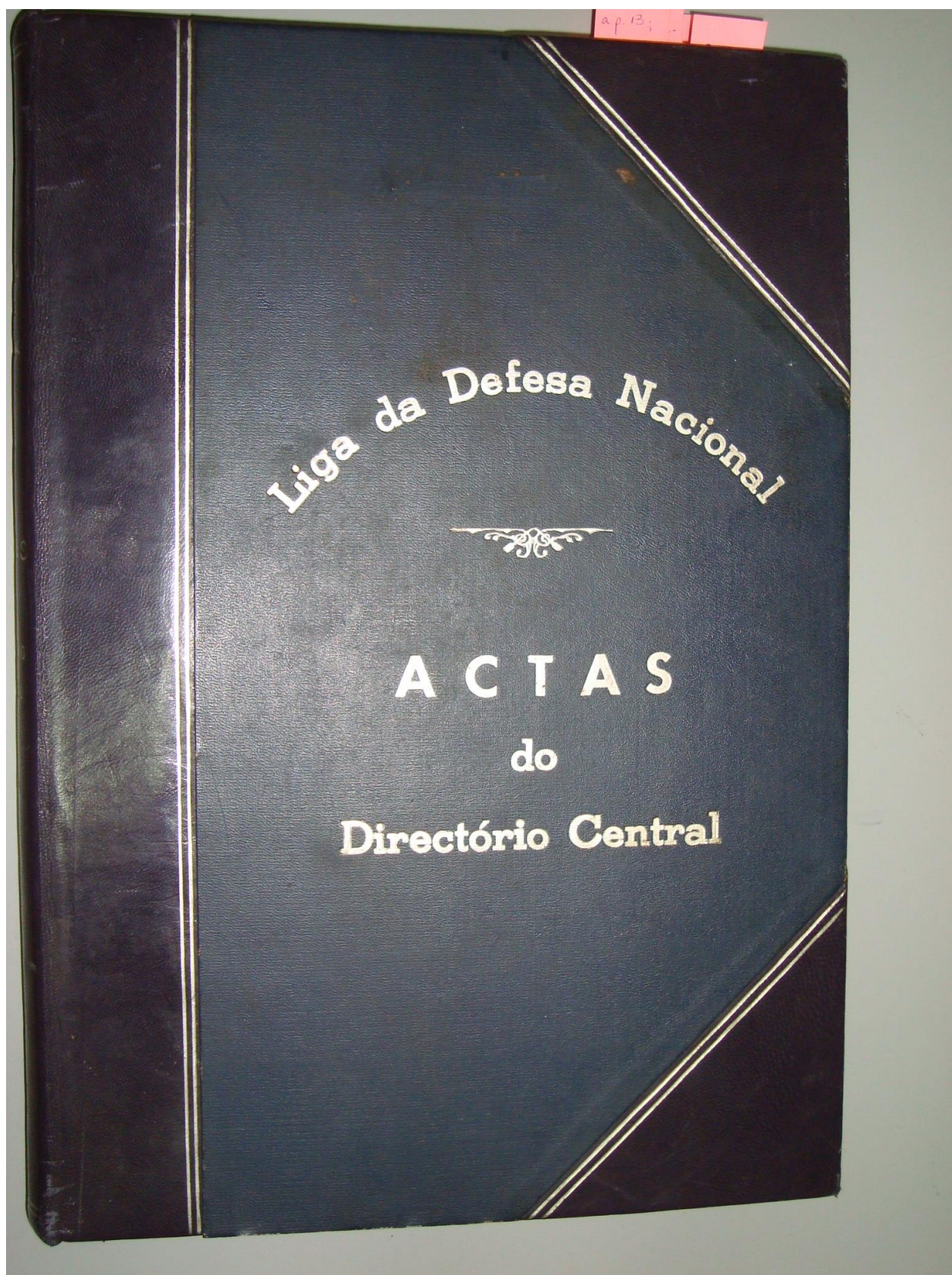
ANEXO A – Manual do Reservista confeccionado em 1918, pelo 1º Sargento T. R. Menezes.



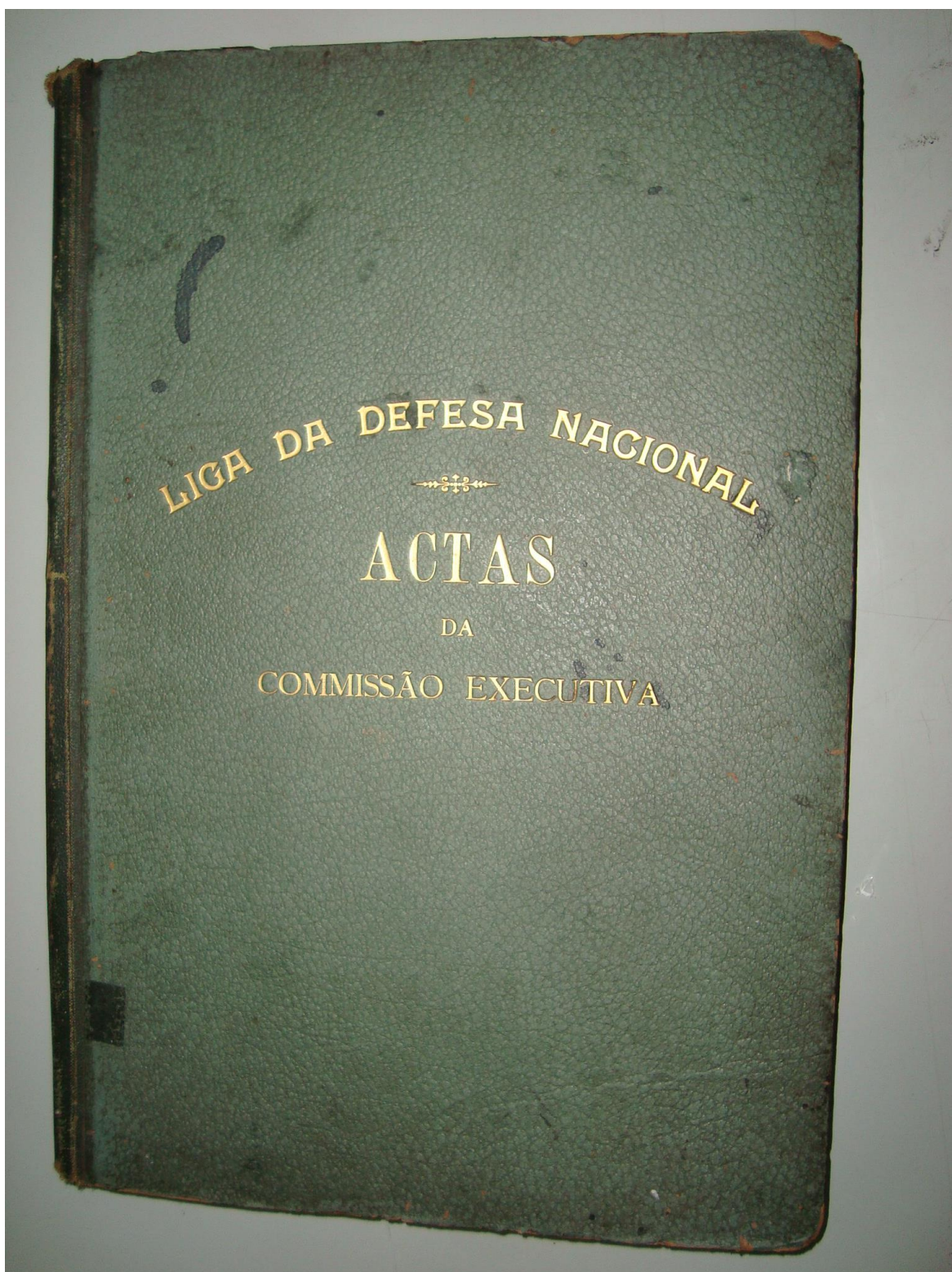
ANEXO B – Programa para a Instrução Militar, nos Institutos de Ensino Superior e Secundário, confeccionado em 1916, no Estado de São Paulo.



ANEXO C – Livro de Atas do Directório Central da Liga da Defesa Nacional



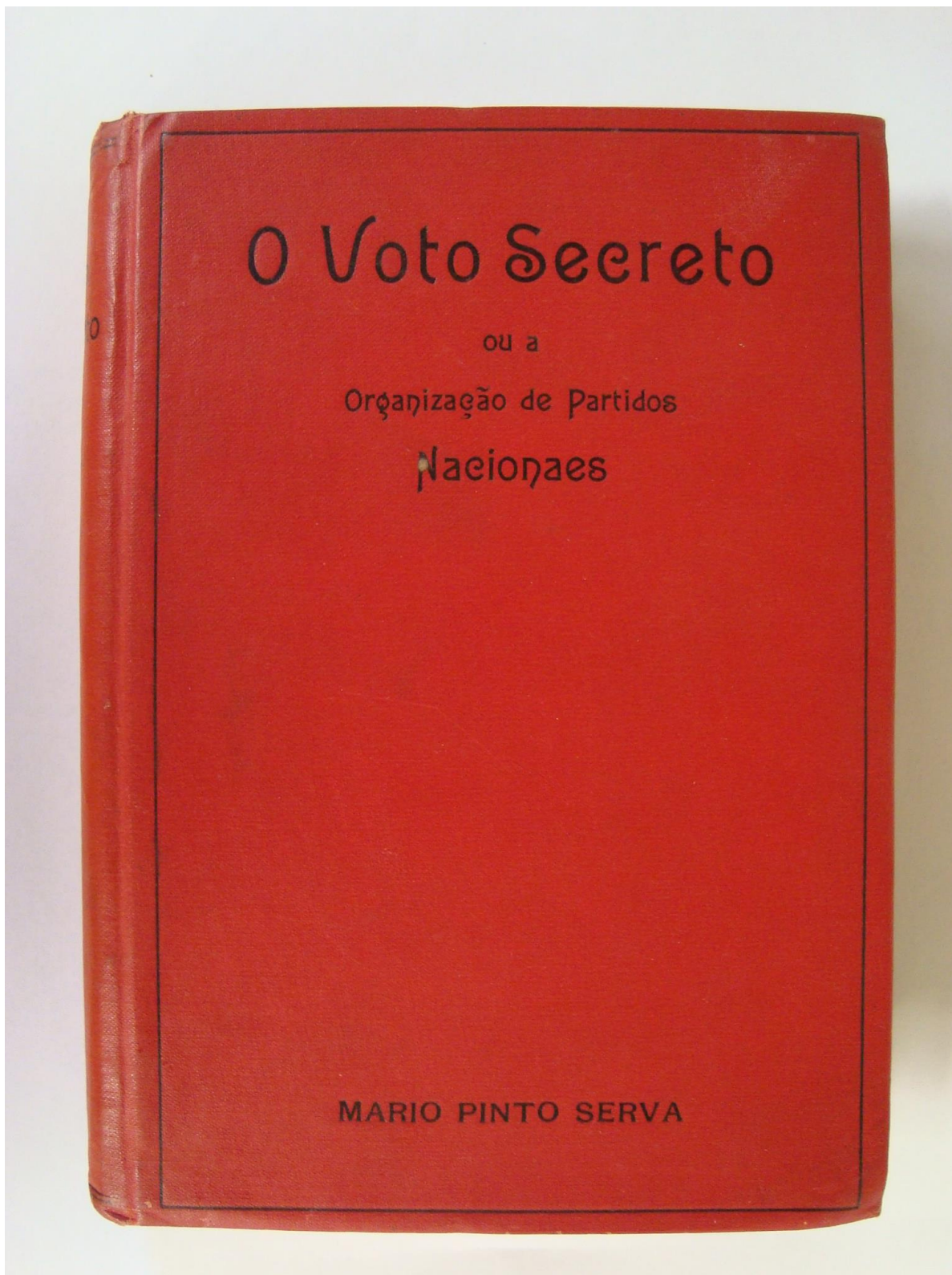
ANEXO D – Livro de Atas da Comissão Executiva do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional



ANEXO E – Livro de Antonio de Sampaio Dória, "O que todo cidadão de saber", publicado em 1919, de acordo com os requisitos definidos para o Manual de Instrução Cívica, proposto por Bilac.



ANEXO F – Livro de Mario Pinto Serva, ‘O Voto Secreto ou A Organização de Partidos Nacionais’, publicado em 1923, quando a Liga Nacionalista, orientava seu programa em relação a consciência perante ao voto e a organização política da Constituição. Nesta Obra o autor traça os fundamentos para a fundação do Partido Democrático.



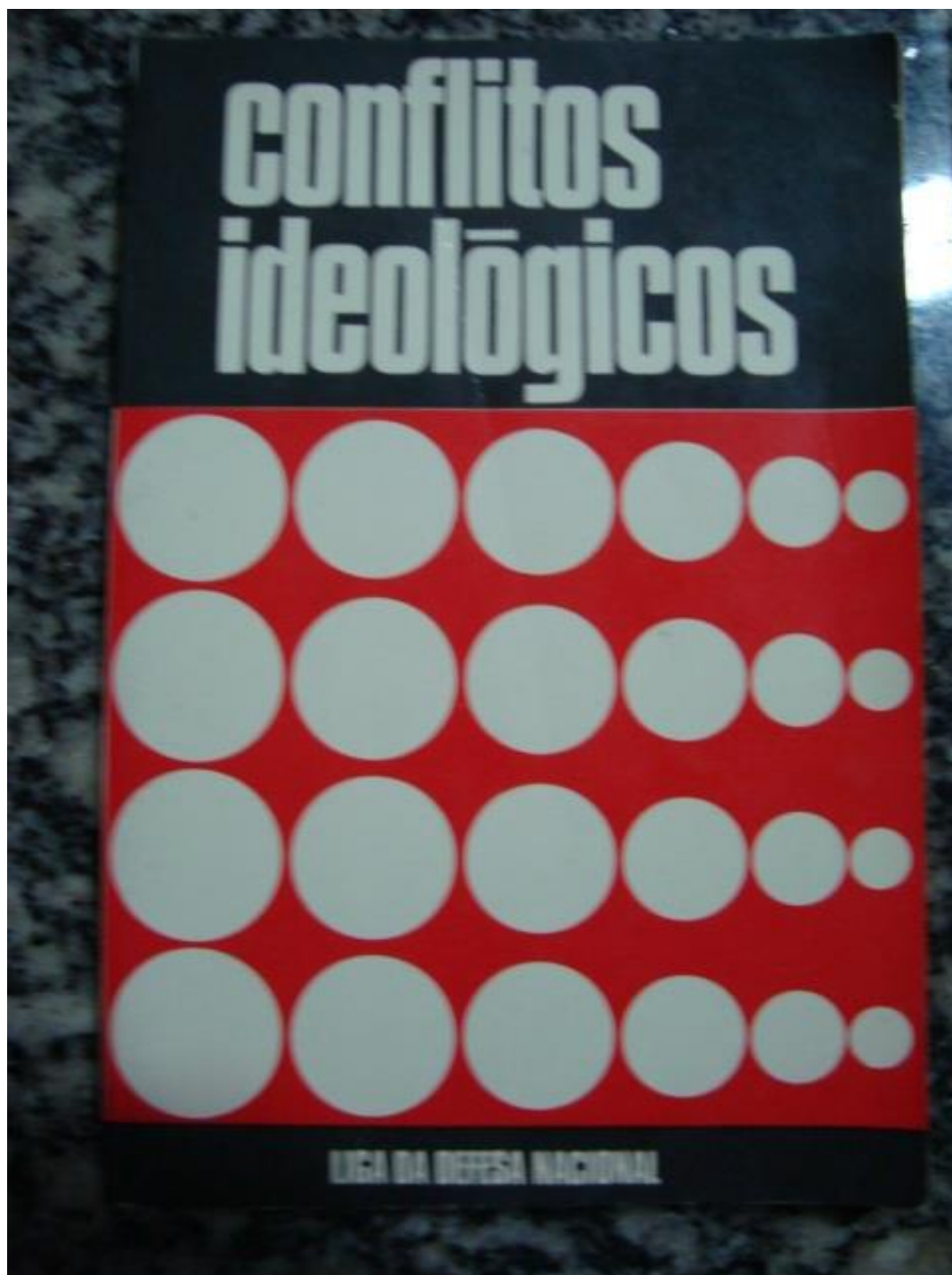
ANEXO G – Selo produzido pelo Diretório Regional do Rio Grande do Sul em comemoração ao dia da Pátria de 5 a 7 de de setembro de 1944..



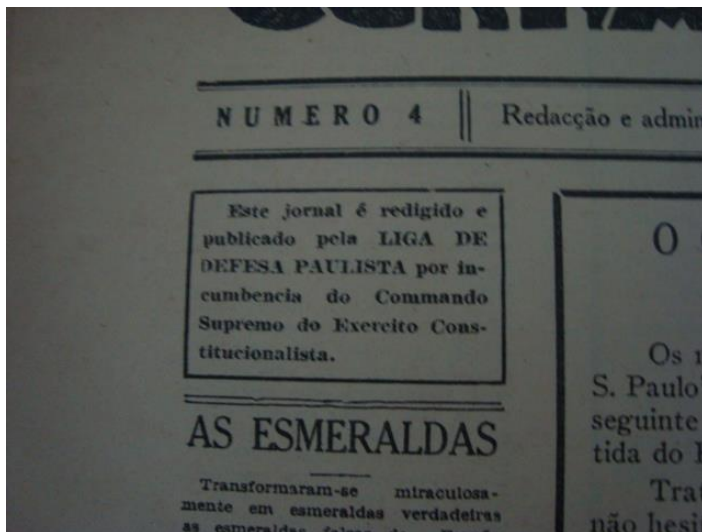
ANEXO H – Correspondência entre pracinha e sua família datada de 15 de maio de 1945, a qual foi patrocinada pelo Funcionários do Instituto de Previdência Social do Rio de Janeiro, por intermédio da Liga da Defesa Nacional.



ANEXO I –Publicação da Liga da Defesa Nacional na qual conceitua os diversos termos, como capitalismo, socialismo comunismo, democracia, entre outros, segundos os pressupostos definidos pela Entidade. A publicação provavelmente é da década de 1970.



ANEXO L – Jornal criado pela Liga da Defesa Nacional, com a finalidade de manter os combatentes e os cidadãos informados sobre o contexto interno e externo durante o conflito deflagrado em 9 de julho de 1932.



ANEXO M – Manifesto de Bertoldo Klinger esclarecendo a população sobre o movimento deflagrado em 9 de julho de 1932.

surto revolucionario

Exhortação aos cariocas e às forças armadas...

Num. 1
AGOSTO
14
1932
100000

Jornal das Trincheiras

Orgão da Revolução Constitucionalista

Este jornal é publicado e editado pela Liga da Defesa Brasileira, por iniciativa do Comandante Bertoldo Klinger, do Exército Constitucionalista.

O MANIFESTO DO GENERAL KLINGER

No dia 9 da corrente, quando se completava um mês da campanha pelas armas para o regresso do Brasil ao regime da lei, o general Bertoldo Klinger, comandante em chefe do Exército Constitucionalista, dirigiu de vixá vos um manifesto à Nação, o qual foi simultaneamente irradiado pelas principais estações emissoras do Estado. Publicado, no dia seguinte, pelos jornais, este valioso documento teve ampla divulgação.

Julgamos, entretanto, dever reproduzi-lo mais uma vez. Desejamos que cada um dos soldados que, nas várias frentes de combate, lutam pela causa sagrada da Constituição, releia e medite as palavras do seu general. Ha, na oração do general Klinger, períodos que merecem ser atenciosamente estudados e guardados na memória dos nossos soldados, palavras que se dirigem não apenas aos combatentes nas trincheiras, mas que não devem ser esquecidas pelos cidadãos quando, terminada a luta, houvermos de consolidar na paz as conquistas da guerra.

O JORNAL DAS TRINCHEIRAS confia em que os seus leitores manterão...

exerga, além das flechas dos seus companheiros, o horizonte da nacionalidade.

S. Paulo é brasileiro, tem orgulho de o ser, sel-o-d sempre e a qualquer preço. A nossa guerra não é um fim; é um meio de restabelecer a paz. Cidadãos livres e soldados conscientes jamais se poderiam resignar à condição de escravos, jamais poderiam permitir que se consumasse, impunemente, o crime de reduzir o Brasil a uma senzala.

Militarista tampouco é. Queremos um exército planejado no espirito de brasilidade, nobre, disciplinado, eficiente, adstricto apenas aos deveres da classe, alheio às competições partidarias, subtraído às intrigas, indomável às paixões mesquinhas. Queremos um exército synthese das forças vivas moraes e materiaes da nação. Não é militarista porque — facto inédito na historia das revoluções, o governo civil foi instaurado num dos Estados em guerra e mantido integralmente nostro. Militarista não será porque, se de nada valer o meu, valerá como fador, o passado dos meus companheiros de armas.

Partidario tambem não é. Não teve nas suas origens, não tem no seu desenvolvimento, não terá no seu

ANEXO M – Exemplar do Jornal “O Povo” publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (PAGU), no período de março a abril de 1931, os quais possuíam tendência comunista e contrapunha o ideário integralista de Plínio Salgado. Neste artigo, o autor discorre sobre o contrato de esquerda sobre a gestão de João Alberto, interventor em São Paulo.



ANEXO N – Exemplar do Jornal “O Povo” publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (PAGU), no período de março a abril de 1931, os quais possuíam tendência comunista e contrapunha o ideário integralista de Plínio Salgado. Neste artigo, o Jornal critica Juarez Távora, afirmando que Luís Carlos Prestes que Juarez traia Getúlio Vargas.

6 O HOMEM DO

h o n t e m , h o j

**o general capitão Távora queria
conspirar mais!**

contanto que pagassemos um arame surdo á
Inglaterra e aos Estados Unidos e deixassemos
aos ricos a fortuna social!

Luiz Carlos Prestes chama-o de safadissimo
o homem do povo pensa que pôde ser burrice

O ultimo manifesto de Luis Carlos Prestes é de deixar muita gente estarecida.


Não pelo encitamento continuo que faz o grande chefe á revolução social. Isso já é canja! Mas algumas revelações que traz.

Por exemplo, fica-se agora sabendo que o Capitão Távora enquanto assumia o posto de super-generalissimo do norte, de accordo com o Dr. Getulio Vargas, entrava em

francas combinações contra este, admitindo a hypothesis de uma revolução em que se collocaria ao lado de Luis Carlos Prestes, comtando que este abandonasse as reivindicações populares.

Luis Carlos Prestes acaba de desmascarar o super-generalissimo que confluará, no entanto, nos postos de confiança que lhe deu o governo actual.

Está certo!



SAUDE -- AMOR... E
Café PARAVENTI
é essa a felicidade de todos os

ANEXO O — Exemplar do Jornal “O Povo” publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (PAGU), no período de março a abril de 1931, os quais possuíam tendência comunista e contrapunha o ideário integralista de Plínio Salgado. Neste artigo, o Jornal tece alguns comentários sobre a ideologia comunista.



ANEXO P – Exemplar do Jornal “O Povo” publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (PAGU), no período de março a abril de 1931. Neste artigo, o Jornal desconstrói o anticomunismo.

ambos e quasi
star estrellas.
Bello, nem an-
stes pandegos
bons precep-
aço capaz de
ra tambem as
uestão de ser
o documen-
p a g ú

contar comigo, que os burguezes, os ri-
caços, os confortaveis são sempre os seus
inimigos. E que para melhorarem as suas
condições de existencia têm de aniquilar os
seus inimigos de todos os tempos.

*

o perigo comunista

Estamos com o “Estado” e o “Diario Na-
cional”. Se existe uma coisa que perturbe pro-
fundamente a vida nacional é o Communis-
mo. A vida Nacional, todos sabem é a cavação
de alta esphera. Vender potenciaes hydrauli-
cos ao estrangeiro, receber grossas mamma-
tas dos governos, illudir a opinião com uma
democracia falsa até a medulla, eis o que se
chama vulgarmente “Vida Nacional”. Essa
vida nacional, os dois grandes orgãos do credi-
to burguez reformado defendem mesmo com
uma gana precipitada de quem se agarra aos
ultimos galhos duma arvore que despenca.
Com nenhum delles têm a coragem clara de
desusar o exercito que honestamente domina
a situação de os fazer falir pela desorganisa-
ção parasitaria em que sempre viveram o
communismo, ainda sem raizes e sem acção
e não ser a dos factos é o grande culpado.
Estamos de accordo. O communismo da-
rá cabo da “Vida Nacional”. E' preciso esga-
nal-o.

PYRAMIDON

EXPEDIENTE
Redacção d' **O Homem do Povo**
Praça da Sé, 9 E -- Tel. 2-2069

ASSIGNATURAS

Capitão Chevi
Lampeão
D. Duarte Le
Conde de Lar
Padre Valois
Mario Rolim T
Juarez Tavora
Oswald de An
Rodolpho Mira
Antonio Azer
Sylvio de Cam
Mello Vianna
Raphael Corre
General Migue
Antonio Carlos
Jayme Adour
Passaro Preto
Bicheiro Bian
Alvaro Duarte

QUAL E' O

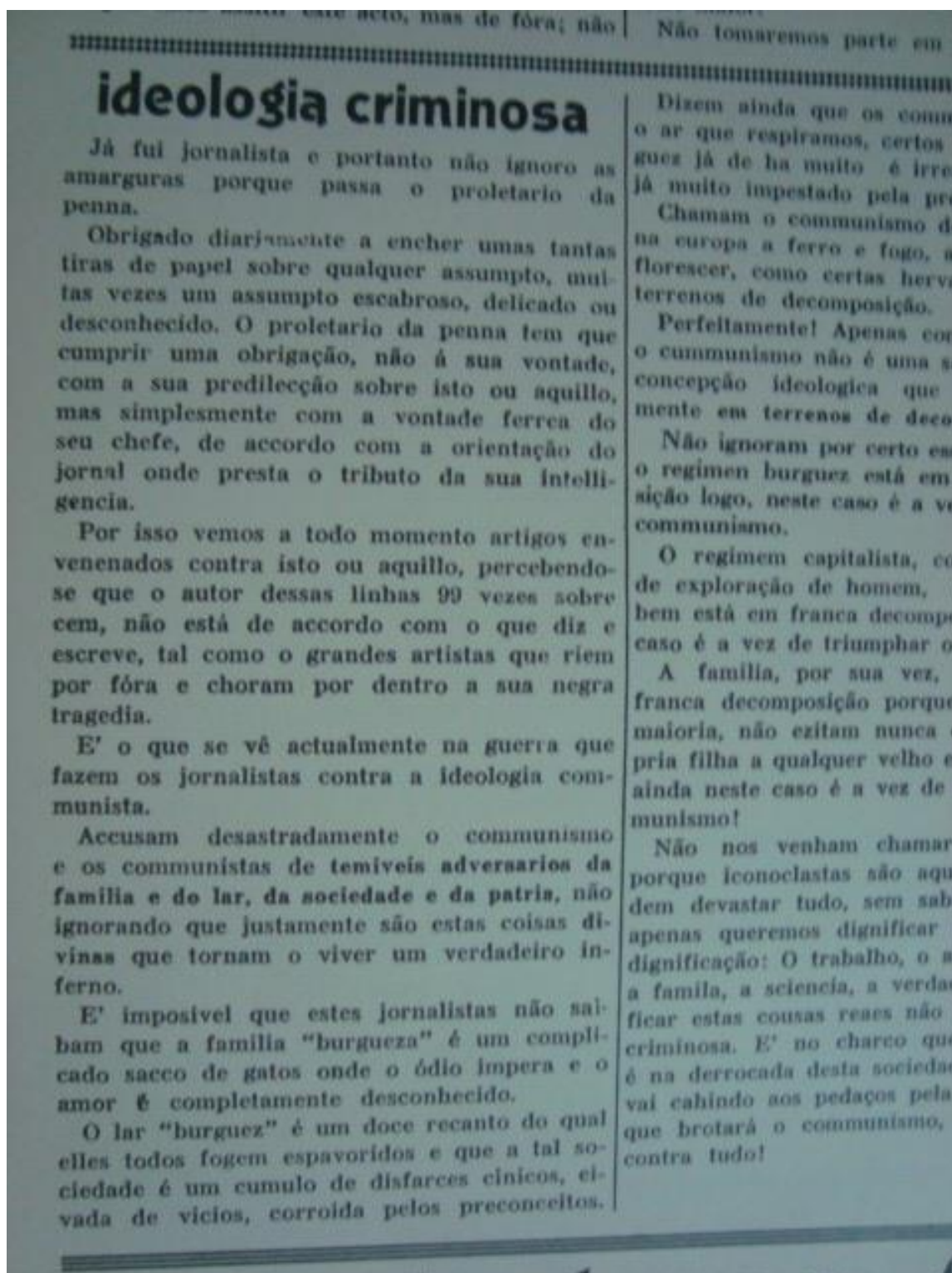
direito de discord
de confundir a co
coloniaes, que ali
que os outros, que
Estados Unidos, I
Pois não querem
tocratazinhas, qu
Automovel Clube,
no? Ellas leram, ta
rinos, esta noticia
Inglezas, as verdac
usavam mais rouge
mação passou logo
nida Paulista ao H
Perdizes. Retiniram
deixantes actualite

TI


ANEXO Q – Exemplar do Jornal “O Povo” publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (PAGU), no período de março a abril de 1931. Neste artigo, o Jornal tece críticas ao capitalismo.



ANEXO Q – Exemplar do Jornal “O Povo” publicado por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (PAGU), no período de março a abril de 1931. Neste artigo, o Jornal tece críticas ao capitalismo.




ANEXO S – Boletim do Diretório Central assinado pelo Almirante Alvaro Alberto sobre apoio da Liga da Defesa Nacional ao Golpe civil-militar de 1964.



BOLETIM DO DIRETÓRIO CENTRAL DA LIGA DA DEFESA NACIONAL

FUNDADA POR OLAVO BILAC EM 1916
AGRACIADA COM AS ORDENS DO MÉRITO MILITAR, NAVAL E CRUZ DO MÉRITO EDUCAÇÃO CÍVICA
N.º 20 — RIO DE JANEIRO — ABRIL DE 1964
RUA TEÓFILO OTONI, 72-3.º ANDAR



A Responsabilidade de Todos os Brasileiros

O Diretório Central de L.D.N. ao Exmo.
Sr. Presidente da República Marechal Humberto
Alencar Castelo Branco.

O Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, interpretando o sentimento patriótico dos continuadores da obra do Pedro Lessa, Miguel Calmon, Genserico de Vasconcelos, Olavo Bilac, Coelho Neto e tantos outros brasileiros ilustres, pede vênia para afirmar:

- 1) — Integral confiança na atuação clarividente do soldado-cidadão, a quem as forças políticas, inspiradas nos mais altos propósitos, entregaram a Suprema Magistratura da República.
- 2) — Sua inabalável decisão de participar, fiel ao legado cívico dos seus fundadores, da reconstrução nacional, finalidade precípua do governo de V. Excia. e para a qual encauceceu a colaboração de todos os brasileiros devotados ao bem comum. Honrando o passado de que se envaldece, pois jamais se omitiu na defesa das tradições que nos dignificam, dos princípios democráticos, do culto aos fatos e aos heróis da nossa História, a Liga da Defesa Nacional não medirá esforços para que não sejam frustrados os ideais da Revolução de 31 de março e possa V. Excia. realizar a gigantesca tarefa que lhe foi atribuída de inadiável restauração política, econômica, financeira, social e moral da Pátria.

O Diretório Central, que, ao longo de quase cinquenta anos de atuação ininterrupta, clamou contra os abusos, as distorções, os erros e as mistificações que tantas vezes macularam a nossa vida pública, bem compreende as responsabilidades de todos os brasileiros, na hora decisiva que estamos vivendo e está disposto a aliar-se a todas as instituições representativas das atividades nacionais, na imprescindível mobilização em torno dos postulados democráticos que certamente hão de inspirar o governo de V. Excia.

Está, igualmente, disposto o Diretório Central a exercer, através de amplas campanhas cívicas, ação permanente, a fim de que o sistema representativo seja consolidado pela probidade, pela consciência das responsabilidades individuais e coletivas, pela dedicação e pelo trabalho desinteressado, e possamos reerguer o Brasil, assegurar a continuidade de suas conquistas materiais e morais e alertá-lo contra os perigos de desagregação em que o estava mergulhado numa falsa liderança.

O Diretório não desconhece a gravidade dos problemas que a Nação terá de enfrentar para libertar-se, definitivamente, do medo que a estava avassalando, para reconstituir-se e livrar-se das graves enfermidades políticas e ideológicas que por pouco não a anquilamaram. Por isso mesmo dispôs-se, agora mais do que nunca, ao trabalho de consolidação do ideário que os seus fundadores lhe deixaram e que, antes de ser dela, é do Brasil indeformado e indeformável, do Brasil que todos nós desejamos livre e purificado nos sentimentos generosos de renúncia, justiça e patriotismo.

Conhece, a Liga da Defesa Nacional, Eminentíssimo Senhor Presidente, a humildade de sua contribuição, para que se construa o futuro, tal como sonharam os fundadores da nacionalidade e tal como desejaram que ela fosse construída os pro-homens do Império e da República. Os antepassados que não a legaram, na sua integridade territorial e na sua densidade cívica.

Sabe, no entanto, que, como parcela da opinião nacional, pode e deve desempenhar o seu papel — papel missionário — na formação de uma mentalidade compatível com as urgências deste momento e com os imperativos da restauração de nossa democracia, cujos destinos foram confiados às mãos honradas de Vossa Excelência.

Para essa missão, de tão alta relevância, vem a Liga da Defesa Nacional colocar-se ao dispor do Governo da República e, pessoalmente, de Vossa Excelência, pois está segura de que só o anima realizar, no alto posto que foi confiado ao seu patriotismo, competência e probidade, a felicidade do nosso povo e honrar, através da ação benemérita que vai exercer, a memória de quantos, como o Duque de Caxias, ensinaram a dignificar o poder e a servir a Pátria.

O Diretório Central aproveita a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de sua respeitosa admiração e apreço.

Almirante Alvaro Alberto da Motta e Silva
Presidente

ANEXO T – Livro de Antonio de Sampaio Dória, "O que todo cidadão de saber", publicado em 1919, de acordo com os requisitos definidos para o Manual de Instrução Cívica, proposto por Bilac.



ANEXO U – Primeiro Estatuto da Liga da Defesa Nacional

1º Estatuto da Liga da Defesa Nacional

Acha-se fundada no Rio de Janeiro, com séde provisoria à rua do Ouvidor 89, a Liga da Defesa Nacional, sociedade de que fazem parte os vultos mais eminentes do paiz, congregados pelo desejo sincero de soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação.

Empenhados, como andamos, pelos mesmos ideaes, embóra no restricto aspecto da efficiencia militar, é com vivo jubilo que saldamos a patriotica associação que num ambito mais vasto se propõe a fortalecer o character nacional, imprimindo aos brasileiros confiança em seu proprio valor.

Publicaremos a seguir os estatutos da benemerita instituição.

ESTATUTOS DA LIGA DA DEFESA NACIONAL

DA LIGA DA DEFESA NACIONAL

Art. 1. A Liga da Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1916, independente de qualquer credo politico, religioso ou philosophico, e destinada, dentro das leis vigentes do paiz, a congregar os sentimentos patrioticos dos Brasileiros de todas as classes, tem por fim:

- a) manter em todo Brazil a idéa da cohesão e integridade nacional, procurando facilitar e desenvolver as communicacões moraes e materiais entre as unidades da Federação;
- b) propagar a educação popular e profissional;
- c) Difundir, nas escolas primarias, profissionaes secundarias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, officinas, corporações e associações, a educação civica, o amor à justiça e o culto do patriotismo;
- d) defender o trabalho nacional, a lavoura, a industria, o commercio, as sciencias e artes e interessar-se por todas as questões que importarem á prosperidade, á segurança e dignidade do paz.
- e) combater o analphabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes;
- f) desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar e sustentar associações de escoteiros, linhas de tiros e batalhões patrioticos, quando autorisados por lei;
- g) apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar;
- h) aconselhar e facilitar a instrucção militar em collegios, escolas, faculdades, academias, externatos, internatos, seminários, orphanatos, institutos de assistência publica e particular, associações de commercio, industria, beneficencia sports e diversões.

- i) estimular e avivar o estudo e o amor da Historia do Brazil e das nossas tradições;
- j) fazer a propaganda da Liga no lar e em publico, por meio de conferencias, comicios, livros, folhetos, revistas, jornaes, festas publicas e premios:
- k) publicar um cathecismo civico, e livros de educação patriotica, destinados á infancia e adolescentes, para distribuição gratuita:
- l) robustecer o sentimento da pátria entre os Brasileiros residentes no estrangeiro;
- m) promover o ensino da lingua patria nas escolas estrangeiras existentes no Brazil, e a criação de escolas primarias nos nucleos coloniaes.

Art.2. A Liga da Defesa Nacional terá um Directorio Central, com um Presidente, onze Vice-Presidentes, uma Comissão Executiva e um Conselho Fiscal, e Directorios Regionaes em todos os Estados.

II

DO DIRECTORIO CENTRAL

Art.3. O Directorio Central, permanente, terá sempre cincoenta membros; em caso de morte, desistencia ou perda de cargo, as vagas serão preenchidas por maioria de votos dos presentes.

- a) A sede do Directorio Central será no Rio de Janeiro;
- b) O Directorio Central superintenderá toda a acção material e moral da Liga, por meio da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, e dos Directorios Regionaes.
- c) O Directorio Central nomeará os membros da Comissão Executiva e dos Directorios Regionaes; e nomeará tantas Comissões quantas julgar necessarias, constituídas por membros seus, ou por socios adherentes, encarregadas de estudar e fiscalizar as questões incluídas no programma;

O Directorio Central nomeará os tres membros do Conselho Fiscal, cujo mandato será renovado de 2 em 2 annos.

III

DO PRESIDENTE DA LIGA

Art.4. O Presidente da Liga será sempre o Presidente da Republica.

IV

DOS VICE-PRESIDENTES DA LIGA

Art.5. Os onze Vice-Presidentes da Liga serão sempre membros do Directorio Central:

- a) serão eleitos de dois em dois annos;

b) a sua precedencia será regulada pela idade.

V

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art.6. A Commissão Executiva do Directorio Central compor-se-á de: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretario Geral, um Primeiro e um Segundo Secretario, e um Thesoureiro, eleitos para dois annos e pela assembléa geral do Directório, podendo ser reeleitos.

a) A Commissão Executiva dirigirá todos os trabalhos da Liga;

b) No fim de cada anno social, em 7 de setembro, apresentará ao Directorio Central, por meio do Conselho Fiscal, um relatorio de todos os seus trabalhos, com a exhibição minuciosa e documentada da receita e da despeza, e da gestão dos fundos da Liga;

c) No caso de morte, desistencia ou perde de cargo, as vagas serão preenchidas, dentro do anno social, pela escolha dos outros vice-presidentes da Liga.

VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 7. O Conselho Fiscal, que se comporá de tres membros, inspecionará o estado financeiro e economico da Liga e a applicação dos seus haveres; e examinará, sempre que entender, todos os documentos convenientes ao seu estudo. Dará, nas épocas previstas pelos Estatutos, o seu parecer por escripto.

VII

DOS DIRECTORIOS REGIONAES

Art. 8. Em cada Estado do Brazil haverá um Directorio Regional de dez a vinte e cinco membros permanentes; em caso de morte, desistencia ou perde de cargo, as vagas serão preenchidas pela nomeação do Directório Central.

Estes Diectorios Regionaes:

a) elegerão as suas Comissões Executivas, com Presidente, Vice-Presidente, Secretario e Thesoureiro;

b) estabelecerão, sempre que o julgarem necessario, em todas as cidades e nucleos de população, Comissões de Delgados;

c) dirigirão a acção e a propaganda da Liga nos Estados, de accôrdo com estes Estatutos;

d) organizar-se-ão por meio de regimentos internos, de accôrdo com estes Estatutos. Art. 9. Os Presidentes dos Directorios Regionaes serão sempre os Presidentes ou Governadores dos Estados.

VIII

DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art.10. O Presidente da Comissão Executiva, que será sempre um dos Vice-Presidentes da Liga, representará esta, em todos os actos, para todos os fins sociaes e juridicos.

IX

DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 11. O Vice-Presidente da Comissão Executiva, que será sempre um dos Vice-Presidentes da Liga, auxiliará e substituirá o Presidente nos seus impedimentos.

X

DO SECRETÁRIO GERAL

Art.12. O Secretário Geral da Comissão Executiva e da Liga, que será sempre um membro do Directorio Central, dirigirá todo o serviço de correspondencia da Liga. Será auxiliado e substituído em seus impedimentos, pelo Primeiro e pelo Segundo Secretario, respectivamente. Poderá nomear os auxiliares da Secretaria, que julgar necessarios. Será responsavel pela acção da Secretaria.

XI

DO TESOUREIRO

Art. 13. Ao Tesoureiro da Comissão Executiva e da Liga competirá: a arrecadação, deposito, emprego, despeza e movimento geral das contribuições, donativos legados, e de todos os fundos da Liga. Escolherá livremente os contadores, que julgar necessários. Será responsavel pela acção da Thesouraria, recolhendo a bancos os fundos sociaes.

XII

DOS SOCIOS

Art. 14. Haverá duas categorias de Socios adherentes: I - associações: II- indivíduos.

Art. 15. As associações ou ligas adherentes à Liga da Defesa Nacional darão a contribuição anual de 100\$000, em prestações semestraes ou annuaes.

Art. 16. Os Sócios adherentes serão:

- a) Honorarios: os que prestarem serviços relevantes a Liga;
- b) Benemeritos - os que oferecerem à Liga um donativo nunca inferior a 1:000\$000 em uma só prestação, ficando isentos de qualquer contribuição mensal ou annual.

c) Effectivos - os que contribuirem com a quota annual de 12\$000 em prestações mensaes, trimestraes, semestres e annuaes.

d) Remidos - as corporações, que fizerem uma contribuição única de 500\$000, e os individuos, que fizerem uma contribuição unica de 200\$000.

Art.17. Serão considerados sócios effectivos e gratuitos todos os professores e sacerdotes que adherirem à Liga.

XIII

DOS FUNDOS DA LIGA

Art. 18. Os fundos da Liga serão constituídos por donativos, legados, etc., e pelas contribuições dos socios.

a) Os donativos, legados etc., provindos de todos os pontos do territorio nacional ou do estrangeiro, serão entregues à Comissão Executiva e por ella administrados e empregados, com assistencia do Conselho Fiscal, destinando-se o principal a constituição do patrimonio da Liga.

b) Das contribuições feitas pelos socios adherentes dos estados aos Directorios Regionaes, 50% serão por estes applicados, para as despezas locaes de expediente; e os 50% restantes serão entregues ao Directorio Central.

c) A Comissão Executiva sustentará e pagará todas as despezas da acção e da propaganda, que se incluem nas alíneas de a a m do Art. 1.

XIV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 19. A Liga da Defesa Nacional nunca poderá intervir em lutas eleitoraes, nem em discussões ou propagandas partidarias, políticas ou religiosas; mas intervirá sempre, a titulo de centro de conselho e de continuidade, nas questões de educação, nos problemas sociaes de protecção e de defesa collectiva, dirigindo-se, dentro das garantias da Constituição do paiz, aos governos e ao povo.

Art. 20. Os fundos da Liga nunca poderão ser desviados dos fins especiaes de educação e de defesa nacional, de accordo com alíneas a a m do Art.1.

Art. 21. Sem que o texto seja previamente submetido, no Rio de Janeiro, a consulta do Directorio Central, e nos Estados, à dos Directorios Regionaes – nenhuma publicação poderá ser feita, com o nome da Liga pela imprensa ou pela tribuna.

Art. 22. A idoneidade dos adherentes será julgada pela Comissão Executiva do Directorio Central, ou, nos Estados, pelas Comissões Executivas dos Directorios Regionaes, competindo ao Directorio Central e aos dos estados resolver sobre a escolha dos socios honorarios.

Art. 23. No caso de ser dissolvida a Liga da Defesa Nacional, o patrimonio será destinado a instituições de instrucção primaria, profissional, militar e cívica, ao alvitre do Directorio Central e ouvido o Presidente da Liga.

Art. 24. As omissões destes Estatutos serão suppridas pelas disposições do Regimento Interno.

Art. 25. A reforma destes Estatutos só poderá ser feita por maioria absoluta dos votos dos membros do Directorio Central e dos Directorios Regionaes.

Art. 26. Os socios da Liga não respondem subsidiariamente pelas obrigações, que os seus representantes contrahirem, expressa ou intencionalmente, em nome da mesma Liga.

Art. 27. O numero de sócios da Liga da Defesa Nacional será illimitado.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1916.

Presidente da Liga – Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República.

Vice-Presidentes – Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Almirante Alexandrino de Alencar, Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, General Caetano de Farias, Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, Dr. Gabriel Osório de Almeida, Dr. Pedro Lessa, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. Miguel Couto e Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Comissão Executiva – Dr. Pedro Lessa, presidente; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente; Olavo Bilac, secretario geral; Felix Pacheco, 1º secretario; Dr. Joaquim Luiz Osório, 2º secretario; Affonso Viseu, Thezoureiro.

Conselho Fiscal – Dr. Homero Baptista, Dr. Alberto de Faria, Dr. Guilherme Guinle.

Directorio Central – Conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Historico, director da Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes, da Academia Brasileira; Affonso Viseu, commerciante; Alberto de Faria, capitalista; Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha; Dr. Alfredo Ellis, senador federal pelo Estado de São Paulo; Dr. Aloysio de Castro, director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Alvaro Zamith, presidente da Federação Brasileira de Sports; Antonio Antunes de Figueiredo, presidente da Federação das Sociedades do Remo; Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, deputado federal pelo Estado de Minas Geraes; Antonio Muller dos Reis, director commercial do Lloyd Brasileiro; Dr. Augusto Daniel de Araújo Lima, director do Collegio Pedro II; Dr. Augusto Oympio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal; Dr. Bernardo Monteiro, senador federal pelo Estado de Minas; Candido Gaffrée, industrial; Conselheiro Candido de Oliveira, ex-ministro de Estado, director da Faculdade Livre de Direito; Conde Carlos de Laet, da Academia Brasileira, professor; Dr. Carlos Peixoto, deputado federal pelo Estado de Minas; Dr. Cícero Peregrino da Silva, director da Bibliotheca Nacional; Dr. Clovis Bevilaqua, da Academia Brasileira, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores; Felix Pacheco, da Academia Brasileira, publicista; Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, ex-presidente da Republica, agricultor; Dr. Gabriel Ozório de Almeida, presidente do Conselho Municipal, vice-presidente do Centro Industrial e Agricultor; Guilherme Guinle, industrial; Henrique Coelho Netto, da Academia Brasileira, deputado federal pelo Estado do Maranhão;

Dr. Homero Baptista, presidente do Banco do Brazil, agricultor; Almirante Innocencio de Lemos Bastos; Marechal Jeronymo de Moraes Jardim; Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, ex- presidente de Conselho de Ministros; Dr. João Galeão Carvalhal, deputado federal pelo Estado de S. Paulo; João G. Pereira Lima, presidente da Associação Commercial; Dr. João Pandiá Calogeras, Ministro da Fazenda; Dr. João Texeira Soares, ex-presidente do Clube de Engenharia, agricultor; Dr. Joaquim Luiz Osório, estancieiro, deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Sul; Joaquim Souza Ribeiro, presidente da Liga Metropolitana de Sports Athleticos; Jorge Street, presidente do Centro Industrial do Brazil; Marechal Jose Bernardino Bormann,; General Jose Caetano de Faria, Ministro da Guerra; Almirante Julio Cezar de Noronha; Dr. Luiz Soares dos Santos, senador federal pelo Estado do Rio Grande do sul; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, escrivão dos expostos da Santa casa de Misericórdia; Dr. Miguel Couto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina; Conselheiro Nuno de Andrade, professor e publicista; Olavo Bilac, da Academia Brasileira; Oscar de Porciúncula, estancieiro; Dr. Oscar Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Homens de Letras; Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, da Academia Brasileira, director do Instituto de Manguinhos; Dr. Pedro Lessa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da Academia Brasileira; Dr. Raul Pederneiras, presidente da Associação de Imprensa; Conselheiro Ruy Barbosa, presidente da Academia Brasileira, senador federal pelo Estado da Bahia; Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, do Cabido Metropolitano.

Observação-Publicado na na Revista de Assumptos Militares, a partir do nº 38, de 10 de novembro de 1916.

ANEXO V – Ministério da Guerra – Gabinete do Ministro – Cópia nº 693. Rio de Janeiro, D. F. em 22/6/1944 (ISENBURG, 2015, p. 95-99) Realizamos abaixo, a cópia na íntegra do Ofício escrito por Eurico Gaspar Dutra (grifos nossos).

“Excelentíssimo Senhor Presidente da República”

Valendo-se das circunstâncias especiais da guerra, quando o povo russo, inspirado em suas seculares tradições guerreira, vem com bravura destruindo o poder militar nazista e varrendo o chão de sua Pátria o invasor germânico, multidobram os **comunistas** entre nós os esforços de propaganda de seu credo, acobertando-se para tanto à sobre da bandeira de **união nacional** da imperativa necessidade do esforço de Guerra do Brasil.

Coordenado pelo seu mentor Prestes que, preso e incomunicável, meios obtém para com eles cambiar instruções e informações que os orientem, a ponto de poderem divulgar, de mão em mão longos manifestos de condicionada cooperação para a Guerra mais forte e mais confiados se expandem, certos de que doutrina e ação não são mais entraves nem restrições provocam e só boa sombra encontram.

Assim, convictos da impunidade e fazendo crer que já se inclina para eles a opinião pública, descuidam-se de cautelas e afoitos se desmascaram, numa mare montante que tudo inunda, trazendo à tona da publicidade a vaza de seus pseudo valores, que se pavoneiam de guias e mentores, de filósofos e escritores, de estrategos e chefes, de artistas e economistas, apregoando a todos os quadrantes a doutrina os messias e os apóstolos que redimirão o Brasil.

Na Imprensa entre títulos barrantes, crônicas, tópicos e até anúncios habilmente rascunhados, dão expansão, sem peias, a todas as modalidades de um proselitismo ardente, onde nem mesmo o disfarce habitual das frases em duplo sentido lhes camuflam mais as intenções.

Nos comícios, sugeridos e arranjados sob a alegação de uma justa causa estertoram, ajudados pelos microfones e amplificadores que de empréstimo mobilizam, seus conceitos e teses tão conhecidos, seus slogans de sempre, arrematados ou interrompidos, ante o testemunho atônito dos que curiosos ou bem intencionados os assistem, pelo estrugir das palmas e o bravejar dos aplausos de uma claqué tenaz e bem treinada.

Mas não é só nem satisfazem com tão pouco. Criam comitês em todas as associações de classe, que de logo dominam. Invadem os tradicionais sodalícios de cultura e as associações de civismo, onde se firmam nos cargos chaves para lhes ditarem as atividades e lhes modificarem os rumos. Porém, onde melhor se radicaram, como em redutos inexpugnáveis, foi, parece, na Liga de Defesa Nacional, cujo último meeting é a melhor evidência desta afirmativa; na União Nacional dos Estantes e na Sociedade dos Amigos da América, cujas raízes já têm tal resistência, que a decisão de V. Exa. De faze-la fechar, consta-me, ainda não logrou ser realmente efetivada.

E como se não bastasse tanto, acomodando-se às práticas burguesas que maldizem e achincalham, já se amesendam nos almoços e jantares de consagração pública a seus leaders, de cambulhada com personalidades de alta representação social, que a convite ou por condescendência deles participam.

Jornais, livros, rádios, cinemas, teatros – Tudo transmudam em instrumentos seus e, desse modo, amolentam ou atemorizam o ambiente conservador do País e atuam sobre nossa gente, que lhes vai cedendo, influenciada pela alegação acomodaticia de que é inútil resistir-lhes e que, talvez, com eles mais conveniente seja a própria convivência oportunista.

Merece, ademais, aqui referida nesta análise, a progressiva complacência que vêm obtendo dos órgãos do poder público, cujos gestores lhes não barram o exercício de funções de responsabilidade e onde se desdobram em atividade cada vez mais amplas, nas quais se não pejam de realizar ligações que, não fossem os cargos que ocupam, jamais poderiam lograr com êxito.

Constantes na tática do escândalo e do confucionismo, a união pregam, mas é a absorção que praticam; assoalham o conagraçamento, mas o que semeiam é o desentendimento, pois de mistura com as loas a um e a outro, atacam reputações, desacreditam e achincalham tradições e instituições, e procuram, sob o disfarce de anônimas verrinas, desprestigiar a autoridade constituída, que de público entretanto aparentam farisaicamente apoiar em manifestações de escarcéu.

Mais ainda; neste unir desunindo, transmudam, a golpes de uma dialética libertária, o objetivo nobre que apregoam em mero instrumento de ação político revolucionária, para forçarem o evento de uma anistia até mesmo a presos condenados por crimes comuns, e a destruição de todos os entraves legais instituídos para preservação da ordem, segurança da justiça, defesa do trabalho e da própria sociedade brasileira.

Apoiam-se, combatentes da grande legião dos comentadores de retaguarda, nos magníficos êxitos aliados, para deles extraírem argumentos e conclusões em prol do regime comunista e da imprescindibilidade de todas as liberdades entre nós, mesmo daquelas que, bem sabemos jamais puderam aclimar-se, onde quer o comunismo se haja estabelecido em regime político de governo.

Deixando de mão as razões Justas que nos conduziram à Guerra, desmerecendo e apoucando o esforço do País no preparar-se para a luta, calando uma palavra se quer de incentivo ao trabalho nas fábricas e nos campos, para incremento de nossa produção de Guerra, fugindo às casernas ou apenas aí penetrando para semearem o fermento da intriga e o vírus da indisciplina, esgueirando-se assim por todos os atalhos aos apelos do dever e as solicitações do trabalho, só se mobilizam com frenética obsessão para a frente única dos comícios vãos, dos congressos estéreis e das passeatas de espavento, numa constante excitação verbal em torno dos grandes feitos alheios e da bravura dos hostes aliados, incapazes de lhes seguirem os exemplos, por só versados em lhes explorarem os êxitos.

O ambiente brasileiro da atualidade, está excitado por essa propaganda intensa e multiforme, já vem revelando sintomas que nos não devem passar despercebidos e que requerem mesmo, além da natural observação, uma especial atenção do Governo. Afim de que se previna contra quaisquer arremetidas que se possam manifestar contra ordem e as instituições do País, nesta hora em que nos preparamos para participar da luta na Europa.

A situação, sentem-se mesmo, apresenta-se muito semelhante à que procedeu o golpe comunista de novembro de 1935 e parecido por demais com a dos fins de 1937, quando ministros militares, ante a experiência daquele golpe e o prenúncio de

novas ocorrências, se viram obrigados, em face de suas responsabilidades na preservação da ordem a solicitar ao Governo a decretação do estado de emergência no País.

Grave o momento, pois suas características são idênticas às daquelas poucas referidas, mais grave se nos antolha por agora a situação, favorecida pelas contingência advindas com a conflagração mundial e pelas dificuldades assoberbantes que a Guerra acarreta para a vida de todos os Países e para a economia dos lares de todos os povos.

E que não são afoitos estes juízos, os fatos de todo o dia estão se revelando, conforme V. Exa. pode bem aferir pelos relatos oriundos de várias procedências e reunidas nos Boletins de Informações que lhe tenho encaminhado, quase toda semana, com o objetivo de lhe proporcionar meios seguros para uma aquilatação real do ambiente atual nas diversas regiões do país.

Pondo arremate a esta série de observações, decorrentes de uma análise meditada do momento e inspiradas pelo dever funcional de promover, sem prevenções nem concessões, a defesa, a todo pé, do patrimônio moral e social de nossa terra, ameaçado de novos golpes, tenho a honra de encarecer, a V. Exa. providencias e decisões que, ampliando a ação preventiva da autoridade, consigam dasanuiar o ambiente e restringir de fato as atividades revéis dos que se aproveitam, dos tempos para a preparação de temporais.

Dentro em pouco, bem podemos prever, estarão nossas tropas além oceano engajadas na luta. É necessário que os que partem tenham a certeza de que o Brasil, a cujo serviço estão, não será presa fácil de quaisquer aventureiros políticos-revolucionários que o queiram dominar e talar e de que jamais o deixaremos cair-lhes nas mãos como proveta ou cobaia para experimentações práticas de meras locubrações doutrinárias.

Aproveito-me do ensejo para renovar a V. Exa. os protestos do meu mais profundo respeito.

(a) General Eurico G. Dutra
Ministro da Guerra (A.M. D.)